

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Tiago Rangel Côrtes

**Migrantes e fazer cidade:
trajetórias urbanas de migrantes transnacionais em São Paulo**

Versão corrigida

São Paulo
2023

TIAGO RANGEL CÔRTEZ

**Migrantes e fazer cidade:
trajetórias urbanas de migrantes transnacionais em São Paulo**

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de doutor em Sociologia

Orientadora: Profa. Dra. Vera da Silva Telles

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C787m Côrtes, Tiago Rangel
Migrantes e fazer cidade: trajetórias urbanas de
migrantes transnacionais em São Paulo / Tiago Rangel
Côrtes; orientadora Vera da Silva Telles - São Paulo,
2023.
211 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Sociologia. Área de concentração:
Sociologia.

1. Sociologia urbana. 2. Migrações transnacionais.
3. Cidade como campo de conflito. 4. Trajetórias
urbanas. 5. Fazer-cidade. I. Telles, Vera da Silva,
orient. II. Título.



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Tiago Rangel Côrtes

Data da defesa: 11/10/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Vera da Silva Telles

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 30/11/2023

(Assinatura do (a) orientador (a))

FOLHA DE AVALIAÇÃO

CÔRTEZ, Tiago Rangel. **Migrantes e fazer-cidade: trajetórias urbanas de migrantes transnacionais em São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Aprovado em 11/10/2023.



Janus

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

ATA DE DEFESA

Aluno: 8132 - 5422747 - 2 / Página 1 de 1

Ata de defesa de Tese do(a) Senhor(a) Tiago Rangel Côrtes no Programa de Sociologia do(a) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aos 11 dias do mês de outubro de 2023, no(a) Sala de Concursos realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Tiago Rangel Côrtes, apresentada para a obtenção do título de Doutor intitulada:

"Migrantes e fazer-cidade: trajetórias urbanas de migrantes transnacionais em São Paulo"

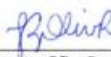
Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Vera da Silva Telles	Presidente	FFLCH - USP	Não Votante
Bianca Stella Pinheiro de Freire Medeiros	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Fernando Rabossi	Titular	UFRJ - Externo	Aprovado
José Lindomar Coelho Albuquerque	Titular	UNIFESP - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

A banca aprova a tese e enfatiza a qualidade do material de pesquisa, a importância da abordagem proposta, e o uso criativo dos conceitos. A banca indica a tese para concorrer ao Prêmio Teses USP na categoria inclusão.

Eu, Juliana Zuleide de Oliveira Rossetini , lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 11 dias do mês de outubro de 2023.


Bianca Stella Pinheiro de Freire Medeiros


Fernando Rabossi


José Lindomar Coelho Albuquerque


Vera da Silva Telles
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 11/10/2023 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Doutor em Ciências obtido no Programa Sociologia.


Presidente da Comissão de Pós-Graduação

Para a Lia (*in memoriam*), minha irmã, com amor.

Com indignação, dedico a Moïse e João Manuel (*in memoriam*),
vítimas de um mundo em ruínas.

AGRADECIMENTOS

Talvez esta seja uma das partes mais difíceis de escrever a tese. A parte em que as piores lacunas podem existir, pois as faltas aqui serão para sempre imperdoáveis. O receio de esquecer pessoas fundamentais neste processo me impeliu, por muitas vezes, pensar em fazer dos agradecimentos uma escrita burocrática, por vezes vazia, aquela coisa que existe apenas para constar. Afinal, não se pode deixar de dizer que não fossem as bolsas da Capes e da Fapesp, a tese simplesmente não existira. Agradeço às fundações de fomento que, apesar de terem minguado nos últimos anos, conseguiram em alguma medida sobreviver aos tempos sombrios para a produção de pesquisa. Em especial, agradeço à Fapesp, que além da bolsa regular, viabilizou minha Bolsa de Estágio Supervisionado no Exterior (BEPE)¹.

Agradeço a toda equipe e interlocução que tive na Universidade de Viena, em especial à professora Ayse Çaglar, que foi minha supervisora e minha bibliografia de referência da tese de ponta a ponta. Agradeço também a toda sua equipe de orientadas, em especial Katrin Kremmel, Ana Cukovic, Ayse Seda e Catherine Polischuk. Agradeço ainda aos demais pós-graduandos da Universidade de Viena que me acompanharam na estadia europeia. Agradeço também ao Philip e à Nooshin, por me receberem tão bem em suas vidas.

Agradeço à orientadora Vera da Silva Telles, que sempre acreditou que a tese ficaria em pé ao longo de uma árdua jornada. Vera nunca deixou a peteca cair, apoiando e orientando incondicionalmente, apesar dos tropeços que tive com pandemia e um longo e difícil período de luto após falecimento de minha irmã. Agradeço demais todo apoio, interlocução e aprendizado!

Agradeço à banca de qualificação, dobradinha que se repete na banca de defesa: Prof. Lindomar Albuquerque e Profa. Bianca Freire-Medeiros foram ótimos interlocutores. Agradeço por todos ensinamentos e caminhos apontados.

Agradeço aos colegas de pós-graduação (PPGS-USP) que fizeram parte desta jornada, seja nas disciplinas obrigatórias, nos grupos de pesquisa, em interlocuções variadas ou mesmo na mesa do bar. Em especial, Maurício Piacci, Pedro Rodrigues e André Marega Pinhel. Do grupo de pesquisa Cidade e Trabalho, agradeço à velha guarda, Fábio Mallart,

¹ Termo de outorga da bolsa regular de doutorado processo nº 2018/05234-3 e da BEPE processo nº 2019/13403-2, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Carlos Freire, Rafael Godoi, Bruna Bumachar, Bruna Ramachiotti, Marina Mattar, Carol Grillo, Juliana Machado, Pedro Charbel, Renato Abramowicz, Daniel Hirata e Thiago Matioli. Um tanto dessa trupe esteve implicada no projeto temático da Fapesp a que este doutorado esteve conectado, agradeço pelas trocas. Também não deixaria de agradecer aos novos membros do grupo Cidade e Trabalho, Ana Lúcia Aguiar, Diego Araújo, Flávia Saiani, Ada Barbosa, Ananda Endo, Gabrielle Nascimento, Karina Quintanilha, Larissa Lacerda, Paula De Braud, Phirtia Rodrigues, Fernanda Gobbi, Leandro Siqueira, Mariana Amaral e Rafael Pereira.

Agradeço aos funcionários da USP. Sem eles, não existiria pós-graduação alguma. Em especial, ao Gustavo e ao Raphael, que sempre se puseram a postos para auxiliar nos problemas e burocracias diversas.

Agradeço aos companheiros do Fórum Fronteiras Cruzadas – Fontié Ki Kwaze. Obrigado por tantas trocas, Karina, Daniel, Ana Lúcia, Hortense, Nduduzo, Juanito e Aloha. Sem vocês esta tese simplesmente não existiria. Foi a jornada partilhada com vocês que me fez conseguir chegar até aqui.

O principal agradecimento seguramente é a todos os meus interlocutores de pesquisa, que abriram suas casas e em alguma medida se envolveram com a minha jornada particular de produção de uma tese de doutoramento. Agradeço cada uma das tantas pessoas que se dispuseram a gravar entrevistas, contar sobre suas vidas e trajetórias. Agradeço a todos migrantes e outros atores imbricado na temática que se se dispuseram a participar do processo.

Agradeço à equipe coordenada pelo Prof. Mauro Claro, do Urbanismo do Mackenzie, que abriu as portas para o meu trabalho de campo no Jd. Piratininga. Em especial, agradeço à Aya por fazer essa ponte.

Agradeço ao padre Paolo, a todos funcionários, voluntários e leigos da Missão Paz, que foram interlocutores de pesquisa. Em especial, um agradecimento ao Carlinhos, do Centro dos Estudos Migratórios e ao Dirceu Cutti.

Agradeço aos inúmeros interlocutores de pesquisa de outras casas de acolhida e outras instituições que realizam atendimento junto aos migrantes em São Paulo.

Agradeço aos colegas e amigos do DIEESE que acompanharam esta jornada. Ao Marquinhos, à Ângela Tepassê, à Angela Schwengber, à Samira, à Patrícia Laczynski, ao Rodrigo, ao André Pinhel, ao Fernando Junqueira, à Juliana Leal, à Celi e à Flavinha, equipe

com a qual trabalhei no interregno entre mestrado e doutorado. Agradeço aos amigos e colegas do DIEESE com quem trabalho atualmente, em especial à Patrícia Pelatieri, sempre muito compreensiva com as temporalidades do doutorado, à Vera e à Laura, duas queridas que tenho imenso prazer em trabalhar junto. Agradeço a oportunidade de o DIEESE ter me apresentado a um universo de pessoas que se tornaram grandes amigos. Uma parte inclusive já saiu da instituição.

Agradeço aos amigos Dezinho, Cuca, Rods, Baw, Zébio, Ju Furno, Lorena, Dani, Pati e Tama. Sem vocês a pandemia teria sido ainda mais difícil. Em especial, Gu, Rebs e Iara, obrigado por tanto! Agradeço aos amigos Maravilhas, Fer, Dê, Val, Baw, Surfs, Camis, Liw, Nico, Doug, Felipe, Biw, Gá, Iguinho, Berenice, Caetano, Marina, Nati, Nina, Poly, Isa e Robs. O que teriam sido esses anos sem vocês na vida? Agradeço ao Baiano, Gui, Digão, Karol, Kaline, Caio, Vinagre, Jana, Maia, Mau, Nati Dória, Evelin, Danillo, Amélie, Mari, Cauê, Leandro, Priscila de Campos e Ronaldinho Mitsuo. Agradeço aos amigos mais recentes, que vieram pela Mari, mas que tornam a vida mais colorida, obrigado Dani, Lyzandra, Gui, Isa e Cayo. Agradeço ao Zé Miguel, ao Leon e à Márcia, amigos queridos. Agradeço aos amigos do coração Cau, Andreza, Fê e Thata. Carol Motoki, obrigado por tanta acolhida nesse período. Agradeço à Lívia por toda alegria.

Agradeço aos amigos no suporte e debate NM, em especial ao Pedro, ao Beto, ao Raoni e ao Fernando. Agradeço à Camis pelo afeto e carinho.

Agradeço em especial ao Carlitos que foi interlocutor de pesquisa e amigo sempre presente em todos os momentos de crise. Sempre a postos para me acolher, debater, sugerir caminhos e alternativas, seja na tese ou na vida. A UFPA-Belém ganhou demais com a ida desse camarada para lá!

Agradeço ao prof. Reginaldo Nasser e seu grupo de pesquisa na PUC-SP, com quem tive a oportunidade de desenvolver um projeto sobre as trajetórias urbanas de migrantes e refugiados trabalhadores do Al Janhia, importante centro cultural, de resistência e luta em São Paulo.

Agradeço à minha família por todo suporte e apoio nessa temporada de luto compartilhado. Concomitante ao início do doutorado, minha irmã diagnosticou um câncer de pulmão fatal. O período foi difícil, mas cada um de nós está conseguindo à sua maneira seguir com os projetos. Obrigado pai, mãe e Gabi por todo apoio no período. Obrigado por me receberem tantas vezes no sítio onde pude me dedicar à escrita da tese. Agradeço a

oportunidade de poder ver crescer as crianças que dão energia e vitalidade, valeu Dudu, Caetano, Juju e Chico. Os últimos dois já não são nada crianças, mas ao olhar do tio babão talvez sejam sempre crianças. Obrigado Rô e Andreza por tantas trocas na vida. Agradeço à Bianca Santana e à Mari Levy, que passaram a fazer parte da família de uma forma ou de outra. Agradeço à família Badebec, Mário, Márcia, Júlia, Gordo e Marina! Viva sempre o vinho “mais claro”!

Agradeço especialmente à Mari, que acompanhou todo esse processo com muito companheirismo. Sempre me encorajou a seguir, deu energia, ajudou a ver a luz no fim do túnel nas inúmeras vezes em que achei que a tese já tinha se perdido de mim. Sou muito grato pelo exemplo que sua força e vontade de vida me trazem. Você é fonte inesgotável de desejo de vida, de descobrir coisas novas, de se jogar em projetos arrojados e desafiadores. Obrigado também por ter feito da sua família a minha família, é um privilégio partilhar mais da metade da vida com vocês: Gomes, Márcia, Luana, Nanda, Julites, Caru, Rapha, Lara, Flora e Penélope. Em especial, agradeço à Tutu, minha afilhadinha tão querida por tanto amor e generosidade que traz ao mundo.

Meu muito obrigado a todos que participaram em alguma medida desta longa jornada.

RESUMO

Trata-se de pesquisa sobre migrações transnacionais, tomando como foco e abordagem a cidade e a produção dos espaços urbanos. Assumindo como principal procedimento de pesquisa a reconstrução de trajetórias de vida de diferentes grupos de migrantes transnacionais que chegaram à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) na última década, pretende-se, em termos gerais, compreender a relação dessas pessoas com o espaço urbano, destacando os campos de sociabilidade e redes de relações construídas na cidade. No primeiro capítulo, propõe-se o plano de referência para compreensão e análise das presenças migrantes em São Paulo. Em especial, os conceitos de *fazer-cidade* e o binômio *emplacement/displacement* são trabalhados em profundidade (Çaglar; Glick Schiller, 2018). A tese assume orientação teórico-metodológica descritiva. É na reconstrução da trajetória dos interlocutores de pesquisa que se torna possível puxar os fios para a leitura do presente. Ao adotar a lente urbana para se olhar as questões migratórias, sugerimos uma perspectiva caleidoscópica, que permite compreender os atravessamentos múltiplos envolvidos na questão migratória, com ênfase nas alianças e nas relações engendradas por uma rede de atores socioinstitucionais. No segundo capítulo, parte-se da observação situada na Missão Paz, reconhecida entidade que atua em diferentes frentes com migrantes em São Paulo. Sugere-se que a entidade funciona como um operador de escala e conector urbano, isto é, um polo gravitacional da questão migratória na cidade. Como operador de escala, a instituição ganha relevância nos mais diferentes níveis de debates, articulando as formas pelas quais São Paulo entra no jogo das migrações transnacionais. Por ser um conector urbano, os arredores da entidade apresentam uma dinâmica pautada pelas presenças dessas mobilidades transnacionais. Perscrutamos, então, um coletivo organizado por migrantes que se conectaram por meio da entidade, o Pacto pelo Direito de Migrar; dialogamos com a Sociedade Beneficente Muçulmana; e, por fim, traçamos algumas considerações sobre a inserção de migrantes transnacionais em uma ocupação de moradia no bairro da Mooca. Em seguida, no terceiro capítulo, puxando um dos fios encontrados na Missão Paz, a análise assenta-se no trabalho de campo realizado no Jardim Piratininga, na Zona Leste de São Paulo. Em foco estão trajetórias de migrantes brasileiros e transnacionais que se entrecruzaram no bairro, construindo arranjos variados de moradia e trabalho. O último

capítulo coloca em tela as tramas políticas em torno das alianças e das lutas de migrantes em São Paulo. A ênfase é compreender como são engendradas articulações entre diferentes atores que constituem um polo central para a consolidação de uma vida passível de ser vivida (Butler, 2018).

Palavras-chave: Migrações transnacionais; Cidade como campo de conflito; *Emplacement*; *Displacement*; Trajetórias urbanas; Fazer-cidade

ABSTRACT

This is a research on transnational migration, focusing on the city and the production of urban spaces. The main research approach is the reconstruction of life trajectories of different groups of transnational migrants who have arrived in the Metropolitan Region of São Paulo (RMSP) in the last decade. In general terms, the aim is to understand the relationship between these people and the urban space, highlighting the fields of sociability and networks of relationships built in the city. In the first chapter, a reference framework is proposed for understanding and analyzing the presence of migrants in São Paulo. In particular, the concepts of city-making and the binomial emplacement/displacement are discussed in depth (Çaglar; Glick Schiller, 2018). The Thesis adopts a descriptive theoretical-methodological approach. It is in reconstructing the trajectory of the participants in the research that it becomes possible to pull the threads for reading the present. By adopting an urban lens to look at migratory issues, we suggest a kaleidoscopic perspective, which allows us to understand the multiple crossings involved in the migratory issue, with an emphasis on the alliances and relationships engendered by a network of socio-institutional actors. In the second chapter, we start with the observation of Missão Paz, a well-known organization that works on different fronts with migrants in São Paulo. It is suggested that the organization functions as a scale operator and urban connector, in other words, a gravitational pole for the migratory issue in the city. As a scale operator, the institution gains relevance at the most different levels of debate, articulating the ways in which São Paulo enters the arena of transnational migration. As an urban connector, the area around the institution has a dynamic based on the presence of these transnational mobilities. We then look at a collective organized by migrants who have connected through the entity, the Pacto pelo Direito de Migrar; we talk to the Sociedade Beneficente Muçulmana; and finally, we outline some considerations about the insertion of transnational migrants in a housing squat in the Mooca neighbourhood. Then, in the third chapter, pulling on one of the threads found in Missão Paz, the analysis is based on fieldwork carried out in Jardim Piratininga, in the East Zone of São Paulo. The focus is on the trajectories of Brazilian and transnational migrants who have intertwined in the neighborhood, building varied living and working arrangements. The final chapter looks at the political issues surrounding the alliances and struggles of migrants in

São Paulo. The emphasis is on understanding how articulations are engendered between different actors who constitute a central pole for the consolidation of a worthy life (Butler, 2018).

Keywords: Transnational migrations; City as a battleground; Emplacement; Displacement; Urban trajectories; City-making

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Casa de alvenaria de migrante haitiano na ocupação da antiga Fábrica de Tecidos Labor na Mooca. Em detalhe, a grade de proteção na janela.....	126
Figura 2	Casas de alvenaria de migrantes haitianos e casas de brasileiros de madeirite na ocupação da antiga Fábrica de Tecidos Labor na Mooca.....	126
Figura 3	Telhados das casas na ocupação da antiga fábrica de Tecidos Labor na Mooca.....	127
Figura 4	Fábrica de Tecidos Labor.....	127
Figura 5	Túnel de entrada principal do Jd. Piratininga, acesso para a Avenida Dr. Assis Ribeiro, muro que separa o bairro do trilho da CPTM paralelo à rua Olga Artacho.	134
Figura 6	Ortofoto da cidade de São Paulo em 2001.	139
Figura 7	Ortofoto com destaque para o Jardim Piratininga, município de São Paulo – 2021.....	140
Figura 8	Rua Filadélfia no Jd. Piratininga.....	142
Figura 9	Vieira no Jd. Piratininga.....	142
Figura 10	Cabeleireiro de migrantes haitianos na Rua Olga Artacho, esquina com rua Filadélfia.....	143
Figura 11	Condomínio de seu Caetano, foto tirada a partir da laje com vista para átrio interno, 2018.	153

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Região Metropolitana de São Paulo com destaque para o município de São Paulo, a Subprefeitura da Penha, o Distrito de Cangaíba e o Jd. Piratininga.....	132
Mapa 2	Avenida Dr. Assis Ribeiro, do Distrito da Penha até São Miguel Paulista, destaque para o Jd. Piratininga. São Paulo, 2019.....	134
Mapa 3	Fração do mapa da cidade de São Paulo em 1930, região de Cangaíba. Tracejado em vermelho a região do Jd. Piratininga em 2019.....	135
Mapa 4	Fração do mapa da cidade de São Paulo em 1964, região de Cangaíba. Tracejado em vermelho a região do Jd. Piratininga em 2019.	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição (%) das principais nacionalidades atendidas no Centro de Acolhida para Imigrantes – Pari, ordenado pelo total de atendimentos entre 2016 e 2018.....	44
Tabela 2	Distribuição do número de registros de pessoas cadastradas no SisMigra por país de origem, distribuição percentual e posição no ranking. Ranqueamento realizado para 2010, 2022 e para o acumulado de 2010 a 2022.....	47

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Agência da ONU para Refugiados
AMA	Assistência Médica Ambulatorial
AMILV	Associação de Mulheres Imigrantes Luz y Vida
ANIV	Associação Nacional dos Imigrantes Venezuelanos
ASSP	Associação de Senegaleses de São Paulo
AVIM	Associação de Voluntários pela Integração do Migrante
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAMI	Centro de Apoio ao Migrante
CAR	Centro de Acolhida para Refugiados
CASP	Cáritas Arquidiocesana de São Paulo
CDHIC	Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante
CEF	Caixa Econômica Federal
CEM	Centro de Estudos Migratórios
Cetren	Central de Triagens e Encaminhamentos
CIC-Imigrante	Centro de Integração e Cidadania do Imigrante
CMI	Conselho Municipal de Imigrantes
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
Conare	Comitê Nacional para os Refugiados
Condephaat	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
Conpresp	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPM	Centro Pastoral do Migrante
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRAI	Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante
CRNM	Carteira de Registro Nacional Migratório
CSEM	Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios
CSP-Conlutas	Central Sindical e Popular Conlutas

CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo
DataMigra	Extrator de Dados Migratórios
DEIC	Divisão Especializada de Investigações Criminais
DPF	Departamento de Polícia Federal
DPRNM	Documento Provisório de Registro Nacional Migratório
ECA-USP	Escola de Comunicações e Artes da USP
Educafro	Rede de Educação e Cidadania de Negros e Negras e de Pessoas das Camadas Populares
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
GAH	Grupo de Abate Halal
GRIST	Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem Teto
IDDAB	Instituto do Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil
IMDH	Instituto Migrações e Direitos Humanos
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITTC	Instituto Terra, Trabalho e Cidadania
Labur	Laboratório de Geografia Urbana
LAI	Lei de Acesso à Informação
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MP	Ministério Público
MSTC	Movimento dos Sem Teto do Centro
NEPO	Núcleo de Estudos de População Elza Berquó da Unicamp
NIEM	Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PAL	Presença da América Latina
PCC	Primeiro Comando da Capital
PDMIG	Pacto pelo Direito de Migrar
PEC-G	Programa Estudantes Convênio de Graduação
PFC	Penitenciária Feminina da Capital
PET	Parque Ecológico do Tietê
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RDC	República Democrática do Congo
RedeMiR	Rede Solidária para Migrantes e Refugiados
REMHU	Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RNM	Registro Nacional Migratório
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SARA	Società Anonima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici
SBM	Sociedade Beneficente Muçulmana
SEFRAS	Ação Social Franciscana
SEPPIR	Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial
SESC	Serviço Social do Comércio
Sietar	Society for Intercultural Education, Training and Research
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SisMigra	Sistema de Registro Nacional Migratório
SMDHC	Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania
SPETR	Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UDPS	União pela Democracia e o Progresso Social)
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UMSPB	União dos Malineses em São Paulo no Brasil

UnB	Universidade de Brasília
UNEafro	União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UniDrummond	Centro Universitário Carlos Drummond de Andrade
Unila	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Unilab	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
USIH	União Social dos Imigrantes Haitianos
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	23
INTRODUÇÃO.....	27
1. O PLANO DE REFERÊNCIA	32
1.1. O PERCURSO DAS QUESTÕES DE PESQUISA.....	32
1.2. SÃO PAULO EM UMA NOVA GEOPOLÍTICA DAS MOBILIDADES	37
1.3. O PLANO DE REFERÊNCIA TEÓRICO: FAZER-CIDADE NO PRISMA DAS MOBILIDADES.....	48
1.4. QUESTÕES METODOLÓGICAS E INSERÇÃO NO CAMPO.....	62
1.4.1. Personagens e trajetórias urbanas como método	62
1.4.2. Expedientes de pesquisa	70
1.5. NOS PRÓXIMOS CAPÍTULOS... ..	78
2. UMA REDE SOCIOINSTITUCIONAL DE MIGRANTES EM SÃO PAULO: A MISSÃO PAZ COMO OPERADOR DE ESCALA E CONECTOR URBANO.....	81
2.1. A BAIXADA DO GLICÉRIO.....	82
2.2. A MISSÃO PAZ COMO OPERADOR DE ESCALA E CONECTOR URBANO	86
2.3. O COLETIVO PACTO PELO DIREITO DE MIGRAR (PDMIG) – ÁFRICA DO CORAÇÃO	108
2.4. A SOCIEDADE BENEFICENTE MUÇULMANA	116
2.5. UMA OCUPAÇÃO DE MORADIA NOS ARREDORES DA MISSÃO PAZ.....	119
3. O JARDIM PIRATININGA: TRAJETÓRIAS URBANAS DE MORADORES DE UM BAIRRO PERIFÉRICO TRANSNACIONALIZADO.....	132
3.1. SEU JEREMIAS, O EMBAIXADOR	145
3.2. SEU CAETANO, UM EMPREENDEDOR IMOBILIÁRIO	149
3.3. OLAVO, UM MIGRANTE CONECTADO	156
3.4. GERALDO, O TRADUTOR DO PIRA.....	161
CAPÍTULO 4 – TRAMAS POLÍTICAS EM PERSPECTIVA: UMA CARTOGRAFIA DAS LUTAS E ALIANÇAS DE MIGRANTES TRANSNACIONAIS	170
CONCLUSÃO.....	188
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	192
ANEXO I.....	206

PRÓLOGO

Era madrugada de terça para quarta-feira, semanas antes do Natal, período em que o comércio popular do Brás está especialmente aquecido, ainda que as vendas estivessem reduzidas naquele ano de 2020, pois vivia-se em plena pandemia de Covid-19. Nos arredores da conhecida Feira da Madrugada, em uma rua esvaziada do centro do Brás, antes da alvorada, um amigo senegalês avisou Falilatou que a polícia havia invadido seu apartamento. “Ai... para com isso, por que esses homens não podem ver uma mulher sozinha na rua que já querem começar papinho? Me deixa trabalhar em paz.”, resmungou a refugiada negra. O senegalês frisou que não era um flerte, a polícia procurava pela togolesa. Já experiente na lida com as forças da ordem no Brasil, pensou se tratar da Polícia Militar, que com alguma frequência achacava trabalhadores ambulantes, quando não sequestrava suas mercadorias. Afinal, há anos a Operação Delegada, convênio entre a prefeitura municipal e a Polícia Militar estadual, fazia ronda no bairro. Entretanto, para seu espanto, o amigo alertou que a operação fora realizada pela Polícia Civil. Com muitas dúvidas na mente, Falilatou decidiu voltar para casa para o café da manhã. Ela saiu à uma da manhã para comprar roupas na Feira da Madrugada, mas já planejava retornar às ruas para comercializar as mercadorias recém adquiridas. Era o momento de aproveitar a alta das vendas e fazer uma poupança para os meses seguintes, quando o comércio passaria pela ressaca da gastança de fim de ano. Desconfiada, lembrava a ocasião em que fora abordada anos antes pela Polícia Civil. Repassava a história ocorrida em 2016, quando, a caminho do seu ponto de comércio no Brás, empurrando um carrinho abarrotado de mercadoria, uma viatura da Polícia Civil a abordou sob a acusação de portar mercadoria pirata. Depois de muito bate-boca na delegacia, os produtos foram devolvidos. Ela não aceitaria perder uma vez mais toda a sua mercadoria, menos de quinze dias antes a Polícia Militar havia apreendido todo o material que comercializava.

Na madrugada de 14 para 15 de dezembro de 2020, a togolesa chegou à sua *kitnet* e viu a porta arrombada. Um tecido branco e uma fita “impediam” o acesso de estranhos. Todo o apartamento estava revirado. O dinheiro que possuía, R\$ 1.400,00, estava no mesmo lugar, apenas havia sido recontado pela Polícia, ela presumia. A refugiada nota algumas ligações em seu telefone, a proprietária do imóvel e uma vizinha tentaram avisá-la. Todos confirmavam que a Polícia Civil portava uma foto sua e a buscavam por todos os cantos. Sem entender a razão de tanto alvoroço, ela liga para um padre togolês, a quem chama de irmão, que conhecera

quando morou em Sapopemba, bairro periférico na Zona Leste de São Paulo. Falilatou viveu na periferia de São Paulo quando trabalhava como faxineira com carteira assinada em um McDonalds, antes de iniciar o trabalho como ambulante no Brás. Conseguiu o emprego com o auxílio do serviço de mediação de emprego oferecido pela Missão Paz, organização referência no atendimento a migrantes e refugiados, localizada na Baixada do Glicério – morou também na Casa do Migrante, espaço de acolhimento a migrantes e refugiados da instituição. Contudo, permaneceu pouco tempo nesse emprego, devido ao longo deslocamento diário de seis horas no transporte público (três horas para ir e três para voltar).

Além do padre, chamou uma amiga e a proprietária do apartamento. Todos orientaram que esperasse em casa, conforme a instrução policial, pois supostamente a polícia voltaria ainda naquele mesmo dia. Ela aguardou uma, duas, três, quatro horas, mas ninguém apareceu. Diante da angústia da espera, da necessidade de resolver o impasse e da vontade de voltar a trabalhar, afinal tinha comprado grande quantidade de mercadorias para revender nas ruas do Brás no período de véspera de Natal, pediu ao amigo-irmão Padre e a proprietária do apartamento que a acompanhassem até a delegacia mais próxima. Já no distrito policial, entregou sua documentação e pediu informações sobre as razões de estar sendo procurada.

Enquanto aguardava no *hall* externo da delegacia, uma mulher se apresentou, indagou se ela tinha advogado constituído, informou que em breve seria presa e ofereceu seu serviço de defesa. Indignada com a abordagem da advogada, relutou veementemente em compreender o que estava acontecendo ali. Foi à delegacia por livre e espontânea vontade com o intuito de compreender por que era procurada pela polícia. Portanto, nada tinha a temer, não havia feito nada de errado nem cometido infração alguma. Falilatou ignorava a informação da suposta advogada, não acreditava no que ela dizia. O desespero aumentava conforme o tempo passava e ela permanecia sem saber do que se tratava. Como em um processo kafkiano, ninguém lhe explicava nada ou dava qualquer informação, mandavam apenas que aguardasse.

Depois de algum tempo, já escoltada por policiais, o delegado a convoca para entrar em sua sala. Separada dos amigos que a acompanhavam, o delegado a apresentou a outras três acusadas de serem suas comparsas, também ali retidas. Falilatou seguia indagando as razões de sua casa ter sido arrombada, sem entender que esse seria o menor de seus problemas. Ainda não compreendia que estava sendo presa: “Chefe, eu não sei por que estou aqui. Não sei por que arrombaram minha casa. Estou sendo presa? Por favor, explica para mim! Em meu país, antes

de matar a galinha, você tem que dar água para ela beber”². Foi então levada para outra sala onde lhe disseram que seria presa por estelionato. Falilidou nada sabia sobre processos e código penal, menos ainda de que forma a justiça brasileira opera ou os significados dos termos do direito brasileiro. “Sou analfabeta, não entendo direito português. O que é estelionato? O que é lavagem de dinheiro? Explica para mim!”, suplicava a togolesa ao delegado. Em tom de chacota, o oficial dizia que ela sabia muito bem as razões de estar na delegacia. O desespero e o nervosismo tornavam a comunicação ainda mais difícil para uma migrante com pouco domínio do português.

Ao final, entendeu que era acusada de ter quatro contas bancárias usadas para lavagem de dinheiro. Falilidou empenha-se em provar não ter as quatro contas, mostra o celular ao policial e indica ser correntista apenas do Itaú. O delegado passa a inquirir a migrante, pergunta quantas casas e carros ela possuía, se tinha marido ou namorado, se emprestara as contas para alguém, entre tantas outras perguntas. Ela, no entanto, responde que é trabalhadora, que paga R\$ 800,00 de aluguel e que eles tinham entrado em sua casa e visto com os próprios olhos quais bens possuía – tudo muito longe das posses mencionadas. Todo seu apartamento fora mobiliado com utensílios oriundos de doações da Missão Paz e de outras igrejas de São Paulo, algumas católicas da Zona Leste, outras batistas, como a que ela frequentava. Suas posses eram fruto de doações e do trabalho árduo entre a madrugada e o dia. Ela afirma ser camelô e comercializar na rua. Disse ter medo da violência urbana e, por isso, não saía, a não ser para trabalhar ou ir à igreja aos domingos. Tampouco teria recursos para gastar em outro tipo de vida social, já que a maior parte de suas economias eram remetidas para custear as despesas básicas do filho no Togo (comida, material escolar e abrigo). Falilidou buscava de todas as formas propiciar ao filho um futuro distinto da pobreza que viveu e evitar que ele precisasse trabalhar vendendo comida ou outros objetos nas ruas de Lomé, como fizera em sua infância. Seu principal objetivo era propiciar novas oportunidades ao menino e acumular algum dinheiro para trazê-lo para São Paulo, onde ele poderia ter mais possibilidades de desenvolvimento pessoal. Portanto, aquelas acusações não faziam sentido.

Daí esse chefe disse a outro oficial que eu estava mentindo. Ele me pressionava para que eu falasse outra coisa. Eu dizia a ele que não era burra, que se eu fosse culpada eu teria fugido, não teria ido me entregar. Eu estava lá porque eu não tinha nada a temer. Veio então outro chefe, me acalmou, me deu água. Eu estava nervosa, mas eu não gritava. Eu sei que a polícia tem que ser respeitada, meu pai é policial, então sempre respeitei a polícia. Naquele dia foi assim, daí eles me prenderam. Eles disseram que eu tinha conta no Banco do Brasil, eu disse que nunca tinha aberto conta no Banco do Brasil, ele disse que eu tinha quatro contas, mas eu disse que só tinha no Itaú. Eu dei

² Entrevista concedida por Falilidou ao autor em 16 jul. 2021.

meu celular na mão dele para provar. De lá saí presa sem saber direito a que respondia. Fui levada para outra delegacia e depois para a PFC [Penitenciária Feminina da Capital]³.

Falilatou foi incriminada e presa sob mandato no âmbito da Operação Anteros, coordenada pela Divisão Especializada de Investigações Criminais (DEIC) de Presidente Prudente e por outros departamentos da Polícia Civil de São Paulo, além de Polícias Civil de outras seis unidades federativas. Supostamente, Falilatou era acusada de participar de uma organização criminosa que teria extorquido mais de R\$ 24 milhões com falsos namoros virtuais.

Conhecida como uma das maiores operações policiais do país, a Anteros desbaratou um esquema de fraudes on-line, em que perfis falsos eram utilizados em sites de relacionamento e nas redes sociais para aplicar golpes. De acordo com o Ministério Público (MP), aproximadamente duas mil pessoas foram prejudicadas pela organização, que poderia ter lucrado mais de R\$ 100 milhões com as investidas. Entre os 115 investigados presos, estava Falilatou e tantos outros migrantes e refugiados da África subsaariana, todos negros (89 migrantes foram implicados, 70 deles africanos). Para a polícia, a refugiada atuava como *correntista* no esquema de estelionato, extorsão e lavagem de dinheiro. Segundo a acusação, ela movimentou R\$ 1.035.000,00 – montante que pertenceria à organização criminosa – em cinco contas bancárias de três bancos diferentes. A prova apresentada consistia em uma assinatura em letra cursiva com o nome da togolesa no formulário de abertura de conta. O MP sugeria que os correntistas ganhavam de 3% a 7% do valor que passava pelas contas. Se fosse verdade, o lucro obtido por Falilatou com esse negócio já teria sido suficiente para trazer o filho do Togo. Entretanto, ela trabalhava mais de 15 horas diárias como ambulante para cumprir esse objetivo. A enorme operação foi conduzida na comarca de Martinópolis, pequeno município do interior de São Paulo que sequer conta com defensoria pública. O caso ganhou notoriedade ao ser noticiado em jornais e portais virtuais e passou a circular pelas redes de migrantes meses após a prisão, mobilizando uma extensa rede de apoio.

³ Entrevista concedida por Falilatou ao autor em 16 jul. 2021.

INTRODUÇÃO

Na cena que abre esta tese, a togolesa foi presa sem sequer entender a acusação e as supostas evidências mobilizadas contra ela. Naqueles meses da pandemia, nem direito à audiência de custódia teve. Tampouco teve a oportunidade de se comunicar com seus familiares na África. A camelô refugiada negra e analfabeta ficou presa por seis meses e um dia, como ela mesma relata, com a precisão de quem sabe o significado de cada segundo de liberdade tolhida.

A partir de uma matéria jornalística denunciando a história, uma ampla mobilização reverberou as injustiças relacionadas ao caso. Uma miríade de atores, desde representantes da política institucional a ativistas de movimentos organizados, passando pela imprensa, movimentos sociais e pesquisadores universitários, articularam-se por #LiberdadeParaFalilatou – para usar a forma de escrita típica daquele tempo, em que praticamente todas as mobilizações eram articuladas no mundo virtual das redes sociais, sendo a *hashtag* o modo de sintetizar e denominar a campanha. Eu, como pós-graduando e pesquisador de uma universidade pública, atuei ativamente na defesa de seus direitos, assim como estive mobilizado em outras atividades pelos direitos de migrantes e refugiados em São Paulo. Após alguns dias de mobilização, Falilatou passou a responder ao processo em liberdade, embora com o passaporte retido e sem acesso à conta bancária.

Essa cena política e, em especial, a trajetória de Falilatou forneceram as pistas para o desenvolvimento desta tese de doutorado. Na verdade, o trabalho é quase uma externalidade positiva do processo de mobilização e articulação em rede em torno da pauta migrante em São Paulo. A minha própria experiência de observador, narrador, intérprete e atuante me situa em uma rede multiforme e ativa de defesa das formas de vida que migrantes e refugiados encontram em São Paulo.

Embora o fenômeno migratório não seja novo, o modo pelo qual ele se organiza na atualidade possui razões, sentidos e dinâmicas próprias do presente. Buscamos, portanto, dar o plano conceitual desse fenômeno contemporâneo. A sucinta história de Falilatou já evidencia aspectos marcadamente diferentes em relação ao que aconteceu no passado. Trata-se de uma presença que busca sobreviver na cidade e, ao mesmo tempo, manter os laços com a localidade de origem. Ou seja, é um projeto transnacional de presença, diferente daquelas mobilidades que constituíram o mercado de trabalho nacional. Uma nova geopolítica global das mobilidades se coloca em perspectiva, na qual trabalhos precários são mobilizados por pessoas deslocadas por diferentes razões. O estatuto do refúgio é ativado como forma de regularização migratória, e as

redes globais de valor em um mercado popular pujante no centro da maior cidade da América do Sul são espaços privilegiados para geração de renda da refugiada. O encontro com o Estado, em sua face policial, repressiva e penal, marca a trajetória da togolesa.

Ao longo da tese, procuramos demonstrar como redes de afetos e tramas institucionais variadas são acionadas diante das dificuldades de inserção na vida urbana em São Paulo, e como múltiplos atores abrem caminho para que determinados modos de vida possam existir em meio às adversidades de todos os tipos e calibres. Opções de moradia na periferia e no centro compõem as trajetórias urbanas dos e das migrantes, instituições religiosas são mobilizadas, grupos e associações são fundados. Uma nova política local e translocal se espacializa em São Paulo. Redes de cuidado e defesa da vida articulam-se em torno dessas pessoas em mobilidade nas recorrentes situações de prisões arbitrárias ou de morte do corpo negro. Afinal, #VidasNegrasImigrantesImportam, como discutiremos no último tópico, retomando outra *hashtag* mobilizada.

A história de Falilatou pode ser vista como um caso, entre muitos outros, dessas *existências destinadas a passar sem deixar rastro*, de que fala Foucault (2003) em *A vida dos homens infames*, não fosse o *feixe de luz* que recai sobre elas em seu encontro com o poder. Esse feixe de luz, por sua vez, deixa rastros e traços nos registros documentais dessas existências capturadas pelas tramas do poder. No caso de Foucault, os vestígios são encontrados nos arquivos documentais por meio dos quais ele vasculha historietas do século XVIII. Para nós, por vezes, trata-se de pequenas notas de imprensa de casos policiais ou ocorrências que ganham registro em reportagens. Além de outras tantas situações que documentamos em nossas deambulações de pesquisadores e engajamentos políticos nas redes de apoio formadas ao longo dos anos.

Nesse texto magnífico, Foucault demonstra que os encontros com o poder, mesmo pelo viés do registro policial e administrativo, fornecem pistas sobre como o poder opera e também sobre o campo político situacional e relacional que aí se constitui e que é constitutivo das relações de poder. Esse campo é feito de uma teia de acasos e circunstâncias, de relações e interações, jogos ambivalentes de ações e reações, demandas e reclamações. Daí o interesse nas histórias minúsculas, como diria o filósofo, desses *homens (e mulheres) infames – gente sem fama* –, em seus desejos, raivas, desventuras e modos ambivalentes de lidar com os homens e símbolos que encarnam o poder em suas vidas (Foucault, 2003).

Não por acaso a história de Falilatou abre este trabalho como prólogo e será retomada no último capítulo. Ela e outras personagens que povoam esta tese com suas *histórias*

minúsculas, de gentes *sem fama*, serão tomadas como guia descritivo para a análise das redes de relações e interações construídas no decorrer das trajetórias migrantes e das circunstâncias de suas vidas na metrópole paulista. A trajetória de Falilatou é o fio condutor da tese de doutoramento, levando-nos por diferentes espacialidades da cidade. Além de outras histórias infames como a dela, trataremos também de “casos menores” que, por um jogo de circunstâncias de momento, tornaram-se acontecimentos mobilizadores e pautaram a grande imprensa. Exemplo disso são as mobilizações e articulações ocorridas após o brutal assassinato de Moïse Kabagambe, trabalhador refugiado congolês, espancado até a morte diante de câmeras de segurança em um quiosque na elitizada Barra da Tijuca carioca.

Ao longo dos quatro capítulos que compõem este texto, procuramos demonstrar como, a partir dos anos 2000, mas sobretudo após 2010, a presença múltipla e multiforme de migrantes e refugiados em São Paulo afeta as dinâmicas urbanas. Quais novos campos de sociabilidade emergem e como se constroem essas redes de relações situadas na capital paulista? Como novos campos políticos se configuram e se transformam? Atores, instituições, coletivos, operadores estatais, defensores múltiplos, organizações transnacionais, entidades religiosas, movimentos sociais históricos da cidade, toda uma cena política se reconfigura em torno dessas novas presenças. Algumas alianças podem ser pontuais ou circunstanciais, enquanto outras operam de forma contínua ao longo do tempo. As dinâmicas são redesenhadas, englobando novos conflitos, disputas, convergências e solidariedades. Há pessoas que não planejam construir vínculos com São Paulo, enquanto outras desejam enraizar-se e constroem laços variados e multiformes com os demais habitantes da cidade, brasileiros ou não. Novas territorialidades, atravessadas por linhas de força que conectam diversos espaços do globo, ancoram-se em São Paulo. Ao longo da tese, apresentaremos as institucionalidades múltiplas e multiescalares, assim, buscaremos olhar a cidade a partir do prisma desses excluídos, expulsos, perseguidos e reterritorializados (provisoriamente ou não) em São Paulo. Percorreremos os encontros fortuitos, essa gramática política que traz novos sentidos para a territorialidade da cidade.

No primeiro capítulo, apresentaremos o campo teórico e conceitual proposto. Em primeiro lugar, teceremos sucintamente algumas considerações sobre o percurso da pesquisa de doutoramento, que é herdeira de um campo de debates iniciado nos anos 1990, cuja perspectiva coloca em foco as mobilidades e os migrantes transnacionais. Em seguida, faremos a marcação dos termos do debate migratório em São Paulo e no mundo nos últimos anos. Entretanto, não pretendemos realizar um balanço bibliográfico aprofundado sobre o tema, mas apenas situar as questões que passaram a pautar as problematizações sobre migração e cidade, tanto no contexto

local quanto no debate global. O objetivo central do capítulo é narrar as mobilidades contemporâneas como produtoras de redes de relações e de sociabilidades. Para tanto, as noções de *emplacement* e de fazer-cidade serão debatidas em profundidade. Esses conceitos serão mobilizados para a construção do argumento central da tese e para a compreensão da pesquisa de campo realizada em diferentes localidades de São Paulo. Além disso, discutiremos a aposta teórico-metodológica perseguida na pesquisa. Ou seja, examinaremos os efeitos de composição que o próprio fazer-pesquisa exerce na realidade, além de analisar o método de reconstituição de trajetórias urbanas, que utiliza a construção de certos personagens como mecanismo heurístico de reflexão sobre o próprio fazer-cidade.

Os capítulos seguintes voltam-se às questões que surgiram do trabalho de campo. O segundo capítulo parte das visitas sistemáticas à região da Baixada do Glicério, localizada no centro de São Paulo, com foco especial na Missão Paz. A partir desse campo, caminhos foram abertos, novos destinos entraram em foco e territorialidades não previstas passaram a fazer parte da pesquisa. Não se trata apenas de frequentar múltiplas espacialidades, mas compreender as miríades de linhas de força que produzem e caracterizam cada um desses lugares. Por isso, fomos do Glicério para uma ocupação de moradia abarrotada de migrantes e refugiados nos arredores do bairro, na Mooca. A interlocução com esses sujeitos, suas trajetórias e experiências, suas articulações com coletivos e instâncias múltiplas de poder, compõem a cartografia que propomos traçar na escrita desta tese.

O terceiro capítulo coloca um bairro periférico da Zona Leste de São Paulo no centro do debate. Esse bairro poderia ser Sapopemba, onde morou Falilatou, ou Cidade Antônio Estêvão de Carvalho (conhecido como Cidade AE Carvalho), onde outras interlocutoras da pesquisa vivem, mas por um conjunto de fatores que serão mais bem elucidados no capítulo, trataremos do Jardim Piratininga. Será narrada a história do bairro, suas lutas, lideranças e disputas. Analisaremos as conjunções que constroem a territorialidade como cimento e aço. A luta por água e energia e as conflituosas tramas envolvendo sua regularização. Essas questões serão debatidas a partir das trajetórias de alguns migrantes e refugiados e suas conexões com moradores do bairro.

Por fim, com o objetivo de articular as discussões anteriores, o quarto capítulo colocará em perspectiva as ações políticas articuladas por migrantes e refugiados, assim como suas redes de afeto e defesa de direitos, por meio das quais conseguem a escalabilidade da pauta migratória. A aposta metodológica para a tese é a descritiva: narrar na filigrana como essas alianças se constituem em São Paulo.

1. O PLANO DE REFERÊNCIA

1.1. O PERCURSO DAS QUESTÕES DE PESQUISA

Durante a experiência prévia com o tema das migrações transnacionais, especialmente na dissertação de mestrado desenvolvida entre 2010 e 2013, abordamos o que foi denominado de *migrantes da costura* em São Paulo (sobretudo bolivianos, peruanos e paraguaios). Discutimos o funcionamento das oficinas de costura e seu papel como dispositivo de circulação e de territorialização de força de trabalho transnacional. Esses espaços ofereciam trabalho, moradia e alimentação para o migrante que não possuía vínculos com o território, viabilizando suas condições mínimas de sua inserção na cidade. Entretanto, esses mesmos elementos integram os principais problemas relacionados à superexploração desse contingente de trabalhadores. As oficinas também foram compreendidas como dispositivo produtivo conectado à história desse segmento econômico em São Paulo e seu respectivo processo de reestruturação produtiva, que altera os modos de organização e ritmos do setor econômico, ambos aspectos inteiramente imbricados na economia urbana e nos circuitos de comércio formal e informal da cidade (Côrtes, 2013).

Ainda no registro da pesquisa sobre os migrantes da costura, em resposta à demanda realizada pela Revista Travessia do Centro de Estudos Migratórios (CEM), ligado à Missão Paz, coorganizei, em parceria com Carlos Freire da Silva, um dossiê sobre a migração paraguaia em São Paulo (Côrtes; Freire da Silva, 2014a). Esta pesquisa lançou luz sobre o fato de a costura, etapa mais intensiva em demanda por força de trabalho no setor produtivo de vestimentas, empregar migrantes de outras nacionalidades e não apenas bolivianos, como vinha sendo destacado no debate midiático e acadêmico da época. Ao compreender a mobilização de paraguaios para o circuito das encomendas (Freire da Silva, 2008), nosso objetivo era analisar a migração transnacional pautada pela mobilização por trabalho em São Paulo, sugerindo a existência de uma afinidade eletiva entre os processos migratórios da época e a reestruturação produtiva do segmento na cidade. Ainda que o dossiê tenha tematizado sobretudo os paraguaios em São Paulo, o que destacamos foi o modo de apreender a migração por meio do prisma das transformações urbanas. Neste aspecto específico, enfatizamos a relação entre as mudanças na indústria de confecções e a intensificação dos processos de subcontratação, com a emergência do dispositivo *oficina de costura*, em que moradia e trabalho concentravam-se em um mesmo espaço e o pagamento era realizado por peças. As oficinas de costura foram vistas como dispositivo produtivo de circulação e mobilidade, assim como de fixação e territorialização em

São Paulo (Côrtes, 2013; Côrtes; Freire da Silva, 2014b). Tratamos, portanto, da relação entre os modos de migração contemporâneos e esse conjunto de práticas econômicas. Refutamos a ideia de que haveria qualquer tipo de relação explícita entre a nacionalidade do migrante e a inserção econômica urbana. Ou seja, não haveria afinidade cultural ou social com esse trabalho ou vocação imanente de bolivianos para a costura. Ousamos prever naquele momento que, com a chegada de novos migrantes transnacionais, seria bastante provável que aparecessem denúncias de trabalho escravo ou superexploração do trabalho de pessoas de outras nacionalidades no mesmo setor. De fato, fiscalizações noticiaram que migrantes haitianos⁴ e venezuelanos estariam submetidos a condições de trabalho análogo ao de escravo (Pereira; Carvalho; Parise, 2018, p. 293).

A cidade de São Paulo constituiu-se como um importante mercado, uma grande feira para atacadistas que vêm de diferentes partes do Brasil e de outros países, como Angola e Paraguai. Por exemplo, em nosso trabalho de campo no Brás, bairro central da cidade de São Paulo, rastreamos um circuito de compras de mulheres angolanas que chegam à cidade para adquirir sobretudo chinelos e cortinas para revender na Angola⁵. Já durante a pesquisa para o dossiê sobre migração paraguaia, rastreamos um circuito em que paraguaios chegam ao Brás e Bom Retiro para se abastecerem de roupas de jeans (Côrtes; Freire da Silva, 2014b).

No campo dos estudos migratórios, desde a sua origem e ainda nos dias atuais, é comum a questão migratória ser pautada a partir do perfilamento da nacionalidade ou de características comuns relativas à origem desses indivíduos, pressupondo certa homogeneidade tanto na sociedade de destino, na qual o migrante busca estabelecer suas relações, quanto na de origem. É frequente a referência a grupos como *os haitianos*, *os venezuelanos*, *os sírios*, etc. Trata-se de uma abordagem que produz e repõe a diferenciação em termos culturais, políticos e sociais. Embora não pretendamos asseverar que não haja características compartilhadas em termos de nacionalidade, essa é apenas uma das dimensões frente a muitas outras. Devemos ter em vista que as migrações transnacionais são múltiplas e muito heterogêneas. As interseccionalidades que localizam e constituem as condições e possibilidades de cada um desses grupos e indivíduos são variadas. Fatores como o período de inserção na cidade, raça, classe, gênero, idade, nacionalidade, origem étnica no interior de cada uma dessas nacionalidades etc, são essenciais. Além disso, o próprio lugar para onde migram, em nosso caso o mundo social paulistano, é

⁴ Ver matéria de Wroblewski (2014).

⁵ O trabalho de Lea Barreau-Tran (2016) examina esse circuito comercial.

complexo, heterogêneo, diverso, mutante e extremamente diferenciado e desigual. Desse modo, o conjunto dessas características compõe a heterogeneidade das inserções dos migrantes na cidade, e não apenas um de seus termos.

É inegável que existe uma escala de incorporação na cidade que passa pelo viés étnico. Há mercados que vendem majoritariamente para consumidores de determinada origem, feiras que concentram produtos dificilmente encontrados em outros locais, assim como também podem se constituir escolas e igrejas frequentadas em sua maioria ou exclusivamente por alguns grupos específicos. Praticamente todas as comunidades formam coletivos embasados na origem nacional. Ou seja, esta é uma escala importante e fundamental para a inserção dessas pessoas na cidade, mas não é a única. A existência de um mercado étnico ou nacional em determinadas regiões da cidade não torna esses espaços enclaves ou territórios étnicos. A leitura a partir de enclaves étnicos tende a simplificar e homogeneizar situações que, como tentaremos demonstrar, são mais diversas.

Por meio da pesquisa de campo, notamos que todos os circuitos nos quais estivemos presentes necessariamente cruzam-se e conectam-se com outros que não têm o mesmo viés identitário. Esses circuitos ligam-se a múltiplas hierarquias de poder, que tornam possível a existência na cidade de algo que, à primeira vista, poderia ser entendido como uma *igreja evangélica de haitianos fechada em si mesmo*. A ênfase desta pesquisa reside exatamente na compreensão das conexões que vão além da identificação, jogando luz e enfatizando outras dimensões sem desconsiderar as sociabilidades identitárias.

A crítica às abordagens sobre perfilamento de migrantes, desajustes à sociedade de destino e modos de incorporação ganhou corpo nos anos 1990 a partir do fortalecimento, no âmbito da pesquisa e do debate global, de questões postas pela mundialização dos mercados e da vida social. A primazia do Estado-nação como axioma não refletido de análises e pesquisas passava a ser questionada em termos de organização das políticas socioeconômicas locais e regionais. A crítica ao nacionalismo metodológico passa a pautar muitas dessas discussões. No campo dos estudos migratórios, ganharam força as noções de transmigração e transnacionalismo (Glick Schiller; Basch; Szanton Blanc, 1995) como modo de orientar a temática. Ao contrário da suposta ruptura de um território a outro, passou-se a rastrear e reconstituir a múltipla presença do migrante tanto na *sociedade de destino como na de origem*, em uma abordagem crítica ao binarismo ou ao que Abdelmalek Sayad (1999) definiu como o paradoxo da alteridade. No debate francês, Alain Tarrius (2002) propunha compreender a mundialização por baixo, assim como Alejandro Portes (1997) propôs a partir de pesquisa nos

Estados Unidos. São abordagens diversas, mas que convergiam para uma mesma compreensão de que os Estados-nacionais não poderiam ser tomados como única matriz e meio de regulação desses deslocamentos migrantes, evidenciando outras escalas de poder e de ação ao longo dos deslocamentos transnacionais e dos *espaços circulatorios* (Tarrius, 2002) que demarcam as rotas e circuitos migrantes para além das fronteiras administrativas entre os países.

Essas questões pautaram fortemente os debates e pesquisas no decorrer da década de 1990 e início dos anos 2000. A crítica ao nacionalismo metodológico (Wimmer; Glick Schiller, 2003) foi especialmente importante no campo dos estudos migratórios. Os pesquisadores demonstraram e enfatizaram outras escalas de abordagem da questão migratória que não a nacional. Além disso, deixaram de tomar os próprios Estados-nacionais e os conceitos engendrados a partir deles como pressupostos de análise. A crítica ao estadocentrismo acompanha esses debates, colocando em foco o modo como essas categorias terminam por assumir ou convergir para uma ordem de questões afinada com a gestão tecnocrática das populações (Sassen, 2016). Essas pesquisas colocam em evidência o caráter de constructo social, mutável e historicizado das fronteiras entre os países, das distinções entre nativo e estrangeiro

Conforme mostram Feldman-Bianco, Sanjurjo e Silva, entre os anos 1990 e meados dos anos 2000, diferentes perspectivas transnacionais foram adotadas, focalizando sobretudo as relações entre migração, nação, trabalho, identidade, cidadania e indocumentação. Para as autoras, uma nova etapa no campo das Ciências Sociais inaugurou-se em 2008, quando se passou a dar maior visibilidade às migrações sul-sul e ao acompanhamento das políticas migratórias, especialmente no que concerne às conexões entre governabilidade tecnocrática, direitos humanos e securitização, no contexto neoliberal marcado pela criminalização das migrações e deslocamentos (Feldman-Bianco; Sanjurjo; Silva, 2020, p.1-2). É preciso ainda enfatizar as evidências de uma mudança de escala dos fluxos migratórios nessa mesma década. Sob o risco da simplificação, seria possível dizer que entram em cena movimentos diaspóricos de grande escala suscitados por desastres socioambientais, guerras, conflitos armados, crises econômicas agudas e outras tantas turbulências que afetaram a geopolítica do mundo a partir desses anos, ao mesmo tempo em que se dá o endurecimento dos controles de fronteira e a hostilidade à presença migrante nos países do Norte. O terremoto no Haiti em 2010 tem sido, não sem razão, tomado como marco e referência nessas inflexões dos fluxos migratórios para o Brasil.

É nesse campo de estudos que esta pesquisa se localiza, partindo-se de uma perspectiva transnacional, de modo a entender as várias escalas e espaços de mobilidade à luz dos interstícios da dominação e do poder como parte inerente da reestruturação do capitalismo contemporâneo.

Seguindo o percurso traçado no projeto e na própria trajetória de pesquisa, propõe-se apreender como a cidade é produzida. Não como mosaico ou uma colcha de retalhos que agrega diferentes enclaves étnicos-culturais-nacionais, mas como um caleidoscópio que, ao girar, se reposiciona e entrecruza, criando uma imagem de múltiplas conexões, variando escalas e interseccionando características sociais. A tese toma o caleidoscópio como metáfora para pensar as redes de sociabilidades que criam a cidade do sul global. A abordagem proposta coloca a cidade como prisma para a compreensão das mobilidades transnacionais. Apostamos em uma metodologia descritiva, baseada na observação e reconstrução da cidade a partir de alguns personagens urbanos, que terão suas histórias reconstituídas por meio de diversos documentos, desde entrevistas de trajetória até materiais jurídicos, além da observação dos espaços de sociabilidade desses personagens. Buscamos, assim, reconstruir o campo do conflito, das relações e conexões, das presenças e interlocuções, os arranjos e acomodações que são constituídos na busca desses personagens por consolidar seus meios de vida em São Paulo.

O ponto de partida de observação para esta pesquisa foi a Missão Paz, entidade religiosa com o trabalho mais longo em São Paulo na temática migratória. Essa interlocução havia sido estabelecida no âmbito do mestrado e foi aprofundada no período de trabalho de campo para o doutorado. A partir desse campo, pude estabelecer relação com uma série de interlocutores que me levaram para outros destinos da cidade. Assim como muitos migrantes e refugiados que chegam em São Paulo e têm a Missão Paz como porta de entrada para a cidade, como pesquisador também parti da organização para conhecer a São Paulo pelo prisma das migrações. As presenças de migrantes na cidade são múltiplas, mas o perfil que perseguimos foi aquele que chega justamente procurando essas instituições de acolhida. Em perspectiva, procuramos traçar como os migrantes e refugiados deslocados, expulsos ou em fuga devido à violência, à extrema pobreza e aos desastres ambientais ou relacionados às mudanças climáticas, instalavam-se em São Paulo em busca de oportunidades de refazer seus mundos. Doravante, quando falarmos em migrante, não estaremos classificando ou categorizando diferentes estatutos jurídicos. Em nossa abordagem, a noção engloba migrantes documentados, solicitantes de refúgio ou refugiados. Trata-se de um significante fluido e abrangente, que será mobilizado para se referir a pessoas que cruzaram fronteiras internacionais.

De partida, não se trata de analisar os circuitos capitalizados de mobilidade transnacional, mas sim os mais fragilizados ou precarizados, nos quais a migração se constitui como um projeto familiar, coletivo ou comunitário, ou seja, a empreitada migratória como estratégia para encontrar novos caminhos diante dos desastres ambientais, das guerras civis, da pobreza extrema, das perseguições políticas. Uma breve tipologia desses circuitos de mobilidade será apresentada adiante.

1.2. SÃO PAULO EM UMA NOVA GEOPOLÍTICA DAS MOBILIDADES

Uma nova geopolítica das mobilidades globais de populações se estabeleceu desde o ataque das torres gêmeas em 2001. Nesse contexto, o Brasil, especialmente São Paulo, tornou-se um horizonte de destino de modo mais proeminente nos últimos anos, e movimentos de pessoas para o país, que até então não compunha significativamente essas rotas, passaram a ocorrer. Entre muitos outros acontecimentos de expulsão de habitantes de seus territórios, pode-se enumerar o terremoto no Haiti em 2010, que aprofundou as limitações do país e impulsionou uma nova diáspora haitiana pelo mundo, sendo o Brasil, pela primeira vez, um destino privilegiado⁶. Nesse momento, o Brasil comandava a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que vigorou entre 2004 e 2017. Outro importante acontecimento foi a guerra civil na Síria, intensificada nos primeiros anos da década de 2010 e que levou um número massivo de pessoas a deixarem o território, rumando em direção à Europa e outros lugares do planeta. A crescente e histórica ocupação israelense sobre a Palestina continuou acelerada nos anos 2000, expulsando seus antigos habitantes para outros territórios. Muitas dessas pessoas haviam se deslocado para a Síria e foram novamente obrigadas a migrar. O Brasil, que já fora destino histórico para essas populações árabes (Truzzi, 1992; 1997), entra novamente na rota. No auge da chegada desses fluxos, os governos produziram políticas públicas específicas de regularização migratória, com justificativas que se arrogavam humanitárias⁷. Posteriormente, também foram criadas portarias e dispositivos específicos para a acolhida e regularização de venezuelanos.

⁶ Há uma literatura que se debruça especialmente sobre esse circuito, que passava pelas cidades da região Norte do país, pelo Acre, até se instalar na capital paulista. Ver Araújo (2015), Baptiste (2015), Cotinguiba (2014), Handerson (2015), Baeninger e Peres (2017).

⁷ No caso dos haitianos, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) publicou em janeiro de 2012 a Resolução Normativa nº 97/2012, que dispunha sobre a concessão de visto permanente. Em setembro de 2013, o mesmo instituto foi utilizado para os nacionais da República Árabe Síria, conforme a Resolução Normativa nº 13/2013.

A crise econômica venezuelana, com inflação elevada e desabastecimento, intensificou-se significativamente nos últimos anos, gerando um aumento expressivo de contingentes de pessoas que se colocaram em marcha de suas cidades, vilarejos e até mesmo da zona rural, em busca de novas oportunidades. Inicialmente, os venezuelanos chegaram em número elevado nas regiões fronteiriças e foram trazidos para São Paulo (além de outras cidades) por programas de interiorização de migrantes, sem contar aqueles que vieram por conta própria à capital paulista.

Também merecem destaque os diversos conflitos em países africanos, onde interesses neocoloniais se conjugam com disputas de interesses locais, como no sangrento confronto na República Democrática do Congo (RDC), em que empresas transnacionais aproveitaram as diferentes rixas entre grupos étnicos para subjugar e dominar territórios em busca da extração do coltão⁸, mineral essencial para a indústria das tecnologias eletrônicas. Outro exemplo são as chamadas formigas da mundialização, como no caso de senegaleses, que fazem comércio ambulante pelas ruas de diversas cidades do mundo e também passaram a considerar as cidades do Sul global como destino, devido ao fechamento das fronteiras do norte (Minvielle, 2013, 2018; Tarrus, 2002).

Um dos fluxos mais recentes que passou a lotar as casas de acolhida de São Paulo é o de afegãos, os quais saíram às pressas do país após a retirada do exército estadunidense entre 2020 e 2021. As forças políticas sem alinhamento com a ocupação americana retomaram o poder no país e passaram a perseguir a oposição de forma generalizada, o que aprofundou a instabilidade interna, efeito da invasão da potência americana. As imagens de pessoas agarradas ao trem de pouso de aviões que deixariam a capital nacional, Cabul, e que despencaram segundos após a decolagem, marcaram o mundo. Alguns meses após esse drama, passaram a ser diárias as notícias sobre afegãos que dormiam no chão e ao relento no aeroporto internacional de Guarulhos. Ou seja, o Brasil e, em especial São Paulo, passou a ser destino de migrantes nesta nova geopolítica global das mobilidades⁹.

A partir dos anos 2000, em especial após 2010, o Brasil e São Paulo entram como opção de destino para populações deslocadas, exploradas, aviltadas, vítimas das mudanças climáticas ou de guerras. Trata-se de um novo tipo de migração rumo à capital paulista, dos despossuídos do capitalismo contemporâneo. Como Saskia Sassen (2016) nos mostra ao analisar a economia política global contemporânea, podemos entender esses deslocamentos massivos – expulsões,

⁸ Estima-se que a RDC concentre por volta de 80% das reservas minerais de coltão do mundo. Ver notícia da imprensa angolana feita por Bordalo (2016).

⁹ Ver as reportagens de Basso (2022) e Utida (2022).

como ela propõe – como evidência das expansivas lógicas predatórias do capitalismo contemporâneo. As fronteiras dos países do Norte progressivamente se fecharam, e africanos, latino-americanos, sírios, palestinos, entre outros grupos das mais variadas origens, passaram a recalculas as rotas. A maior parte dos deslocados acabou se reacomodando internamente ou buscando alternativas em territórios no chamado Sul global. A cada ano, novos fenômenos situados em partes específicas do globo impactam dinâmicas de mobilidade por todo o mundo. Por exemplo, a invasão russa na Ucrânia gerou levas de deslocados que também têm o Brasil como destino, ainda que em pequenos contingentes. Segundo Sassen (2016, p. 72), em 2011, 80% dos refugiados do mundo abrigavam-se em países do Sul. No Brasil, São Paulo acaba por receber parte significativa dos migrantes que entram no país. Segundo informações do SisMigra, acumulando-se os dados de 2000 a 2016, 28,7%¹⁰ de todos os registros no sistema de políticas de regularização migratória do país eram da capital paulista, isto é, quase um a cada três migrantes no Brasil que preencheu o sistema administrativo da Polícia Federal afirmava residir em São Paulo. A maior parte das migrações transnacionais do mundo rumam para o contexto urbano, conforme sugere o documento da Habitat III, de Quito, 2015 (United Nations, 2015).

Conforme argumenta Sassen (2016), os fatores de expulsão, como a falta de direitos, as crises ambientais, as perseguições, as guerras, a pobreza, a fome, entre outros aspectos, são sintomas de como na economia política global a complexidade pode produzir brutalidade. A autora sugere que a economia política global contemporânea é caracterizada por uma complexidade intrincada de sistemas financeiros, redes de empresas multinacionais, fluxos de capital e tecnologias de comunicação. Essa complexidade dificulta a compreensão e a regulação efetiva da economia global, tornando-a opaca e menos responsiva às necessidades e direitos dos indivíduos e comunidades. Além disso, pode levar a formas de brutalidade que resultam em desigualdade, exploração e exclusão, tanto no nível local como global. A brutalidade pode ser observada nas condições precárias de trabalho, na exploração de recursos naturais, na marginalização de comunidades vulneráveis e na concentração de poder econômico nas mãos de poucos atores. Esses são fatores que estão intimamente ligados aos processos de expulsão. Isto é, a lógica organizadora de alguns dos mais importantes sistemas que põem em ordem

¹⁰ Este dado foi elaborado por mim a partir das informações disponibilizadas pelo SisMigra. Extraí o acumulado dos registros de 2000 a 2017, mas como encontrei algumas inconsistências nos dados de 2017, não considerei este ano em meu recorte. Do total de 924.408 registros, 264.895 preencheram residir em São Paulo no momento da solicitação.

domínios tão diversos quanto a proteção ambiental e as finanças é o que está na raiz desses problemas. A autora ilustra o argumento: por exemplo, a principal inovação política encontrada para proteger o meio ambiente é a criação de um mercado global de carbono. De forma simples, prática e brutal, ela sugere que se trata de um mercado global em que os países lutam para terem cotas maiores para poluir e emitir mais carbono na atmosfera. A lógica organizacional por trás desses mercados é a possibilidade de financeirização – que é o que ocorreu, por exemplo, no caso das hipotecas de *subprime* nos EUA. Não se tratava de medida para ajudar as populações de baixa renda a acessar moradia, mas sim de financeirizar “a subsistência daqueles que perderão tudo se o instrumento não funcionar como se esperava” (Sassen, 2016, p. 13).

O objetivo aqui não é reconstruir o argumento de Sassen sobre a complexidade e a brutalidade na economia global, mas frisar que os mecanismos que ela desvela em seu estudo indicam as formas de *expulsões* que caracterizam os migrantes que passamos a encontrar em São Paulo na virada dos anos 2000.

Concomitante à lógica das expulsões, há ainda os termos que fizeram do país e, em especial, São Paulo, um destino privilegiado para essas novas mobilidades. De partida, podemos destacar o desempenho econômico até 2013, quando o Brasil surgia na geopolítica global como a aposta do momento. O presidente Lula estampava jornais e revistas de renome, o projeto político era tornar o país um grande ator do sistema capitalista global. Nessa esteira, uma série de expectativas foram criadas com a escolha do país como sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Aliás, muitos dos interlocutores da pesquisa apontaram esses dois eventos como cruciais para a decisão do Brasil como destino, demonstrando que tais eventos foram fundamentais na produção do imaginário em torno do país.

Apoiada no desempenho econômico no período, com a alta das *commodities* e a diminuição relativa da pobreza no país, a política externa dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2016, buscou um maior protagonismo nos embates globais: almejava-se um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU; no Haiti, o exército brasileiro liderava a missão internacional; era crescente a interlocução com diversos países do Sul, o que culminou na abertura de uma série de consulados e embaixadas em diferentes territórios do globo¹¹, aumentando a zona de influência do país pelo mundo. Isso também pode ter facilitado e propiciado a escolha do Brasil como destino para populações que antes não

¹¹ Nos governos Lula (2003 a 2010) e, em menor medida, nos governos Dilma (2011 a 2016), diversas representações diplomáticas brasileiras foram abertas no globo. Na África, por exemplo, durante o governo Lula foram abertas 19 das 37 embaixadas brasileiras. Ver a reportagem de João Fellet (2016).

consideravam o território. Como escutamos em diversos relatos de nossos interlocutores, a existência de uma representação diplomática acessível (ou no país de origem ou em país vizinho e de fácil acesso ao candidato a migrar) passou a permitir que os indivíduos retirassem seus vistos de viagem – normalmente de turista –, o que tornava o cruzamento da fronteira uma ação certa, praticamente zerando os riscos de não ser admitido no local de destino.

Ao mesmo tempo, passaram a circular histórias e relatos de inadmitidos e retidos em diferentes territórios dos países do Norte, travessias mais penosas, prisões e deportações sumárias. Dessa forma, a possibilidade do visto diminuía os custos de atravessamento e, ainda que o Brasil não fosse o destino prioritário, significava a expectativa de novas oportunidades. O Brasil começa a ser reconhecido como país que não deporta, que não deixa de admitir quem tenta chegar, em alguma medida, é um país *acolhedor*, ao se comparar os destinos concorrentes – este imaginário será devidamente problematizado, sobretudo no último capítulo da tese. Ainda nesse período, aumentaram as políticas de intercâmbio de estudantes e pesquisadores universitários com países africanos, o que também impactou a chegada de pessoas das mais diferentes origens. Para completar esse quadro de atratividade, conforme informações de nossos interlocutores de pesquisa, circulava a ideia de que uma vez no país seria mais fácil conseguir acessar outros países do Norte, o que não necessariamente se confirmaria. Baeninger e Peres (2017) denominam esse último tipo de migração ao país como migração de trânsito, em que as pessoas entram no Brasil, mas logo saem rumo a outro destino.

Nesse período, aumentaram os investimentos na infraestrutura aérea e houve crescimento no número de voos internacionais que se destinaram ao Brasil, sendo o aeroporto de Guarulhos o maior do continente sul-americano, segundo maior da América Latina¹². A existência de infraestrutura de transporte na metrópole paulistana não produz, mas cria condições que facilitam a chegada de migrantes transnacionais na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Ao mesmo tempo em que há muitos cubanos, haitianos e venezuelanos, por exemplo, que rumam à São Paulo por via terrestre, cruzando a fronteira nos recônditos do Norte do país, muitas outras pessoas de origens variadas chegam pelo aeroporto de Guarulhos e de lá vão buscar formas de construir uma vida no novo destino. É esse o caso dos afegãos que, sem rede estabelecida, acabaram permanecendo no próprio aeroporto e só posteriormente passaram a acessar redes de acolhida, lançando raízes na cidade de São Paulo. Uma vez estabelecidos,

¹² Ver LISTA DE AEROPORTOS MAIS MOVIMENTADOS DA AMÉRICA LATINA. Wikipédia, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista_de_aerportos_mais_movimentados_da_Am%C3%A9rica_Latina&oldid=65071305. Acesso em: 16 out. 2020.

alguns desses migrantes pioneiros constituem redes de apoio para encontrar moradia e trabalho na região, tornando-se referência para novos grupos de migrantes da mesma nacionalidade. A infraestrutura aérea e urbana impacta o estabelecimento de migrantes transnacionais em São Paulo. Não foi coincidência que o campo de pesquisa, iniciado na Missão Paz, na região central de São Paulo, tenha nos conduzido, por exemplo, ao Jd. Marilena, na periferia de Guarulhos, a poucos quilômetros de distância do aeroporto internacional.

Nos anos mais recentes, ainda no marco do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, podemos destacar a política externa em relação aos refugiados venezuelanos. Diante da crise econômica e política da Venezuela, a despeito de algumas tensões na região de fronteira com o país, o discurso oficial brasileiro era o de abertura às pessoas que estariam fugindo de perseguição e da crise econômica, política e social do país vizinho. O objetivo político era caracterizar a Venezuela como uma ditadura. Não foram poucas as declarações públicas de autoridades brasileiras que flertavam com discursos intervencionistas no país vizinho, tendo como justificativa o reconhecimento de situação de grave e generalizada violação de direitos humanos. De 2010 a 2022, mais de 349 mil venezuelanos tinham residência regularizada no Brasil (ver Tabela 2)¹³, sendo que a maior parte dos registros foram realizados entre 2018 e 2022 – 337.437 registros nesse intervalo e 103 mil registros só em 2022. Ao final de 2022, mais de 53 mil venezuelanos tinham sido reconhecidos como refugiados pelo Conare¹⁴ (70,63% dos refugiados no Brasil eram venezuelanos), em um processo muito menos burocrático, extremamente mais célere do que o de pessoas de outros países, com votação e decisão em bloco, dispensando a entrevista com oficial de elegibilidade¹⁵. A despeito dos conflitos na

¹³ Dados do SisMigra, do Ministério da Justiça. Ver DATAMIGRA. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/sobre>. Acesso em: 02 jun 2023. O SisMigra é constituído por registros administrativos do Departamento de Polícia Federal (DPF) com objetivo de cadastrar todos os imigrantes com vistos de entrada regular no país, exceto aqueles temporários concedidos por motivo de turismo. Todas as pessoas com permissão de ingresso, temporário ou permanente, devem comparecer, num período máximo de 30 dias, ao Departamento de Polícia Federal para obter o registro nacional de estrangeiro (RNM). Uma vez feito o cadastro, além do controle da presença dos estrangeiros no território nacional, é possível a emissão da cédula de identidade do estrangeiro (CRNM). Ver nota metodológica (MJSP, s/d).

¹⁴ Informação de <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/#:~:text=O%20projeto%20compilou%20e%20publicou,reconhecidas%20como%20refugiadas%20no%20pa%C3%ADs>. Acesso em 02 jun. 2023.

¹⁵ O processo de reconhecimento de uma pessoa como refugiada segue um protocolo no país, nos termos da Lei nº 9.474/1997 – Estatuto dos Refugiados. Primeiramente, ela deve solicitar o refúgio, recebendo um documento de identidade provisório (Protocolo Provisório). Essa autorização de residência provisória viabiliza o acesso ao trabalho formal, ou seja, é permitida a emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e acesso às diferentes políticas públicas brasileiras. O protocolo é documento válido e aceito pelo Estado brasileiro para o exercício da vida civil no país, mas sua apresentação é precária (trata-se de folha sulfite impressa, A4, com carimbo e um QR Code). Não foram poucos os relatos de solicitantes de refúgio que

região fronteiriça, em especial em Roraima, o país acolheu e facilitou a documentação de um número expressivo de venezuelanos que marcharam do país devido à crise generalizada. Concomitantemente, a política de interiorização dos venezuelanos que chegavam à fronteira buscava realocá-los em distintos territórios do país, inclusive em São Paulo, onde tivemos a oportunidade de acompanhar a acolhida na Missão Paz de um dos primeiros grupos da capital paulista.

Em resumo, verificamos que desde a realização da pesquisa de mestrado, iniciada em 2010, registra-se a chegada cada vez mais diversificada de pessoas dos mais diferentes cantos do globo. Essas presenças são notadas tanto em regiões periféricas quanto na região central da cidade. Os dados oficiais sobre solicitações de refúgio demonstram de forma contundente essa alteração. Em 2010, o Conare havia recebido 966 solicitações de refúgio (Baeninger; Fernandes., 2018, p. 26); em 2018 esse valor saltou para 80.057¹⁶ (MJSP, 2019, p. 10); somente em 2021, em meio à pandemia, foram 29.107 pedidos de refúgio¹⁷.

Os atendimentos de ONGs e outras entidades que prestam serviços e oferecem apoio a migrantes transnacionais na cidade também confirmam a mudança de perfil dessa população no final dos anos 2010. Em nosso trabalho de campo, tivemos acesso ao número dos migrantes atendidos no Centro de Acolhida para Imigrantes do Pari, instituição inaugurada na gestão Haddad (prefeito do município de São Paulo entre 2013 e 2016), em parceria com a Missão Scalabriniana. Os registros apontam uma grande diversidade de origens: pessoas de 71 nacionalidades foram atendidas entre outubro de 2015 e janeiro de 2019 (ver Tabela 1)¹⁸. Os

denunciaram não conseguir abrir conta em banco ou ter reconhecido o documento como válido em diversos órgão brasileiros, públicos ou privados. Percebendo a alta frequência com que os solicitantes de refúgio relatavam dificuldades de acesso a direitos em decorrência do não reconhecimento do protocolo como um documento válido, o Ofício de Migrações e Refúgio da Defensoria Pública da União em São Paulo elaborou o Ofício Circular nº 1/2018 – DPGU/SGAI/DPGU/GTMR com objetivo de assegurar esses direitos. Em 2018 foi publicado o Decreto nº 9.277, que criou o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DPRNM), *mais amigável* e de fácil reconhecimento pela população – um documento físico mais parecido ao CRNM (Carteira de Registro Nacional Migratório), um cartão revestido com poliéster.

¹⁶ Deve-se destacar que apesar de ter havido um crescimento exponencial num período de 7 anos (2010 a 2017), o que significa um aumento superior a 30 vezes nas solicitações de refúgio no Brasil, o número total de migrantes no país é baixo se comparado a outros contextos do mundo. Em concordância com vários atores políticos que defendem os direitos dos migrantes, deve-se ter em vista que o tema das mobilidades transnacionais para o Brasil tem impacto ínfimo na demografia nacional. Trata-se de participação muito pequena, quando se analisa internamente a participação de estrangeiros no total da população do país. Ver Teixeira (2019).

¹⁷ Dados disponíveis em: [¹⁸ Esses dados não foram atualizados para os anos posteriores, uma vez que a rotina de pesquisa de campo nessa entidade ocorreu até meados de 2019. Em agosto de 2019 iniciei estágio supervisionado na Universidade de Viena, retornando ao Brasil em 2020, quando teve início a pandemia. Por isso, não tive oportunidade de retomar o contato nessa frente de campo de pesquisa.](https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/#:~:text=O%20projeto%20compilou%20e%20publicou,reconhecidas%20como%20refugiadas%20no%20pa%C3%ADs. Acesso em 02 jun. 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

dados de atendimento da Missão Paz em 2016 (Baeninger; Fernandes, 2017, p. 420) apontam que a instituição recebeu migrantes de mais de 60 países do globo, sendo que do total de 8.376 atendimentos, mais da metade era do Haiti (4.439), seguido da Bolívia (1.186), Angola (561), Peru (435), Paraguai (282), República Democrática do Congo (189), Colômbia (185), Síria (167), Equador (115) e Guiné Conacri (113). As demais nacionalidades não chegaram a 100 atendimentos no ano. Em 2015, a Sociedade Beneficente Muçulmana (SBM) havia cadastrado mais de 1.500 sírios em seus programas de auxílio e apoio da instituição (Maciel, 2015). Portanto, o indício do aumento da presença de migrantes das origens mais diversas que se observava nas ruas é comprovado pelo incremento dos números das diferentes fontes.

Tabela 1 – Distribuição (%) das principais nacionalidades atendidas no Centro de Acolhida para Imigrantes – Pari, ordenado pelo total de atendimentos entre 2016 e 2018.

Nacionalidade	2016	2017	2018	Total
Angola	56,2	41,6	25,4	38,2
Venezuela	1,1	3,5	14,3	7,2
Rep. Democrática do Congo	11,7	6,4	3,6	6,4
Haiti	6,0	7,4	5,4	6,4
Colômbia	1,8	1,8	8,2	4,3
Marrocos	0,4	3,9	6,2	4,1
Nigéria	11,0	3,4	0,9	3,9
Brasil	1,8	4,0	1,1	2,4
Guiné	-	3,4	2,4	2,3
lêmen	-	0,5	5,3	2,2
Cuba	2,1	2,2	1,8	2,0
Togo	-	2,0	2,5	1,8
Argentina	-	1,0	3,6	1,8
Bolívia	-	1,7	2,2	1,5
Síria	2,8	1,8	0,4	1,5
Outras nacionalidades	5,3	15,4	16,8	14,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Centro de Acolhida para Imigrantes – Pari.
Elaboração própria.

O Observatório das Migrações Internacionais¹⁹, por meio da plataforma DataMigra, compila uma série de dados sobre migrações transnacionais. A plataforma, lançada em 2019, apresenta informações de diferentes registros administrativos, que permitem quantificar e

¹⁹ O Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) foi instituído a partir de um termo de cooperação em 2013 entre o Ministério do Trabalho, por meio do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), e a Universidade de Brasília (UnB).

acompanhar os números dessas populações no país. Antes do DataMigra, solicitamos diversas vezes informações via Lei de Acesso à Informação (LAI) para os diferentes ministérios responsáveis pelos registros e tivemos os pedidos reiteradamente negados. A disponibilização desses dados facilita o acompanhamento de pesquisadores e gestores públicos. Trata-se de sistema criado no âmbito da gestão pública tendo em vista o aumento do número de migrantes transnacionais no Brasil e a necessidade, para o Estado, de manejar de maneira mais eficaz os dados sobre essas populações. Como bem apontado por Foucault (2009) em *Segurança, território e população*, a estatística é a própria ciência do Estado, um saber que surge junto ao poder governamental e às formas de *conduzir as condutas* de populações²⁰. Portanto, a própria organização e publicização dessas informações indica a necessidade verificada pelo Estado de atuar frente a esse conjunto de pessoas, que antes não estavam presentes no país de forma tão significativa. Não se tratava de uma questão pública propriamente. Quando ganha relevância, um conjunto de saberes, técnicas e ferramentas é elaborado para poder acompanhar, gerir, classificar, esquadrihar e controlar essa população.

A tabela apresentada abaixo (Tabela 2) sintetiza informações de registros administrativos de migrantes com vistos de residência regular no país segundo os dez países de origem que concentravam a maior parte dos registros em 2010, 2022 e acumulado de 2010 a 2022. Segundo a Nota Metodológica do DataMigra,

todas as pessoas com permissão de ingresso, temporário ou permanente, devem comparecer, num período máximo de 30 dias, ao Departamento de Polícia Federal para obter o Registro Nacional Migratório (RNM). Uma vez construído o cadastro, além do controle da presença dos estrangeiros no território nacional é possível a emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM). (MJSP, s/d)

Esse dado seguramente é a melhor *proxy* para se compreender a heterogeneidade e multiplicidade de nacionalidades no país, ainda que não contabilize as pessoas com registro irregular. Trata-se da informação mais fidedigna para se realizar um panorama sobre a multiplicidade de presenças e origens nacionais no Brasil. Infelizmente, o DataMigra não disponibiliza informações anteriores a 2010²¹.

²⁰ As noções de biopoder e governamentalidade desenvolvidas por Foucault foram trabalhadas e articuladas ao tema das migrações na dissertação de mestrado (Côrtes, 2013) e são instrumentalizadas aqui para compreender o decantamento e acúmulo de referências para governamentalizar migrantes e refugiados no país.

²¹ O objetivo de trazer essas informações é reforçar o argumento sobre a mudança do perfil migratório e incremento da heterogeneidade de origens nacionais no Brasil. Não faremos análise aprofundada sobre os dados quantitativos apresentados, tampouco anexaremos toda a série histórica dos registros nesta tese. Os dados estão disponíveis e podem ser acessados na íntegra na base do DataMigra.

Os dados apresentados evidenciam que entre 2010 e 2022 o número de registros de residentes regulares por ano no país quase quintuplicou no período, passando de 38.295 para 186.311. Em 2010, as origens nacionais que apresentavam a maior parte dos estrangeiros cadastrados no sistema da Polícia Federal brasileira eram dos Estados Unidos (4.360), Filipinas (2.266), Alemanha (1.949) e França (1.573). Ou seja, os maiores registros eram de pessoas de países do Norte global. Em 2022, a maior parte dos registros eram de venezuelanos (55,7%, ou 103.705 pessoas), seguido de bolivianos, colombianos, argentinos, haitianos, paraguaios, peruanos, só então, aparecem os EUA e França. Ou seja, a presença de pessoas do Sul global no Brasil mudou de forma substantiva. O número de registros de residentes de outros países no Brasil cresceu exponencialmente e o perfil de origem também. No acumulado de 2010 a 2022, período em que ocorre justamente a mudança das presenças migrantes no país, verificou-se que as origens nacionais prevalentes são Venezuela, Haiti e Bolívia. Esses dados corroboram a percepção de alteração da cena urbana paulistana.

Tabela 2 – Distribuição do número de registros de pessoas cadastradas no SisMigra por país de origem, distribuição percentual e posição no ranking.

Ranqueamento realizado para 2010, 2022 e para o acumulado de 2010 a 2022.

		2010			2022			Acumulado 2010 - 2022			Var. (%)
	Pais	N. Registros	%	Posição Ranking	N. Registros	%	Posição Ranking	N. Registros	%	Posição Ranking	2010-2022
Ranqueamento por 2010	Estados Unidos	4.360	11,4	1	2.791	1,5	9	46.694	3,5	5	-36,0
	Filipinas	2.266	5,9	2	703	0,4	24	22.839	1,7	15	-69,0
	Alemanha	1.949	5,1	3	1.194	0,6	15	22.773	1,7	16	-38,7
	França	1.573	4,1	4	1.994	1,1	10	29.322	2,2	11	26,8
	Argentina	1.540	4,0	5	7.201	3,9	4	37.640	2,8	7	367,6
	China	1.537	4,0	6	1.686	0,9	13	41.883	3,1	6	9,7
	Portugal	1.462	3,8	7	1.105	0,6	18	26.432	2,0	13	-24,4
	Bolívia	1.442	3,8	8	15.036	8,1	2	81.968	6,1	3	942,7
	Reino unido	1.310	3,4	9	750	0,4	22	13.763	1,0	22	-42,7
	Colômbia	1.218	3,2	10	7.869	4,2	3	68.663	5,1	4	546,1
	Demais	19.638	51,3	-	145.982	78,4	-	961.102	71,0	-	-
Total	38.295	100,0	-	186.311	100,0	-	1.353.079	100,0	-	386,5	
Ranqueamento por 2022	Venezuela	483	1,3	25	103.705	55,7	1	349.592	25,8	1	21.371,0
	Bolívia	1.442	3,8	8	15.036	8,1	2	81.968	6,1	3	942,7
	Colômbia	1.218	3,2	10	7.869	4,2	3	68.663	5,1	4	546,1
	Argentina	1.540	4,0	5	7.201	3,9	4	37.640	2,8	7	367,6
	Haiti	104	0,3	50	6.770	3,6	5	173.448	12,8	2	6.409,6
	Paraguai	1.069	2,8	15	5.703	3,1	6	34.813	2,6	9	433,5
	Peru	661	1,7	20	3.280	1,8	7	30.177	2,2	10	396,2
	Uruguai	1.118	2,9	13	2.994	1,6	8	36.030	2,7	8	167,8
	Estados unidos	4.360	11,4	1	2.791	1,5	9	46.694	3,5	5	-36,0
	França	1.573	4,1	4	1.994	1,1	10	29.322	2,2	11	26,8
	Demais	24.727	64,6	-	28.968	15,5	-	464.732	34,3	-	-
Total	38.295	100,0	-	186.311	100,0	-	1.353.079	100,0	-	386,5	
Ranqueamento acumulado 2010 a 2022	Venezuela	483	1,3	25	103.705	55,7	1	349.592	25,8	1	-
	Haiti	104	0,3	50	6.770	3,6	5	173.448	12,8	2	-
	Bolívia	1.442	3,8	8	15.036	8,1	2	81.968	6,1	3	-
	Colômbia	1.218	3,2	10	7.869	4,2	3	68.663	5,1	4	-
	Estados unidos	4.360	11,4	1	2.791	1,5	9	46.694	3,5	5	-
	China	1.537	4,0	6	1.686	0,9	13	41.883	3,1	6	-
	Argentina	1.540	4,0	5	7.201	3,9	4	37.640	2,8	7	-
	Uruguai	1.118	2,9	13	2.994	1,6	8	36.030	2,7	8	-
	Paraguai	1.069	2,8	15	5.703	3,1	6	34.813	2,6	9	-
	Peru	661	1,7	20	3.280	1,8	7	30.177	2,2	10	-
	Demais	24.763	64,7	-	29.276	15,7	-	452.171	33,4	-	-
Total	38.295	100,0	-	186.311	100,0	-	1.353.079	100,0	-	-	

Fonte: SisMigra (Sistema Nacional de Registro Migratório) – Departamento de Polícia Federal.
Elaboração própria.

Em resumo, o conjunto de fatores destacados anteriormente impactaram diretamente nas dinâmicas urbanas. A multiplicidade de presenças transnacionais conforma uma nova cartografia sociopolítica, uma nova forma de se fazer e viver a cidade. A questão central da tese, a ser lançada a seguir, visa exatamente problematizar em que medida essas presenças alteram e produzem novos modos de viver e de produzir a metrópole paulistana. A partir da Missão Paz, rastreamos espacialidades e percorreremos diversos territórios da capital,

situando as histórias de nossos interlocutores de pesquisa, como a de Falilatou, em um enleio de relações e tramas sociais. Novos conflitos, novos atores, outras formas de presença urbana passam a constituir e impactar as dinâmicas da gestão do espaço e da produção da cidade. O olhar a partir das trajetórias de migrantes que, em geral, passam por entidades como a Missão Paz, isto é, os despossuídos e excluídos do capitalismo atual, será o fio condutor de nosso argumento.

1.3. O PLANO DE REFERÊNCIA TEÓRICO: FAZER-CIDADE NO PRISMA DAS MOBILIDADES

O objetivo central desta tese é realizar uma compreensão sobre a produção da cidade contemporânea à luz de presenças múltiplas e heterogêneas de refugiados e migrantes transnacionais em São Paulo. Para a realização do objetivo proposto, são mobilizados alguns conceitos e ferramentas que compõem o plano de referência para a realização do exercício proposto.

A ideia de produção da cidade se ancora na abordagem de Ayse Çaglar e Nina Glick Schiller (2018), no conceito chave de *city-making* (traduzido aqui como *fazer-cidade* ou *produzir-cidade*). Trata-se de tomar a cidade não como um produto físico ou simples resultado do planejamento urbano, mas como processo contínuo de produção e transformação social. Portanto, o conceito de fazer-cidade implica a compreensão da complexa interação de atores sociais, de práticas e políticas que moldam a cidade e suas dinâmicas. A cidade é constantemente construída e reconstruída por meio de relações de poder, negociação e conflito entre diferentes grupos e interesses. A noção enfatiza a importância de atores não-governamentais, como comunidades diversas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, além da própria gestão pública em interação com esses atores políticos. São diferentes forças que têm papel ativo na transformação do espaço urbano, na criação de redes de solidariedade, na defesa de direitos e na promoção de demandas específicas. O conceito desenvolvido por Çaglar e Glick Schiller é potente ao abordar a dimensão transnacional dos processos de fazer-cidade, frisando como as migrações e conexões transnacionais influenciam dinâmicas urbanas locais. O conceito dá ênfase para o conflito como força motriz dos processos de produção urbana e destaca ainda a constituição multiescalar das localidades analisadas:

The challenge for researchers of urban sociabilities is to develop an analytical framework that traces connections between how city residents respond to their differential access to power, to their's city position in regional and global playing fields, and to their relationships to the ongoing restructuring and repositioning of the neighbourhood places where they build their lives. Thus, to construct a multiscalar analysis of daily sociabilities is to place them within the specific conjunctural configuration of multiple institutional social fields of uneven power of globe-spanning, national, regional, urban and local institutions. These social fields intersect and shape the possibilities of emergent sociabilities. In this way, we can understand the multiscalar constitution of localities as the ongoing production of all places and social relations that constitute them. (Çaglar; Glick Schiller, 2018, p. 12)

As autoras examinam como as escalas são também socialmente construídas e como diferentes atores e grupos atribuem significado e importância a elas. A escala não é uma entidade fixa e objetiva, elas são produzidas e negociadas por meio de processos sociais e políticos. Isso significa que diferentes atores têm diferentes percepções e definições de escala, dependendo de suas posições e interesses. Para as autoras, a escala não é uma característica inerente a um determinado fenômeno, mas uma *relação* entre diferentes elementos. Portanto, deve-se levar em consideração a situação específica em que as escalas são articuladas e o impacto que isso tem nas relações de poder e nas práticas sociais. Não se trata de equiparar escala a nível. Escala tampouco se refere a um conceito englobante de fronteiras territoriais fixadas hierarquicamente como um bairro, uma cidade, uma unidade federativa ou o próprio Estado-nação. Seguindo a proposta de Çaglar e Glick Schiller (2018), a abordagem multiescalar busca justamente traçar os processos sociais tais como eles são instituídos, destacando as interconexões de redes informais ou institucionalizadas de poderes diferenciados, sejam eles econômico, político ou cultural. O termo *multiescalar* seria um atalho para pensar as esferas de práticas socioespaciais que se constituem umas em relação às outras e em relação às múltiplas redes hierárquicas de poder (Çaglar; Glick Schiller, 2018, p. 8). Quando falamos em escala, falamos em poderes hierarquicamente distribuídos por atores diversos, podendo partir de rede de indivíduos, coletivos, estados, corporações, ou outros arranjos situados no âmbito da cidade. Junto a Çaglar e Glick Schiller (2018) e Sassen e Roedel-Hughes (2008), pensamos a utilidade do termo “in recalibrating approaches to the study of cities and urban spaces by rearticulating their multiple, spatially articulated forms of power [...]” (Çaglar; Glick Schiller, 2018, p. 8).

A abordagem multiescalar permite tomar a cidade não como unidade de análise ou território dado, mas como institucionalidade de atores políticos, econômicos e culturais posicionados em múltiplas escalas diferenciadas e conectadas de poder. Essa perspectiva implica a necessidade de olhar para os modos como cada escala se interconecta à outra. Argumenta-se que é necessário analisar as relações entre diferentes escalas, desde a escala local

até a escala global, para entender as dinâmicas sociais e políticas em jogo. Isso significa reconhecer as interações complexas entre as escalas e como elas se influenciam mutuamente. No ambiente urbano, deve-se analisar de que forma os diferentes atores – como governos locais, comunidades e instituições internacionais – lidam com as escalas em suas práticas de planejamento urbano, políticas públicas e ativismos. A conexão multiescalar refere-se às formas como os indivíduos e as comunidades estão conectados. As autoras argumentam que a vida cotidiana das pessoas é afetada e moldada por essas conexões multiescalares. As práticas cotidianas – como a comunicação, as remessas financeiras e as visitas – podem envolver múltiplas escalas e espaços sociais. Essas perspectivas destacam a complexidade e a interconexão das experiências cotidianas em um mundo globalizado.

A ideia de *operadores de escala* (*scale makers*) refere-se a uma gama de atores e/ou instituições que exercem poder e influência na produção e transformação sociais, sendo que os migrantes são, de partida, tomados como tal. Os operadores de escala têm a capacidade de articular, conectar e negociar diferentes escalas de ação e mobilização, permitindo mudar o estatuto do conflito de algo que poderia ser silenciado, transformando-o em um tema de grande repercussão social, que articula e conecta espaços sociais e de poder. Eles desempenham um papel fundamental na construção e reconfiguração das relações entre os níveis local, regional, nacional e transnacional. Isso inclui atores como governos municipais, organizações internacionais, empresas multinacionais, movimentos sociais, redes transnacionais e ativistas, entre outros. O conceito de operador de escala destaca a importância das relações de poder e da capacidade de *agência* (desenvolveremos esse termo mais adiante) dos atores em diferentes escalas. Os operadores têm a capacidade de influenciar e moldar os processos de governança, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, políticas migratórias, políticas sociais, entre tantas outras ações que impactam diretamente a vida das pessoas. Eles desempenham um papel-chave na construção de modos de fazer-vida, na (re)configuração das dinâmicas sociais e espaciais nas cidades e além delas. Buscaremos restituir algumas histórias ou trajetórias de migrantes operadores de escala – que situados em um tempo e espaço específico, mobilizam recursos geradores de vida, criam espaços para acessarem redes de defesa de sua existência em escalas variadas²².

Migrantes podem manter laços e conexões com suas comunidades em seus países de origem enquanto estabelecem novas relações e conexões no local de destino. A presença de

²² No segundo capítulo da tese, ao abordarmos a Missão Paz, trabalharemos com este conceito em maior profundidade.

migrantes transnacionais em espaços urbanos específicos pode implicar a ação e articulação de atores transnacionais que não estariam mobilizados em determinados campos sociais. No campo, uma gestora da Missão Paz relatou, por exemplo, que quando defensores passaram a argumentar que determinada ocupação de moradia era composta por muitos migrantes, o processo de reintegração de posse, previsto para ser realizado pela Polícia Militar de São Paulo, foi adiado diversas vezes. Na ocasião, o judiciário acatou o processo e mobilizou outros atores institucionais de defesa e proteção das pessoas em situação de refúgio para acompanhar a reintegração, como a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), Organização Internacional para as Migrações (OIM), Cáritas, entre outros. Esse fenômeno acarretou alguns meses de sobrevida da ocupação até que as forças policiais tivessem autorização para despejar as famílias. Nesse sentido, a presença migrante alterava a dinâmica daquele território em termos de proteção da violência estatal, inclusive para não-migrantes.

Além de enfatizar como as práticas cotidianas são moldadas por diferentes escalas de conexões, Çaglar e Glick Schiller (2018) destacam como os indivíduos são ativos na negociação e na construção desses nexos em suas vidas diárias. Essa noção é discutida por uma infinidade de autores na disputa pela ideia de *agência* ou *agenciamento*. Em Deleuze e Guattari (2011), por exemplo, agenciamento é termo articulado para se referir à multiplicidade, à conexão e à produção de novas formas de vida. Todo agenciamento ocorre entre elementos diferentes, humanos e não humanos, que produzem novas relações de possibilidades. Essa perspectiva, também em diálogo com a de Bruno Latour (2012) em sua teoria sobre ator-rede, inspirou a formulação da noção de *assembleia* por Anna Lowenhaupt Tsing (2022). *Assembleias* seriam encontros contingentes, efêmeros, de colaboração e coexistência entre diferentes espécies, humanas ou não humanas. As assembleias ocorreriam sobretudo em contextos de *ruínas*, nos quais diferentes ecologias, histórias e atores interagem. Não se trata de estrutura fixa ou de instituições duradouras, mas de momentos de encontro e conexão que podem ocorrer em situações de desequilíbrio ecológico ou social – essa formulação será bastante útil no desenvolvimento do argumento do quarto capítulo, quando abordaremos as mobilizações e formas de resistência engendradas após alguns acontecimentos específicos, como o assassinato do congolês Moïse Kabagambe.

A proposta de análise multiescalar, conforme a discussão de Çaglar e Glick Schiller (2018), juntamente com emprego dos conceitos de agenciamento e assembleia para examinarmos o fazer-cidade de imigrantes transnacionais, parte de uma aposta na construção de um plano de referência que permita fazer ver a migração como fenômeno urbano complexo,

que se relaciona com os demais habitantes da cidade em escalas múltiplas e variadas. Procuramos, assim, demonstrar as conexões mais ou menos efêmeras, mas que constroem campos de possibilidades e novos modos de vida. Sem perder de vista a especificidade da experiência migrante, entendemos ser necessário evidenciar como tais presenças inserem na lógica de produção urbana outras sociabilidades, novos atores institucionais, localizados em outros campos políticos, com outro conjunto de saberes e em uma outra hierarquia de poder. São estes os processos que nos interessam rastrear e debater: as alianças e sociabilidades que conjugam novas relações. Nessa perspectiva, mapear os atores institucionais imbricados é tarefa fundamental, pois é apenas na descrição minuciosa, na filigrana, que se pode captar essas malhas de poder. Esse é o desafio proposto nos capítulos seguintes da tese.

As autoras sugerem articular outros três conceitos-chave para realizar o enquadramento analítico de fazer-cidade. A análise multiescalar deve ser realizada levando-se em consideração o modo pelo qual se articula o que vem sendo denominado de acumulação por despossessão, *displacement* e *emplacement*. Há certa complexidade na tradução dos últimos dois termos. *Displacement* seguramente está mais próximo à ideia de deslocamento. Já *emplacement* refere-se à noção de atribuir lugar ou estabelecer-se em determinado espaço, à ideia de posicionamento ou de colocação. Diante da dificuldade em traduzir a noção de *emplacement*, usaremos o conceito em inglês. *Displacement* e *emplacement* são noções que fazem parte da acumulação de capital por múltiplas formas de despossessão.

A noção de acumulação por despossessão foi desenvolvida pelo geógrafo marxista David Harvey (2003) e se refere ao processo pelo qual certos grupos ou classes sociais acumulam riqueza e poder por meio da despossessão ou expropriação de outros – despossessão de recursos, terras, direitos e ativos. Isso envolve a apropriação de recursos naturais, terras, propriedades comunitárias, bens comuns, também direitos sociais e culturais. A acumulação por despossessão pode assumir diferentes formas, como deslocamento forçado, privatização de bens públicos, cercamento de terras, desregulamentação de mercados, imposição de dívidas e práticas financeiras predatórias. Esses processos despossuem as pessoas de seus meios de subsistência, de suas relações sociais e de suas conexões com o meio ambiente, enquanto transferem riqueza e poder para outros. Harvey argumenta que a despossessão é uma parte essencial do funcionamento do capitalismo e é usada para reiniciar o processo de acumulação quando a acumulação *convencional* enfrenta limites ou passa por crises. Trata-se de um conceito que atualiza a ideia de acumulação primitiva desenvolvida por Marx ao tratar do processo de cercamento na Inglaterra. A noção foi trabalhada por Rosa Luxemburgo (1985) no

começo do século passado e, posteriormente, atualizada e renovada ao contexto contemporâneo neoliberal por Harvey (2003, 2011).

Seguindo Harvey, Çaglar e Glick Schiller (2018) mobilizam a noção de acumulação por despossessão para colocar em convergência os migrantes e todos os demais que, despossuídos de seus meios de vida, são obrigados a se deslocar internamente em seus países para encontrar outro *locus* onde possam relançar suas possibilidades de vida.

This perspective situates conditions of contemporary city-making within a broader analysis of dispossessive processes that place migrants and non-migrants within the same analytical lens. Confronting processes that underlie displacements requires acknowledging that migrants can no longer be considered a separate category of actors but must be seen, along with everyone else, within their multiple identities/disparate positionalities and within configurations of dispossession and subsequent social and physical dislocations. Moreover, this theorization speaks to possible bases for the emergence of globe-spanning social movements that can counter globally resurgent nationalisms. (Çaglar; Glick Schiller, 2018, p. 19)

Retomando o conceito de deslocamento (*displacement*), as autoras sugerem que, em um sentido histórico, a noção esteve ligada aos processos de despossessão, os quais geraram uma variada gama de deslocamentos físicos e sociais. Essa primeira compreensão do termo estaria relacionada aos processos de formação dos Estados, cidades e impérios, que retiraram as terras, os recursos e os meios de vida das pessoas, forçando-as a se reposicionar ou se realocar de outros modos. Nesse sentido, o mesmo fenômeno também implicou alguma forma de *emplacement*, que produziu classe, escravidão, hierarquias de gênero e colonização. Se há uma matriz histórica nos movimentos múltiplos de *emplacement/displacement*, essas dinâmicas são atualizadas e redefinidas sob a lógica da acumulação por despossessão e tomam forma por meio da austeridade neoliberal, com efeitos na moradia, no emprego, na saúde pública, etc.

Em seus estudos em cidades empobrecidas que passaram por processos de renovação urbana (nos EUA, na Alemanha e na Turquia), Çaglar e Glick Schiller (2018) demonstram que em territórios onde ocorre a expulsão da população residente, antes mesmo de se estabelecer qualquer diferenciação entre território de nativos *versus* migrantes, o primeiro argumento mobilizado é o de que se trata de espaços perigosos e violentos. Essa caracterização justificaria a retirada de serviços urbanos, a posterior criminalização dos habitantes e os respectivos despejos. As autoras completam:

Dispossessions following these otherizing processes strip people not only of their housing and businesses but also of their social, political, and economic networks and concomitant social capital, deepening the negative effects on their livelihood of their displacement. (Çaglar; Glick Schiller, 2018, p. 20)

Nessas análises, as autoras questionam como, quando e sob quais consequências as pessoas despossuídas e deslocadas, tanto migrantes como não-migrantes, reconstroem suas vidas no interior desses processos de renovação urbana. Por meio da abordagem multiescalar do fazer-cidade, é possível conectar as formas de deslocamento (*displacement*) com as despossessões e os modos de produzir lugar (*emplacement*). Fazer-cidade pode envolver reivindicações por cidadania e participação social, bem como o desenvolvimento de sociabilidades que enfatizam movimentos sociais e alianças para defesa de direitos (Çaglar; Glick Schiller, 2018, p. 20).

Por meio desse enfoque, analisaremos o fenômeno migratório sob a ótica urbana em São Paulo. Trata-se de olhar tanto para o que gera os deslocamentos dentro do desenvolvimento de políticas neoliberais nas cidades quanto para as frestas desses processos, nas quais se criam sociabilidades que produzem lugar e permitem novos meios de vida. A noção de *emplacement* proposta pelas autoras evidencia, de um lado, a relação entre os processos contínuos de reestruturação de determinados espaços em uma rede multiescalar de poder. Por outro lado, destaca também os esforços pessoais e seus agenciamentos, no interior dos constrangimentos e oportunidades deste fazer-lugar local, a fim de construir meios de vida em redes interconectadas às escalas local, nacional, supranacional e global. Portanto, o conceito serve como ferramenta analítica para compreender o fazer-cidade. O conceito de *emplacement* permite situar os habitantes de uma cidade em processo de transformação do espaço ao longo do tempo. Trata-se de um conceito processual que relaciona espaço e poder.

Concordamos com as autoras também quando rejeitam os conceitos de *integração* ou *assimilação* para abordar as migrações transnacionais, pois essas ideias frequentemente associam os migrantes como ameaça à coesão social. Já a noção de *emplacement* invoca um sentido de produzir lugar, permitindo a análise das experiências compartilhadas por coletivos que geralmente são vistos pelas pesquisas ou gestores públicos como migrante ou nativo. É uma noção que possibilita, portanto, situar os deslocados, migrantes e não-migrantes, em tempo e espaço específicos, em um processo global de destruição e reconstrução de formas de vida. Esse enquadramento aloca migrantes e não-migrantes em processo partilhado de produção de lugar (Çaglar; Glick Schiller, 2018, p.12).

O destino da maior parte das migrações transnacionais são as cidades. A vida cotidiana dessas pessoas se desenrola majoritariamente no âmbito urbano, onde são atores que contribuem, constroem e transformam as cidades. Ou seja, esses sujeitos são *city-makers*, para

usar os termos de Glick Schiller e Çaglar (2011, 2018). Nesses espaços eles enfrentam, contornam, produzem e deslocam fronteiras das mais variadas e modulares – a fronteira nacional é apenas a mais evidente delas. Nicholas De Genova (2015) propõe a noção de *metrópole-migrante* para articular as cidades e as migrações transnacionais. De acordo com o autor, nessas territorialidades ocorrem novas lutas de fronteiras, isto é, as fronteiras espaciais são deslocadas para o interior dos Estados, nos espaços urbanos. De Genova desativa o que denomina como fetichismo da lógica-fronteiriça no campo dos estudos migratórios, a fim de entender como as lutas de fronteira dos migrantes transnacionais tornam-se lutas urbanas (De Genova, 2015).

The migrant metropolis ought not to be understood as a communal space of “displacement” and “transplanted” or dislocated “culture”. Rather, it is constituted materially and practically by the intersections of global capital, transnational (migrant) labour, territorially-defined “ational”state formations and their unequal politics of citizenship and entitlement, and the postcolonial dynamics of racialised inequalities. (...) In this respect, the migrant metropolis tends to always also be a border zone. (De Genova, 2015, p. 5-6)

Ao entender a *metrópole-migrante* como uma zona de fronteira, busca-se exatamente rastrear as lutas que possibilitam a vida cotidiana nesses espaços. Em um ensaio politicamente engajado, Glick Schiller propõe a noção de *cosmopolitismo diaspórico* para descrever as sociabilidades formadas em torno de práticas, perspectivas e sensibilidades partilhadas – por mais parciais, temporárias ou inconclusivas que sejam. Essas relações simultaneamente emergem e ligam pessoas deslocadas, no âmbito local e/ou transnacional, e ocorrem necessariamente no espaço urbano (Glick Schiller, 2015). A noção é empregada para legitimar as lutas das sociedades migrantes, enfatizando a multiplicidade de conexões que se produzem “against inequalities through not only the experience of multiple displacements from localities and nation-states, but also through the forging of multiple connections to a myriad of places and institutional structures, including states.” (Glick Schiller, 2015, p. 7). Nos demais capítulos da tese, pretendemos rastrear essas sociabilidades forjadas na *metrópole-migrante* (como uma zona de fronteira) e que compõem o cosmopolitismo diaspórico.

Thommas Nail (2015) argumenta que a principal figura política do mundo contemporâneo é a figura do migrante. Em vez de considerar a migração como exceção à regra política de fixação e cidadania, o autor sugere olhar para a mobilidade como uma forma estratégica de colocar o migrante em primeiro plano. Dessa forma, a migração não seria um tema restrito ao campo dos estudos migratórios, mas sim uma estratégia para pensar o poder político contemporâneo e suas formas de produção e reiteração. Isto é, o migrante assume uma

centralidade política na atualidade, pois altera ou questiona substantivamente uma série de pressupostos e modos de organização das associações sociais. Por meio dele, as ideias de nação, cidadania e pertencimento são postas em xeque. A própria noção de democracia passa a ser desafiada por essa figura política. O autor escreve a partir dos debates do Norte global, nos EUA, mas ainda assim essa discussão ressoa em nosso mundo, justamente porque existem atravessamentos que constituem simultaneamente essas duas espacialidades. Nail destaca a relevância que o tema assume não apenas nas eleições, por exemplo, quando se torna o grande bode expiatório de todo e qualquer problema desses países, mas como fenômeno que desafia a própria construção de sociabilidades.

Em termos gerais, as migrações contemporâneas localizam-se no que foi denominado de *novo paradigma da mobilidade* (Sheller; Urry, 2006). Segundo os autores, a mobilidade tornou-se uma dimensão essencial da vida cotidiana e está presente em diversos aspectos, como o turismo, as migrações, o tráfego urbano, as viagens de negócios e as redes de transporte. A mobilidade está intrinsecamente ligada a processos sociais, econômicos, políticos e culturais, influenciando a forma como as pessoas vivem, trabalham, se relacionam e constroem identidades. O novo paradigma da mobilidade reconhece que a mobilidade não é um fenômeno neutro, mas atravessado por desigualdades sociais, questões de gênero, raça, classe e poder. Os autores destacam também as complexas interações entre diferentes escalas de mobilidade, desde a escala global até a escala local. A mobilidade humana é uma resposta a esses desequilíbrios de poder e às condições adversas de possibilidade de vida nas diferentes partes do mundo.

As mobilidades transnacionais contemporâneas desafiam algumas categorias estado-centradas e podem ser operacionalizadas como instrumentos para perspectivar seus efeitos de poder. Trata-se de analisar a produção dessas categorias, as quais definem o estatuto de cada pessoa em mobilidade, bem como seus efeitos de poder tanto na enunciação estatal quanto na própria produção dessas categorias. As pessoas em múltiplas mobilidades ativam redes que podem se articular ou desarticular conforme os sentidos engendrados.

No campo de estudos sobre populações em movimento (migrantes, pequenos comerciantes, deslocados, refugiados, solicitantes de refúgio), Willem van Schendel (2005) chama a atenção para o fato de que as categorias pelas quais esses movimentos são tipificados (legal e ilegal, formal ou informal, clandestino ou regular) correspondem a construções jurídicas nacionais que operam como formas de controle e gestão dessas populações. Dessa forma, a proposta do autor é colocar os movimentos como plano de referência de pesquisa e análise. Ou seja, trata-se de um deslocamento epistêmico com efeitos no âmbito do conhecimento e também

implicações políticas. Essa perspectiva permite colocar em foco os processos e as práticas pelas quais, conforme lugares e circunstâncias, grupos e indivíduos são *ilegalizados*, tornados informais, clandestinos ou mesmo criminosos. Isso quer dizer que os fluxos extraterritoriais de bens e pessoas não se chocam em oposição binária à organização territorial estatal, mas são construídos, em suas variadas modalidades, em interação tensa e conflitiva com os dispositivos políticos. Por exemplo, na medida em que os Estados definem alguns desses fluxos como ilegais, criam mais barricadas e fronteiras violentas, geram organizações e mecanismos sofisticados que viabilizam a continuidade desses fluxos. As políticas de interdição e vigilância produzem novos arranjos que podem se tornar problemas ainda maiores para a territorialidade estatal. A imagem de Estado apenas reativo, respondendo ao aumento de *fluxos clandestinos*, é equivocada, pois minimiza o modo pelo qual o Estado estrutura, condiciona, produz e mesmo possibilita os cruzamentos fronteiriços *clandestinos* (Schendel, 2005, p. 59). Na mira do autor está o lugar dos dispositivos políticos de controle e gestão dos movimentos transnacionais de pessoas e bens. E é por esse ângulo que Schendel (2005) situa, em novas chaves, o lugar dos poderes soberanos dos Estados Nacionais no monopólio da definição (e controle) da autorização e regulação dos movimentos transfronteiriços – monopólio dos sentidos legítimos de movimentos. Como destaca Saskia Sassen (2010), não há um crescimento linear da fluidez de pessoas, coisas e informações, sem o pungente crescimento de sistemas de controle e gestão da mobilidade. Portanto, pensar a mobilidade implica necessariamente refletir sobre as formas de controle, a gestão das populações em movimento e os efeitos desses fenômenos sobre as próprias fronteiras. Por essa razão, como enunciado anteriormente, utilizamos a ideia de migrante como significante amplo e genérico para referir a todas essas múltiplas e diferentes categorias de pessoas classificadas pelo Estado. Trata-se do termo mais genérico possível para não nos comprometermos com as próprias classificações estatais ou regulamentações supraestatal – como os conceitos de refúgio ou solicitante de refúgio.

Em artigo que trata dos amplos movimentos de migrantes e populações deslocadas nas fronteiras europeias, Paolo Cuttitta (2007) argumenta que as fronteiras se diversificaram e ganharam novas modalidades, indo além dos controles administrativos nos limites jurídico-territoriais dos Estados Nacionais. Segundo o autor, trata-se de mecanismos de fronteirização móveis, imateriais, puntiformes ou zonais. Além do controle espacial propriamente, também existem controles indexados aos *status* dos migrantes – ou seja, categorias pelas quais os organismos políticos tipificam e diferenciam juridicamente essas populações –, que operam como fronteiras que permitem ou impedem, favorecem ou entram, aceleram ou retardam as

passagens nos diferentes limites territoriais. Portanto, vários autores vêm colocando sob o crivo crítico a multiplicação das categorias, construções jurídicas nacionais e supranacionais que definem a condição da pessoa em mobilidade (Agier, 2008; Mezzadra, 2015; Ceriani, 2016).

Pablo Ceriani (2016), por exemplo, rejeita a divisão classificatória entre migrante (sobretudo na forma migrante econômico) e refugiado. Para o pesquisador, a divisão serve apenas para retirar uma série de pessoas da categoria de refúgio, que foi ratificada por vários Estados ao final da 2ª Guerra Mundial, e recusar a regularização daqueles que seriam definidos como *migrantes econômicos*, não considerando a multicausalidade do fenômeno migratório. Agier (2008) enfatiza que essas categorias operam como filtros seletivos e mecanismos de gestão dos movimentos, definindo quem e sob quais condições pode ou não passar pelas fronteiras, quais suas destinações (campos de refugiados, campos de contenção, lugares de espera, etc.), provisórias ou não. Para o autor, as categorias se multiplicaram, conforme circunstâncias e injunções políticas de momento, e agregaram-se aos *status* jurídicos já existentes (refugiados, indocumentados, clandestinos, entre outros), remodelando seus contornos e diferenciando seus conteúdos. As categorias variam de momento a momento, mas são atravessadas por uma lógica política comum, em grande medida regida pelo esforço das autoridades em manter esses grupos fora do campo do direito internacional, em boa medida pautado pelo estatuto de refúgio. É esse universo político-jurídico que tende a ser desativado, esvaziado, cada vez mais inócuo para lidar com os movimentos transnacionais.

Mezzadra (2015) introduz outro crivo nessa discussão ao chamar a atenção para o fato de que a construção política-jurídica dessas categorias perpassa o universo da cidadania, tal como é definida nos espaços nacionais. O autor afirma que “a cidadania regula o sistema de posições políticas e jurídicas que distribui os sujeitos em mobilidade em uma escala variável de abjeção e proteção, valorização econômica e exploração, pertencimento e precariedade, acesso a direitos e ‘deportabilidade’” (Mezzadra, 2015, p. 14). Evidência disso é a posição de destaque que a ideia de *migrante ilegal* ou *migrante clandestino* ganha nas políticas ou no imaginário popular. Trata-se de um processo ativo de inclusão do migrante por meio da sua ilegalização. Mezzadra argumenta que os processos de produção de ilegalidade, ou de clandestinidade, fragmentam e segmentam os espaços de cidadania, distribuindo de formas diferenciadas os dispositivos de sujeição, com efeitos deletérios nos mercados de trabalho por via da multiplicação de regimes de trabalho caracterizados por diferentes níveis de coerção. A produção da ilegalidade, enfatiza o autor, ocorre não para banir ou excluir fisicamente essas pessoas do território, mas justamente para incluí-los socialmente em condições de contínua e

prolongada vulnerabilidade. Sendo assim, as noções de inclusão e integração, recorrentes na gramática política das migrações, esvaziam-se de sentido político e heurístico, exigindo crivo crítico devido à *inclusão diferenciada e subordinada* que a questão da migração permite colocar em evidência.

Mezzadra também coloca em nova chave a questão da produção das fronteiras:

a migração é por si mesma perpassada e constituída por importantes fatores políticos na medida em que mobiliza um conjunto de energias subjetivas e as leva a contrastar as relações de poder e as numerosas fronteiras que estruturam os espaços percorridos pelos migrantes. (Mezzadra, 2015, p. 19-22)

O autor propõe considerar as fronteiras não apenas como *locus* estratégico de pesquisa e de intervenção política. Na medida em que são produzidas politicamente, as fronteiras devem ser tomadas também como ponto de vista epistêmico em relação aos processos globais. Além dos dispositivos de controle nos movimentos transfronteiriços, o autor sugere que prestemos atenção às outras linhas de demarcação, em geral mais elusivas. Essas linhas variam desde as fronteiras urbanas até as de *status* jurídicos, conectam-se ou sobrepõem-se, podendo inclusive entrar em choque umas com as outras, e ajudam a moldar novas formas de dominação e exploração – campo de conflitos, de disputas, de redefinições, também de articulações entre migrantes e *populações locais*.

Com Mezzadra (2015), aprendemos que as fronteiras, internas e externas, bem como os múltiplos e diferenciáveis *status*, constituem um campo de conflitos e de disputas em torno dos sentidos da mobilidade e as possibilidades de instalação nos territórios. Esse debate vem ocorrendo desde o final dos anos 1980 no Norte global e agora está começando a ganhar corpo na agenda de debates acadêmicos na América Latina. Claro, os termos da discussão não são os mesmos e tampouco podem ser transpostos de um conjunto de problemas a outro. Não se trata de realizar esse tipo de expediente, mas buscar inspiração para pensar a produção de modos de vida na cidade, a produção de fronteiras, os processos de reterritorialização – o que poderia ser também chamado de *emplacement* – em São Paulo.

O migrante confronta as fronteiras geográficas e políticas estabelecidas, expondo as contradições e as limitações dos sistemas nacionais e das noções de cidadania. Nail (2015) argumenta que os migrantes questionam a ideia de uma ordem política baseada na territorialidade e reivindicam a liberdade de circulação e o reconhecimento de direitos fundamentais. Desse modo, a presença dos migrantes e as lutas por seus direitos têm o potencial de transformar as estruturas políticas e sociais existentes. Para o autor, o movimento migratório

e as demandas dos migrantes desafiam as formas de governança e de identidade nacional, abrindo caminho para novas formas de política e de pertencimento (Nail, 2015).

A ideia de migrante como figura política, sugerida por Nail, nos parece útil como modo de tomar a migração e a mobilidade como um *operador analítico*. Isto é, as trajetórias de vida, as experiências desses sujeitos em mobilidade, servem para desvelar os efeitos de poder que incidem sobre esses próprios indivíduos. As *histórias infames* que aqui buscaremos rastrear constroem uma cartografia de como os poderes variados e hierarquizados atuam sobre essas pessoas. O migrante servirá como operador analítico em uma estratégia para perspectivar o fazer-cidade.

Considerando os migrantes como operadores analíticos e de escala, as noções de metrópole-migrante, de cosmopolitismo diaspórico e de fazer-cidade (implicada em acumulação por despossessão, *emplacement e displacement*) se relacionam com a proposta de construir uma cartografia sociopolítica de migrantes em São Paulo. Por cartografia sociopolítica entende-se o mapeamento de relações e fluxos, criando um diagrama que revele as multiplicidades e as possibilidades que emergem em determinado domínio, nesse caso, o urbano, de relações sociais e de poder.

A ideia de cartografia é inspirada na formulação de Deleuze e Guattari (2011) de rizoma, uma metáfora para descrever a natureza não necessariamente hierárquica, tampouco linear, de conexões e relações entre diferentes conceitos e elementos. Neste caso, trata-se de cartografar como as presenças migrantes alteram os feixes de relações, combinações e alianças com outros atores urbanos, espacializando-se na cidade, criando condições de modos de vida diversos, tendo como resultante a própria produção de cidade.

Ao tematizar as migrações a partir do prisma urbano, colocaremos em destaque as trajetórias urbanas de nossos interlocutores. A definição do conjunto de interlocutores da pesquisa, ou seja, aqueles cujas trajetórias urbanas buscamos reconstituir, foi determinada pela maneira como esses migrantes chegaram a São Paulo. São pessoas que sofreram na pele os efeitos mais brutais do que vem sendo designado por acumulação por despossessão. São desterritorializados que buscam em São Paulo modos de fazer vida e de produzir as condições mínimas para se instalar na cidade. Trata-se, portanto, de um conjunto de pessoas em mobilidade transnacional que está em situação de precariedade.

Conforme argumenta Didier Fassin (2015), precariedade não é sinônimo de pobreza, mas sim um estado de insegurança e imprevisibilidade em relação aos meios de vida e de trabalho. A noção de precariedade também é desenvolvida por autoras como Judith Butler

(2009, 2018) e Anna Tsing (2005, 2022). Ambas consideram a precariedade uma condição fundamental na contemporaneidade. Para Butler (2009, 2018), vidas precárias são aquelas em situação de vulnerabilidade e exposição à violência e discriminação, em condições políticas, sociais e econômicas mais suscetíveis a violações de direitos, exclusão e opressão. São vidas descartáveis dentro das estruturas de poder dominantes. De acordo com a autora, a ideia de vidas precárias implica em seu oposto, ou seja, na determinação das vidas mais valiosas, merecedoras de cuidado e proteção, frente às descartáveis, que nem sequer são passíveis de luto. Já para Tsing (2005, 2022), a precariedade é uma condição planetária, inerente às formas de vida localizadas em diferentes partes do mundo. A precariedade, para essa autora, está relacionada às incertezas, à vulnerabilidade e à falta de controle que surgem de interações globais. Se a precariedade diz respeito a imprevisibilidades e indeterminações, a vida na precariedade para Tsing não significa, entretanto, o fim da linha, mas o nó onde muitos começos aguardam (Tsing, 2022, p. 365). Talvez sejam esses novos começos e o campo de possibilidades de novas formas de produzir vida os guias para a construção desta tese.

O plano de referência aqui desenhado situa as formas de produção de meios de vida em meio a situações de terra arrasada, em meio a políticas que criminalizam e exterminam pobres, negros, periféricos, que deixam migrantes literalmente em barcos à deriva em alto mar. É nesses contextos que surgem também formas de produção de vida, de associações e relações que permitem a construção de sentidos em coletividades. No cerne desta tese, mais do que denunciar as agruras de vidas em ruínas, pretende-se em alguma medida conviver com os problemas para assim contorná-los e superá-los. *Ficar com o problema* propõe Donna Haraway (2016). Isso significa muito concretamente seguir e rastrear, reconstruir e também se compor com os agenciamentos que homens e mulheres inventam para lidar com as urgências da vida, as redes de apoio e alianças que são capazes de mobilizar. Em fina sintonia com as questões propostas por Tsing, a sobrevivência supõe agenciamentos colaborativos. Essa formulação, sob chaves teóricas diferentes e outros campos de embates polêmicos, evoca a noção de *vidas precárias* de Butler. Ao revés de visões e análises egocentradas, a primazia das redes sociotécnicas e de afeto que viabilizam vidas plausíveis de serem vividas e permitem o agir coletivo dos *corpos em aliança* (Butler, 2018).

Pretendemos, assim, depreender diferentes hierarquias de poder imbricadas em relações múltiplas, que conectam pessoas de origens variadas a diferentes escalas de conflito. Essas conexões revelam processos e alianças que produzem a cidade e engendram formas de vida que nos interessa reconstituir. Desse modo, trata-se de expediente situado nesses personagens

urbanos, os quais darão as pistas para a compreensão das múltiplas facetas do capitalismo contemporâneo. Se o argumento parece cifrado e pouco clarividente nesse tipo de enunciação, será na filigrana, na descrição detalhada das histórias, trajetórias, disputas, na descrição cotidiana dessas vidas, que depreenderemos os efeitos de poder dessa cartografia sociopolítica que constitui a própria cidade.

1.4. QUESTÕES METODOLÓGICAS E INSERÇÃO NO CAMPO

1.4.1. Personagens e trajetórias urbanas como método

Neste tópico, abordaremos os procedimentos de pesquisa e os modos de coleta dos dados primários, além de refletir sobre o próprio estatuto das informações apresentadas. Não se trata simplesmente de etapa obrigatória do trabalho acadêmico-científico, mas de uma tentativa de pensar a produção da ciência em ato, os pressupostos epistemológicos e as encruzilhadas em que nos vimos colocados. Por mais que o expediente metodológico esteja situado em tempo e espaços muito circunscritos, este texto e o anseio de reconstituição das histórias dos personagens urbanos visa transcender a condição situacional e refletir sobre os modos de se produzir a cidade.

Os principais procedimentos que embasaram a pesquisa foram a observação, a descrição dos espaços de sociabilidade dos migrantes e a reconstrução de suas trajetórias de vida. É por meio dessa metodologia que buscamos compreender as subjetividades, experiências e infinitudes de conexões que esses indivíduos produzem na cidade. Para a reconstituição das trajetórias de vida, foram empreendidas diferentes estratégias de inserção no campo. O campo de pesquisa, por vezes, confundia-se com o próprio campo de engajamento e ativismo do pesquisador com os temas concernentes. Toda pesquisa de caráter etnográfico apresenta a construção de vínculo forte, do estabelecimento de parcerias e alianças entre os atores em rede. Com Bruno Latour, aprendemos que

somos híbridos, instalados precariamente no interior de instituições científicas, meio engenheiros, meio filósofos, um terço instruídos sem que o desejássemos; optamos por descrever as tramas onde quer que estas nos levem. Nosso meio de transporte é a noção de tradução ou de rede. Mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura,

mais empírica que a de complexidade, a rede é o fio de Ariadne destas histórias confusas. (Latour, 1994, p. 9, grifo nosso)

Portanto, é praticamente dispensável dizer que as relações estabelecidas em campo vão muito além de interações para a produção de conhecimento acadêmico – aliás, seguramente, a produção de conhecimento acadêmico não é consequência da interação, mas a tese em si representa o efeito da própria relação criada em campo. Se a tese é um produto que traz ao pesquisador certo reconhecimento no campo acadêmico, uma vez que se trata de condicionante para essa área, ela também é um ator na rede sociotécnica inscrita na produção da experiência migrante em São Paulo. A tese é a tentativa do autor de traduzir em texto as relações e vínculos que produziu em campo, em suas articulações e redes²³. Portanto, a tese deve ser lida também como parte de uma rede sociotécnica específica, em interação com atores diversos, posicionando-se em disputas pelos sentidos dos modos de produzir vida desses atores em São Paulo.

Como sugere Ada Carvalho (2023), o texto de tese, quando dá centralidade às relações, parcerias e alianças, não é exercício cômodo, pois desloca o pesquisador de seu lugar de autocentramento, impele-o a refletir sobre as hierarquias implicadas na forma como o conhecimento é produzido, conduzindo-o a examinar as múltiplas repercussões, inclusive éticas, dos vínculos que foram estabelecidos para que a pesquisa viesse ao mundo.

Para que seja possível narrar vínculos e restituir algumas dessas vidas, é necessário consolidar relações profundas, afetivas e políticas, de interesses de mão dupla, de ajuda e cooperação, que extrapolam em muito os saberes acadêmicos. As histórias, problemas e dificuldades que eram relatadas por pessoas de diferentes lugares do mundo não poderiam encerrar-se simplesmente no momento do encontro para a produção de materiais a serem posteriormente analisados. Pelo contrário, recebi pedidos de auxílios diversas vezes para inúmeras ações, os quais muitas vezes consegui concretizar, outras apenas orientar, em outros casos não pude agir. Sem contar os engajamentos em campanhas variadas, como as quatro que veremos adiante (Nduduzo, João Manuel, Falilatou e Moïse). No caso das campanhas de Moïse e João Manuel, ambos haviam sido brutalmente assassinados e não havia sequer uma relação para ser estabelecida, mas tratava-se exatamente da consolidação de um engajamento político

²³ Inspiro-me abertamente no modo como a doutoranda Ada Rízia Barbosa de Carvalho, minha colega de grupo de pesquisa, interpreta Latour e outros autores em suas notas metodológicas parciais do texto de qualificação, ainda não finalizado. Ada escreve com muita perspicácia o modo pelo qual sua própria pesquisa compõe uma rede sociotécnica. Ao narrar sua entrada em campo, longe de qualquer reflexão egóica, Ada consegue com primazia situar metodologicamente seu fazer pesquisa (Carvalho, 2023).

amplo contra a sistemática violação de direitos e as violências de Estado sofridas por esses atores – seja pela negligência dos atores estatais em acolhê-los ou por ações violentas que encarceraram, expulsam, confiscam meios de trabalho e de vida dessas pessoas. Exemplo disso é o que ocorreu com a trabalhadora ambulante Falilatou e as ameaças constantes de expulsão do país a Nduduzo. No caso de Nduduzo, sua condição legal precária no país a impede ou restringe de subir aos palcos para dançar, cantar ou performar, ou seja, de realizar seu trabalho. Esses casos específicos tornaram-se públicos e tiveram ressonância na imprensa, mas muitos outros interlocutores eram mais silenciosos, com vidas discretas ou efetivamente silenciadas e, portanto, mais vulneráveis devido à ausência de repercussão midiática. Dessa forma, a questão do anonimato e da não exposição dessas pessoas se apresentava com algumas nuances para a pesquisa. Optamos, assim, por seguir as orientações que nos davam, alguns interlocutores faziam questão de ter seu nome exposto no texto, já aqueles que não refletiam sobre isso, preferimos anonimizar.

Bruce Albert (2014), ao refletir sobre sua interlocução com indígenas Yanomamis da Amazônia brasileira, cria alguns parâmetros éticos e políticos para balizar seu trabalho de campo. O autor diagnostica a extinção do trabalho de campo etnográfico malinowskiano. Não pela ausência de grupos nativos, mas porque esses grupos se tornaram cada vez mais sujeitos de suas histórias e leitores de seus próprios etnógrafos. Trata-se, de uma vez por todas, da constatação do fim de uma ilusão epistemológica que pensava em termos de objetividade, distanciamento e em sociedades tradicionais isoladas social e culturalmente, as quais seriam conjugadas por meio de uma metodologia científica transparente, sendo a observação participante a ferramenta de apreensão dessa realidade. Albert argumenta que o fazer antropológico entre os Yanomamis implica necessariamente um chamamento para certo ativismo. O antropólogo situa-se em interface entre mundos que estão a todo momento se articulando e se redefinindo. Ele se reconhece em uma dobra interétnica, em que é operador em ambos os espaços sociais. Essa presença que articula e conecta campos variados é justamente o que Latour define como a rede sociotécnica. Albert é frequentemente chamado para produzir laudos científicos e pareceres que envolvem diretamente o acesso a direitos outorgados pelo Estado, sem falar das atuações em ONGs que dependem dos grupos indígenas para existirem, ao mesmo tempo que podem articular a defesa desses grupos.

Sem desconsiderar as especificidades do trabalho etnográfico com grupos indígenas, pensar a pesquisa com migrantes transnacionais na cidade também implica reciprocidade e o diagnóstico do fim da ilusão epistemológica do conhecimento científico neutro, apolítico,

deslocado das disputas situadas no tempo e no espaço. Trata-se de movimento semelhante ao indicado por Barbara Tedlock (1991) ao pautar a mudança da observação participante malinowskiana para uma observação da participação, na qual está em foco a produção dialógica do conhecimento. Não mais a suposta neutralidade axiológica, mas um conhecimento produzido de modo situado, em que se observa justamente como a participação ocorre e a interação se desenvolve. Esta pesquisa está estreitamente engajada em alianças com redes de migrantes que visam produzir uma cidade onde as violências estatais e não estatais deixem de ser recorrentes, em que as condições urbanas para a reprodução da vida estejam em outro patamar do que se observa correntemente.

Talvez a mais difícil das questões a ser solucionada em termos de reflexão sobre o campo seja o nó relativo à minha própria posição nele. Essa posição é marcada por diferentes fatores, tais como gênero, raça, classe, país de origem, inserção religiosa, idade, etc. Trata-se de problematizar como sou visto por aqueles que se dispõem a dialogar comigo. Em alguns momentos, a interlocução era de companheirismo, como entre militantes de um mesmo movimento social. Em outros, eu era visto quase como inquiridor ou como um profissional de Recursos Humanos, por estar atuando como voluntário da Missão Paz na mediação entre empregadores brasileiros e migrantes candidatos às vagas de emprego. Em outras situações, eu era um curioso muito deselegante, indiscreto e impertinente, por fazer perguntas sobre a vida, a trajetória e os traumas das pessoas. Como Angela Facundo (2017) pontuou em sua pesquisa, por vezes as perguntas do pesquisador remetem às mesmas questões postas por oficiais de elegibilidade para a concessão do estatuto de refúgio, ou seja, aludem a um operador do Estado. Dessa forma, as respostas podiam ser dadas de modo a cumprir os critérios da legislação internacional e nacional que regula este tipo de estatuto humanitário.

As histórias relatadas visavam preencher um percurso anterior e prévio à minha própria questão, tratava-se necessariamente de pautar perseguições ou construir uma narrativa que pudesse enquadrar aquela trajetória como a de um refugiado, e não a de um *migrante econômico*. A posição de inquiridor ou quase de um operador estatal era a que mais me incomodava no campo. Quando essas situações ocorriam, eu notava obviamente a debilidade do método de entrevista. A interação deveria seguir por outros caminhos. Em duas oportunidades, em conversas com migrantes que trabalhavam no mercado de drogas, o contato não funcionou, a confiança não se estabeleceu e o diálogo não permitiu qualquer tipo de troca entre nós. Nessas oportunidades não construí vínculo e não consegui praticamente nenhuma informação que pudesse auxiliar na pesquisa.

É claro que a forma como me viam e as interações que estabelecíamos apresentavam desafios que não necessariamente foram resolvidos. Alguns devido à própria materialidade corpórea, que objetivamente me impede de superar certos distanciamentos. O fato de eu ser branco, jovem, de classe média, homem cis marca a minha entrada no campo, pois são características constitutivas e que constroem diferenças intransponíveis. No entanto, esse conjunto de diferenças não impede a construção de vínculos e alianças. Como sugere Carvalho (2023), vigilante quanto ao fazer/desfazer das dicotomias entre o Eu e o Outro, talvez seja desse nó que o conhecimento que pretendemos textualizar comece a emergir. Em outras palavras, trata-se da ideia central de que o fazer antropológico ou sociológico é produzido a partir da problematização da experiência de alteridade. Seja nos deslocamentos, literais ou não, em direção às pessoas encarnadas com quem estabelecemos interlocução e/ou aliança, seja nos afastamentos e aproximações que se tornam o próprio meio para a emergência de um aprendizado que é necessariamente inter-relacional (Ingold, 2014).

Esses afastamentos, aproximações e deslocamentos marcam minha presença em campo e me localizam em cada interação. Seja numa frente na qual eu partilhe mais dos códigos, das formas de se relacionar e agir, como nos engajamentos explicitamente políticos; seja nos momentos de afastamento em que eu precisava trabalhar com toda alteridade necessária do fazer antropológico para conseguir ser afetado. Exemplo disso são os momentos de transe de meus interlocutores em culto evangélico neopentecostal narrado em crioulo haitiano, com o qual eu não compartilhava nenhum código, seja religioso ou cultural, nem mesmo entendia o que era dito.

É fundamental realizar o registro em caderno de campo das sensações, *insights* e ideias que surgem nessas situações. Quando a alteridade era extrema, poucos pontos de contato permitiam que eu entendesse o que ocorria; quando era grande, mas com alguns códigos compartilhados, era mais fácil notar o que se passava. Em oposição, quando a ação em campo consistia na minha própria atuação como ativista, a metodologia do fazer etnográfico era outra. Cada encontro possuía uma qualidade de vínculo variada, em alguns momentos unia interesses comuns, em outros distanciava. Foi a partir da própria complexidade das interlocuções tecidas em campo e da exposição a esses vínculos e alianças múltiplas que a pesquisa se tornou possível – algumas vezes com contrapartidas bastante confusas, como quando diagramei, escrevi e produzi diplomas de batismo para uma Igreja evangélica haitiana.

Por meio das múltiplas entradas em campo e dos vínculos consolidados reconstruí diversas trajetórias de interlocutores, mas poucas entraram na redação da tese. Para fins da

pesquisa, pouco interessa narrar ou expor a vida de uma pessoa específica, mas sim tentar depreender de seus relatos uma forma de leitura do mundo contemporâneo. Na descrição biográfica dos interlocutores, nos percursos de trabalho, moradia, serviços públicos, mobilizações políticas, pode-se depreender e revelar uma cidade que aparece longe das descrições apriorísticas ou dos discursos prontos sobre a urbe. Como aprendemos com Telles (2006, p. 74), toda a pulsação da vida urbana está cifrada nos espaços e circuitos por onde as histórias biográficas transcorrem. É no confronto entre as diversas situações que a cidade vai se perfilando, com suas tensões e campos problemáticos. As questões vão surgindo no entremeio, nas dobras: a cidade se revela no momento em que o caleidoscópio gira e faz ver toda a complicação do mundo urbano, para usar a imagem mobilizada por Telles. Não se parte da *questão urbana*, que suporia definição prévia e modelar, mas sim das modulações e composições que se configuram em cada uma das espacialidades imbricadas ao seguirmos as trajetórias de nossos interlocutores. O tempo biográfico e o urbano se compõem simultaneamente. Um revela o outro (Telles, 2006).

A posição que esta pesquisa assume é marcadamente de perspectiva descritiva. A descrição é o procedimento teórico-metodológico que dá a baliza para narrarmos uma cidade que se constrói nos tempos da vida, de seu cotidiano, inscrita nas trajetórias pessoais. É ao apresentar a cidade em fatos, seus atores com suas histórias, que pretendemos desvelar a São Paulo contemporânea. Não se trata de um pensamento dedutivo, mas sim indutivo, partindo da apresentação das histórias para, ao final, formularmos conexões e sínteses. Vale notar a interlocução com múltiplos atores, de migrantes aos agentes públicos formuladores ou gestores de políticas públicas, as agências e fundações transnacionais, as ONGs com financiamentos de governos de outros países ou de fundações privadas, as instâncias jurídicas nacionais e transnacionais que incidem sobre as populações migrantes e, desse modo, nas formas de produção do espaço urbano.

O objetivo das entrevistas com os interlocutores era reconstruir suas trajetórias de vida. O interlocutor era estimulado a narrar o percurso que traçou até chegar ao momento presente. De modo geral, são relatos muito pessoais, a experiência própria de vida, seus caminhos e descaminhos, contratempos e esquecimentos estavam presentes em cada palavra dita. Como ensina Pierre Bourdieu (2006) em *A ilusão biográfica*, a biografia individual deve ser lida a partir de várias determinantes externas à própria trajetória do indivíduo. *A ilusão biográfica* de Bourdieu refere-se à crença comum de que a biografia individual de uma pessoa é o fator central e determinante de sua trajetória de vida. Essa ilusão leva as pessoas a atribuírem sucessos ou

fracassos exclusivamente a características inatas ou esforços individuais, ignorando as influências mais amplas das estruturas sociais e dos campos de poder. Bourdieu argumenta que essa visão limitada obscurece as desigualdades e as estruturas sociais que moldam as oportunidades e possibilidades dos indivíduos. O autor enfatiza a importância de considerar o espaço social mais amplo para compreender plenamente as trajetórias individuais e abordar as desigualdades existentes.

Na metodologia de trajetória de vida, costuma-se iniciar com indagações sobre família, origem, nascimento, formação dos pais, etc. Ou seja, busca-se traçar um perfil geral do entrevistado, entender classe social, escolaridade, detalhes sobre vida pregressa, se viveu no campo ou na cidade, compreender as possibilidades de acesso a bens e equipamentos públicos e de cultura, as oportunidades de emprego e formação. É necessário situar essa pessoa no contexto global. A pessoa pode tanto ser um migrante filho de uma elite local como alguém que sempre esteve nos estratos mais baixos em seu lugar de origem. É fundamental referir-se ao espaço e ao tempo, pois posteriormente pode-se reconstituir a trajetória com referência aos fatos políticos e econômicos que nem sempre serão narrados pelos próprios interlocutores. Trata-se de uma operação posterior de reconstituição das narrativas relacionadas ao processo histórico – elementos que visam contornar a ilusão biográfica denunciada por Bourdieu. Além disso, é importante atentar-se para características da vida familiar, pois isso ajuda a compor o campo do interlocutor. Ao mesmo tempo em que se deve buscar a compreensão dos aspectos relacionados à vida particular, reconstituir essa história é justamente revelar os efeitos da situação política e econômica da cidade/país em cada um desses momentos da vida.

Seguimos à risca algumas dicas da orientadora de pesquisa, Vera Telles, que nos ensina a conduzir uma entrevista, a compreender as tramas e mecanismos normalmente silenciados em cada *e daí* no meio do relato do interlocutor. O que vale entender são as minúcias dos processos, as escolhas e mudanças, o que permite cada uma dessas transformações ao longo da vida do entrevistado. Deve-se notar, sobretudo, as decisões e ações que produzem reviravoltas na vida, o peso da aposta familiar nesse indivíduo. Aliás, vale notar que, no âmbito das migrações mais marcadamente de *caráter econômico*, é comum o projeto migratório ser um projeto familiar, decidido coletivamente.

Após esse primeiro conjunto de questões, buscava-se fazer o interlocutor reconstruir seu percurso de trabalho, seu projeto de vida familiar, os planos que havia traçado ou que eram esperados que ele desempenhasse. Além de situar essas mudanças no âmbito de sua vida em mobilidade, sobretudo destacando as experiências em outras territorialidades que não a de

origem. Eram indagados os processos de travessias e cruzamentos, como o deslocamento foi financiado, quais redes foram mobilizadas para se deslocar, etc. Pretendia-se também refletir como as novas jurisdições, territorialidades e estatutos frente ao Estado impactavam na vida dessas pessoas. Buscava-se entender as limitações impostas ou os caminhos abertos relativos ao acesso a documentos. Uma hipótese inicialmente nos guiava: achávamos que o acesso aos documentos poderia ser marca central na forma de inserção na cidade, o que não se confirmou plenamente. Sim, há diferenças e bloqueios por conta do acesso à documentação, mas isso não se revelou um empecilho tão grande como no caso das mobilidades nos países do Norte global. Contaremos a trajetória de Nduduzo, que tem problemas relativos à documentação, mas porque ela é egressa do sistema prisional. Outros interlocutores não marcavam essa questão como central para o acesso a trabalho, moradia e construção de redes na cidade.

Uma vez que tínhamos rastreado todo o percurso e trajetória de deslocamento por diferentes territórios do globo, buscava-se reconstituir as redes mobilizadas para tornar a inserção em São Paulo possível. Tratava-se de entender quais redes eram acionadas na cidade, como e por quais razões. Em São Paulo, centrou-se nos espaços públicos, associações, ONGs, fundações empresariais e outros equipamentos. Buscamos rastrear as informações relativas ao aprendizado da língua, o acesso à documentação, à moradia, à formação, à qualificação, à educação para filhos e fundamentalmente ao trabalho.

As diferentes metodologias empreendidas tinham como objetivo a construção de certos *personagens urbanos*. Essa metodologia provavelmente é uma das marcas dos pesquisadores que se juntaram em um projeto de pesquisa coletivo proposto pela professora Vera Telles. A pesquisadora, desde a publicação do marcante livro de inflexão em sua trajetória acadêmica (Telles; Cabanes, 2006), sugere a construção desses personagens como expediente metodológico privilegiado para compreender e perseguir o estatuto do conflito na cidade. É situando os personagens urbanos no tempo e no espaço em que suas vidas se desenrolam que poderemos articular histórias singulares e destinações coletivas. Em outras palavras, as histórias individuais podem ser perspectivadas com tempos sociais e temporalidades urbanas. São sobretudo os pontos de inflexão (os *e daí*) dessas trajetórias que nos permitem apreender os campos de força operantes no mundo urbano, as tramas das relações, de práticas, conflitos e tensões, enfim, a pulsação da vida urbana (Telles; Cabanes, 2006, p. 70).

A forma de construção do personagem urbano como proposto por Telles se inspira na formulação deleuziana de personagem. Os personagens não são simplesmente representações de indivíduos ou personalidades, pois transcendem a noção tradicional de um personagem com

características fixas e unificadas. Eles são compostos por uma multiplicidade de elementos e qualidades que podem estar em constante transformação. São dotados de potencialidades, afetos e desejos que vão além da identidade pessoal e adquirem um caráter mais abstrato e universal, um modo de operacionalizar a compreensão da cidade. Os personagens são capazes de representar e expressar ideias, conceitos, problemas, possibilidades, caminhos e descaminhos e podem trazer questões existenciais mais amplas. Eles são meios de explorar diferentes modos de existência e de estabelecer relações complexas, desafiando as noções tradicionais de identidade e subjetividade. Ou seja, as trajetórias dos personagens descritos como percursos individuais iluminam para além de si mesmas. Minha colega de coletivo de pesquisa, Ada Carvalho (2023), sintetiza a utilização desse tipo de expediente de pesquisa e propõe a liberdade para embaralhar algumas das particularidades e dos paroxismos vividos, sem abrir mão das regularidades e percursos coletivos, a fim de que reste apenas o que for útil à análise, com o cuidado de não comprometer a privacidade daqueles que seguem sobrevivendo na adversidade.

1.4.2. Expedientes de pesquisa

O recorte e a delimitação dos interlocutores migrantes se deram, basicamente, pela combinação do aspecto espaço-temporal e das condições nas quais chegaram: residir em São Paulo e ter aportado na cidade a partir de meados dos anos 2000; ter se deslocado de seu país por motivos variados; e ter se inserido no local de destino de forma precarizada, com poucos recursos. Portanto, os interlocutores de pesquisa são de perfis heterogêneos em termos de origem nacional, faixa etária, raça/cor, estatuto legal, renda, sexo, mas têm em comum o fato de terem chegado à Região Metropolitana de São Paulo a partir de meados da década de 2000 e sobreviverem na adversidade. Em geral, são os deslocados que chegaram ao país devido a perseguições religiosas ou políticas, desastres ambientais, guerras e pobreza econômica, que frequentemente deixam parentes em seus locais de origem, para os quais visam remeter recursos econômicos ou trazê-los para o país. São pessoas que eventualmente planejam seguir na empreitada migratória rumo a outra localidade que lhes receba em melhores condições ou que permita maiores economias.

Além de inúmeros diálogos travados sem roteiro de condução da conversa, foram entrevistados individualmente 25 migrantes – as entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente –, além de dois grupos focais realizados com um mesmo grupo de venezuelanos. Um dos grupos focais aconteceu na Missão Paz, em uma sala da instituição, e outro em minha

casa, quando lhes ofereci um almoço. Os migrantes transnacionais cujas trajetórias de vida reconstruímos eram da Venezuela, Bolívia, Angola, Burkina Faso, Togo, Haiti, Mali, República Democrática do Congo e Síria. As demais interlocuções, que não foram gravadas e transcritas, ocorreram com pessoas da Nigéria, Peru, Marrocos, Camarões²⁴, Cuba, Colômbia, Palestina, África do Sul e Senegal.

O trabalho de campo teve como porta de entrada a entidade Missão Paz, uma das principais, senão a principal, organização que historicamente acolhe, orienta, pesquisa, realiza *advocacy*, com migrantes recém-chegados à cidade. A partir dela, pudemos puxar os principais fios que nos guiaram para diferentes tramas territoriais. A entrada no campo, dessa forma, segue o viés que buscávamos: migrantes com inserção recente na cidade, frequentemente com redes de apoio ainda precárias e que buscam, portanto, a entidade como referência.

É importante destacar que as interlocuções realizadas não visaram a representação da totalidade das experiências de migrantes transnacionais em São Paulo, até porque isso seria uma tarefa que nos parece metodologicamente inatingível, ainda que técnicas quantitativas e modelos estatísticos possam almejar uma redução progressiva das margens de erro e aumento da confiança. No entanto, a heterogeneidade de experiências e vivências indicam ser impossível uma simplificação que pudesse afirmar a que se reduz a experiência migratória em São Paulo. Buscamos perscrutar algumas redes, circuitos e alianças que os migrantes de inserção recente em São Paulo mobilizam para viver na cidade. Deve-se entender que perscrutar tais redes, alianças e circuitos é exatamente fazer a análise multiescalar da qual falávamos anteriormente. Cada uma dessas redes está imbricada diretamente em escalas hierarquicamente diferenciadas de poder.

Ao se optar pela reconstrução de trajetórias de vida, além da observação dos espaços de sociabilidade e de moradia, crê-se ser possível coletar os indícios para compreensão da experiência subjetiva e objetiva de ser migrante transnacional em São Paulo, ou seja, a experiência de viver, produzir e transformar a São Paulo de hoje. Cada uma dessas trajetórias permite abrir questões variadas e diversas, um leque múltiplo de experiências que, colocadas lado a lado e atentando-se às transversalidades e às ressonâncias de umas nas outras, possibilita

²⁴ No caso do migrante camaronês, fizemos uma detalhada trajetória de vida, mas ele não permitiu que a conversa fosse gravada. Ele argumentou que o arquivo de áudio poderia cair nas mãos de pessoas que estariam perseguindo sua família no seu país de origem. Ele abandonou Camarões depois que colocaram fogo em sua casa e o ameaçaram de morte por ser opositor político aos camaroneses de colonização inglesa no país.

construir algumas das múltiplas facetas e dimensões da experiência da *migração transnacional* em São Paulo.

Frequentei semanalmente a Missão Paz ao longo do ano de 2018. Nesse momento, fui voluntário de uma das ações sediadas na Igreja da Paz, o Eixo Trabalho, que visa intermediar empregos formais entre empregadores e migrantes transnacionais. Nessas ocasiões, eu me sentava à mesa junto a outros voluntários ou algum representante da entidade scalabriniana, além do empregador que ofertava a vaga de emprego, e auxiliava na mediação dessa interação com um máximo de vinte candidatos migrantes ao longo da tarde. Todas as terças e quintas-feiras ocorria o oferecimento do serviço de Intermediação de Mão de Obra na instituição. Meu papel como voluntário era auxiliar na comunicação, isto é, ficar atento a possíveis desencontros culturais ou de entendimento por ambas as partes. Os candidatos às vagas frequentemente chegavam antes das seis horas da manhã na igreja para guardar lugar na fila – era comum deixarem algum objeto com seu nome ordenando sua posição. As entrevistas começavam apenas após às 14h, ou seja, eles passavam boa parte do dia nos arredores da Missão Paz, em suas escadarias ou espaços contíguos. Muitas vezes essas pessoas ficavam ociosas durante essas manhãs e disponíveis para contar um pouco de suas trajetórias. Além disso, outra estratégia utilizada para me aproximar dos migrantes era pedir àqueles que tinham conseguido emprego que se encontrassem comigo em outra ocasião para conversarmos sobre suas histórias, sendo que eu me voluntariava para ir às suas casas ou onde melhor lhes conviesse. Nesse caso, o fato de terem conseguido emprego por meio de uma interação na qual eu estava presente, em que fui solícito em ajudar a evitar quaisquer transtornos na contratação, aumentava a probabilidade de me receberem positivamente. Essa estratégia foi bem-sucedida e me permitiu estabelecer boas trocas. Inclusive, desenvolvi com um desses interlocutores uma longa relação, que se mantém até os dias de hoje.

O objetivo desse trabalho voluntário era justamente estar na Missão Paz, conhecer pessoas, estabelecer vínculos e produzir redes. Assumi o lugar em que enxerguei a possibilidade de ter relação direta com os atendidos na entidade. Em alguns desses contatos, embora em número reduzido, consegui estabelecer posteriormente um vínculo com a pessoa que atendi. Quando eram dadas oportunidades, busquei mais tarde realizar a construção da trajetória desses interlocutores, com foco na sua inserção habitacional, laboral, religiosa e nas demais alianças que estabeleciam na cidade de São Paulo, os entraves e estratégias para conseguir documentação, os planos e projetos de migrar novamente para outro destino ou de fixar residência na cidade. No roteiro semiestruturado que dava as diretrizes para a interlocução, em

um determinado momento eu abordava a experiência de vida anterior à decisão de partir. Perguntava sobre a infância, os estudos, as oportunidades de trabalho, o cotidiano da vida antes de tentarem a sorte em outro lugar. O campo na Missão Paz, portanto, me possibilitou encontros com pessoas de lugares variados da cidade, com histórias diversas, uma vez que a entidade é uma centralidade e polo gravitacional do universo das migrações recentes para São Paulo. A partir dos encontros na Missão Paz, pude puxar linhas para outras localidades e outras interlocuções.

Ainda na Missão Paz, mas em outro eixo de incidência da entidade, o pesquisador Pedro Charbel e eu conversamos com uma assistente social responsável pelo acompanhamento de questões relativas à moradia de migrantes em São Paulo. Charbel realizava naquele momento sua pesquisa de mestrado e investigava a inserção habitacional dos migrantes e suas relações com movimentos de moradia em São Paulo (Charbel, 2019). Em um desses diálogos, a assistente social tratou detalhadamente de um bairro onde havia um número elevado de migrantes, o Jardim Piratininga, situado no distrito de Cangaíba, subprefeitura da Penha. A partir dessa interlocução, busquei formas diversas para me inserir nessa territorialidade. Por meio de Aya Saito, então estudante de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie, fui convidado a acompanhar algumas visitas que arquitetos e urbanistas do grupo Questões Urbanas, coordenado pelo Prof. Mauro Claro, realizavam na região para elaboração de um plano de bairro²⁵. Através dessa inserção, pude conhecer algumas lideranças do bairro, com as quais passei a interagir constantemente. Fui convidado a participar das reuniões do Colegiado de Bairro, que envolve representantes do Jd. Piratininga, Jd. São Francisco, Jd. Santo Onofre, Santa Zita/Milton Santos, Vila Santo Henrique e Jd. Flávio, todos pequenos bairros contíguos ao Jd. Piratininga (ou Pira como é chamado pelos moradores). Também fui incluído no grupo de WhatsApp em que estavam as lideranças. A partir daí, tive a oportunidade de conhecer diversos migrantes que moravam no bairro, alguns apresentados por uma das principais lideranças locais.

Em setembro de 2018, após Pedro Charbel ter lido uma matéria jornalística sobre uma antiga fábrica ocupada, localizada na Avenida Alcântara Machado, na Mooca,²⁶ a qual abrigaria

²⁵ Trata-se de um instrumento político de diálogo e reivindicação junto ao poder público e aos atores institucionais envolvidos no planejamento e na construção da localidade. Esse plano de bairro é elaborado a partir da mobilização dos moradores da região, envolvendo as lideranças comunitárias e demais interessados em discutir e definir os rumos do território.

²⁶ Ver Granconato (2018).

migrantes transnacionais de diversas origens, ele me convidou para visitar o local e verificar a possibilidade de alguma interlocução. Passamos a frequentar a ocupação, juntos ou separados. Estabelecemos uma série de diálogos com moradores e algumas pessoas que se apresentavam como organizadores da *invasão*, para usar o termo êmico de um interlocutor em nossa primeira incursão. Enquanto esperávamos que pudesse haver algum óbice à nossa entrada no prédio, encontramos as portas abertas e adentramos o edifício sem nenhum empecilho. Do mesmo modo, rapidamente conseguimos conversar com quem era indicado como referência da ocupação. Em momento nenhum essas pessoas se apresentaram como líderes organizados de movimentos de moradia, elas estavam apenas organizando aquele território. Um exemplo dessa atuação era o estabelecimento de algumas regras básicas para a recepção de pessoas – não se aceitavam homens solteiros, ainda que posteriormente tenhamos visto algumas unidades habitacionais apenas com homens. Dessa forma, trocamos WhatsApp com esses organizadores e passamos a dialogar de forma virtual e a frequentar o espaço. Todas as vezes em que estivemos na ocupação fomos muito bem recebidos, não foi criado nenhum tipo de empecilho para a nossa circulação.

Essa experiência foi bastante distinta da que ocorreu quando tentei adentrar a Ocupação Nove de Julho, organizada pelo Movimento Sem Teto do Centro (MSTC). Lá havia uma série de regras e procedimentos que disciplinavam o acesso de um acadêmico ou candidato a militante ou cooperador da ocupação. Após algumas conversas nessa ocupação, que concentrava boa parte dos migrantes que participaram do filme *Era o Hotel Cambridge*, da diretora Eliane Caffé, acabei abandonando essa possibilidade de campo. Naquele momento, já havia aberto várias outras frentes, tanto no centro como na periferia da cidade. De todo modo, fiz algumas conversas com lideranças do movimento, frequentei a ocupação em dias de atividade aberta ao público e diagnostiquei as principais dificuldades identificadas pelas lideranças brasileiras em relação aos migrantes transnacionais. Nas palavras de uma interlocutora: “os estrangeiros não querem saber de participar das manifestações e de lutar pelo direito à moradia, eles só querem viver em uma casa com o mínimo de custo, não se interessam pela política”. Posteriormente, retornei à Ocupação Nove de Julho devido a algumas interações feitas fora da ocupação. Conheci alguns moradores migrantes que organizavam atividades na ocupação, portanto, voltei a ela diversas outras vezes, mas sem passar pela institucionalidade criada pelo movimento para acolher pesquisadores que pretendiam realizar pesquisa/trabalho no local. Destaco uma liderança que conheci em um evento sobre o tema do refúgio e posteriormente foi eleita para o Conselho Municipal de Imigrantes. Ela morava em um bairro

da Zona Leste. Frequentei sua casa algumas vezes, mas após sofrer ameaças, foi acolhida pelo MSTC e passou a morar na Ocupação Nove de Julho. Ela é uma figura pública migrante sempre presente em atividades organizadas pela prefeitura, academia e órgãos internacionais.

Outra entrada em campo ocorreu por meio de visitas às áreas externas do prédio da Polícia Federal na Lapa. Busquei aleatoriamente diálogos com migrantes que tentavam a regularização de sua situação no país. Independentemente do estatuto legal almejado, qualquer estrangeiro que não seja apenas turista e queira resolver sua situação deve frequentar o local para dar andamento ao seu processo. Essas visitas não foram muito profícuas, eu ficava na porta da instituição e buscava interlocutores aleatórios, sem nenhum tipo de conexão ou introdução. A maior parte das pessoas se recusava a conversar, com exceção de um haitiano que me convidou para conhecer o bairro onde morava e a igreja que frequentava, no Jardim Marilena, periferia de Guarulhos. Após essa interação e algumas conversas por WhatsApp, passei a dialogar constantemente com uma liderança da comunidade, um líder religioso neopentecostal, com quem ainda tenho contato constante via telefone. Visitei alguns cultos e fui chamado para fotografar cerimônias, como a apresentação de crianças à comunidade religiosa, casamentos e outras. Eu me dispus a utilizar meus conhecimentos fotográficos para estar presente no cotidiano dessa comunidade religiosa, com a qual eu não tinha tanta proximidade ou laços de aliança. Além disso, como citado anteriormente, essa liderança também pediu que eu diagramasse certificados variados para serem entregues aos membros da Igreja. A liderança quase semanalmente me envia mensagens de WhatsApp perguntando sobre minha família, iniciando assuntos variados, apenas para manter o vínculo ativo²⁷.

Além dessas diferentes entradas em campo com os migrantes, também buscamos os interlocutores que de alguma forma são reconhecidos na cena pública por rotineiramente serem mobilizados a falar para a imprensa, de movimentos sociais e ONGs. De uma forma ou de outra, esses migrantes acabaram se tornando lideranças reconhecidas no universo das lutas pelos direitos dos migrantes transnacionais em São Paulo. O Centro de Acolhida para Refugiados (CAR), da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP), é uma organização que compõe um dispositivo de gestão que envolve, além de ajuda humanitária, também ações simultâneas de cuidado, administração e controle da população refugiada ou solicitante (Perin, 2013). Quando é preciso fazer indicações à imprensa ou dar visibilidade ao tema, os gestores e advogados do

²⁷ Fizemos trabalho de campo nesse bairro da periferia de Guarulhos, que está conectado à dinâmica urbana de São Paulo e, sobretudo, ao funcionamento do Aeroporto Internacional de Guarulhos. A maior parte dos moradores do bairro trabalham no aeroporto, com carga e descarga, limpeza e outras atividades de baixa remuneração.

CAR encaminham um grupo recorrente de pessoas que são as vozes públicas legitimadas por eles a falarem sobre a situação do refugiado ou solicitante de refúgio no Brasil²⁸ e com as quais também dialogamos. Portanto, buscou-se, ao mesmo tempo, interlocutores que estivessem totalmente imbricados nos discursos das organizações que formulam e executam algumas das disputas institucionalizadas da pauta dos migrantes, assim como aqueles que não se apresentam como atores políticos, mas que não deixam de ser. Ao habitarem a cidade e resistirem cotidianamente em suas práticas de reprodução da vida, esses sujeitos tornam-se relevantes na transformação e renovação urbana.

Foram realizadas visitas e entrevistas com variados atores públicos e organizações que prestam serviços ou que orientam os migrantes transnacionais em São Paulo. Quando realizamos a pesquisa de mestrado, em 2010, o número de organizações e entidades envolvidas na temática era significativamente menor. Em termos gerais, as principais organizações, além da Missão Paz, eram o CAMI (Centro de Apoio ao Migrante), também ligado à igreja católica; o CDHIC (Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante); a PAL (Presença da América Latina); e algumas ainda incipientes organizações dos próprios migrantes transnacionais, como o Bolívia Cultural, algumas cooperativas e articulações culturais dos migrantes. Com o incremento dos grupos de migrantes e o crescimento exponencial de solicitantes de refúgio que chegaram à cidade, uma miríade de ONGs e ações variadas passaram a direcionar a ação para a temática. Sem contar as gestões públicas municipal e estadual que passaram a desenvolver uma série de medidas que têm como alvo essas populações.

Em 2010 o tema do refúgio em São Paulo era praticamente silenciado, enquanto nos dias de hoje podemos enumerar uma lista sem fim de ONGs e associações que gravitam a questão. Na gestão de Fernando Haddad na Prefeitura Municipal de São Paulo (2013-2016), o diretor do CDHIC passou a coordenar as Políticas para Migrantes da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do município de São Paulo. Essa pasta não existia na gestão anterior, portanto, no âmbito municipal o tema muda de escala e entra na agenda política da prefeitura. A gestão posterior também manteve uma política ativa sobre o tema das migrações transnacionais, publicando em meados de 2020 o primeiro Plano Municipal de Políticas para Imigrantes, instrumento que serve para planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais a serem executadas entre 2021 e 2024. O documento

²⁸ As mesmas pessoas costumam falar em atividades variadas, aparecer na imprensa, dar palestras no SESC, ser chamadas por diferentes instituições para representar *o refugiado* (curioso que essa reincidência com um grupo específico ocorra mais com os refugiados).

foi confeccionado com apoio técnico do ACNUR, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e em interlocução com Conselho Municipal de Imigrantes (CMI), uma instância participativa tripartite com presença de migrantes transnacionais²⁹.

Foram realizadas entrevistas com representantes de diversas dessas organizações públicas que atuam com o tema das migrações transnacionais em São Paulo, além de visitas a alguns dos equipamentos de acolhida e entrevista com seus gestores. Visitamos o Centro Temporário de Acolhida São Mateus, que deixou de operar com a população em situação de rua para atender exclusivamente venezuelanos que foram interiorizados em política conjunta envolvendo os governos municipal, estadual e federal, além de Conare e ACNUR; a Casa de Acolhida de Imigrantes do Pari, cooperada da Prefeitura Municipal de São Paulo e gerida pela Missão Scalabriniana; a Casa do Migrante da Missão Paz; a Casa de Acolhida das Irmãs Palotinas, que recebe exclusivamente mulheres, com foco para as grávidas, mulheres com crianças pequenas e egressas do sistema prisional; além da representante da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) responsável pela temática migratória e a coordenadora do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes, cooperada da prefeitura e gerida pelo Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras). Já no período da pandemia, foi realizada uma pesquisa em parceria com o coletivo de estudantes e pós-graduandos do grupo coordenado pelo professor Reginaldo Nasser, das Relações Internacionais da PUC-SP. Auxiliei o conjunto de jovens pesquisadores a conduzir entrevistas com migrantes que trabalhavam no Al Janiah, um bar, restaurante, polo cultural e espaço de ativismos diversos, mas em especial pela causa Palestina. Esse projeto foi uma atividade de extensão de alunos de graduação e pós-graduação de Nasser, mas também serviu para aportar informações para o desenvolvimento deste doutorado.

A tese é produto das informações colhidas em campo a partir de duas estratégias: a presença em diferentes espaços territoriais na cidade frequentados por migrantes transnacionais

²⁹ O CMI é um órgão consultivo composto por 32 conselheiros, sendo 16 titulares e 16 suplentes, que tem como objetivo participar da formulação, implementação, monitoramento e avaliação da Política Municipal para a População Imigrante, instituída pela Lei Municipal nº 16.478, de 8 de julho de 2016, e pelo Decreto nº 57.533, de 15 de dezembro de 2016. A composição do CMI é paritária entre representantes do poder público e a sociedade civil: oito secretarias municipais previstas no Decreto e oito membros da sociedade civil, eleitos dentro de três categorias: (i) coletivos, associações e organizações de imigrantes; (ii) coletivos, associações e organizações de apoio a imigrantes e (iii) pessoas físicas imigrantes. As reuniões ordinárias ocorrem toda terceira terça-feira do mês, em geral no auditório da SMDHC. Informações disponíveis no site da Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/conselho_municipal_de_imigrantes/index.php. Acesso em:

e o acompanhamento das trajetórias de nossos interlocutores. Em um primeiro momento, buscaremos evidenciar como a existência de uma rede socioinstitucional na região central da cidade, conectando espacialidades como o Glicério, a Sé, o Cambuci, o Pari, o Brás, a Mooca, a República e a Barra Funda impacta diretamente a inserção privilegiada de migrantes transnacionais no centro. No entanto, ao seguir as trajetórias de nossos interlocutores, vemos também que suas histórias não se desenrolam unicamente nesse polo gravitacional central, que concentra a infraestrutura urbana de apoio e acolhida, além dos empregos e oportunidades variadas de fazer circular dinheiro, mas se espraia por espaços diferenciados da cidade. Em especial, acompanharemos a inserção territorial de migrantes no Jd. Piratininga, na Zona Leste da cidade, cruzando as trajetórias de migrantes transnacionais e nacionais com a própria história e desenvolvimento do bairro.

A atuação com o Fórum Fronteiras Cruzadas – Fontié Ki Kwaze, um grupo de ativistas, migrantes e acadêmicos que organizam eventos, pautam e defendem a presença de migrantes na cidade, foi fundamental para minha inserção numa rede de pesquisadores ativistas. O ativismo desenvolvido no coletivo do Fronteiras não só realizou seminários e eventos acadêmicos, mas engajou-se em mobilizações em: 1. ocupações, como na Ocupação 9 de Julho; na chamada Ocupação dos Imigrantes, na Av. Duque de Caxias; na Ocupação de Haitianos, que enfrentava ordem de despejo na região do Ipiranga, entre outras; 2. campanhas em torno de Nduduzo, Falilatou, João Manuel, Moïse e outras; 3. ações cotidianas nos bairros, incluindo entrega de cestas básicas e outras ações de cunho imediatista, no contexto de degradação das condições de vida por conta da pandemia. Enfim, todas essas ações colocam a pesquisa e o pesquisador em linha de frente e contato permanente com os coletivos e os interlocutores da pesquisa, criando e fortalecendo vínculos além da relação acadêmica. Jeanne Favret-Saada (2005), em um artigo que discute sobre *ser afetado* pelo trabalho de campo, problematiza não apenas o que seria o fazer ciência, mas a própria Antropologia e a construção do sujeito pesquisador, repactuando toda a pretensa separação entre sujeito e objeto de pesquisa.

1.5. NOS PRÓXIMOS CAPÍTULOS...

No capítulo a seguir, abordaremos a Missão Paz como um conector urbano e um operador de escala. Isto é, um equipamento urbano situado em um lugar específico, com uma história peculiar, que funciona como um dos principais polos gravitacionais do tema das migrações na cidade. Demonstraremos como a partir dessa espacialidade é possível puxar

vários fios para compreender a cidade atual, entendendo também os múltiplos circuitos e redes de sociabilidade que gravitam em torno da entidade e de sua espacialidade específica. Colocaremos em perspectiva as próprias ações desenvolvidas pela instituição, que opera em escalas múltiplas e variadas, não apenas como equipamento de acolhida, cuidado e controle de migrantes, mas também como operador político com incidência em esferas local, estadual, federal e transnacional. Além disso, veremos como os arredores do bairro foram modificados, como a partir dos encontros possibilitados na Missão Paz, grupos e coletivos passaram a atuar em outras frentes não mais conectadas à entidade. Tentaremos evidenciar como da Missão Paz irradia uma série de linhas de força que operam sobre a questão das migrações transnacionais no nível da cidade. Todas essas questões serão trabalhadas num enfoque territorial, numa aposta metodológica descritiva, que visa situar os fenômenos no espaço e na história desses territórios. Um dos circuitos percorridos remete à questão habitacional, conduzindo-nos à ocupação na Rua da Mooca, a menos de um quilometro da própria Missão Paz. Também serão considerados outros arranjos habitacionais em nossa descrição, como cortiços, aluguéis de quartos, o próprio abrigo e a possibilidade de uma casa na periferia da cidade.

É na periferia de São Paulo que se desenrola o capítulo seguinte. Saindo da Missão Paz chegaremos ao Jardim Piratininga, na Zona Leste. Acompanhando nossos interlocutores, colocaremos em perspectiva o modo como esse bairro foi construído, como ele surge na história de desenvolvimento da cidade. Evidenciaremos a produção da cidade e do bairro e sua relação com os diferentes campos de força que ali incidem. Feito isso, apresentaremos a trajetória de alguns migrantes que, ao narrar o caminho percorrido para conquistar moradia e trabalho em São Paulo, nos revelarão a própria história urbana da cidade. Vê-se em ato, no fazer-se migrante em São Paulo, a produção da cidade.

O último capítulo da tese visa construir algumas amarrações ao colocar o conflito e a trama política em torno da questão migratória no centro da disputa pelos sentidos da cidade. Apresentaremos as alianças e conexões rastreadas no trabalho de campo com grupos de ativistas que colocam os direitos de migrantes no centro do debate político. A partir de alguns casos específicos, em especial, as mobilizações em torno de Nduduzo Siba, Falilatou e contra os cruéis assassinatos de Moïse Kabagambe e João Manuel, percorreremos essa rede sociotécnica, que se constitui como um importante ator político e opera em diferentes escalas. A defesa da vida e das possibilidades de vida é uma questão posta e exposta nesse campo multifacetado de conflitos e de tramas associativas que buscaremos reconstituir. Nesse capítulo, propomos evidenciar a produção de vida e de cidade em um cenário de políticas de morte e de destruição,

em que corpos negros, indígenas e migrantes estão em risco de vida diante de práticas e programas genocidas. Trata-se exatamente de rastrear a potência inscrita em experimentações políticas em curso nas miríades de formas de protesto e articulação que, como ocorreu no caso do assassinato de Moïse, podem entrar em ressonância e se constelar na cena pública, abrindo e descortinando fronteiras de ação. O desafio que nos colocamos é ousado: rastrear as brechas possíveis que ativam, suscitam e renovam a própria imaginação política.

2. UMA REDE SOCIOINSTITUCIONAL DE MIGRANTES EM SÃO PAULO: A MISSÃO PAZ COMO OPERADOR DE ESCALA E CONECTOR URBANO

Toda pesquisa acadêmica sobre o tema das mobilidades transnacionais contemporâneas em São Paulo, em especial aquelas que abordam os fluxos recentes precarizados, seguramente estabelecerá algum contato ou terá algum interlocutor que possui ou teve relação com a Missão Paz. É bastante difícil não esbarrar em alguma ação, intervenção, assistência, apoio, mediação ou pesquisa que gravite em torno da instituição em qualquer trabalho de campo envolvendo migrantes transnacionais que tenham sido expulsos ou deslocados e reterritorializados em São Paulo. Para um migrante em situação precária, com pouco ou nenhum vínculo com a capital, é quase regra geral receber a orientação ou indicação de passar pela entidade religiosa.

Na virada dos anos 2000, a Missão Paz tornou-se o principal polo gravitacional do tema das migrações de pessoas em situação de maior precariedade. A entidade assumiu essa centralidade devido à falta de consistência organizativa do Estado em relação à área. Essa situação só iria se transformar nos últimos anos, sobretudo a partir da gestão de Fernando Haddad (2013-2016), quando foi criada a Política Municipal para a População Imigrante e alguns equipamentos públicos de atendimento.

Não pretendemos com isso afirmar que a Missão Paz seja um espaço incontornável para todos os migrantes recém-chegados à cidade. Queremos apenas destacar que a instituição se tornou o principal polo gravitacional para variadas escalas de ações, envolvendo entes estatais de níveis federativos variados, ONGs, empresas, fundações empresariais de cunho social, escolas, organismos multilaterais, academia, etc. Particularmente notável é o protagonismo da organização nos primeiros atendimentos a grupos que não tenham redes consolidadas em São Paulo. Sempre que há alguma novidade no contexto das migrações transnacionais em um regime precário de mobilidade, a Missão Paz é mobilizada. Seu modelo de atendimento foi replicado por instituições que surgiram posteriormente ou passaram a atuar com a temática, tanto as fundações empresariais quanto as iniciativas da sociedade civil se inspiram em fluxos e formas de atendimento realizados pela Missão Paz. Até mesmo as políticas públicas de atendimento a migrantes têm se beneficiado da experiência acumulada e sedimentada pela instituição nos últimos anos. Isso se deve não apenas ao fato de a entidade ser uma das mais antigas da cidade, com uma história que remonta aos anos 1940, mas também à forma como se organizou e diversificou suas ações ao longo do tempo.

Dessa forma, é importante caracterizarmos, em linhas gerais, a territorialidade na qual a Missão Paz está inserida. Essa territorialidade é marcada por uma história urbana específica e tornou-se espaço privilegiado de inserção para migrantes recém-chegados, não apenas em decorrência da existência da instituição. Pretendemos evidenciar o protagonismo da entidade e demonstrar como ela opera como um potente conector urbano. Das suas conexões, buscaremos puxar algumas linhas que permitam considerar o entrecruzamento de ações e tensões do emaranhado socioinstitucional que compõe a infraestrutura urbana na qual migrantes transnacionais estão inseridos. Apresentaremos a Missão Paz como um operador de escala, imbricado em diferentes ações que têm efeitos variados de produção de espacialidades, impactando de forma diversa a vida de migrantes.

Fui voluntário na Missão Paz por alguns meses, auxiliando a intermediação entre empresas contratantes e migrantes que buscavam trabalho. Nessa ação, conheci algumas pessoas com as quais mantive contato por bastante tempo, como o caso de Ernesto, um jovem congolês com ensino superior que foi contratado para trabalhar na Air France como atendente de *telemarketing* multilíngue. Estive em contato com ele entre 2018 e 2023, acompanhando toda sua trajetória. A Missão Paz desempenhou papel central no rumo que sua história tomou até nosso último contato em julho de 2023.

2.1. A BAIXADA DO GLICÉRIO

A sede da Missão Paz está localizada na rua do Glicério, quase na Av. do Estado com a via expressa da Radial Leste, que conecta o centro à Zona Leste de São Paulo (região da cidade com maior inserção recente de migrantes transnacionais), entre as estações da Sé e do Terminal Parque Dom Pedro. Da Praça João Mendes, contígua à Praça da Sé, as principais vias de acesso ao Glicério são as ruas Tabatinguera e Conde de Sarzedas. Esta última concentra a comercialização de itens específicos para o nicho evangélico neopentecostal – de roupas a bíblias, passando por CDs e DVDs, púlpitos, faixas e outros utensílios utilizados em cultos. Próximo ao Glicério estão os bairros Cambuci, Liberdade, Mooca, Brás e Sé.

No século XIX, o bairro era conhecido como a Várzea do Carmo, por se localizar no território inundável do rio Tamanduateí, situado abaixo das Igrejas do Carmo e da Nossa Senhora da Boa Morte (frequentada sobretudo por escravos). Historicamente, foi (e continua sendo) um território de ocupação popular. É caracterizado por concentrar moradias e está encravado no centro histórico da cidade, com conexão para os bairros da Zona Leste.

Atualmente, ao deambular pelos arredores da Missão Paz, verifica-se uma ocupação densa de diferentes economias urbanas. Sete dias por semana, faça sol ou chuva, ocorre em frente à Igreja da Paz uma feira do rolo com características específicas relacionadas ao público que frequenta o local. De um lado, uma barraquinha vende milho assado na brasa; do outro, uma banca de feira comercializa banana da terra, cará e outros legumes e verduras apreciados pela culinária haitiana ou da África subsaariana. Mais adiante, vende-se vestimentas usadas, tênis, sapatos, camisas e camisetas, incluindo roupas sociais, tudo direcionado sobretudo a migrantes transnacionais com baixos proventos, muitos recém-chegados e que trouxeram pouca bagagem. Um venezuelano *interiorizado* relatou que não tinha a menor ideia do frio que fazia em São Paulo. A existência daquele brechó no meio da rua foi o que o salvou durante a noite, pois vindo diretamente do clima amazônico de Roraima para São Paulo por meio de um avião das Forças Aéreas Brasileiras, ele só possuía roupas leves, nada apropriadas para enfrentar os 15 graus da cidade. Ainda nesse cenário, podemos ver nos arredores um caixote de madeira virado de lado, servindo como mesa, sobre o qual repousam garrafas de cachaça ou outras bebidas alcoólicas ao lado de alguns maços de cigarro – provavelmente produto proveniente de descaminho. Em outro ponto próximo, em frente a um boteco conhecido como *bar dos colombianos*, há uma movimentação constante de jovens comercializando entorpecentes. Provavelmente, a comercialização de cocaína é o que dá a denominação do bar, uma vez que *Colômbia* é um termo utilizado nas ruas de São Paulo para se referir à droga. Ao fundo da Missão Paz está o viaduto da Radial Leste, que corta a cidade de Leste a Oeste. Embaixo do viaduto, uma outra economia urbana da precariedade: dependentes químicos e/ou população em situação de rua com suas carroças de materiais de reciclagem; algumas moradias precárias se erguem no largo, entre as grandes avenidas; barracas de lona e de acampamento também marcam o território. Aliás, as barracas de acampamento passaram a ser vistas em São Paulo principalmente após as manifestações contra a Copa do Mundo de 2014 ocorridas no centro da cidade, quando artistas e manifestantes acamparam no Vale do Anhangabaú. Após o encerramento dos protestos, as barracas continuaram sendo utilizadas pela população em situação de rua, e essa moradia precária tornou-se recurso mobilizado por essas pessoas, que anteriormente abrigavam-se com papelões, lonas, madeirites ou outros materiais que possibilitassem algum tipo de privacidade em relação às pessoas que circulam pelas ruas.

Muitos dos interlocutores migrantes que circulavam pela Missão Paz expressaram estranheza diante da naturalidade da extrema pobreza e precariedade das pessoas que vivem sob os viadutos. Enquanto para muitos moradores da metrópole essa paisagem tornou-se banal,

para os interlocutores de pesquisa recém-chegados a São Paulo a situação impressionava fortemente. Um grupo de venezuelanos me contou que, apesar de estarem habituados com a pobreza em seu país, o que eles viam em São Paulo era diferente do que existe em suas cidades. Esses venezuelanos com quem conversei e que foram acolhidos na Casa do Migrante³⁰, muitos dos quais inclusive chegaram a viver em situação de rua em Boa Vista e relataram ter revirado os lixos de mercados e feiras em busca de algo para comer na capital de Roraima, não tinham nenhum tipo de identificação com a população em situação de rua ao lado do abrigo onde estavam. Entendiam aquela situação de pobreza extrema – uma pobreza crônica dessa população, muitos adictos a drogas e álcool – como completamente distinta daquela vivida na Venezuela ou em Boa Vista. Embora tenham morado nas ruas no Norte do país, essa experiência não era o bastante para que se identificassem com os moradores das ruas da baixada do Glicério.

A Missão Paz ocupa um quarteirão inteiro do bairro. Na frente da Igreja há uma escadaria e uma ampla área de estacionamento. Nesse espaço, frequentemente a instituição monta uma tenda para festas das comunidades de migrantes. O estacionamento fica aberto todos os dias da semana. O trânsito, o encontro e a troca entre migrantes das mais variadas origens ocorre no espaço. Os abrigados na Casa do Migrante devem deixar a casa ao longo do dia. Trata-se de política para estimular que conheçam a cidade, busquem emprego e não fiquem *acomodados* na situação temporária de acolhimento, explica uma gestora da Casa. Após circularem pela região central e buscarem emprego, muitos retornam e esperam nas escadarias até quatro horas da tarde, quando podem novamente regressar à instituição. A entidade é referência para os migrantes que chegam à cidade, e toda a espacialidade ao seu redor transformou-se em um local de alta concentração de pessoas vindas de diversos cantos do globo. Falilatou, protagonista da cena inicial que abre esta tese, abrigou-se na entidade assim que chegou, além de também ter obtido doações para equipar sua própria casa com a ajuda do Padre Paolo, da Missão Paz.

O bairro do Glicério tem um filho famoso que frequentemente circula pelos noticiários, assim como nas referências a ele no bairro. Nasceu em Osasco em 1968, mas cresceu pelas quebradas do Glicério. Filho de um migrante boliviano e uma dona de casa brasileira, perdeu os pais antes dos dez anos de idade em acidentes diferentes. Ao longo dos anos 1980, vivia cometendo pequenos delitos, batendo carteiras e roubando toca-fitas na região. No final da década, foi preso pela primeira vez acusado de roubo de bancos. Essa, aliás, tornou-se sua

³⁰ Conforme mencionado, a Casa do Migrante é o centro de acolhida da Missão Paz e será abordado em profundidade a seguir.

especialidade. Nesse período, já não vivia especialmente na região, circulava por todo o país atuando no mundo do crime. Na virada dos anos 1990, foi encarcerado no Carandiru, de onde conseguiu fugir duas vezes. Foi preso pela última vez em 1999, depois disso não saiu mais do sistema carcerário. Atualmente, encontra-se em presídio de segurança máxima da Polícia Federal. Apesar de estar há 20 anos sob custódia do Estado, é tido por operadores do judiciário brasileiro, assim como pela imprensa, como um dos mais temidos criminosos do país, supostamente o líder máximo do Primeiro Comando da Capital (PCC) – o que ele nega. A personalidade é Marcos Willians Herbas Camacho, conhecido como Marcola. A breve e anedótica biografia de Marcola serve apenas para pontuar a existência de uma linha de força que segue presente no bairro. Assim como as lógicas e os procederes do PCC circulam e ordenam condutas por diferentes regiões de São Paulo (Hirata, 2010; Marques, 2010), nossos interlocutores mencionaram que os arredores da Missão Paz seguem, em alguma medida, essas mesmas regras. Relataram, por exemplo, que o PCC interdita uma série de práticas que possam atrair a polícia. Um funcionário da Missão Paz contou ainda que, certa vez, precisaram dialogar com pessoas ligadas ao PCC para esclarecer que os migrantes que circulavam pelos arredores não comercializavam drogas nem representavam concorrência para os comerciantes já estabelecidos na região.

Na quadra contígua à Missão Paz, um condomínio residencial foi recentemente inaugurado. Ele é composto por quatro torres conjugadas com mais de 25 andares, os apartamentos variam de 37 a 55m² e de um a três dormitórios, totalizando 399 unidades habitacionais. O empreendimento se chama New Way, como diz a propaganda do imóvel: “O New Way foi construído para você, que é movido pelo novo e pela *vibe* cosmopolita [...] está em um ambiente rodeado por verdadeiras galerias de *street art* a céu aberto e pelo encontro de culturas e pessoas dos perfis mais diversos” (Tegra Incorporadora, 2019). O condomínio possui piscina, quadra, brinquedoteca e uma vaga de garagem por apartamento. Tem portaria 24 horas e altos muros eletrificados, que servem para isolar seus moradores do espaço dito cosmopolita. Em frente à Missão Paz, quase no mesmo quarteirão, avista-se outro empreendimento imobiliário da mesma incorporadora, que segue exatamente o mesmo padrão. O capital imobiliário vem investindo na região, reconfigurando a paisagem urbana, verticalizando e alterando aos poucos o cotidiano do bairro.

Ao mesmo tempo, são inúmeras as habitações precárias nos arredores dos novos empreendimentos. Uma série de cortiços compõe a heterogênea paisagem urbana do Glicério. Edifícios antigos, construídos há mais de 50 anos, vários deles tombados como patrimônio

histórico, tiveram seus apartamentos alugados para famílias que, por sua vez, sublocam cômodos para outras famílias morarem. Um arranjo precário típico da região central de São Paulo, mas que possibilita às pessoas viverem próximas às oportunidades de geração de renda, seja pelo comércio formal ou informal, quando não ilícito, seja por meio de bicos ou mesmo empregos formais mal remunerados. Além disso, a região é servida de equipamentos públicos de apoio à saúde, trabalho, educação, lazer, entre outros. O comércio popular presente nos arredores do Glicério, sobretudo na região da Rua 25 de Março, assim como no Brás, é um importantíssimo fator dinamizador das relações econômicas da região, nicho de inserção econômica privilegiada para os migrantes na cidade. Assim como os cortiços, esses espaços também são ocupados pelos migrantes transnacionais. As ocupações de moradia também compõem os dispositivos do habitar a região.

2.2. A MISSÃO PAZ COMO OPERADOR DE ESCALA E CONECTOR URBANO

Estudos Migratórios (fundado em 1969), a Casa do Migrante e o Centro Pastoral do Migrante. Segundo Allan Silva (2013), a AVIM (Associação de Voluntários pela Integração do Migrante) surgiu no âmbito da reestruturação da política imigratória do Estado e das discussões do seminário católico João XXIII, profundamente marcado pela Teologia da Libertação. A AVIM, fundada na Paróquia do Ipiranga, era composta por um corpo eclesial e leigos voluntários que promoviam cursos de qualificação profissional aos migrantes do nordeste brasileiro. A sede da AVIM foi transferida para a Igreja Nossa Senhora da Paz em 1978, quando passou a oferecer também alojamento e alimentação a migrantes desabrigados, criando a Casa do Migrante, em funcionamento ainda hoje.

O Centro de Estudos Migratórios foi fundado em 1969. Em 1974, estreitou laços com os scalabrinianos, congregação ligada à Igreja Católica, por meio de uma pesquisa conjunta, entre universitários e clérigos, sobre as migrações internas. Com a mudança da sede da AVIM para a Igreja Nossa Senhora da Paz em 1978, os atendimentos na Casa do Migrante e a constituição do Centro Pastoral do Migrante (CPM) na Arquidiocese de São Paulo, os scalabrinianos se aproximam significativamente de setores da esquerda católica. A própria

fundação do CPM teve atuação ativa de Dom Paulo Evaristo Arns, católico ativo na oposição e nas lutas urbanas contra a ditadura militar³¹.

A história da instituição segue uma tradição de acolhida de imigrantes que, na realidade, remete à Hospedaria do Imigrante, fundada no Brás em 1887 – atual Museu da Imigração conjugado ao Arsenal da Esperança, equipamento religioso que serve de abrigo à população em situação de rua e a imigrantes³². A hospedaria foi construída no contexto de mobilização da força de trabalho estrangeira, sobretudo europeia. Era uma casa de passagem dos recém-chegados rumo ao interior, onde seriam alocados majoritariamente em fazendas de café. Nesse momento, era vetado que os migrantes permanecessem na cidade. Esse quadro só mudaria após a crise de 1929, quando as dificuldades para alocar essa força de trabalho no interior aumentam. Posteriormente, por volta da década de 1950, já no contexto da urbanização e industrialização, a hospedaria passa a permitir que os migrantes fiquem na capital (Silva, 2013, p. 112).

A paróquia da Nossa Senhora da Paz foi fundada em 2 de junho de 1938 pela Congregação dos Missionários de São Carlos, ou os scalabrinianos³³. Essa irmandade religiosa tem como patrono São Carlos Borromeu, oriundo de uma família religiosa católica fundada por João Baptista Scalabrini. A vocação pastoral da congregação é o atendimento à população migrante. O projeto original da paróquia no momento de sua fundação era voltado para os italianos em São Paulo, razão pela qual ficou conhecida como Igreja dos Italianos. Conforme argumenta Bicudo (2021), a igreja foi construída pela comunidade religiosa italiana para os italianos e seus descendentes em São Paulo. Segundo Bicudo, foi a ítalo-burguesia abastada que aportou recursos para que a igreja fosse construída em meio ao contexto de Guerra (ela fica pronta em 1942). Tratava-se de um projeto audacioso de criação de uma grande infraestrutura para a comunidade italiana que passara a morar no Brasil desde o século anterior. O projeto

³¹ O clássico livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*, que marca profundamente as ciências sociais que se dedicam às questões urbanas de São Paulo, foi realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Dom Paulo Evaristo Arns era o arcebispo de então.

³² Fizemos trabalho de campo no Arsenal da Esperança, mas infelizmente não conseguimos trazer as informações pormenorizadas desse campo para a tese. De todo modo, vale marcar que se trata de espaço bastante amplo, que ocupa a maior parte da antiga Hospedaria dos Imigrantes. Atualmente, acolhe apenas homens, têm capacidade para receber mais de 1.000 pessoas por dia. Trata-se do maior equipamento de acolhida em São Paulo. O abrigo não é exclusivo a migrantes transnacionais, mas recebe ainda assim um número elevado deles. Na instituição são oferecidos cursos variados e também aulas de português, ministradas por professoras voluntárias.

³³ Trata-se de congregação da Igreja Católica que, desde sua formação, tem como eixo central a missão de acolhimento a migrantes. A Congregação dos Missionários de São Carlos é uma comunidade internacional de religiosos, presente em todos os continentes. Seu lema é o Evangelho de Mateus, capítulo 25, versículo 35: “Eu era estrangeiro e me acolheste”.

propunha um espaço com atendimento complexo, de serviços médicos e odontológicos a educacionais, além das atividades religiosas propriamente.

Segundo Bicudo (2021, p. 44), está na origem da constituição da paróquia o propósito de realizar atendimento ao seu público-alvo (se é que podemos usar esta definição), onde quer que eles estivessem na cidade. Ou seja, o atendimento estava voltado aos italianos, mas não se circunscrevia à espacialidade definida pela divisão paroquial do município, apenas à *comunidade italiana*. Na década de 1940, a igreja era a única autorizada a rezar missas em italiano na cidade, fato que ocorre ainda nos dias de hoje. De acordo com Bicudo (2021), havia na vocação scalabriniana uma tensão em torno de quem seriam seus assistidos: somente os italianos, a comunidade paroquial, a classe trabalhadora ou os pobres? Nos anos 1940, a imigração italiana para São Paulo passou a ser eventual, já não havia a necessidade de acolhida aos trabalhadores italianos filhos de uma diáspora global. Bicudo argumenta, então, que nesse momento passa a existir uma tensão e uma disputa interna no sentido do público a ser atendido. Dessa forma, da Igreja dos Italianos, pelos e para os italianos, a paróquia transforma-se na igreja dos migrantes.

O Padre Francesco Milini, chefe da Missão scalabriniana em São Paulo entre 1935 e 1946, em carta ao vaticano, problematiza o tipo de atendimento e vocação dos scalabrinianos em São Paulo. Ele pergunta:

As missionaries of emigration do we have to devote our whole activity to Italian emigrants? 2. How could we reorganize and modernize our Pious Society in Brazil (precisely in São Paulo) so that it may respond to the needs not of immigrants any more but of migrants that have already been settled here a long time or of Italians residing here temporarily? 3. Is there actually in São Paulo a community of Italians, who, though scattered around in various parishes, may offer a field of work without interfering with that of pastors? 4. Should such work be possible, how will we be able to carry it out, or, at least, what positions should we take up in the beginning?³⁴ (Francesconi, 1983, p. 281)

Portanto, desde a fundação da paróquia, havia o dilema sobre o público a ser atendido. Surgia a questão se a vocação da missão deveria manter-se restrita aos trabalhadores italianos ou voltar-se para o atendimento dos deslocados e das populações em mobilidade. Originalmente, a comunidade de italianos foi o alicerce para a constituição da Paróquia Nossa

³⁴ A resposta à indagação de Milini foi escrita pelo mensageiro Federico Lunardi que, embora sem poder deliberativo, opôs-se duramente às ideias do pároco alocado em São Paulo: “As I have always believed and said so more than once to someone, I deem it proper that Scalabrinians do not swerve away from the scope for which They have been founded: the assistance to Italians in foreign lands.” (Francesconi, 1983, p. 281)

Senhora da Paz, mas o tensionamento posto pela realidade colocava o projeto em xeque e fortalecia a ideia da expansão dos atendimentos a outros públicos. O peso da imigração italiana diminuía, redirecionando o foco para os migrantes que vinham de outras localidades do Brasil para construir a chamada *locomotiva do país*. O debate e o tensionamento entre os scalabrinianos persistiu durante os primeiros anos da década de 1940. Essa discussão não estava restrita a São Paulo, mas era um tema dos scalabrinianos e sua vocação no mundo. Com o término da Segunda Guerra Mundial, passou a prevalecer em toda a congregação uma compreensão mais abrangente sobre o público atendido pelos missionários (Bicudo, 2021, p. 46).

Segundo Allan Silva (2013), no decorrer dos anos 1950 e 1960, os migrantes que não se inseriam nos circuitos mais capitalizados e passavam a compor o cenário da pobreza urbana eram tratados da mesma forma que as demais populações precarizadas da cidade. Nesse sentido, a iniciativa pública de tratamento aos migrantes cabia ao Departamento de Amparo e Integração Social,³⁵ que criou a Central de Triagens e Encaminhamentos (Cetren) para incidir sobre essa população *marginalizada e desajustada*. A Cetren, ainda de acordo com o autor, tinha uma prática que mais se assemelhava a uma penitenciária. Visava docilizar corpos e mentes e valorizava a busca por trabalho, mesmo quando não estavam disponíveis, numa tentativa de inculcar o valor do trabalho nos migrantes. Foi em contraponto a essa instituição estatal que surgiu a AVIM, no âmbito das discussões da Teologia da Libertação. Nos primeiros anos da Associação, a atuação era focada basicamente em migrantes nordestinos que trabalhavam na construção civil e no trabalho temporário de corte de cana de açúcar, além de ação com refugiados políticos perseguidos pelas ditaduras na América Latina. São Paulo passava por profundas transformações naquele período, a industrialização e a urbanização da capital alteravam as *questões sociais* da cidade. Na década de 1960, o incremento significativo das migrações nordestinas para São Paulo redefine totalmente o tipo de orientação da entidade.

É nos anos 1970 que a Missão Paz inicia seu trabalho com grupos de migrantes transnacionais, para além da comunidade italiana. Inicialmente, além de refugiados das ditaduras da América Latina, a instituição acolhia sul-coreanos que vinham do contexto da

³⁵ O departamento estava subordinado à Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo e perdurou de 1882 a 1994, quando foi extinto. Tratava-se de iniciativa governamental que centralizava as ações de assistência social do Estado.

Ver: ICA-ATOM. Fundo BR SPAPESP SEPROS. Arquivo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/secretaria-da-promocao-social;isad>
Acesso em: 30 jul 2013.

Guerra das Coreias. Esse grupo de migrantes dirigiu-se fundamentalmente para o segmento de confecções e trabalhavam em oficinas de costura baseadas no modelo de segmentação e divisão da cadeia produtiva. Desenvolvi esse tema em meu mestrado, no qual abordo exatamente o processo de reestruturação produtiva no setor (Côrtes, 2013). Segundo Bicudo (2021), no final dos anos 1970, a paróquia da Nossa Senhora da Paz contava com seiscentos fiéis sul-coreanos e possuía um jardim de infância exclusivo para seus filhos. Em 1973, um padre sul-coreano funda uma paróquia para seus compatriotas, que se torna uma referência para os sul-coreanos na igreja católica paulista. Na atualidade, praticamente não se nota a mobilização desse público na Missão Paz. No final da década de 1970 e início de 1980, o atendimento às ditas comunidades latinas, sobretudo bolivianos, peruanos e paraguaios começa a se consolidar.

É recente, entre 2006 e 2012, que a iniciativa se reestrutura e se constitui propriamente como Missão Paz. A chegada massiva de haitianos na entidade em 2010 é o que a transforma sobremaneira, alterando seus modos organizativos e ganhando a visibilidade pública que tem hoje. Em momentos mais agudos, a Igreja chegou acolher centenas de haitianos em seu salão principal e a prefeitura de São Paulo instalou um abrigo temporário para esses migrantes em um estacionamento nos arredores da organização.

Segundo Silva (2013, p. 114), a reestruturação ocorrida entre os scalabrinianos estaria ligada a uma guinada ideológica promovida pela Pastoral da Mobilidade Humana, mais alinhada às políticas da ONU e de direitos humanos. A entidade, então, passaria a atuar especificamente no sentido de acolhida dos migrantes e auxílio em sua inserção na vida da cidade. Silva critica esse movimento de mudança de paradigma, rumo ao paradigma da mobilidade humana, que seria menos crítico à noção de trabalho na sociedade capitalista e mais afeito a formas de governo e gestão da pobreza e integração na sociedade. Nesses termos, o autor sugere que a instituição opera como aparato de cuidado e controle dessas populações. Para nós, mais do que isso, é importante analisarmos como a instituição opera em múltiplas escalas de poder, como aparato de cuidado e controle, mas também como espacialidade de articulação de experiências que escapam a essa definição.

A Missão Paz é uma entidade filantrópica ligada à igreja católica e que possui quatro eixos de ação:

1. Eixo propriamente religioso. A Igreja Nossa Senhora da Paz acolhe três paróquias diferentes: uma do bairro do Glicério, que atende a comunidade local; a italiana, relacionada à história da entidade; e a paróquia dos hispano-americanos, composta por

diversas *comunidades* latino-americanas, como a boliviana, chilena, peruana, paraguaia, colombiana, venezuelana e equatoriana.

2. Eixo de produção e publicização de informações sobre a temática migratória. O Centro de Estudos Migratórios (CEM), fundado em 1969, integra uma rede transnacional produtora e divulgadora de informações qualificadas sobre migrações transnacionais. O CEM de São Paulo conta com uma biblioteca especializada sobre a temática, além de editar e publicar a *Travessia – Revista do Migrante*³⁶, um dos principais periódicos especializados na temática do país.
3. Eixo de acolhida provisória ao migrante. A Casa do Migrante é o abrigo da Missão Paz, tem capacidade para receber até 110 pessoas. Esse atendimento oferece alimentação, material de higiene pessoal, roupas, aulas de português, acompanhamento de assistentes sociais e atendimento psicossocial.
4. Eixo de atendimento e de prestação de serviços aos migrantes. Trata-se do Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes, criado em 1977 a partir de apelo do D. Paulo Evaristo Arns, então arcebispo de São Paulo, para fazer atendimento aos exilados das ditaduras militares latino-americanas. Esse eixo se desenvolveu bastante nos últimos anos. Realiza um tipo de serviço que também é prestado por outras instituições como o Cami (Centro de apoio e pastoral do migrante), o CDHIC (Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante), os equipamentos públicos do Crai (Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes da Prefeitura de São Paulo) e CIC-Imigrante (Centro de Integração e Cidadania do Imigrante), entre outras. Esse eixo de ação oferece auxílio jurídico, aulas de português, apoio para as questões relativas à documentação, capacitação e inserção no mercado de trabalho, além de serviço social para questões de saúde, moradia, relações familiares e inserção na comunidade. Em termos gerais, o eixo concentra as variadas iniciativas para incorporação e alocação do migrante na cidade.

Seria possível escrever inúmeras páginas somente a partir da observação das ações da Missão Paz, e destrinchar cada uma dessas múltiplas linhas e os diferentes circuitos que tornam esse complexo tão importante e reconhecido. No entanto, para melhor guiar nossa observação,

³⁶ Outro importante periódico nacional sobre migrações é a REMHU (Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana). Trata-se de publicação quadrimestral do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM), das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, também Scalabrinianas. A Revista publica artigos acadêmicos resultantes de pesquisas originais teóricas ou de campo relacionados ao tema das migrações em seus diversos aspectos.

sugerimos que compreendamos a Missão Paz e a espacialidade a qual ocupa na chave do que Rui e Mallart (2015) definem como *conector urbano*. Os autores forjam o conceito observando outra realidade urbana, no caso, a chamada Cracolândia na região da Luz, com o objetivo de compreender a relação específica daquela espacialidade com a cidade. Trata-se de perspectivar e usar o referencial urbano para situar acontecimentos que não devem ser compreendidos como apartados do restante da dinâmica da cidade. Ao sugerir essa noção, os autores pretendem fazer oposição a uma compreensão da Cracolândia como uma região separada da cidade, como um gueto urbano.

As disputas que a área [da Cracolândia] movimenta nas agendas das políticas municipais, estaduais e federais, as lutas no campo jurídico e os embates incessantes entre os diferentes saberes da saúde pública evidenciam que a Cracolândia se configurou, nos últimos anos, como um potente conector urbano – um ponto de gravitação – no qual se cruzam múltiplas linhas de força, de intensidades e velocidades variadas. Trata-se de um ponto nevrálgico do urbano, espaço estratégico de entrecruzamento de uma infinidade de agentes governamentais, de atores do chamado Terceiro Setor, de ativistas e militantes, de vários atores religiosos, sejam eles católicos, batistas ou neopentecostais, e de participantes do “crime” conectados a outras regiões da cidade. Imã, ela congrega uma diversidade de atores que transitam pelo local ou mesmo vivem e trabalham na região e, portanto, uma pluralidade de trajetórias, circuitos e percursos urbanos que, como linhas de força, conectam a Cracolândia à cidade. (Rui; Mallart, 2015, grifo nosso)

Tomar a Missão Paz, situada na região da Baixada do Glicério, como um conector urbano pode ajudar a construir uma perspectiva exatamente no mesmo sentido. Não se trata, portanto, de pensar essa espacialidade como apartada do restante da cidade. Nos estudos sobre migrações transnacionais são recorrentes as abordagens que tratam da constituição de guetos de migrantes, que destacam como as sociabilidades ficam ensimesmadas no novo espaço em que se alocam, que pensam em termos de enclaves étnicos. As redes de inserção laboral, os circuitos de lazer, de vivência política e de experiência cotidiana são tidas como separadas do resto da cidade e relacionadas estritamente a uma história nacional progressiva partilhada (ou continental, quando se fala, por exemplo, das espacialidades dos *africanos*). De modo geral, essas abordagens partem do que Glick Schiller, Çaglar e Guldbrandsen (2006) denominam de *lente étnica* para pensar a questão migratória. Isto é, valorizam apenas um aspecto da sociabilidade dos migrantes na cidade, ou seja, as redes identitárias que se constituem por estarem em situação semelhante, por serem propriamente migrantes transnacionais de um país comum e partilharem a vivência no novo território. Ao tomar a Missão Paz e arredores como polo gravitacional da experiência urbana, o que se quer é exatamente se distanciar e ir além dessas abordagens, sem desconsiderar esse nível de sociabilidade, que também é relevante para

a inserção dos migrantes na cidade. Portanto, tratar a Missão Paz como *conector urbano* pode auxiliar na compreensão das diferentes escalas e níveis de ação, de suas múltiplas linhas de força, múltiplas trajetórias e circuitos que conectam esse território específico a múltiplas localidades. Exemplo disso são as conexões com a espacialidade do Jd. Piratininga, com os venezuelanos situados em Boa Vista e que pretendem vir a São Paulo, com os haitianos em Porto Príncipe que planejam a empreitada migratória. Se a territorialidade de São Paulo circula por todo o globo, destaca-se a centralidade da Missão Paz como referência nessa circulação.

A partir de cada uma das linhas de ação da Missão Paz é possível puxar um enleio de relações que conectam a instituição a circuitos multiescalares, situados em variados níveis na produção da experiência do migrante transnacional em São Paulo. No eixo propriamente religioso, católico, existe uma sociabilidade própria. Há toda uma sociabilidade em torno das missas na língua nativa do migrante – seja ele hispano falante, italiano (que remete às origens da Missão) ou de um fluxo recente de filipinas, que chegam a São Paulo para trabalharem como cuidadoras.

Há alguns anos (2013-2014), quando fiz em parceria com Carlos Freire da Silva uma pesquisa específica sobre a migração paraguaia em São Paulo (Côrtes; Freire da Silva, 2014a), tivemos a oportunidade de circular por toda a cidade acompanhando o pároco da Missão Paz, o mexicano Pe. Alejandro, por inúmeras oficinas de costura. A ação visava *bendecir* (benzer) os espaços de moradia e trabalho de migrantes. Meu então parceiro de pesquisa e eu frequentamos muitas oficinas de costura de norte a leste da cidade, a maioria de paraguaios ou bolivianos. Em cada uma dessas visitas, nas quais Carlos e eu éramos corriqueiramente confundidos com *padrecitos* (seminaristas), identificávamos a força do vínculo que se estabelecia. Essas ações davam a capilaridade e presença da Missão Paz pela cidade de São Paulo para além dos outros eixos de ação. Consolidava-se um vínculo que seria posteriormente revivido na própria instituição. Por exemplo, a maior festa paraguaia realizada em São Paulo ocorre todos os anos, na primeira semana de dezembro, justamente na tenda montada no estacionamento da Missão Paz, em homenagem à padroeira do Paraguai, a *Virgen de Caacupé*³⁷.

³⁷ “A Pastoral do Imigrante colaborou para que a associação de paraguaios se concretizasse, sem deixar de pautar os aspectos relacionadas a seus interesses, como a organização das festas anuais da Virgem de Caacupé, além das pequenas atividades organizadas ao longo do ano, como novenas, para que mantivessem a aproximação desses migrantes à paróquia. Também vale destacar o trabalho social que a Pastoral desempenhou na recepção e acompanhamento de imigrantes perseguidos, fugitivos e aqueles que chegaram em busca de melhorar sua situação.” (Ramirez, 2014, p. 98)

De uma forma ou de outra, por meio da atividade pastoral, a Missão Paz consolidou um forte vínculo com os paraguaios em São Paulo, tendo acesso constante ao circuito da costura que mobiliza migrantes transnacionais latinos, ainda que essas redes tenham ganhado mais autonomia em relação à instituição, como aconteceu nos últimos anos. Em 2005, por exemplo, a maior parte dos atendimentos dos outros eixos da organização foram feitos basicamente com a população boliviana que vinha a São Paulo para trabalhar em oficinas de costura. Uma vez que esses grupos foram se consolidando na cidade – afinal, essa migração remonta a meados dos anos 1980 e já soma mais de 40 anos de presença na cidade – passaram a mobilizar cada vez menos o auxílio da Missão Paz em atividades diversas. Começaram a criar suas próprias redes de apoio, a mobilizar as instituições públicas, fundaram cooperativas em torno da atividade econômica desenvolvida, grupos culturais, etc. Aliás, importante destacar que a própria Missão Paz estimula esse tipo de ação e fornece, por exemplo, espaço físico provisório para que os grupos comecem suas próprias iniciativas.

Portanto, nesse eixo relativo às atividades pastorais e religiosas, a Missão Paz possui uma capilaridade que outras instituições não têm. No entanto, podemos igualmente problematizar o alcance que o recorte religioso pode impor à sua ação. Embora o atendimento seja ecumênico, e isso é sempre afirmado, existe um viés religioso do primeiro eixo de ação que significa um modo específico de interação com os migrantes transnacionais. Nesse caso, os grupos majoritariamente católicos têm uma relação mais próxima ao eixo paroquial da Missão Paz, restando os demais eixos às pessoas de outras religiões. De todo modo, não podemos deixar de destacar que a instituição também oferece seus espaços para migrantes muçulmanos, como senegaleses e malineses, praticarem sua religião. Abordaremos mais adiante a importância da Sociedade Beneficente Muçulmana, localizada na Mesquita Brasil, a mais antiga de São Paulo, situada no Cambuci, às margens do Tamanduateí, a dez minutos caminhando da Missão Paz. A presença da Missão Paz e de outros órgãos na mesma espacialidade compõe uma rede socioinstitucional de apoio a migrantes. O crescimento das práticas religiosas neopentecostais é também marcante entre os migrantes.

Não fosse o trabalho sistêmico e a confiança estabelecida entre a Missão Paz e os donos de oficinas de costura de paraguaios em São Paulo, por exemplo, dificilmente Carlos e eu teríamos acessado um número tão diverso e variado de oficinas. Estivemos em oficinas com condições de trabalho muito variadas: das oficinas com condições aparentemente degradantes, úmidas e escuras, onde os trabalhadores faziam jornadas exaustivas, uma vez que recebiam por peças – ou seja, em condições de extrema precariedade, que facilmente poderia estampar capas

de jornais associando a costura ao trabalho escravo – às oficinas que seguiam todos os protocolos de segurança e de saúde do trabalhador, com extintores e máquinas de bater o ponto e que faziam o pagamento por jornada e não por peça. Em resumo, mesmo os donos de oficinas que provavelmente violam uma série de regras e legislações sobre relações trabalhistas se sentiam à vontade e seguros em abrir seus espaços para a Missão Paz e receber o benzimento³⁸. Sem esse tipo de conexão ou cartão de entrada, dificilmente nós teríamos acessado aqueles espaços.

O segundo eixo de ação da Missão Paz é relativo à produção e divulgação de informações sobre a temática migratória. O Centro de Estudos Migratórios (CEM) em São Paulo é um polo aglutinador de pesquisas, debates e produção constante de conhecimento sobre as mobilidades transnacionais praticadas no Brasil e em São Paulo. O CEM é extremamente ativo, organiza seminários e atividades variadas com a academia, operadores do direito e mantém articulações constantes para a produção e divulgação de conhecimento sobre o tema. O eixo mantém interação permanente com os principais núcleos acadêmicos especializados na questão migratória, como o NEPO (Núcleo de Estudos de Populações da Unicamp), o NIEM (Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios) do IPPUR/UFRJ, o Labor (Laboratório de Geografia Urbana) da USP, entre outros. Além disso, está ligado à rede internacional *Scalabrini International Migration Institute*, da Congregação dos Missionários de São Carlos, incorporado à Pontifícia Universidade Urbaniana de Roma, que aprofunda no nível transnacional o conhecimento sobre a temática. A *Travessia – Revista do Migrante*, ainda que não seja muito bem avaliada pelos indexadores acadêmicos, é um dos periódicos mais importantes como espaço de publicação especializado no tema das migrações transnacionais. Mensalmente são realizados debates envolvendo temas quentes na discussão migratória, sempre mobilizando importantes pensadores e formuladores da temática – o evento foi batizado de *Diálogos do CEM*. A biblioteca do Centro não pode ser menosprezada. Trata-se de extenso material, de livros a periódicos, passando por teses e dissertações, sobre migrações internas e transnacionais. Além das fichas sobre os atendimentos realizados pela própria Missão Paz, um banco de dados extenso sobre perfis dos migrantes recentes. Por fim, mas não menos importante, ainda no âmbito do CEM, existe a WebRádio Migrantes, falada majoritariamente em espanhol, que

³⁸ A questão relativa ao trabalho escravo contemporâneo nas oficinas de costura foi devidamente debatida em minha dissertação de mestrado (Côrtes, 2013). Não pretendo retomar a discussão aqui. Deve-se destacar que não caberia à Missão Paz fazer qualquer tipo de juízo ou mediação nessas oficinas que visitamos. Ao evidenciar nossa circulação pelas oficinas, não visamos denunciar a Missão Paz, longe disso. A instituição inclusive realiza atividades de conscientização em relação à temática. Meu ponto é frisar a confiança dos donos das oficinas na instituição.

aborda as questões atuais sobre as mobilidades de pessoas no Brasil e no mundo. Portanto, verifica-se um potente produtor e difusor de conhecimento sobre a questão, que incide diretamente em escolhas políticas e jurídicas sobre o tema.

Uma ação que não se enquadra propriamente em nenhum dos eixos da Missão, mas tem relevância enorme na estrutura organizacional da instituição e que talvez se aproxime ao conhecimento acumulado no CEM, é o que a entidade denomina como *advocacy* e trabalho em rede. A iniciativa é explicada em seu site como:

um conjunto de ações que visam influenciar a formulação, aprovação e execução de políticas públicas junto aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e à sociedade por meio do trabalho em rede e da mobilização da mídia. Dessa forma, a equipe da Missão Paz, através da atuação em rede com organizações parceiras, incide nas esferas municipal, estadual, federal e internacional, levando as contribuições e demandas diretas observadas nos atendimentos aos imigrantes e refugiados e monitorando a aplicação de políticas públicas voltadas para esta população. (Missão Paz, 2019)

Isto significa que a instituição está presente em diferentes níveis e escalas de atuação. De modo geral, essa participação ou representação é feita tanto pelo coordenador da Missão Paz, o italiano Pe. Paolo Parise, como por uma advogada especialista no tema da legislação migratória, que circula constantemente pelo país e também exterior para compreender as disputas jurídicas e legislativas possíveis, no sentido de alargar os direitos dos migrantes no país. A Missão Paz, junto a outras organizações de São Paulo, atuou fortemente na discussão e mobilização popular em relação à Nova Lei de Imigração (Lei Federal nº 13.445/2017), que substituiu o Estatuto do Estrangeiro de 1980. Além de ter feito trabalho corpo a corpo com deputados e senadores pela aprovação da lei e produzido um texto que foi muito elogiado por diversos especialistas nesta área do direito, mas que posteriormente foi sancionado por Michel Temer com uma série de vetos que descaracterizaram a versão original – sendo a regulamentação posterior ainda mais confusa e com uma série de gargalos que na prática esvaziaram os avanços do texto aprovado³⁹.

É importante ainda destacarmos a atuação fundamental da Missão Paz para criação de um marco regulatório específico para a população haitiana. Frente ao número de haitianos que

³⁹Para essa discussão, ver Ramos *et al.* (2017), texto formulado por integrantes da Comissão de Especialistas constituída pelo Ministério da Justiça com a finalidade de elaborar uma proposta de Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil (2013-2014). Além disso, Karina Quintanilha fez uma análise pormenorizada sobre a nova lei de migração. Para mais informações, ver o segundo capítulo de sua dissertação de mestrado *Migração forçada no capitalismo contemporâneo: trabalho, direitos e resistências no Brasil* (Quintanilha, 2019).

passaram a chegar em massa durante 2011, muitos deles solicitando refúgio mesmo sabendo que provavelmente teriam o pedido negado pelo Conare, a Missão Paz, junto a outras instituições de defesa dos direitos humanos, teve grande protagonismo na sensibilização e articulação da legislação humanitária para essa população. A Resolução Normativa do Conselho Nacional de Imigração nº 97/2012 passou então a conceder visto permanente às pessoas ainda no Haiti. Ao conceder o visto humanitário em Porto Príncipe, visava-se organizar o fluxo e evitar que migrantes acionassem as redes de coioates que auxiliavam no deslocamento, prevenindo abusos e situações de alto risco. A medida teve alguns impactos positivos, mas sua implementação incorreu em uma série de problemas, os quais a Missão Paz não hesitou denunciar, como as burocracias e a elevada cobrança de 200 dólares pelo visto, o que não resolvia o problema da rede de coioates, mas diferenciava os circuitos rumo ao país (Fernandes; Faria, 2017). Segundo Paolo Parise (2017), ainda que não tenha acabado de vez com o trajeto terrestre, a emissão do visto em Porto Príncipe teve impacto na diminuição desse fluxo, o que pôde ser constatado com a redução drástica de entrada de haitianos pelo Acre no país. A Missão Paz atuou de forma incisiva no debate sobre os significados e os rumos para definição do que seria compreendido como refúgio e quais as possibilidades para além desse estatuto jurídico. Além disso, essa orientação agia em consonância com o Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular, acordo de governança global proposto para ordenar e regular os fluxos globais de migrantes entre todos os Estados-membros da ONU. O governo Temer (2016-2018) havia aderido ao Pacto Global, mas uma das primeiras medidas do governo Bolsonaro (2019-2022) em relação à política externa foi justamente sair do acordo⁴⁰.

Além do trabalho constante de convencimento de deputados e senadores em nível nacional, a Missão Paz também atuou junto ao legislativo no âmbito municipal e estadual. Nos diferentes níveis, a organização participa de conselhos e comitês. A Missão Paz está em uma infinidade de instâncias consultivas e/ou deliberativas de diferentes níveis de governo: no âmbito municipal, a instituição está no Conselho Municipal de Imigrantes, Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo, Rede para Cuidados em Saúde de Imigrantes e Refugiados⁴¹ e no Grupo de Trabalho sobre interiorização de imigrantes venezuelanos; no nível estadual, integra o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo e o Comitê de Migração e Refúgio). Além da

⁴⁰ Ver a reportagem de João Fellet (2019).

⁴¹ Essa rede foi criada pela própria Missão Paz, com apoio da professora do Instituto de Psicologia da USP Miriam Debieux.

RedeMiR (Rede Solidária para Migrantes e Refugiados), articulada pela instituição scalabriniana Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), que engloba mais de 45 entes que trabalham com a temática, desde Acnur a Conare, passando por diversos órgãos públicos de governança das mobilidades migratórias. Sem contar sua participação no Grupo de Trabalho instituído no âmbito do Termo de Cooperação Técnico Institucional para Proteção e Promoção de Soluções Humanitárias e Solidárias em Situações de Migrantes Inadmitidos no Aeroporto Internacional de Guarulhos – esta sala é conhecida como Espaço Conector do Aeroporto de Guarulhos e estava na origem do projeto de doutoramento analisar esse dispositivo de controle e gestão de migrantes.

A Missão Paz compôs também algumas ações da GLO.ACT, programa que afirma ser uma resposta ao “tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes”. Trata-se de iniciativa do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O programa está sendo implementado em 13 países selecionados na África, na Ásia, no Leste Europeu e na América Latina. No entanto, vale a pena discutir em que medida as justificativas de combate ao tráfico ou o contrabando de pessoas são mobilizadas justamente para restringir as mobilidades transfronteiriças. Ou como essas narrativas compõem um dispositivo de governamentalidade que opera por meio de múltiplos atores da sociedade civil para gerir as condutas das pessoas em mobilidade (Castilho, 2008; Piscitelli; Lowenkron, 2015; Olivar, 2016). A Missão Paz participou das ações do GLO.ACT em momento específico nas cidades de Corumbá (Mato Grosso do Sul) e Boa Vista/Pacaraima (Roraima), no período de entrada intensa de venezuelanos no país.

O terceiro eixo da Missão Paz é propriamente o trabalho de acolhida dos recém-chegados. A Casa do Migrante foi fundada em 1978. Este foi o ano em que a Hospedaria dos Imigrantes, no Brás, atual Museu da Imigração do Estado de São Paulo, foi fechada. A Hospedaria, inaugurada em 1887, localiza-se próximo ao trem que conectava São Paulo ao Porto de Santos, que naquela ocasião era ponto de passagem para migrantes que vinham ao Brasil substituir a força de trabalho escrava em plantações de café no Estado de São Paulo.

Portanto, no ano em que um equipamento público para a acolhida de migrantes deixa de existir, inaugura-se a Casa da Missão Paz. Inicialmente, o lugar recebia migrantes que partiam da zona rural, sobretudo da região Nordeste do país (mas não apenas), para a cidade que mais crescia naquele momento, São Paulo. Na ocasião, a acolhida de pessoas de outros países era basicamente de perseguidos políticos pelas ditaduras latino-americanas. A partir da

década de 1980, a Casa do Migrante começou a diversificar seu atendimento, mas foi ao longo dos anos 1990 que passou a atender trabalhadores latino-americanos, como bolivianos, peruanos e paraguaios que vinham para São Paulo trabalhar na indústria de confecções. Ao longo dos anos 2000, mas especialmente a partir de 2010, os atendimentos foram novamente diversificados com a diminuição da presença de latino-americanos – que voltou a crescer somente com a chegada dos venezuelanos em 2018 – e a vinda de pessoas de outras partes do globo.

Em 2014, a Prefeitura Municipal criou o Abrigo Emergencial, que acolheu majoritariamente haitianos e contou com a parceria da Missão Paz, seu conhecimento e parte de seu corpo técnico. Destaca-se que, nesse momento, a cidade não tinha infraestrutura consolidada para acolhimento dessa população. A Casa do Migrante serviu, então, como modelo de espaço de acolhida para migrantes, que posteriormente foi replicado. Atualmente, além desse serviço, uma série de iniciativas visa atender especificamente essas pessoas. No nível municipal, em parceria com instituições religiosas, existem as casas de acolhida da Bela Vista, do Pari e da Penha, essa última recebe apenas mulheres. No nível estadual, existe ainda a Casa de Passagem Terra Nova. Além dessas iniciativas, criaram-se também os Centros Temporários de Acolhimento, que em sua origem trabalhavam com pessoas em situação de rua. No entanto, durante o processo de interiorização de venezuelanos, algumas unidades passaram a operar exclusivamente com essa população, fechando as portas para os demais. Essa política durou alguns meses, mas gerou uma série de críticas e problemas, uma vez que deixou de atender brasileiros em situação de rua para acolher venezuelanos, tendo como efeito o aumento da xenofobia nesses territórios.

Ao conectar-se a essa miríade de atores, executando medidas múltiplas tanto de acolhida como de reflexão e proposição de formas para controlar e gerir esses fluxos, a entidade se estabelece como um dispositivo que opera no sentido ordenar os fluxos e serve como peça para fazer a gestão tecnocrática das mobilidades e das fronteiras. Se na origem a entidade atuava como polo de oposição ou mesmo de resistência, acolhendo, por exemplo, os perseguidos políticos pelas ditaduras, nos anos 2000 a organização muda a escala de trabalho e o tipo de incidência política. Em parte, ocorre uma sinergia entre a Missão Paz e os governos em seus variados níveis, sendo que a entidade religiosa absorveu uma série de ações que de modo geral costumam ser realizadas por entidades governamentais.

O quarto eixo de ação, definido pelo atendimento pastoral, é o que faz da instituição uma das maiores organizações do país no atendimento a migrantes. Esse eixo é muito plural,

diversificado, com atendimentos variados que buscam *integrar*⁴² o migrante em São Paulo. É a típica atividade realizada por entidade filantrópica que termina ocupando um espaço que deveria ser organizado pelo Estado. Não caberá aqui explicar cada uma das variadas ações, que vão desde orientação sobre as possibilidades de regularização da situação migratória no país à distribuição de cestas básicas, auxílio na interlocução com problemas escolares, aulas de português, questões de saúde, moradia⁴³, etc. Foi em uma das ações desse eixo, o da mediação para o trabalho, que desenvolvi a rotina de frequentar o espaço ao longo de 2018. A instituição oferece um espaço de interlocução entre empregadores e candidatos às vagas. De modo geral, a maior parte das vagas ofertadas na Missão Paz é de baixa qualificação, com salários nunca inferior ao salário mínimo, mas dificilmente muito superior a ele. São postos de emprego que, segundo os contratantes, têm dificuldades em serem preenchidos por trabalhadores brasileiros, sobretudo devido à alta rotatividade. Durante o período em que realizei o acompanhamento na entidade, um número elevado de vagas era de trabalhadores domésticos (caseiro) em zona rural ou de outros empregos de baixa qualificação e remuneração⁴⁴.

Vale destacar que o modelo de atendimento realizado nesse eixo foi replicado para diversas outras instituições que atendem migrantes em São Paulo. São ações de apoio para a inserção na vida cotidiana na cidade, portanto, com auxílio para múltiplas questões, como trabalho (mediação de vagas de emprego), capacitação do trabalhador com instituições parceiras; apoio jurídico em casos variados, incluindo questões trabalhistas; apoio nas questões de moradia (explicando o que é um fiador, seguro fiança e com acompanhamento de migrantes em situações mais precárias em ocupações, etc.); regularização migratória (explicando e encaminhando as possibilidades diante de cada situação específica); aulas de português; atendimento psicossocial para indivíduos, grupos, casais ou famílias; atendimento geral de serviço social; em parceria com médicos e psicólogos voluntários, oferecem atendimento médico aos migrantes, além de sensibilizar a gestão pública sobre especificidades que o SUS

⁴² A abordagem à qual nos filiamos prefere se distanciar dessa noção, que historicamente é utilizada a partir de uma perspectiva fortemente marcada pelo nacionalismo metodológico, que vê uma dicotomia entre o estrangeiro e o nacional, sendo que o primeiro deve se *integrar* à sociedade de destino. Juridicamente, alguns documentos públicos de meados do século passado usavam a ideia de integrar os *alienígenas* na sociedade nacional. O termo se referia a “imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como ‘não-assimilados’, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade” (Seyferth, 1997).

⁴³ Desdobra-se em cinco frentes: documentação e jurídico; trabalho e cursos; saúde; educação; família e comunidade (Parise, 2017).

⁴⁴ Marcus Bicudo (2021) fez um belo trabalho sobre o eixo trabalho da Missão Paz. Esta tese não visa focar em uma ação específica como fez Bicudo, mas entender como a entidade serve como conector urbano, inscrito nas dinâmicas migratórias atuais. Agradeço a Bicudo pela interlocução em campo, quando trocamos uma série de impressões sobre a entidade.

deveria incorporar para melhor atender essa população; acolhida e atenção especial às famílias em situações mais vulneráveis, como aquelas que se encontram em ocupações de moradia. Ainda nessa ação, é importante destacar o eixo de fortalecimento da comunidade. A própria Missão Paz estimula os vínculos associativos dos migrantes e, portanto, favorece e auxilia na construção de entidades representativas que sejam autônomas à instituição. A ONG África do Coração, uma das primeiras iniciativas exclusivamente de migrantes e refugiados – se não a primeira – surgiu a partir de conversas na escadaria da Missão Paz, como nos informou um de seus fundadores, Jean Katumba.

Em relação às questões de mediação para o trabalho, que pude acompanhar mais de perto, a atuação da Missão Paz visa conectar os migrantes recém-chegados a uma vaga formal de emprego. Trata-se de ação parecida com a Política de Intermediação de Mão de Obra, prevista no Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda (SPETR)⁴⁵. Tanto empregadores como trabalhadores devem passar por uma palestra antes dos processos seletivos. A palestra voltada para os empregadores é realizada pela coordenadora do eixo. Nessa atividade, que dura em torno de duas a três horas, a funcionária da Missão Paz indaga cada um dos empregadores as razões de terem optado por contratar um migrante. Afinal, o que leva uma empresa ou família a querer um trabalhador estrangeiro em seu estabelecimento ou em sua casa? Segundo relatou a coordenadora, a oferta de vagas para empregados domésticos, seja como cuidador de idosos ou caseiros em sítios, cresceu muito nos últimos anos, diferente de quando o programa de mediação foi lançado. Por parte das empresas, a maior parte das vagas são para serviços operacionais mais precarizados, com salários baixos. Nos discursos das empresas, que não necessariamente correspondem às verdadeiras razões de estarem ali, variavam argumentos como ajudar o outro e oferecer oportunidades para quem não tem. Entretanto, após um pouco mais de diálogo, verificava-se a recorrência de reclamações em relação aos funcionários brasileiros contratados anteriormente, devido à alta rotatividade e à dificuldade em manter o trabalhador na vaga de emprego. No caso de vagas de caseiros e funcionários domésticos, a principal reclamação era que os brasileiros não aceitavam dormir no serviço, ou seja, não podiam “flexibilizar” a jornada⁴⁶.

⁴⁵ O SPETR refere-se a uma multiplicidade de políticas públicas que visam qualificar o trabalhador para inseri-lo no mercado de trabalho. A principal instituição que promove o SPETR é o SINE (Sistema Nacional de Emprego), criado em 1975 e fortalecido após a Constituição Federal de 1988. A lei 7.998, de 1990, que institui o Programa de Seguro Desemprego no país, financiado com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), define que o tripé da política pública de emprego e renda no país deve ser, além da concessão do benefício financeiro, as ações de *intermediação de mão de obra* e a qualificação profissional.

⁴⁶ Para mais detalhes sobre essa ação, ver Bicudo (2021).

A Missão Paz destacava que todas as vagas ofertadas deveriam seguir estritamente a legislação trabalhista, respeitando jornada, benefícios, horas extras, etc. Outra parte da palestra apontava as especificidades e cuidados que era preciso considerar ao contratar um trabalhador que não necessariamente fala a língua portuguesa e tampouco domina os códigos culturais do país. Além disso, os empregadores eram informados que a instituição faria o acompanhamento dos vínculos estabelecidos, ou seja, eles poderiam realizar visitas aos empreendimentos para verificar como as relações trabalhistas estão constituídas. Nesse caso, trata-se de estratégia declarada para evitar a superexploração dos trabalhadores e, sobretudo, situações análogas à de escravo, como foi frequentemente noticiado na imprensa em relação às oficinas de costura e os trabalhadores bolivianos e paraguaios (Côrtes, 2013).

A coordenadora do programa afirmou que corriqueiramente recebia ligações de empresas indagando possibilidades de contratos informais com remuneração abaixo do salário-mínimo e jornadas de mais de 44 horas semanais, o que indignava a todos do programa. A palestra intercultural realizada com os migrantes era dada por algum voluntário da Sietar (Society for Intercultural Education, Training and Research), uma ONG cujo foco é o que designam como *comunicação intercultural*. Essa palestra tinha algumas características bastante peculiares, ensinavam, por exemplo, como o migrante deveria realizar o aperto de mão, não muito forte nem muito fraco, entre outras questões comportamentais. O objetivo central era disciplinar o corpo do candidato às etiquetas culturais do mercado de trabalho brasileiro. Faziam também referência a Gilberto Freyre para tentar explicar a democracia racial no país⁴⁷. Essas palestras eram ministradas em português, inglês ou francês. De forma muito curiosa, essa palestra obrigatória, que muitas vezes era assistida sem nenhum interesse por parte dos migrantes, apresentava uma visão homogeneizante e cheia de clichês do brasileiro. A abordagem visava diminuir as possibilidades de conflito, mas ignorava uma relação intrínseca às relações trabalhistas, a dicotomia capital-trabalho.

Vale destacar o caso da inserção de haitianos na construção civil. Até o início de 2014, a economia brasileira teve desempenho bastante superior ao restante do globo. Nos anos anteriores, um dos setores que mais cresceu no país foi o da construção civil. Entre 2003 e 2014, esse setor teve a maior variação relativa em termos de vínculos de emprego formal na Região

⁴⁷ Acompanhei esta palestra apenas em uma ocasião, mas fiquei instigado a construir um projeto de pesquisa que visasse pautar especificamente o modo como a questão racial era trabalhada naquela ocasião, com migrantes majoritariamente negros, da África Subsaariana ou de países caribenhos. A questão racial era um tema que a princípio eu visava abordar ou elaborar com mais qualidade ao longo da pesquisa, mas acabei enfocando outras questões e não dei conta de pautar este debate que se faz tão presente e necessário na atualidade.

Metropolitana de São Paulo. Em 2003, havia 178.802 vínculos com CLT, contra 426.127 em 2014, ou seja, uma variação de 138,3% em onze anos. Já o conjunto do mercado de trabalho formal teve variação no emprego na ordem de 57,1%; a indústria de transformação cresceu 22,9% no período, valor abaixo da média da região⁴⁸. Foi justamente no momento de maior aquecimento da construção civil que os fluxos de haitianos passaram a chegar em maior intensidade em São Paulo. Esse setor foi o principal nicho de mercado ocupado pelos haitianos ainda hoje. Muitos deles inclusive já tinham experiência pregressa no setor em seu país de origem. Conforme os interlocutores, era possível fazer gratuitamente no Haiti o curso de pedreiro, eletricista, azulejista ou outras ocupações afins. Quando se analisa a série histórica, iniciada em 2000, dos empregos formais no setor da construção civil na RMSP, verifica-se que o primeiro registro de haitiano no segmento foi em 2011, somando apenas 9 vínculos. Em 2012, esse número salta para 229; em 2013, para 976; em 2014, 1.446; e em 2015, o apogeu, com 1.685 empregos no setor ocupados por haitianos. Já em 2016 e em 2017, o valor diminui drasticamente devido à crise econômica. Em 2016, eram 912 vínculos, o que representa retração de 45,9% ao se comparar com o ano anterior. A partir de 2015, a presença de haitianos na construção civil perde centralidade e eles passam a trabalhar sobretudo nos setores de serviços, comércio e até mesmo indústria de transformação. Em 2021, último ano com a informação disponível, havia na RMSP 2.275 haitianos empregados nos serviços, 1.489 no comércio, 1.221 na indústria de transformação e só então aparece a construção civil, com 1.048 vínculos de emprego de haitianos. Em 2021, as três nacionalidades que mais tinham pessoas empregadas no trabalho formal na Região Metropolitana de São Paulo eram haitianos (6.168), seguido por venezuelanos (4.933) e bolivianos (3.524).

Foi exatamente entre 2013 e 2014 que o pátio da Missão Paz ficou lotado de haitianos. Segundo conta Charbel (2019, p. 16), em sua pesquisa de campo, um interlocutor da Missão Paz lhe disse em tom irônico que ninguém migrava especificamente para o Brasil, mas que as pessoas saíam do Haiti com o endereço da Missão Paz em mãos. Isto é, não vinham para o país nem sequer para São Paulo, elas vinham mesmo para a Missão Paz, na Baixada do Glicério. Entre 2014 e 2016, passaram pela entidade 13 mil haitianos, o que corresponderia a mais de 20% dos haitianos documentados no país, segundo Charbel (2019). Essa marcação é relevante para não se perder de vista a importância da região e da atuação da Missão Paz com os haitianos.

⁴⁸ Dados consultados no sistema de Relatório Anual de Informações Sociais (Rais/MTE - <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/>). Recorte utilizado é de vínculos ativos em 31/12 de cada ano na Região Metropolitana de São Paulo.

Naquele momento, para além do trabalho de recrutamento ofertado pela Missão Paz, empregadores de diferentes Estados do país – sobretudo da região Sul –, assim como de variados lugares da cidade, iam ao pátio da Missão Paz em busca de trabalhadores. Nesse momento de ápice do fluxo haitiano, existiu uma grande busca por força de trabalho. Sem exageros, em algumas ocasiões chegaram alguns ônibus para levar os trabalhadores recrutados na Missão Paz para outras cidades no interior e no Sul do país. Interessa aqui puxar duas linhas de força centradas no atendimento da Missão Paz.

A primeira relaciona-se justamente com a ação de mediação para o trabalho. O número de encaminhados para uma vaga de emprego na construção civil nesse período foi bastante elevado. A Missão Paz auxiliava na contratação de grandes contingentes de trabalhadores no setor. Muitos deles eram encaminhados para grandes construtoras que, naquele momento, realizavam grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou para a Copa do Mundo que ocorreria em 2014 no país. Ao mesmo tempo em que mediavam emprego, os funcionários da Missão disputavam políticas variadas para facilitar o acesso desses migrantes à documentação, à carteira de trabalho, entre outras coisas. Se, como vimos anteriormente, o número de vínculos formais de haitianos nesse segmento cresceu exponencialmente, isso se deve em grande medida à atuação da instituição. O salão interno da Missão Paz ficava lotado de pessoas procurando emprego, e muitos empregadores frequentavam a entidade. Entretanto, com a crise, esse número reduziu drasticamente.

A segunda linha diz respeito ao fato de a Missão Paz ter sido o bastião de apoio dos haitianos em São Paulo. Não fosse a presença da instituição nessa territorialidade específica, o Glicério não teria se tornado um dos principais territórios de inserção dessa população em São Paulo. Em 2014, no momento de auge da chegada, foi criada a União Social dos Imigrantes Haitianos (USIH), uma entidade que não tem nenhuma conexão direta com a Missão Paz, a não ser estar a menos de 3 minutos andando (200 metros) da Igreja da Paz. Ela surge nesse território justamente por conta do poder gravitacional que a Missão Paz opera. A USIH é uma entidade criada pelos haitianos e que visa apoiar e lutar por direitos da comunidade. Está ligada a Rede Jubileu Sul⁴⁹, uma trama de instituições, movimentos e grupos variados que atuam em diversas partes do globo na defesa dos direitos humanos e enfrentando violações. Uma das pautas originárias da Rede é a discussão sobre o endividamento de países do Sul. Além da Rede Jubileu, a USIH surgiu bastante vinculada à Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas). Por

⁴⁹ Para mais informações, ver o sítio eletrônico da Rede Jubileu Sul (<http://www.jubileusul.org.br/>).

considerar a organização da classe trabalhadora global uma necessidade, a CSP-Conlutas apoiou a organização da instituição desde seu princípio, auxiliando na formalização da entidade. Importa destacar aqui a rede política que se constitui na territorialidade do Glicério devido à presença da Missão Paz. Laurie e Fedó, diretores da entidade, explicam as razões que originaram a criação da USIH:

O objetivo da associação é melhorar as condições de vida dos haitianos em geral: os documentos, o trabalho, o direito à saúde, à educação. Os brasileiros falam em receber os imigrantes de braços abertos, então precisa de uma política migratória que permita a troca de conhecimento. Têm muitos haitianos e outros imigrantes aqui que são advogados, professores, médicos e que estão trabalhando na construção civil. Tem que ter uma política para que o Brasil se beneficie dos imigrantes, e os imigrantes também. [...] Queremos fazer a integração, mas o racismo aqui é uma coisa que acontece todos os dias, todos os momentos, principalmente com os haitianos que sofrem preconceito no trabalho. Alguns brasileiros ajudam, mas os haitianos precisam de alguém da sua nação que fale a sua língua e que sabe o que eles estão passando, as dificuldades. E nós que somos imigrantes temos experiência disso, o que permite que você saiba se colocar no lugar do outro para entender o que estão passando (Aranha; Onça, 2016).

Nota-se na fala dos diretores da entidade a ação voltada exatamente para o fortalecimento dos vínculos com a mesma comunidade de origem. Destaca-se, nesse sentido, a importância de compreender essas iniciativas como uma das formas organizativas presentes na cidade. De fato, os vínculos entre aqueles que partilham a mesma origem nacional, falam a mesma língua, experimentaram procedimentos e trajetórias migratórias semelhantes são fundamentais para entendermos esse tipo de associação entre os migrantes. As relações comunitárias e identitárias entre as pessoas em exílio se repetem com diversas outras comunidades de migrantes, por exemplo, o recém criado grupo do ANIV (Associação Nacional dos Imigrantes Venezuelanos), também com apoio da CSP-Conlutas, ou a Associação de Senegaleses de São Paulo (ASSP), a União dos Malineses em São Paulo no Brasil (UMSPB), as variadas associações culturais e folclóricas de bolivianos, a Associação dos Estudantes Angolanos na cidade de São Paulo, Associação Palanca Negra (de angolanos), entre tantas e tantas outras. De todo modo, ressalva-se uma vez mais que não se deve pensar esse tipo de vínculo associativo e de organização como único e exclusivo para articular os migrantes, menos ainda que a articulação política de migrantes pode ser contemplada com as alianças nesses espaços comunitários e identitários. A inserção étnica/nacional é um dos níveis possíveis, não à toa é recorrente a criação de entidades embasadas nessa identidade coletiva. As iniciativas mais interessantes, na verdade, são justamente aquelas que extrapolam o vínculo identitário nacional.

Antes de passar ao próximo tópico, vale a pena trazer em linhas gerais a trajetória de um interlocutor que conheci em uma das atividades em que atuei como mediador na Missão Paz. A trajetória do jovem Ernesto, da República Democrática do Congo (RDC), é relevante para pensarmos a inserção profissional de jovens negros qualificados em São Paulo. Serve para demonstrar como pessoas de diferentes perfis chegam à entidade – mesmo aqueles que já estão inseridos em redes na cidade de São Paulo podem agenciar ou mobilizar a entidade. A Missão Paz é um operador central para a dinâmica migratória de São Paulo, é um conector de histórias, trajetórias e vivências. É agente de transformação do centro da cidade. As migrações contemporâneas para São Paulo, de uma forma ou de outra, acabam sempre resvalando na entidade católica.

Ernesto⁵⁰ nasceu em 1991 na capital do país, Kinshasa. Vivia com seus pais e cursava o primeiro ano da faculdade de Economia quando soube da cooperação Brasil-África. Em 2010, último ano do segundo Governo Lula⁵¹, Ernesto se inscreve em programa de intercâmbio para cursar ensino superior no Brasil e é contemplado. Chegou ao Brasil no ano seguinte, em 2011, e foi para Manaus estudar na Universidade Federal do Amazonas. Como o acordo universitário não previa a concessão de bolsa de estudos, ele buscou fazer estágios e outras atividades acadêmicas. Dedicou-se exclusivamente aos estudos, foi bolsista de Iniciação Científica e teve trajetória de sucesso na academia, segundo relatou. Seu visto de estudante não permitia que trabalhasse, os recursos para seu sustento vinham de seus pais, que mandavam dinheiro do seu país de origem. Ernesto relatou ter enfrentado uma série de preconceitos no cotidiano da faculdade. Por exemplo, por ter estudado função derivativa no ensino médio em Kinshasa, ele não precisava se dedicar muito na disciplina da universidade para entender bem a matéria. Os colegas brasileiros diziam que seu sucesso decorria da comiseração dos professores em relação a ele, por ser africano, por vir de um país “tão vilipendiado”. Ou seja, supostamente o seu desempenho positivo derivaria da compaixão dos professores, não dos méritos da educação da RDC ou de seus esforços como estudante. Apesar desses problemas, ele disse ter feito muitos

⁵⁰ Ernesto é um nome fictício, seguindo solicitação do próprio interlocutor para não ser exposto.

⁵¹ Os governos petistas de Lula e Dilma lançaram uma série de programas e iniciativas que visavam aumentar a integração e o intercâmbio universitário entre estudantes brasileiros, africanos e de países da América-Latina. Essas iniciativas estavam no marco de uma nova política de internacionalização do país, aumentando os laços do Brasil com países do sul global. Nesse marco foram criadas a Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), a Unila (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), além do lançamento de vários acordos de bolsas e intercâmbios. Ernesto foi contemplado pelo PEC-G (Programa Estudantes Convênio de Graduação). Mais informações em: UFSC. Secretaria de Relações Internacionais. O Programa PEC-G. Disponível em: <https://sinter.ufsc.br/pec-g/o-programa-pec-g/>. Acesso em: 30 jul 2023.

amigos na universidade, era bastante querido pelos professores. Ernesto chamava a atenção do corpo docente e discente: ele e uma estudante carioca eram os únicos negros da universidade. Mais do que preconceito ou discriminação, ele dizia que sua cor chamava atenção dos colegas.

Depois de formado, Ernesto não queria retornar à República Democrática do Congo, o país seguia vivendo intensos conflitos, ele não enxergava oportunidades para sua trajetória e talvez fosse obrigado a se alistar ao exército, algo que definitivamente não desejava. O visto de estudante se encerrou após o término do curso. Sem emprego, resolvera tentar a vida em São Paulo, a maior cidade do país, deixando seus amigos e conhecidos do estado amazônico para trás. Em 2017, já formado em Economia, com visto vencido e sem muitas perspectivas, foi orientado a solicitar refúgio para regularizar sua situação migratória. Solicitou refúgio em 2017, ficou um ano com o protocolo em mãos, mas não foi chamado para a entrevista com oficial de elegibilidade. Passado um ano com o documento provisório, teve que renovar o protocolo de solicitação de refúgio. Esse documento, à época, tinha aparência extremamente precária e, apesar de conferir uma série de direitos ao seu portador, os bancos, operadores do Estado e a população em geral não o identificavam como válido. Depois de muito tentar emprego em sua área, encaminhar currículos e passar por entrevistas em diferentes empresas em São Paulo, diante da situação financeira precária, amigos lhe indicaram a Missão Paz. Foi nessa ocasião que o conheci, em 2018, quando participou de entrevista e conseguiu o trabalho de operador de *telemarketing* multilíngue em uma empresa terceirizada que prestava serviço para a Air France.

Mantive contato com Ernesto por todo o período em que estive no Brasil. A última vez que o vi foi um mês antes de sair do país rumo aos Estados Unidos, quando nos encontramos na manifestação contra o assassinato de Moïse (em fevereiro de 2022), na Av. Paulista, já no final da pandemia. Na ocasião, Ernesto me contou que seguia trabalhando na empresa terceirizada, relatou que nunca fora chamado para a entrevista para conseguir o *status* de refúgio. No entanto, ele havia iniciado um curso de auxiliar técnico de enfermagem, a fim de buscar outra qualificação e talvez encontrar um emprego melhor que o de operador de *telemarketing*. Por estar matriculado neste curso, pôde acessar novamente o visto de estudante que lhe permitia viajar para a RDC, algo que fez duas vezes durante suas férias. Logo após esse encontro, Ernesto pediu as contas da empresa de *telemarketing*, depois de quase três anos trabalhando no mesmo cargo sem nenhuma promoção, e foi para os Estados Unidos. Um parente conseguiu um emprego para ele no setor petrolífero na cidade de Westbrook, no Maine. Ernesto não conseguiu emprego em sua área de formação, todas as oportunidades que surgiram estavam aquém do que esperava ou buscava. Ele nem sequer informava nos processos seletivos

que era formado em Economia em uma universidade federal brasileira. Conforme me contou em nossa última conversa, estava nos EUA com visto de trabalho, pretendia se casar com uma americana de origem sudanesa (o que lhe garantiria o *Green Card*), estava conseguindo finalmente juntar um pouco de dinheiro para investir em algo que lhe rendesse no futuro e que não precisasse trabalhar 12 horas por dia, como fazia na ocasião.

A trajetória de Ernesto é repleta de acontecimentos que marcam em sua história de vida o modo pelo qual o racismo estrutural opera nos corpos de migrantes negros (sobretudo se retintos). Sua história servirá para desenvolvermos algumas das aproximações entre o movimento negro e as mobilizações de migrantes em São Paulo sugeridas no capítulo final da tese.

2.3. O COLETIVO PACTO PELO DIREITO DE MIGRAR (PDMIG) – ÁFRICA DO CORAÇÃO

O coletivo Pacto pelo Direito de Migrar (PDMIG), inicialmente denominado de África do Coração, é um dos coletivos que se formou nas escadarias da igreja Nossa Senhora da Paz. Conforme explica uma de suas lideranças, o congolês Jean Katumba, o coletivo, criado em 2013 e institucionalizado como ONG em 2016, funciona como uma Federação. Reúne variadas iniciativas de migrantes organizadas no nível comunitário. A ONG é uma plataforma em rede e deve ser entendida, segundo Katumba, como uma das primeiras iniciativas de migrantes e refugiados organizada e dirigida por e para eles mesmos. Em sua diretoria constam representações de mais de 20 países, sendo que na Assembleia da ONG participam pessoas de 37 países diferentes. O interlocutor destaca que não se trata, como o primeiro nome pode sugerir, de uma entidade de países africanos. O nome, na realidade, remete à ideia da África como berço da humanidade. Portanto, é uma iniciativa que visa agregar pessoas de diferentes nacionalidades, que passam por diásporas contemporâneas e se territorializaram em São Paulo. Katumba destaca a presença de pessoas da Colômbia, Síria, República Democrática do Congo, Uganda, Camarões, Iraque, Chade, Angola, entre outros.

A entidade teve sede em dois endereços desde sua fundação, na rua do Carmo e na rua Silveira Martins, ambos não distam cem metros um do outro, sendo que a distância em relação à Missão Paz não passa de 700 metros. Ou seja, a hipótese lançada anteriormente é que existe uma questão espacial muito relevante a ser considerada quando observamos a localização das entidades de migrantes na cidade. A presença da Missão Paz no Glicério é fundamental e

funciona como um polo gravitacional de outras organizações de migrantes, mesmo após deixarem de se relacionar cotidianamente com a entidade. Jean Katumba⁵² relembra a criação do PDMIG e alguns dos debates daquele momento:

A ideia surgiu quando a gente estava sentado na frente da igreja da Missão Paz. A gente passava muito tempo ali, várias pessoas de diferentes países, todas em situação semelhante. Daí apresentamos nossa ideia para o padre Antenor [Padre responsável pela Casa do Migrante]. A gente pediu espaço para juntar os irmãos⁵³. Foi em 24 de novembro de 2013 que a gente conseguiu se juntar pela primeira vez, 27 nacionalidades entre a gente, sem brasileiros, lá na Missão Paz. A gente tentou ver “por que as nossas diferenças têm que fazer a guerra? Por que a gente não pode somar nossa luta?”. Ver as convergências que se encaixam para ter uma coisa só. Para não ter 50 vozes em que ninguém entende ninguém. A ideia foi super bem acolhida. As pessoas tiveram ideias ricas, para ver que o que nos divide não são as bandeiras. É uma barreira imaginária o que te separa de mim. Só porque não sou brasileiro, não significa que não sou seu irmão. Morando na mesma casa, nada prova que sou congolês. Essa barreira imaginária foi o capitalismo que fez. Foi o capitalismo que fez a gente se encaixar em uma bandeira que não significa nada. A gente pode tirar essas barreiras, essas fronteiras colocadas pelo ser humano, para se considerar irmão! Isso foi bem aceito. Mas, infelizmente, naquele momento ninguém tinha documentação. O Brasil é um país super burocrático. A ideia foi escrita, mas colocamos na gaveta. Mas, em 2014, pensamos que tinha que fazer a Copa dos Refugiados, isso que foi dando corpo e rotina para a entidade. Eu e outros irmãos tentamos sonhar sobre essa ideia de fazer uma Copa nossa.⁵⁴

Katumba relembra o modo como foi iniciada a organização da entidade. Em primeiro plano, situa as primeiras conversas nas escadarias da Missão Paz, que dão origem a tudo. Ali de fato é território de articulações entre migrantes, de vínculos que posteriormente relacionam trabalho ou outras espacialidades da cidade e do mundo. Foi exatamente nesse espaço que as primeiras discussões entre os migrantes e refugiados foram travadas. Katumba afirma que o diagnóstico inicial de todos era que havia muita ignorância e preconceito com os não brasileiros. Para ele, era muito difícil entender os preconceitos que sofriam, justamente porque o Brasil é um país formado por migrantes e descendentes de escravizados. “O Brasil não é como o Congo. No Congo todo mundo é congolês. Lá não tem filho de imigrantes. Já aqui... Até minha avó congoleza foi arrancada e trazida para cá. Meu DNA também está aqui.”⁵⁵. Tanto ele quanto seus interlocutores na escadaria da Missão Paz incomodavam-se com os *pré-conceitos*, para usar a formulação que ele faz questão de marcar, dos nacionais contra os refugiados. Seriam preconceitos de toda ordem.

⁵² Entrevista concedida por Katumba ao autor em 22 ago. 2018.

⁵³ Entre os africanos, é comum se referirem uns aos outros como irmãos. Não se trata de uso religioso, mas de uma ideia de comunidade.

⁵⁴ Entrevista concedida por Katumba ao autor em 22 ago. 2018.

⁵⁵ Entrevista concedida por Katumba ao autor em 22 ago. 2018.

Aqui [as pessoas] tem preconceito com tudo, de todo lado, sobre tudo. Sobre refugiado: achando que foge da fome, como se no Brasil não tivesse fome. [Em tom irônico, sugere que] aqui é o paraíso, todo mundo tem comida e eu tive que fugir de lá para cá! Preconceito de não saber quem é refugiado, de não conhecer a África. Preconceito sobre tudo. Então, temos que lutar contra o preconceito, porque o preconceito carrega discriminação e a discriminação gera xenofobia. Para não cair na xenofobia tem que reparar o preconceito. Começando pela fonte. Temos que ter uma plataforma dinâmica em que se pode apresentar o imigrante, o refugiado, apresentar a voz do povo a todos. Aí, se posicionando assim, iniciamos com os africanos, mas na nossa frente já tinham muitas comunidades: do Iraque, da Síria, de Bangladesh, da África do Sul... Aí eles perguntavam: “você não me deixar de fora?” e vimos que, na luta, não podíamos ser injustos em deixá-los de fora, porque eles também sofrem a mesma coisa. Estamos sempre lutando contra o preconceito. Se estamos lutando contra a discriminação, por que discriminaríamos eles? Daí a África do Coração se tornou uma congregação que junta todas as outras comunidades para um foco só: lutar contra o preconceito.⁵⁶

Em outra conversa que realizei com uma liderança da RDC, que ocorreu de forma online em um momento em que ela estava em seu trabalho, um relato parecido a esse ocorreu. Ela me atendeu enraivecida e chorando porque o algoritmo do Facebook tinha acabado de mostrar uma propaganda da Cruz Vermelha. A publicidade pedia recursos para as “crianças que morrem de fome no Congo”, apelando para uma imagem drástica de dor, sofrimento, desnutrição e miséria. A congoleza enfatizava como essa imagem explorada pelos supostos organismos internacionais de ajuda humanitária era pernicioso para a experiência da migração e do refúgio, criando e reforçando estigmas. Criticava também as instituições que produzem esses discursos para conseguirem seus financiamentos e continuarem existindo enquanto tal. Além disso, destacou que as pessoas expostas nas imagens muito provavelmente nem sabiam que estavam sendo usadas por todo o globo para arrecadar fundos para a entidade. Depois da tensa análise sobre o preconceito disseminado pela propaganda, ela passou a destilar todo seu ódio às multinacionais e à exploração do coltão, o minério que estaria na base dos conflitos que empobrecem e desgraçam a RDC.

Retomando a construção desse coletivo de migrantes, a ideia de criá-lo prosperou para além das organizações específicas de cada um dos diferentes grupos nacionais que estavam na cidade. Tratava-se exatamente de uma sociabilidade diaspórica que pode ser mais bem compreendida nos termos de Glick Schiller (2015). Um tipo de relação social produzida na cidade ligada ao modo de inserção desses não-nacionais no território. Sentimentos partilhados de exclusão e não pertencimento de pessoas das mais variadas origens favorecem a constituição

⁵⁶ Entrevista concedida por Katumba ao autor em 22 ago. 2018.

de redes de apoio que operam na diáspora. O tema do preconceito foi o que deu o pontapé inicial para a organização da entidade. Eles percebiam que todos os refugiados, brancos ou negros, da África ou do Oriente Médio, sofriam em alguma medida discriminações – que não seria igualmente distribuída entre eles, deve-se frisar⁵⁷. Em 2013, escreveram um estatuto em francês, traduzido por eles mesmos para o português e que, segundo relatam, estava praticamente incompreensível. A principal liderança naquele momento era um camaronês que acabou migrando posteriormente para os Estados Unidos e não acompanhou mais o desenvolvimento do coletivo. Aliás, é importante destacar que em muitas interlocuções que tive em variadas espacialidades, era frequente a interrupção das sociabilidades em razão da mudança mais ou menos repentina de país. Katumba, então, foi quem mais vestiu a camisa. Se os entraves burocráticos dificultavam a institucionalização do coletivo, isso não significava que todas as ações ficariam paradas. Pelo contrário. Nos anos de 2013 e 2014, quando a entidade se formava, o país vivenciava um momento de inflexão: as jornadas de junho em São Paulo, a crise econômica que passa a surtir efeitos em termos de desemprego e redução do poder de compra e o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que começava a ser construído logo após sua posse. Além disso, o país ganha visibilidade em todas as imprensas do mundo, pois a Copa do Mundo ocorreria no Brasil. Nesse momento, surge a sacada desse grupo de migrantes e refugiados para dar visibilidade a eles e suas pautas: por que não realizar uma *Copa dos Refugiados* em São Paulo?

No momento de presença de múltiplas mídias, de diferentes países do mundo, o grupo de migrantes, que posteriormente constituiu a ONG PDMIG – África do Coração, buscou apoio do ACNUR, da ONG Adus (que apoia a inserção de refugiados no mercado de trabalho) e de outras organizações parceiras que pudessem auxiliar na infraestrutura. Em 2014, concomitante à Copa do Mundo FIFA realizada no Brasil, no mesmo momento em que diferentes grupos políticos, com destaque para coletivos autonomistas, organizavam uma série de protestos contra a forma como a Copa foi organizada no país, ao mesmo tempo em que esses mesmos grupos celebravam a Copa Rebelde (Brito, 2015), os migrantes lançaram a *Copa dos Refugiados*. O objetivo da atividade, que passou a ocorrer anualmente desde a primeira edição, não era

⁵⁷ Um interlocutor sírio destacou como o racismo opera no país. Ele afirmou que pelo fato de ser branco pôde ter muito mais oportunidades do que pessoas negras em situação semelhante a sua. No momento em que conversávamos, ele tinha prosperado com um pequeno restaurante de comida árabe no centro da cidade. Essa primeira interlocução ocorreu em 2018, em 2023 o restaurante havia mais do que triplicado de tamanho. No começo era um empreendimento pequeno, com apenas um auxiliar. Em 2023, o restaurante nas proximidades do Largo do Paissandu tinha progredido de forma que ele mesmo não esperava.

simplesmente festejar a prática esportiva e muito menos criar um sentimento de competitividade entre os diferentes grupos nacionais representados. Era de fato sensibilizar os migrantes sobre as condições a que eram submetidos e pautar a existência desses grupos no país, que vai muito além de uma compreensão de sentimento de comunidade. Além disso, tratava-se justamente de bagunçar as fronteiras previamente constituídas em termos de pertencimento dos migrantes e refugiados. Vejamos o relato de Katumba:

A Copa [da FIFA] teve muita visibilidade, não só nacional. Ela foi divulgada em mais de 120 países, nos canais dos diferentes países. A Copa [dos Refugiados] é um projeto humanitário que carrega muito peso na questão do refúgio e que tem muita provocação. Olha bem o que fizemos nesse ano [2014], na primeira edição da Copa no Brasil... fizemos apenas aqui em São Paulo, mas a coisa cresceu... Quando fizemos ano passado [2017] em Porto Alegre, as pessoas perguntavam: “você é refugiado em Porto Alegre?”. Neste ano, fizemos a Copa em três estados: São Paulo, Porto Alegre [Rio Grande do Sul] e Rio de Janeiro. Os três campeões vão disputar a Copa dos Refugiados Brasil. Quando o time do Senegal saiu campeão lá de Porto Alegre e estava vindo aqui jogar a Copa Refugiados Brasil, não é somente o time de refugiados senegaleses. Vira o time dos refugiados senegaleses gaúchos, do Rio Grande do Sul. Eles vieram jogar com o time de Angola, que é carioca, do Rio de Janeiro. Então, vê como a gente provoca uma briga entre os Estados? Eles vêm com a bandeira do Estado deles para ver quem é campeão. Aqui também, quem for campeão, é o time do país, mas paulistano. Por que isso? Para as pessoas entenderem que eu sou refugiado paulistano. Quando vou a Porto Alegre, eles são refugiados gaúchos. A gente acaba carregando essa co-cidadania brasileira. A Copa envolve essa cidadania. As pessoas param de tirar a cidadania das pessoas ao tratarem como refugiados. Eu que moro em São Paulo, se não tem água para paulistano, eu também não tenho! Quando a Avenida Paulista para, ela para pra mim também. Eu sou paulistano! A gente ano que vem [2019] quer fazer Copa na Argentina. O campeão do refúgio da Argentina pode ser... vou chutar... do Iraque. Vamos pegar o campeão da Argentina e o campeão da Copa dos Refugiados do Brasil e fazer um jogo aqui no Brasil. Vamos ver se o brasileiro vai torcer para o campeão dos refugiados da Argentina? Duvido! Isso que estamos provocando. Por que eles não estão torcendo? Agora os brasileiros entendem que fazemos parte do país? Temos também a pátria Brasil. Brasil é nossa pátria, mesmo que sejam iraquianos refugiados no Brasil, os brasileiros vão torcer para eles! Entendeu? Isso que a Copa carrega. E carrega também a justificativa da cidadania, porque futebol é uma linguagem universal. Para jogar não precisa falar português. É igual em qualquer lugar do mundo. A gente pega uma linguagem mais fácil das pessoas entenderem. Futebol não tem partido político. Não tem religião, não tem cultura. É um esporte que ultrapassa as barreiras que nos foram feitas. Não tem mais fronteiras. Se a gente volta, temos uma família, que é uma fronteira. A família é a primeira fronteira. A segunda é a religião, minha crença. A terceira é o partido político. E tem muitas barreiras, mas futebol consegue passar todas as fronteiras. Na mesma família a mãe pode torcer por um time e o pai para outro time, porque isso é futebol. Pegando esse projeto, trabalhamos na primeira edição com 16 times [...].⁵⁸

O longo relato de Katumba pontua uma série de questões relevantes para pensarmos a inserção dos migrantes e refugiados na cidade e as estratégias políticas que se desenvolveram a partir da entidade e das conexões que foram traçadas na própria Missão Paz. Se o objetivo

⁵⁸ Entrevista concedida por Katumba ao autor em 22 ago. 2018.

inicial do grupo era estabelecer uma luta por reconhecimento, a fim de superar os preconceitos que os migrantes e refugiados sofrem em São Paulo, o momento de organização da entidade parecia ser propício para politizar o futebol, a linguagem universal que, independente de fronteiras, todos compreendem. O futebol tem um conjunto de regras e objetivos que são universais e não mudam em lugar algum, apesar de existirem práticas, estratégias, estilos variados em cada região do globo. O ordenamento do esporte é supranacional e não respeita fronteiras. No primeiro ano de realização da Copa dos Refugiados, o objetivo era pôr em evidência a existência de migrantes em São Paulo. Inicialmente, tratava-se de simplesmente dar visibilidade a esse grupo, ao mesmo tempo em que se criava um vínculo entre pessoas de origens variadas, indo além das múltiplas fronteiras que poderiam distanciar cada uma dessas trajetórias. Nos anos posteriores, a atividade cresceu e mudou de escala, pois a iniciativa foi sendo cada vez mais bem recebida por atores relevantes da questão migratória e do refúgio na cidade, com apoio crescente de instituições públicas e privadas, com patrocínios diversos, mobilização de múltiplas ONGs e fundações e, sobretudo, com a aposta do ACNUR em dar visibilidade para o evento. Em 2018, a Copa ocorreu em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, contou com a participação de mais de 930 migrantes e refugiados de 27 nacionalidades diferentes e teve partidas com mulheres refugiadas, inserindo o debate de gênero no futebol e na diáspora. A fase de Porto Alegre foi no Estádio Beira Rio, já a final da Copa dos Refugiados Brasil ocorreu no estádio do Pacaembu, contou com a presença do prefeito Bruno Covas, diversos secretários dos governos municipal de São Paulo e do Rio de Janeiro, além de cônsules de diversos países⁵⁹. Nos anos seguintes, a copa foi renomeada e passou a ser designada como Copa dos Refugiados e Imigrantes. Entre 2014 e 2019, o torneio ocorreu em todos os anos, sendo interrompido em 2020 em razão da pandemia de covid-19 e retomado a partir de 2022.

Katumba formula uma instigante provocação para pensarmos as fronteiras, as subjetividades e as afiliações por meio da problematização do futebol. O presidente da ONG sugere que as diferentes formas de se dividir, classificar, hierarquizar as pessoas a partir da simples origem nacional são muito impotentes para se pensar a inserção delas no território. Deve-se destacar duas problematizações que ele faz:

1. Katumba diz que quando falta água na cidade, ele, refugiado congolês habitante de São Paulo, sente igualmente os impactos da insuficiente infraestrutura hídrica do Estado. Aqui, Katumba destaca exatamente que é habitante da mesma urbe, que seus vínculos, afetos,

⁵⁹ Ver reportagem da Gazeta Esportiva (Pacaembu..., 2018) e notícia veiculada no site da Prefeitura de São Paulo (Secretaria Especial de Comunicação, 2018).

experiências de vida e pertencimentos políticos são feitos no mesmo nível dos demais moradores da São Paulo. Disso decorre que a organização política, a atuação por direitos, as práticas de sociabilidade diversas estão situadas nessa espacialidade que não se pode perder de vista. Ao mesmo tempo, isso não significa que não existam conexões e relações em escalas múltiplas com outras localidades do globo. Entretanto, o fato de ser um refugiado não significa que ele não tenha corporalidade e experiência na cidade. Portanto, Katumba mobiliza questões que foram propostas no primeiro capítulo desta tese. Isto é, como abordar o migrante como habitante da cidade sem torná-lo exótico, como alguém que não pertencesse a esse território, mas que ao mesmo tempo carrega especificidades em seu modo de se inserir na cidade. É a noção de *emplacement* que ajuda a entender o que está literalmente em jogo. Trata-se de entender as redes multiescalares que esses atores conseguem mobilizar para organizar o evento, desde ACNUR, Instituto Ados, OIM, dentre tantas outras, agenciando um evento com prefeitos e governadores e marcando o modo pelo qual pretendem ser vistos na cidade. Trata-se do sentido literal de produzir cidade, de criar solidariedades, vínculos, formas de mobilização política e de resistência. A criação de redes, que se estendem de forma mais ou menos duradoura, é o que configura os campos de possibilidade de inserção na vida urbana. É a partir dessas redes que uma malha de solidariedade e sociabilidades na diáspora permitem a mobilização em situações-limite, como veremos adiante. A Copa dos Refugiados e Imigrantes pode ser lida pela noção de *emplacement*, permitindo situar em tempo e espaço específicos os deslocados migrantes e não-migrantes, em um processo global de destruição e reconstrução de formas de vida. Esse enquadramento permite colocar migrantes e não-migrantes em processo partilhado de produção de lugar. Enquanto o Brasil sediava a Copa do Mundo FIFA, migrantes e refugiados produziam sua própria versão, que passou a ocupar jornais do país e do mundo na ocasião em que a imprensa global estava com os holofotes voltados para o Brasil.

2. Ao sugerir a noção de cocidadania para se referir ao refugiado congolês paulistano, Katumba evidencia pertencimentos múltiplos, que deslocam as noções estabelecidas em torno da nacionalidade e perspectivam a própria ideia de pertencimento a um Estado-nacional que outorga direitos e uma cidadania. A proposta de realizar campeonatos de futebol de refugiados dentro de Estados variados, ou mesmo em outros países da América Latina, visa justamente criar essa sobreposição de pertencimentos, com o objetivo de fraturar e expor o caráter de constructo social mutável da cidadania, portanto, disputável em termos políticos, implicando outras formas da experiência subjetiva de viver o exílio, a diáspora e a própria nacionalidade.

O PDMIG – África do Coração, ao se constituir como ONG em 2016, após três edições de realização da Copa dos Refugiados e Imigrantes, acabou se tornando entidade representativa. Ou seja, outro polo gravitacional dos migrantes e refugiados em mobilização política na cidade de São Paulo e talvez um dos poucos na cidade que tem toda a sua diretoria e a maior parte da equipe composta por migrantes e refugiados, com poucos brasileiros compondo trabalhos voluntários e ações de menor visibilidade. A entidade tornou-se referência para diferentes grupos organizados de migrantes na cidade, além de atuar nas esferas representativas dos governos municipal, estadual e federal⁶⁰. Seguem desenvolvendo atividades diversas, desde conscientização em escolas até coleta e doação de alimentos para migrantes e refugiados⁶¹.

⁶⁰ Pretende-se aqui evidenciar como o coletivo funciona também como operador de escalas, imbricado em disputas políticas nos mais diferentes níveis. Atuam em São Paulo especificamente com orientações e atendimentos variados, como de outras ONGs, e com ações transnacionais de múltiplos pertencimentos, além de parcerias com ACNUR, OIM e Cáritas. A entidade tem ainda diferentes frentes de atuação, oferta cursos de línguas africanas, inglês, francês, entre outras. Além disso, houve uma presença marcante de sírios na ONG – a entidade chegou a ter um vice-presidente sírio. Outra iniciativa realizada foi a interlocução com escolas, em que oportunizavam a troca de cartas em escolas brasileiras com crianças e adolescentes em campos de refugiados na Jordânia, a maior parte deles deslocados sírios. Ver <http://africadocoracao.org/amizade-com-criancas-da-jordania/>, Acesso em: 05 jul 2019.

⁶¹ As atividades da entidade podem ser acompanhadas pelo perfil no Facebook: PDMIG – Pacto pelo Direito de Migrar. Disponível em: <https://www.facebook.com/Pacto.Direito.de.Migrar/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

2.4. A SOCIEDADE BENEFICENTE MUÇULMANA

A Sociedade Beneficente Muçulmana (SBM) localiza-se a menos de dez minutos caminhando da Missão Paz, aproximadamente um quilômetro de distância, no bairro do Cambuci, às margens do rio Tamanduateí. A sede da SBM está situada no interior da Mesquita Brasil, que, segundo nosso interlocutor, é a primeira da América Latina, datada de 1929. O edifício é bastante imponente por fora, com elementos típicos da arquitetura islâmica, como colunas, arcos e cúpulas. De partida, nota-se que a SBM é anterior à Missão Paz. Não se conclui, de modo algum, que a presença da Missão Paz teve alguma relação com a espacialidade da Mesquita. A SBM foi criada a partir da Sociedade Beneficente Muçulmana Palestina, primeira associação religiosa de muçulmanos em São Paulo. Como o nome sugere, eram de palestinos que teriam saído de seu território durante a primeira Guerra Mundial, depois da derrota do Império Otomano para os Aliados. No decorrer do século passado, com o aumento da chegada de muçulmanos de origens variadas⁶², a entidade foi rebatizada como Sociedade Beneficente Muçulmana. Esses grupos de migrantes, a maior parte do antigo Império Otomano, trabalhavam fundamentalmente com comércio na região da Rua 25 de Março e na Rua Oriente, no Brás. Como moravam na região, nada mais lógico do que fundar seu templo religioso próximo a esse circuito.

Não é o objetivo aqui retomar o fenômeno migratório dessas populações, que remonta ao começo do século passado, mas apenas situar em que contexto a Mesquita Brasil foi construída, a saber, no período da constituição de circuitos econômicos e urbanos específicos, dinamizados, sobretudo pelas práticas comerciais no centro, num momento de desenvolvimento da cidade, que propiciou o êxito dessa atividade econômica (Vilela, 2011; Truzzi, 2001, 2008). Saltando para os anos recentes, a SBM nunca deixou de se relacionar com migrantes dos países muçulmanos. A entidade se fortaleceu, ampliou seu leque de ações e desdobrou-se em diferentes frentes.

Atualmente, conforme nosso interlocutor informou, a SBM atua em três frentes específicas: a manutenção da própria Mesquita Brasil, com seu calendário de atividades e festividades relativas ao calendário muçulmano; a manutenção da Escola Islâmica Brasileira,

⁶² Segundo Truzzi (2008), a maior parte dos sírios e libaneses que rumaram a São Paulo no começo do século XX eram católicos maronitas e ortodoxos. Foi a partir da metade do século XX que aumentou a chegada de migrantes muçulmanos no país. Antes disso, o número era relativamente pequeno. Eles se espacializavam primordialmente ao redor das mesquitas. A trajetória típica desses grupos de migrantes era chegar como comerciantes, mascates, vendedores ambulantes, e, em seguida, abriam um comércio.

localizada na Vila Carrão, que oferece ensino religioso e árabe para a comunidade muçulmana em São Paulo; e o Cemitério Islâmico de Guarulhos, que é o espaço para sepultamento da comunidade. A partir desse quadro geral, podemos adentrar especificamente as ações da SBM que incidem sobre as migrações recentes. Na atuação religiosa muçulmana, a caridade é uma questão importante, e é com esse referencial que as atividades aos migrantes são desenvolvidas.

Com o aumento de pessoas que vieram da Síria devido à guerra civil iniciada em 2011, a SBM assumiu certo protagonismo na acolhida dos refugiados muçulmanos. Destaca-se que boa parte dos sírios que saíram do país eram católicos e não foram propriamente acolhidos pela Mesquita. De todo modo, segundo reportagem de 2015, o Conare havia concedido asilo a 2.077 sírios entre 2011 e a data da publicação da matéria, apenas a SBM teria cadastrado 1,8 mil sírios que chegaram ao Brasil (Barrucho; Costa; 2015). Nosso interlocutor na SBM não tinha informações mais atualizadas sobre os números de atendimentos, mas sabia quais ações foram empreendidas para auxiliar na inserção dessas pessoas na cidade. Ele enumerou quatro frentes específicas, sendo que algumas delas eram financiadas basicamente pelo presidente da SBM, o megaempresário Nasser Fares, dono da empresa de faturamento bilionário Marabraz: 1. Recebimento de doações variadas, desde produtos novos de lojistas a utensílios usados em boas condições, passando por cestas básicas. O período do Ramadam é justamente quando recebem a maior parte dessas doações, que posteriormente são entregues a migrantes ou outras pessoas que necessitem. Portanto, a SBM faz a mediação de uma série de doações. 2. No auge da chegada de sírios à cidade, Fares, junto à SBM, alugou no bairro do Cambuci mais de 40 apartamentos, com metragens e tamanhos variados, os quais foram oferecidos para famílias de refugiados, obedecendo uma série de critérios de maior vulnerabilidade e número de filhos. Os apartamentos foram todos mobiliados e os migrantes poderiam ficar neles pelo período de até um ano, quando deveriam se autonomizar e liberar a vaga para outra família. Aqui não se trata da construção de abrigo, mas um outro dispositivo de acolhida e inserção do migrante na cidade, diferente do que foi feito pela Hospedaria do Imigrante no século XIX ou pela Casa do Migrante da Missão Paz e outros centros de acolhida; 3. São oferecidas na Mesquita aulas gratuitas de português para migrantes; 4. A SBM atua como intermediadora para o trabalho, recolhendo currículos e repassando aos empregadores. Essas são basicamente as ações empreendidas pela SBM na acolhida de migrantes muçulmanos que a procuram.

Interessa reter que existem diferentes circuitos mobilizados por migrantes e refugiados. Contudo, esses circuitos não necessariamente estão relacionados a redes pré-estabelecidas na cidade. São múltiplas as ações de acolhida e inserção inicial do migrante, a Missão Paz é uma

das forças mais relevantes nesse sentido, mas não a única. Por estar situada no centro da cidade, no Glicério, por ter acolhido número elevado de haitianos e africanos, a Missão Paz e a região se tornaram polo gravitacional do universo migratório na cidade. A SBM, que ocupa espaço próximo da Missão Paz, nunca foi uma entidade que propriamente articulou a questão migratória, mas a partir do momento em que um número elevado de muçulmanos passou a rumar para a cidade, a entidade começou a mobilizar seus ricos membros para fazer caridade e auxiliar aqueles que chegavam a São Paulo.

Tanto a Missão Paz como a SBM atuaram em articulação com o Grupo de Abate Halal (GAH). Nesse caso, articulavam a contratação e a mediação de trabalhadores migrantes que seriam empregados para fazer o abate de animais conforme a tradição muçulmana, o abate halal⁶³. A pesquisa de Allan Silva (2013) evidencia como a Missão Paz tornou-se espaço privilegiado para a contratação de migrantes muçulmanos, a maior parte africanos, mas também do Nepal, Iraque e Cazaquistão, para um mercado específico. O GAH atua como uma empreiteira que provê força de trabalho muçulmana para frigoríficos da BR Foods, a Sadia, que exporta carne halal para esse mercado específico. Esse caso é bastante emblemático para notarmos como a Missão Paz, com a acolhida de migrantes transnacionais e as diferentes ações realizadas, opera em circuito que extrapola a cidade de São Paulo. Tratava-se de mediar a força de trabalho para um setor econômico que foi turbinado nos anos de governo petista, em que uma série de políticas econômicas levada a cabo pelo BNDES visava promover o que foi chamada de *campeãs nacionais*, empresas com suporte de grandes montantes de dinheiro público que deveriam disputar mercados internacionais. Nesse momento, a Missão Paz articulava trabalhadores e encaminhava para a empresa intermediária que, por sua vez, levava essas pessoas a frigoríficos, em sua maioria da BRF, no interior do Paraná (cidades de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos).

⁶³ “A técnica de abate Halal deve seguir os seguintes passos: 1- O animal deve ser abatido por um muçulmano que tenha atingido a puberdade. Ele deve pronunciar o nome de Alá ou recitar uma oração que contenha o nome de Alá durante o abate, com a face do animal voltada para Meca; 2- O animal não deve estar com sede no momento do abate; 3- A faca deve estar bem afiada e ela não deve ser afiada na frente do animal. O corte deve ser no pescoço em um movimento de meia-lua; 4- Deve-se cortar os três principais vasos (jugular, traqueia e esôfago) do pescoço; 5- A morte deve ser rápida para evitar sofrimentos para o animal; 6- O sangue deve ser totalmente retirado da carcaça.” Disponível em: <http://abpa-br.com.br/setores/avicultura/mercado-externo/a-tecnica-de-abate-halal>. Acesso em: 20 mar. 2019.

2.5. UMA OCUPAÇÃO DE MORADIA NOS ARREDORES DA MISSÃO PAZ

Com o pesquisador Pedro Charbel⁶⁴, que realizava trabalho de campo para seu mestrado, frequentei algumas vezes uma ocupação na Rua da Mooca, localizada a menos de um quilômetro da Missão Paz. Charbel me convidou para visitar a ocupação após ler uma matéria da Folha de São Paulo⁶⁵, publicada na primeira quinzena de setembro de 2018. A matéria traçava algumas considerações sobre o precário arranjo de moradia que se instalara numa antiga fábrica de tecidos na região central da cidade. A jornalista destacava a presença de muitos migrantes transnacionais, sobretudo haitianos. Dizia ainda que os haitianos eram os únicos a investir tijolos em suas moradias, construindo suas residências no grande galpão de 16 mil metros quadrados. Já os brasileiros improvisavam barracos de madeirite, papelão e lonas, entre outros materiais que pudessem auxiliar na separação de cada unidade domiciliar.

Intrigados com a matéria jornalística, no mesmo dia, rumamos para a ocupação. O tema da pesquisa de Charbel era exatamente a questão da moradia entre migrantes transnacionais em São Paulo. Como dito anteriormente, espantou-nos a facilidade para adentrar a ocupação. Charbel tinha mais experiência com ocupações, pois era sua questão de pesquisa, e eu tinha circulado brevemente por algumas articulações dos movimentos de moradia, em especial o Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), que ocupou o Hotel Cambridge e ganhou destaque e visibilidade por conta do filme *Era O Hotel Cambridge* (2016), dirigido por Eliane Caffé. Além disso, eu tinha feito algumas incursões no antigo edifício do INSS, hoje conhecido como Ocupação Nove de Julho, que também era organizado pelo MSTC e que contava com migrantes transnacionais. Nas experiências prévias que Charbel e eu tivemos com ocupações, notamos que um espaço importante do ordenamento e organização do movimento era a portaria, a entrada que conecta o espaço ocupado com a via pública. Segundo pesquisa de Renato A. Santos (2018), a portaria costuma ser *locus* fundamental da dinâmica da ocupação, pelo menos da Ocupação Mauá, onde desenvolveu sua pesquisa: “Para ela [uma interlocutora], ‘a portaria é o coração da ocupação’. E é, de fato, espaço de circulação, mas onde as coisas acontecem também. É um *check point*, que conecta o mundo interno do prédio com o resto da cidade.” (Santos, 2018, p. 102). Já nesta ocupação, em nossa primeira inserção, a portaria estava simplesmente aberta, sem ninguém, totalmente desprotegida.

⁶⁴ A quem agradeço pelo convite e pelos debates em campo que, em alguma medida, compõem os resultados apresentados nesta tese.

⁶⁵ Ver reportagem de Granconato (2018).

Notamos que havia uma organização espacial e um regramento interno bastante peculiar, divergente do que foi registrado em etnografias junto aos movimentos de moradia. A porta estava aberta, não havia controle algum, pudemos adentrar o edifício sem sermos questionados por ninguém, circulamos por vários corredores e ambientes sem sermos abordados, até que indagamos uma criança que nos conduziu a uma pessoa que poderia falar sobre o espaço e a ocupação. Naquele momento, a sensação que partilhávamos era a de invadir a casa ou o território de alguém. Precisávamos legitimar e ter nossa presença naquele território autorizada por alguém do local.

Inaugurada em 1910, a Fábrica de Tecidos Labor iniciou suas atividades no momento de industrialização da cidade. O caso específico desse imóvel pode iluminar de forma potente o processo de urbanização de São Paulo. A fábrica foi fundada por Giovanni Crespi, um empresário italiano que migrou para São Paulo no começo do século passado. Ele era de uma família bastante capitalizada, seu irmão Rodolfo Crespi foi o responsável pela inauguração da primeira fábrica têxtil em São Paulo, no mesmo bairro. Em 1920, era a terceira maior fábrica de tecidos do Estado em termos de capital investido (7.600 contos de réis), atrás apenas da Cia Nacional de Tecidos de Juta (10.000 contos) e do Cotonifício Rodolfo Crespi (7.729 contos) (Silva; Costa, 2018, p. 588). Interessa reter, neste ponto, a relevância de fluxos migratórios de europeus capitalizados, que chegaram a São Paulo no final do século XIX justamente para investir e atuar ativamente no projeto de reestruturação e industrialização da cidade. A fábrica funcionou plenamente até a década de 1980 e destacou-se nos ramos de fiação e tecelagem de lã e algodão. Em 1987, para de funcionar devido aos impactos do processo de reestruturação produtiva, que afetou fortemente o segmento, acarretando o fechamento de grandes plantas fabris que ocupavam a região da Mooca e do Brás. Em outubro de 2014, o edifício foi tombado pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) e em julho de 2017, pelo Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo)⁶⁶ devido sua relevância em retratar a história do desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo e do bairro da Mooca. A resolução de tombamento do Conpresp destaca que o imóvel:

(...) é um registro do período de formação do parque industrial da Mooca, tratando-se de um exemplar das profundas transformações da paisagem urbana daquela região no esteio da ocupação dos espaços pelas indústrias e imigrantes que ali se estabeleceram,

⁶⁶ São Paulo (Estado), 2014 e São Paulo (Município), 2017.

tornando-o lugar de trabalhar e morar e constituindo-o como um dos principais redutos fabris e operários de São Paulo. [São Paulo (Município), 2017]

O fechamento da fábrica na década de 1980, momento de reestruturação do parque industrial brasileiro, com a respectiva saída de grandes indústrias das metrópoles, impactou fortemente na configuração dessa região urbana da cidade. O Brás e a Mooca, bairros que tiveram uma ocupação relevante de indústrias ao longo do século XX, viram uma nova vocação econômica tomar conta da região no final do século. No caso específico deste imóvel, ele permaneceu fechado por diversos anos, depois foi reaberto nos anos 2000, operando no setor de serviços, como casa noturna (Fabbrica 5) do apresentador Gugu Liberato e do ator Miguel Falabella. Alguns anos depois, a balada fechou e o imóvel voltou a ficar trancado. Nesse momento de reestruturação, imóveis que antes eram usados na produção assumiram outros usos. Outras grandes fábricas da região, sobretudo no Brás, tornaram-se empreendimentos comerciais, além dos imóveis que ficaram fechados em processo de especulação imobiliária. Onde antes se produzia, passou-se a comercializar produtos fabricados nas oficinas de costura da cidade, em uma cadeia produtiva reestruturada que conta com grande participação de migrantes transnacionais (Freire da Silva, 2008, 2014; Côrtes, 2013).

Conforme pesquisa de Carlos Freire (2014), a região do Brás se insere em um circuito comercial mais abrangente, que conecta as regiões da 25 de março e da Santa Ifigênia, de mercados populares em São Paulo. Se no final do século a produção de vestimentas se reestruturou na cidade e grandes plantas industriais fecharam, isso não significou estagnação econômica. Pelo contrário, Freire destaca como, por exemplo, grandes fábricas do Brás (como a da Tostines) acabaram se tornando galerias ou shoppings comerciais. O Brás, devido a diversos fatores, como sua localização privilegiada na cidade e por oferecer espaços para estacionamento para ônibus intermunicipais, tornou-se um dos principais destinos para esse circuito popular de compras. A cidade de São Paulo virou o maior polo distribuidor de roupas e também de importados que chegam da China através do porto de Santos. Segundo Freire (2014, p. 74), as galerias e shoppings populares, que passaram a ocupar os espaços que antes eram majoritariamente fábricas, representam um agenciamento comercial e imobiliário que reestruturou a região. Elas viabilizaram a distribuição em larga escala de uma grande quantidade de mercadorias e impulsionaram o turismo de sacoleiros no centro da cidade. A existência das galerias transformou o metro quadrado dessa região em um dos mais caros da cidade.

De um lado, para grandes imóveis de antigas fábricas localizadas no perímetro comercial do Brás, o processo de desindustrialização ocorrido no centro da cidade significou a

possibilidade de desenvolvimento de outra vocação econômica, o comércio em shoppings ou galerias, que reconfigurou drasticamente o preço do metro quadrado da região. Por outro lado, esses mesmos grandes imóveis que não se enquadravam propriamente no perímetro comercial ficaram subutilizados, fechados, vazios. Alguns foram demolidos e se tornaram grandes empreendimentos imobiliários. Após ter sido ocupada como casa noturna, a antiga Fábrica Têxtil Labor voltou a ficar fechada, em processo de deterioração. No final de 2017, uma parte relativamente pequena do imóvel foi ocupada por um grupo de pessoas. Um grupo de brasileiros resolveu construir seus barracos dentro dessa primeira parte ocupada. Essas pessoas moravam embaixo do viaduto que cruza a Radial Leste e a Avenida do Estado, atrás da Missão Paz; outras moravam numa outra ocupação na região central e, por conta de desentendimentos, resolveram encontrar outro lugar para fixar residência, segundo nos relatou uma moradora. Não se trata de ocupação organizada por movimento de moradia, não há nenhuma bandeira de movimento, não há nenhuma organicidade na dinâmica da ocupação que indique propriamente uma liderança política no ordenamento da *invasão*, para usar o termo êmico que mais de um interlocutor morador do imóvel mobilizou para se referir ao espaço. Trata-se de uma ocupação feita por diferentes sujeitos urbanos que não tinham moradia. Pessoas com poucos recursos para gastar com aluguel e que, de forma mais espontânea do que propriamente organizada e planejada numa disputa política pelos sentidos da cidade, ocuparam o imóvel porque a oportunidade apareceu e por não haver propriamente grandes custos para isso.

Em meados de 2018, alguns dos moradores que estavam nessa pequena fração do imóvel resolveu expandir a área de moradias para os demais galpões do edifício. Por volta de julho ou agosto de 2018, os interlocutores não se lembravam exatamente, eles abriram o espaço para mais moradores. Devido ao grande fluxo de pessoas entrando e saindo do lugar, um haitiano que passava pelo local ficou sabendo da ocupação. Ele perguntou às pessoas que estavam construindo suas moradias se poderia chamar outros conhecidos, se teria que pagar algo e como funcionava aquele espaço. João, nome fictício de uma das pessoas reconhecidas como *liderança*, informou a esse haitiano que poderia chamar quem quisesse, que não era cobrado nada, pois o espaço não pertencia a ninguém dali, mas que os moradores faziam rateamentos a fim de juntar recursos para instalar a parte elétrica e para pagar a advogada que cuidava do trâmite judicial da ocupação. O valor era de trinta reais por pessoa. João encorajou esse haitiano a chamar outros conhecidos, era preciso ter mais gente para ocupar um imóvel de 16 mil metros quadrados.

Desde 2017, quando ocorreu a ocupação da primeira parte do imóvel, os ocupantes começaram a responder ao processo de reintegração de posse. Conforme a advogada do grupo nos contou, a reintegração havia sido expedida pelo juiz em meados de 2018, em processo que se referia inicialmente à ocupação da primeira parte do imóvel, mas que obviamente valeria para o restante do edifício, ainda que houvesse uma divisão interna dos ocupantes em relação à parte nova e a antiga do galpão. No entanto, a advogada, que havia acabado de assumir o caso, percebeu uma série de vícios no andamento do processo que resultou na expedição da reintegração de posse. Dessa forma, ela entrou com recurso questionando justamente esses vícios processuais. Ela questionou a não notificação dos moradores, destacando sobretudo a presença de famílias com crianças que não teriam para onde ir, muitas delas imigrantes transnacionais, o que fez com que a juíza responsável se sensibilizasse e suspendesse a reintegração, retornando o processo à estaca zero. Frequentávamos a ocupação enquanto esse processo estava tramitando na Justiça. Em algumas visitas, os ocupantes falavam sobre a possibilidade da reintegração acontecer num futuro próximo, o que realmente não se confirmou. Ainda assim, apesar dos rumores, muitos haitianos seguiam investindo bastante dinheiro na construção de suas unidades habitacionais.

Frequentamos a ocupação diversas vezes e dialogamos com um grupo de pessoas que de alguma forma eram reconhecidas como liderança. Trocamos mensagens e mantivemos uma relação bastante próxima por *WhatsApp*. João era nosso principal interlocutor, que também era a pessoa reconhecida na ocupação como a principal liderança. A pedido dele, fiz algumas consultas de documentos públicos pela internet sobre dívidas de IPTU de outros imóveis pela cidade que teriam sido notificados pela Prefeitura devido ao fato de não cumprirem a função social da propriedade⁶⁷. Eles queriam esse tipo de informação para planejar novas ocupações caso fossem expulsos, uma vez que seria mais difícil a execução de uma reintegração de posse em imóvel reconhecido pela Prefeitura como descumpridor da função social da propriedade. João não demonstrava apego àquela ocupação em especial, dizia que se saísse dali, iria ocupar outro imóvel vazio no centro com seus companheiros mais próximos. Alguns meses após essas informações, em meados de 2019, soube por mensagem que João havia sido preso e não estava mais no espaço.

⁶⁷ Trata-se de instrumento previsto no Plano Diretor Estratégico do Município para pressionar proprietários de imóveis que estavam apenas especulando, sem cumprir a função social da propriedade. Os imóveis que foram notificados podem ser consultados no site Geosampa da Prefeitura.

Nessa ocupação, a parte mais nova é majoritariamente ocupada por migrantes haitianos, mas há ainda pessoas da Angola, do Congo, da Bolívia, do Peru e da Venezuela, pelo menos foram essas as nacionalidades que consegui verificar em minhas interlocuções. Em uma velocidade bastante rápida, vimos todos os cantos desse grande galpão sendo ocupados. Os haitianos, que em sua maioria possuem algum conhecimento em construção civil, edificaram suas unidades de moradia em alvenaria, despendendo recursos significativos. Os brasileiros, venezuelanos, peruanos e bolivianos com os quais conversamos não investiram tanto, montaram barracos improvisados. Importante destacar que a prevalência de haitianos na ocupação relaciona-se ao lugar da cidade em que ela está localizada. A ocupação está a menos de um quilômetro da Missão Paz e do Glicério, região que é densamente ocupada por essas pessoas. Ao mesmo tempo, também está muito próxima ao Brás, onde a maior parte dos moradores da ocupação consegue gerar renda para o sustento da família por meio de atividades comerciais ou oferecendo serviços de carregamento de mercadorias, entre outras coisas. Vários dos migrantes transnacionais com os quais conversamos vendem mercadorias como ambulantes no esquema conhecido como paraquedas: colocam sobre uma lona no chão os produtos a serem vendidos, os quais foram comprados com distribuidor atacadista no mesmo bairro, durante a madrugada, para serem revendidos no varejo durante o dia. Caso venha a polícia, eles puxam as cordas amarradas nas extremidades dessa lona, formando justamente algo parecido com um paraquedas, que se transforma em uma bolsa para poderem fugir rapidamente da fiscalização.

Diferentes migrantes transnacionais moradores da ocupação explicaram que decidiram mudar para lá em razão dos valores dos aluguéis. Há uma diversidade de tipos de casas construídas pelos migrantes, algumas foram erguidas com tijolos, outras com madeirites. Algumas pessoas investiram mais de 10 mil reais na construção de suas residências, que, em geral, são espaços de aproximadamente 50 metros quadrados, com um, dois ou no máximo quatro cômodos. Nas casas de apenas um cômodo, a cozinha, o quarto e a sala estão juntos. Já nas casas com dois cômodos, a separação se dá entre a cozinha e o quarto/sala, enquanto o banheiro muitas vezes é improvisado com cortina no meio da sala ou então simplesmente não existe. Nesse caso, os moradores usam o antigo vestiário da fábrica para banhar-se e fazer as necessidades. A maior e mais bem acabada moradia que vimos era de uma família de haitianos. Segundo nos contaram, eles gastaram mais de 15 mil reais para fazer a casa com quatro cômodos (uma sala/cozinha, um banheiro e dois quartos), pintada por dentro, com piso, azulejo e acabamento. Além disso, a casa era telhada e tinha grades de proteção nas janelas que davam para os corredores que dão acesso às outras moradias (ver imagens abaixo). Segundo uma

reportagem do Fantástico⁶⁸, de dezembro de 2022, a ocupação abrigava mais de 10 mil pessoas, número superior ao registrado no período em que frequentamos o local semanalmente antes da pandemia de Covid-19 (acabamos nos distanciando dessa frente de pesquisa após a epidemia). Essa ocupação funciona como um bairro propriamente, com pequenas vendas, igrejas e até mesmo restaurantes localizados em seu interior.

⁶⁸ A reportagem foi veiculada no Portal do G1 (Fantástico, 2022).

Figura 1 – Casa de alvenaria de migrante haitiano na ocupação da antiga Fábrica de Tecidos Labor na Mooca. Em detalhe, a grade de proteção na janela.



Fonte: Autor, 2018.

Figura 2 – Casas de alvenaria de migrantes haitianos e casas de brasileiros de madeirite na ocupação da antiga Fábrica de Tecidos Labor na Mooca.



Fonte: Charbel, 2019.

Figura 3 – Telhados das casas na ocupação da antiga fábrica de Tecidos Labor na Mooca.



Fonte: Fantástico, 06/12/2022.

Figura 4 – Fábrica de Tecidos Labor.



Fonte: Fantástico, 06/12/2022.

A história de Bia, uma trabalhadora haitiana, auxilia-nos a compreender esse circuito específico retratado neste tópico. Bia nasceu em Porto Príncipe, Haiti, em 1991. Sua mãe migrou para a França em 2004, há quase 15 anos, em um momento em que adentrar o país não era tão difícil como nos dias atuais, segundo relata. Na época, ela tinha 13 anos e ficou com os irmãos no Haiti. Eram cuidados por outros parentes, mas planejavam em algum momento reunir-se com a mãe em solo europeu. A matriarca trabalhava como cuidadora em Paris e fazia pastéis para vender no bairro, assim conseguia enviar dinheiro para que os filhos estudassem e tivessem oportunidades em Porto Príncipe. Com a ajuda da mãe, Bia estudou Hotelaria em seu país, mas não encontrava oportunidades de emprego, nem na área ou fora dela. Depois do terremoto de 2010, já com 19 anos, vários de seus familiares acabaram migrando. Ela mesma mudou-se para o Equador, passou cinco anos em Quito, onde a qualidade de vida não diferia em nada da de Porto Príncipe. Em Quito não havia oportunidades de trabalho e os aluguéis eram muito altos. Bia conseguiu permanecer na cidade com ajuda do irmão, que estava em São Paulo, e da mãe, em Paris.

Em 2015, casada e com um filho, seu irmão comprou a passagem, parcelada em muitas vezes no cartão de crédito, para que viesse de Quito para São Paulo. Segundo relatou, ainda hoje o irmão não quitou a dívida e segue pagando o cartão, pois o valor cresceu muito com os estratosféricos juros rotativos. Assim que chegou, Bia foi morar com o irmão na rua Lavapés, que liga os bairros da Liberdade ao Cambuci, região muito próxima da Missão Paz. Passou a se dedicar ao estudo da língua portuguesa, pois tinha facilidade para o aprendizado e pensava que a primeira necessidade seria a fluência na língua. Estudou português na Missão Paz e também em uma igreja Evangélica nos arredores da rua Lavapés, onde seu irmão era o professor de português. Ambos tiveram oportunidades de estudo no Haiti e tinham o ensino superior completo – o irmão era professor de História em Porto Príncipe. Após três meses morando em São Paulo, surgiu a primeira oportunidade de emprego com carteira de trabalho assinada. Bia seria faxineira no Hospital Santa Cecília, na Praça Marechal Deodoro. No entanto, após três meses de trabalho, ainda no período de experiência, foi demitida. A justificativa para a demissão foram as frequentes faltas. A chefia disse que os haitianos abandonavam o serviço sem avisar, não tinham compromisso. Ela contestou a razão da demissão por justa causa, argumentando que faltou para cuidar do filho doente, uma vez que estava totalmente desamparada, sem uma rede de conhecidos para auxiliar nos cuidados dele.

Ainda em 2015, Bia se mudou para uma casa na mesma rua e passou a viver com outro haitiano que conheceu no Brasil e que se tornou o pai dos outros dois filhos. Nesse período, ela trabalhava fazendo bicos variados e o marido trabalhava na construção civil, recebendo por diária. No entanto, a situação foi ficando cada vez mais drástica e ele decidiu que iria para o México, rumo aos EUA, para tentar receber mais dinheiro para melhorar a qualidade de vida da família. No último momento em que a encontrei, Bia estava grávida da terceira filha, tinha uma criança de colo e outro filho de quatro anos. Ela não podia mais trabalhar, pois tinha que cuidar das crianças. O ex-marido partiu em 2016 para Tijuana. Lá havia se casado novamente e já não pretendia voltar ao Brasil. Ainda que eles falassem com certa frequência pelo celular, ele nunca a ajudou financeiramente. O principal interesse dele ao conversar com Bia é convencê-la a mandar um dos filhos para o México. Segundo o ex-marido, migrantes com criança pequena teriam mais chances de cruzar a fronteira. Ela, no entanto, se recusava a enviar o garoto. Conforme nos contou, o ex-marido seguia em Tijuana esperando alguma oportunidade de migrar para Nova Iorque e se juntar aos conhecidos e parentes que lá estavam. Entretanto, segundo relata, o atravessamento para os EUA está cada vez mais difícil, caro e arriscado.

Bia ficou sozinha, sem marido, sem trabalho, cuidando de três crianças. Nesse momento, em 2016, ela voltou a morar com o irmão. Graças ao dinheiro que a mãe enviava e o apoio do primogênito, ela conseguia suprir as necessidades básicas de sua família. Segundo seu relato, Bia matriculou o filho mais velho na escola pública do bairro sem dificuldade alguma, assim como também não tinha problemas para acessar o SUS. No entanto, ela ainda precisava cuidar de duas crianças de colo, o que dificultava as possibilidades de trabalho. Os trabalhos possíveis eram bicos como faxineira ou diarista, em casas de famílias que deixavam levar as crianças. Além disso, conseguia cestas básicas em uma igreja do Ipiranga, o que ajudava a complementar a alimentação da família.

Bia começou a sentir que atrapalhava a dinâmica da família do irmão e decidiu alugar um quarto em um cortiço para ela e seus três filhos. No final de 2017, mudou-se para a Rua Lima Barreto, no Ipiranga, bem próximo à Avenida do Estado. Quando a conheci, em setembro de 2018, em minha primeira incursão na ocupação, ela ainda morava nesse cortiço. Bia tinha reservado um espaço na ocupação, mas não tinha ainda montado o seu barraco. Os bicos de diaristas diminuíram, as patroas não a deixavam levar as crianças para os trabalhos. Ela passou a se virar comercializando no Brás. Vendia cigarros, balas, gelinho, ou qualquer outra coisa que não demandasse capital de giro, pois não conseguia acumular recursos para investir em algo mais rentável, tampouco podia correr o risco de perder suas mercadorias e ficar totalmente

descapitalizada, algo que aconteceu em determinada ocasião. Ela chegou a comprar roupas e vender no esquema paraquedas, no Brás ou na frente do Hospital Santa Cecília, onde trabalhou como faxineira. Disse ter obtido uma renda de até 1.500 reais na semana, o que permitiu enviar um pouco de dinheiro para a mãe e ao irmão. No entanto, depois de algum tempo, a polícia confiscou toda a sua mercadoria e ela se viu completamente descapitalizada, perdeu dois mil reais em mercadoria. Diante do prejuízo, Bia desistiu de vender roupas e passou a exercer atividades que não necessitassem de tanto capital. Comprava e revendia ovos, batatas, bananas, na rua ou em frente a terminais de transporte. Também trabalhou para algumas bolivianas que conheceu no Brás, na rua Coimbra, ajudando no salão de um restaurante, na preparação de doces para festas e outras coisas. Entretanto, ela relatou que uma dessas contratantes simplesmente se recusou a pagar pelo serviço prestado, o que fez com que abandonasse a atividade. A situação financeira de Bia era completamente vulnerável, instável, incerta e precária.

Bia passou a atrasar alguns aluguéis do quarto no cortiço da rua Lima Barreto e o dono do cortiço começou a ameaçá-la. Foi nesse momento, pelas ruas do Brás, que uma amiga haitiana lhe disse: “Você que fica para lá e para cá, que está fazendo sua vida, tem uma invasão, vai lá. Se você pedir um espaço, eles vão te ajudar”. Assim ela descobriu a ocupação. No mesmo dia, foi até lá e conversou com João, a liderança brasileira, que separou um espaço para ela. Logo em seguida saiu pelas ruas para procurar madeira e lona. Ela conseguiu pelos arredores da ocupação os insumos para construir seu barraco, tudo de graça. Com as lonas e as madeiras, montou rapidamente a precária moradia. Faltavam ainda os recursos para construir um banheiro.

Bia tinha receio de mudar para a ocupação, tinha medo de ladrão, de incêndio, das goteiras molharem todas as suas coisas, por isso, prorrogava ao máximo sua mudança. A ocupação seria sua última opção, caso ela e os filhos ficassem sem lugar para morar. Além disso, naquele momento, a decisão judicial de reintegração de posse havia sido expedida e essa iminência era um risco a mais. Ela relutava em sair da rua Lima Barreto, seu filho estava matriculado em creche próxima à sua casa, não podia simplesmente mudar. No entanto, um dia, devido ao alcoolismo e à depressão, junto ao fato de Bia ter atrasado o aluguel, o dono do cortiço começou a ameaçá-la de morte. Bia registrou a briga em áudio. As crianças choravam, o homem estava alterado e gritava. Ela me encaminhou os áudios perguntando o que deveria fazer. Nesse momento, minhas pernas tremiam, eu não sabia o que fazer. Entretanto, frente às ameaças, eu a encorajei a sair do cortiço o quanto antes. Dessa forma, ela se mudou para a

ocupação, onde contribuía com 30 reais mensais para auxiliar no pagamento da advogada e para a realização de outras melhorias coletivas, valor que ela podia pagar com o dinheiro do Bolsa Família que recebia. Dias depois de Bia ter se mudado, a advogada conseguiu suspender a reintegração de posse que estava agendada. A ocupação segue como espaço de moradia para migrantes e brasileiros ainda hoje, em meados de 2023, enquanto escrevo estas palavras.

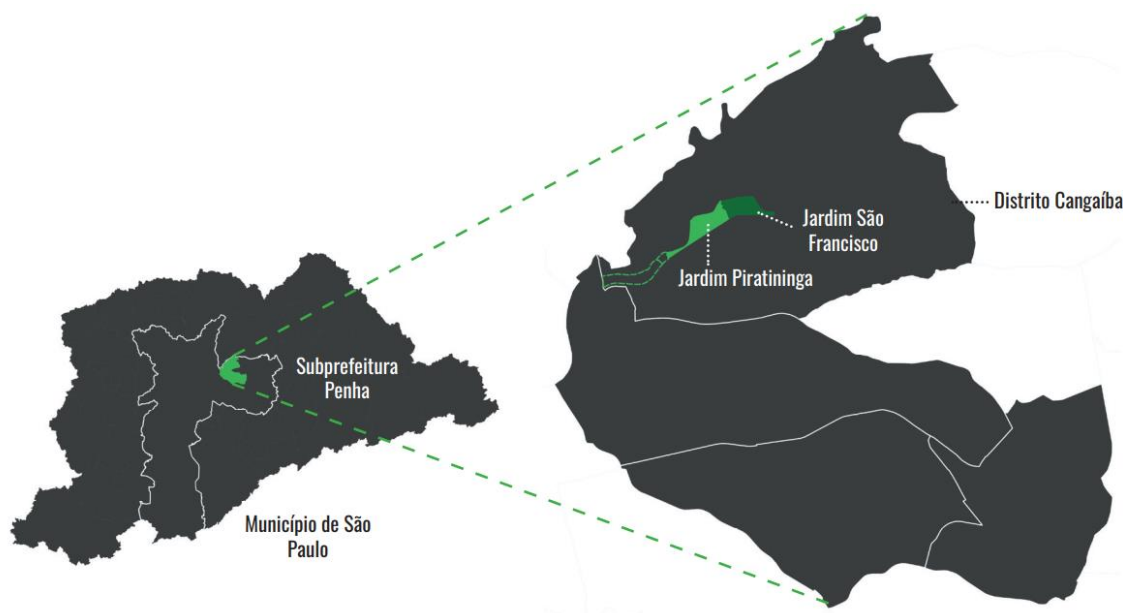
A história de Bia evidencia uma dura face da pobreza urbana e ocupação surge como solução para economizar recursos. Sua vida transcorre em múltiplos espaços, ela se comunica e interage frequentemente com sua mãe em Paris, o irmão em São Paulo, os parentes em Porto Príncipe e o ex-marido em Tijuana. O comércio nas ruas do Brás é a melhor solução para obter alguma renda, pois na rua ela pode levar consigo os filhos, enquanto ainda não vão para a creche. Algumas vezes, ela paga 20 ou 30 reais para algum conhecido cuidar das crianças enquanto ela trabalha.

A vida de Bia se inscreve em um processo de fazer cidade, de criar redes e circuitos por meio dos quais a produção de modos de vida em meio a processos brutais de despossessão e violências torna-se possível. Em sua trajetória urbana e de vida, pulsa a precariedade e a impossibilidade de planejamentos. Tudo passa a ser para ontem. “Vende-se o almoço para comprar a janta”, como diz o ditado popular. Ainda que não se apresente como um movimento político organizado que movimenta bandeiras em torno do direito à cidade, essa ocupação é fruto de uma série de agenciamentos que produzem formas de viver na precariedade. A ocupação, com suas complexidades e multiplicidades de atores presentes, faz pulsar vida em um espaço que estava fechado no centro da cidade.

3. O JARDIM PIRATININGA: TRAJETÓRIAS URBANAS DE MORADORES DE UM BAIRRO PERIFÉRICO TRANSNACIONALIZADO

O Jardim Piratininga (chamado pelos moradores de Pira) localiza-se na Zona Leste de São Paulo, na subprefeitura da Penha, Distrito de Cangaíba (Mapa 1). Não era um território previsto inicialmente nesta pesquisa de campo, mas entrou no radar após a assistente social da Missão Paz enfatizar várias vezes a especificidade daquela localidade, para onde um número elevado de migrantes transnacionais recentes estaria rumando. De partida, ela alertou que o bairro não era o lugar em que trabalhavam, mas sim onde encontravam residência, um quarto ou um barraco frequentemente compartilhado. Ela informou ainda que a Missão Paz distribuía algumas cestas básicas para migrantes por meio de parceria com a paróquia da Penha, não muito distante do Pira, e que a impressionava o incremento recente do número de migrantes que buscavam os itens alimentícios fornecidos pela igreja e que diziam viver no bairro. Ela ouvia muitos relatos de migrantes naquela região.

Mapa 1 – Região Metropolitana de São Paulo com destaque para o município de São Paulo, a Subprefeitura da Penha, o Distrito de Cangaíba e o Jd. Piratininga.



Fonte: Aya Saito (2018, p. 46).

A partir do que nos contou a assistente social, passamos a buscar alguma inserção no Pira. Por meio de contatos com conhecidos, encontramos um grupo de pesquisa que vinha acompanhando o plano de desenvolvimento do bairro. A então estudante de arquitetura e

urbanismo, Aya Saito, e o professor Mauro Claro, do grupo Questões Urbanas do Mackenzie, foram os principais interlocutores. Fui convidado para uma reunião do colegiado de bairros em que seriam discutidos alguns temas referentes às demandas por melhorias na região. Tratava-se de um projeto com o objetivo de sistematizar as necessidades dos moradores para pressionar a prefeitura. Nesse dia, Mauro e Aya buscaram-me na frente do Mackenzie, localizado na Vila Buarque, região nobre da cidade. De carro, seguimos para a atividade na periferia da cidade naquela manhã chuvosa de sábado, em agosto de 2018. Rumamos em direção à Marginal Tietê, depois rodovia Ayrton Senna, saída à direita justamente na ponte que homenageia a maior parte dos moradores da região, o Viaduto Imigrante Nordeste, que leva à Avenida Dr. Assis Ribeiro. Essa é a principal avenida da região, conecta bairros de antiga ocupação operária da Zona Leste paulistana, que em seus mais de 11 quilômetros nos leva da Subprefeitura da Penha a São Miguel Paulista, cruzando ao meio os distritos de Cangaíba, Ermelino Matarazzo e Vila Jacuí. Ao lado norte da Avenida Dr. Assis Ribeiro, em todo esse trajeto de mais de 11 quilômetros, situa-se a várzea inundável do rio Tietê. A avenida corre contígua e paralela à linha 12-Safira do trem da CPTM, que conecta Calmon Vianna ao Brás. A estação de trem mais próxima do Pira é a Engenheiro Goulart, que faz ligação com a linha inaugurada em 2018 pelo governo do Estado, que conecta o Aeroporto Internacional de Guarulhos ao sistema ferroviário metropolitano. Mais ao norte da linha do trem, está a Rodovia Ayrton Senna e depois o rio Tietê, seguido do município de Guarulhos. Ladeando os 11 quilômetros da Av. Dr. Assis Ribeiro, segue um extenso muro construído para isolar o trilho do trem – o que ao mesmo tempo isola e separa os diferentes bairros existentes nessa faixa de terra situada entre o trilho do trem, a Rodovia e os córregos afluentes do Tietê. Desse modo, os diferentes bairros localizados nessa zona estão espremidos e delimitados fisicamente pelo trilho do trem ao sul e a rodovia ao norte. Todas as entradas e saídas para os bairros acontecem em passagens específicas, ou por baixo do trilho, em pequenos túneis, ou por pontilhões de pedestres (ver Mapa 2 e Figura 5). Trata-se de uma territorialidade urbana que tem as suas conexões com o restante da cidade muito bem definidas por apenas alguns pontos de acesso. O Jd. Piratininga faz fronteira a oeste com a Vila do Sapo e a leste com o Jd. São Francisco. Os bairros a leste e a oeste têm características similares ao Pira, mas foram urbanizados há mais tempo; logo, são dotados de mais infraestrutura. Do Pira não é complicado chegar ao centro. A Estação Engenheiro Goulart leva ao Brás, em menos de 30 minutos estamos no centro da cidade. Outra forma de acessar o sistema metroviário é tomando um ônibus que em 20 minutos nos leva à estação Penha, da linha vermelha. Para muitos moradores, esse circuito é melhor para acessar o centro, pois se chega

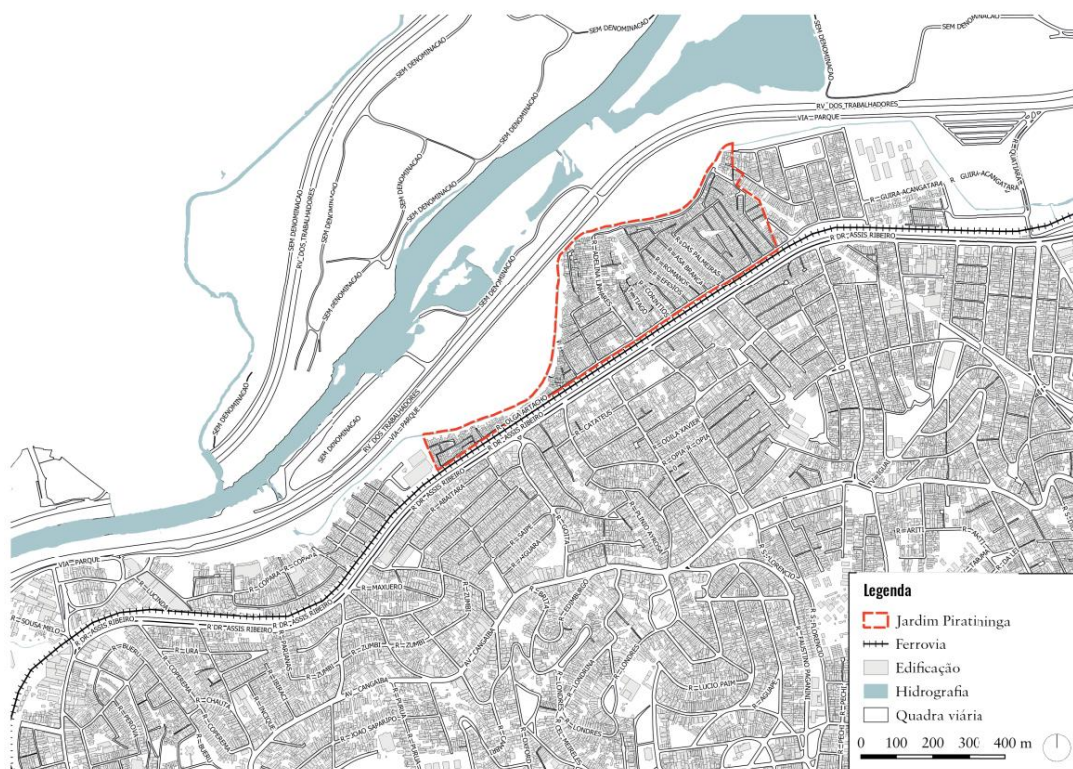
diretamente ao sistema de metrô e não de trens. Existe ainda uma linha de ônibus para o terminal Parque Dom Pedro II no centro da cidade.

Figura 5 – Túnel de entrada principal do Jd. Piratininga, acesso para a Avenida Dr. Assis Ribeiro, muro que separa o bairro do trilho da CPTM paralelo à rua Olga Artacho.



Fonte: Autor (2019).

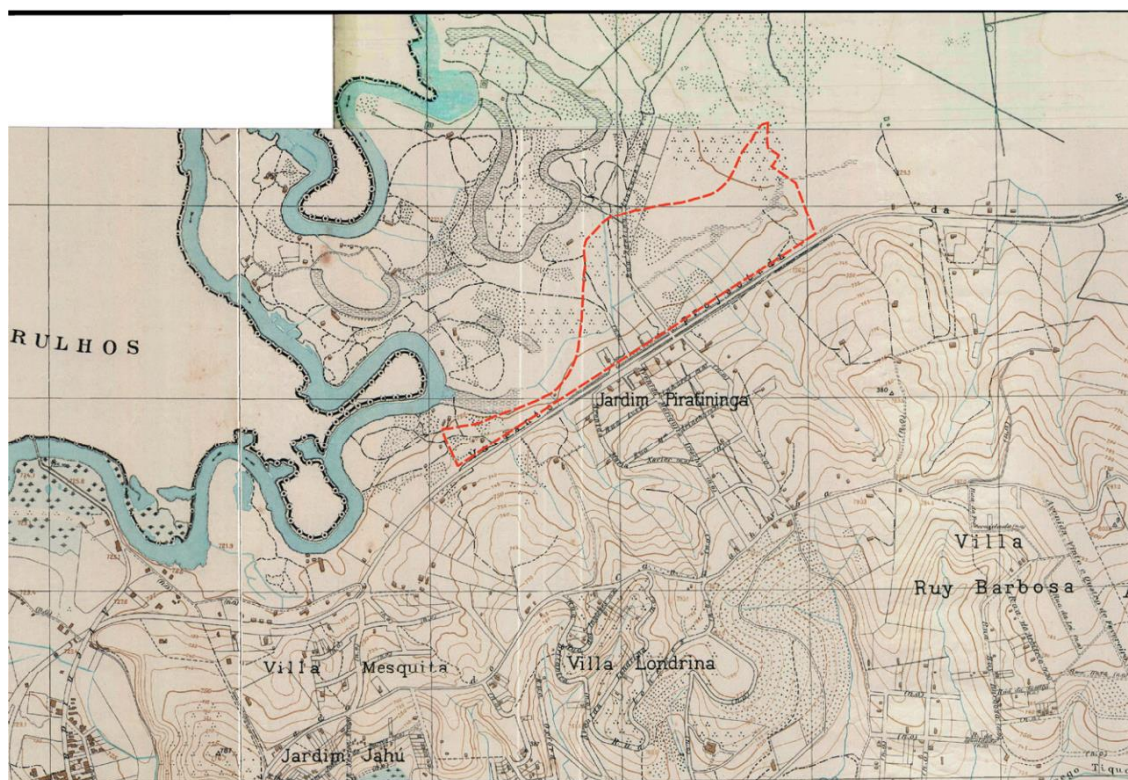
Mapa 2 – Avenida Dr. Assis Ribeiro, do Distrito da Penha até São Miguel Paulista, destaque para o Jd. Piratininga. São Paulo, 2019.



Fonte: Saito (2018, p. 47).

Segundo pesquisas do grupo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie (Saito, 2018; Claro *et al.*, 2017), a primeira vez que o bairro aparece no mapeamento da cidade é em 1930, no mapa produzido pela empresa italiana Societá Anonima de Rilevamenti Aerofotogrammetrici (SARA). Neste momento, o bairro aparece ao sul de onde hoje a população local o identifica (ver Mapa 3). A ferrovia que corta o bairro foi construída em 1934 com o nome de Variante Poá da Central do Brasil. Nesse período, praticamente não havia urbanização na região da várzea do Tietê, as edificações foram erguidas no morro Cangaíba, que estaria protegido das enchentes do rio. Portanto, a fração originária do atual Jd. Piratininga foi construída exatamente nessa parte acima da várzea inundável, como se vê no Mapa 3.

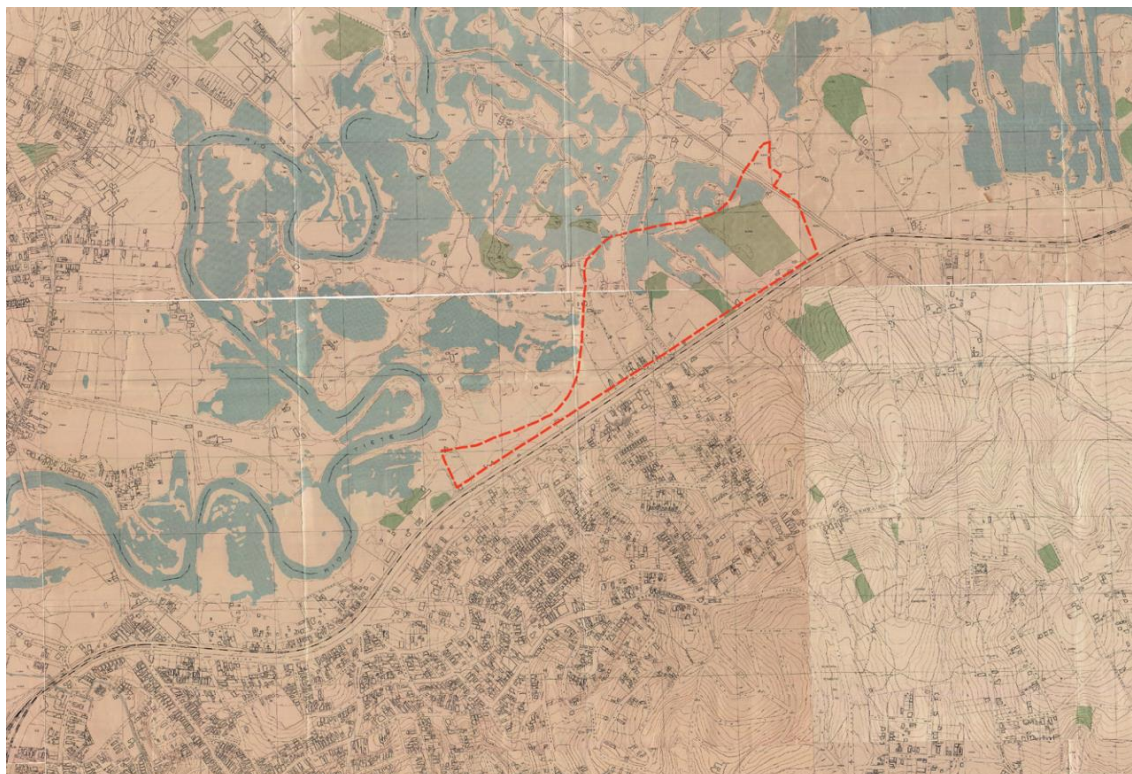
Mapa 3 – Fração do mapa da cidade de São Paulo em 1930, região de Cangaíba. Tracejado em vermelho a região do Jd. Piratininga em 2019.



Fonte: Sara, Geosampa. Elaboração: Saito (2018, p. 51).

Em 1964, como é possível visualizar pelo Mapa 4, a atual região onde está localizado o Jd. Piratininga era apenas uma várzea inundável do rio Tietê. Nesse momento, nem o aterramento nem a retificação dessa parte do rio tinham ocorrido. Segundo nossos interlocutores, boa parte do bairro eram lagoas, que foram posteriormente aterradas.

Mapa 4 – Fração do mapa da cidade de São Paulo em 1964, região de Cangaíba. Tracejado em vermelho a região do Jd. Piratininga em 2019.



Fonte: Viação Aérea de São Paulo, 1964. Elaboração: Saito (2018, p. 52).

Saltando de 1964 (Mapa 4) para o ano de 2001 (Figura 6), ou seja, por 37 anos, passa-se pela década de 1970, período em que ocorreu o rápido, intenso e extensivo crescimento das periferias da cidade de São Paulo. Em 1979, foi construída a Rodovia Ayrton Senna, que liga São Paulo a Taubaté. Alguns anos antes, em 1976, o arquiteto Ruy Ohtake projetou o Parque Ecológico do Tietê (PET) – administrado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) desde sua inauguração – que limita ao norte a área de expansão do bairro. O parque foi criado com o objetivo de proteger a fauna e a flora, preservar as áreas de inundação e amortecer as cheias, ofertando à população mais uma área verde para uso recreativo (Morcelli, 2013, p. 54). O parque ocupou áreas que até então serviam como chácaras de cultivo de hortaliças e extração de areia e argila, insumos para as olarias da região. Em 1983, foi construída a Barragem da Penha, que visa controlar a vazão do Rio Tietê e tornou-se um limite entre o trecho retificado e o trecho sinuoso do rio (ver Figura 6 e Figura 7). Em 1987, criou-se a Área de Proteção Ambiental da Várzea do Tietê, mais extensa que o parque e que visava justamente limitar o avanço da ocupação dessa região.

Existe uma extensíssima literatura que trata dos processos de urbanização no correr dos anos 1960 a 1980, da respectiva construção do mercado de trabalho nacional e da relação com o modelo de desenvolvimento capitalista no país. Não ousarei realizar discussão sobre os principais pontos em questão ou as polêmicas decorrentes. Importa construir o plano de referência para pensarmos os parâmetros em uma perspectiva crítica dos processos contemporâneos. Ou seja, mais do que inventariar um debate de época, a questão é consolidar um plano de referência para interrogar as realidades urbanas atuais. Trata-se de construir um plano de referências para inserir as presenças dos migrantes transnacionais nas novas formas de se fazer-cidade.

De todo modo, apenas para fazer uma ligeira marcação, alguns textos clássicos registraram exatamente o nascimento dessas ocupações precárias na cidade, no contexto da ditadura civil-militar. *A crítica à razão dualista* (1972) e *O Estado e o urbano no Brasil* (1982), de Francisco de Oliveira, são referências incontornáveis. Ainda, em 1975, Lúcio Kowarick coorganiza com Vinícius Caldeira Brant *São Paulo, crescimento e pobreza*. Alguns anos depois, também de Kowarick, *A espoliação urbana* (1979) marca o debate ao forjar o conceito que dava forma e sentido aos problemas urbanos e suas relações com a superexploração do trabalho, própria do capitalismo periférico, para usar os termos da época. Estava em debate na sociologia urbana a problematização do modelo de desenvolvimento praticado naqueles anos de ditadura militar, composto pela amálgama do arcaico com o moderno. Vivíamos num momento de alta imigração interna, em que grandes contingentes de nordestinos e nortistas vinham para São Paulo em busca de inserção na economia que se industrializava, em um concomitante processo de crescente expansão das periferias paulistanas. Kowarick (1979), em sua pesquisa qualitativa pelas periferias (no plural, pois é importante destacar que as periferias são heterogêneas e múltiplas), identificava em ato as formas de desenvolvimento dessas regiões. O autor verificou que o problema da pobreza e da segregação urbana estava no cerne das contradições urbanas no capitalismo moderno. A questão da autoconstrução das moradias evidenciava a combinação entre o arcaico e o moderno. Nas palavras de Telles (2006, p. 40), o tema da autoconstrução era o prisma que permitia esclarecer as relações entre a superexploração da força de trabalho e as formas selvagens de urbanização, o que era denominado no debate da época de *urbanização por expansão das periferias*⁶⁹. Nesse momento, as mobilidades

⁶⁹ Já na *Crítica à razão dualista*, de Oliveira (1972), o tema da autoconstrução tinha sido abordado. O autor demonstrava como a habitação dos trabalhadores, construída por eles aos finais de semana e em regimes de mutirão

transnacionais não eram propriamente uma questão quando se pensava o desenvolvimento das cidades. Já a migração interna foi o tema que marcou toda a problematização da época.

Voltando ao posto de observação escolhido para enquadrar o capítulo, as imagens 4 e 5 evidenciam, por meio de foto aérea, o intenso processo de urbanização da região. Foi entre os anos 1970 e 1990 que a região realmente se adensou. Os relatos de nossos interlocutores apontam que a partir do final dos 1980 o bairro realmente começou a tomar a configuração atual. Como é possível observar, no intervalo de 17 anos, de 2001 a 2018, todos os espaços livres entre o braço do Rio Tietê (ou o Rio Negrinho, como os moradores gostam de chamar) e o trilho do trem foram ocupados. Se em 2001 ainda havia espaços verdes, em 2018 praticamente não existia terreno desocupado nos limites do bairro. Trata-se justamente do que um interlocutor de pesquisa e liderança histórica do bairro, seu Jeremias⁷⁰, contou: “onde há terreno vago, as pessoas ocupam”⁷¹.

No Fundão, parte oeste do bairro, espremido entre o trilho do trem e o braço do Rio Tietê, um número elevado de habitações foram construídas. Ao mesmo tempo, na parte norte, um terreno onde nosso interlocutor contou que há uma baixada que costuma ainda hoje alagar e na qual os moradores costumavam semear cebolinha e outras hortaliças, cedeu lugar a novas moradias no decorrer dos anos 2000 (fato que é motivo de lamentação por parte dessa liderança, que desejava preservar o único espaço verde do bairro). Em 2011, foi construído o canal de circunvalação do bairro, que diminuiu significativamente os alagamentos na região. Em 2015, iniciou-se a construção de uma via paralela ao canal que conectaria todo o bairro. No entanto, diante da resistência dos moradores que seriam removidos para a construção da via, o projeto não foi concluído. Por meio de emendas parlamentares, praticamente 100% do bairro foi pavimentado em 2016, restando apenas pequenos trechos sem asfalto próximos ao canal (Saito, 2018, p. 26). A existência do Parque Ecológico do Tietê, que teve seu limite territorial com o Pira demarcado pelo canal de circunvalação, tornou-se uma barreira para a expansão do bairro sobre essa territorialidade. Por outro lado, o parque oferece uma infraestrutura urbana de lazer que é bastante utilizada pelos moradores. Na Figura 7, é possível visualizar os seis campos de

nos bairros, era fruto de trabalho não-pago, ou seja, supertrabalho. Ainda que o setor privado não desapropriasse – ao menos não naquele momento – esse bem dos trabalhadores, a autoconstrução permitia que se deprimisse aparentemente os custos de reprodução da força de trabalho, o que consequentemente significava diminuição dos salários reais pagos pelas empresas. “Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de economia natural dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho.” (Oliveira, 1972, p. 32).

⁷⁰ Não é um nome fictício.

⁷¹ Entrevista concedida por S. Jeremias ao autor em ago. 2018.

futebol existentes entre a rodovia Ayrton Senna e o restante Jd. Piratininga, sem contar o outro campo atrás da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Jd. São Francisco, quase contíguo a esses do PET. Esses campos são importantes espaços de sociabilidade da juventude local e também lugares privilegiados de contato e interação entre os migrantes transnacionais e os demais moradores do bairro, como veremos nas histórias de vida relatadas adiante.

Figura 6 – Ortofoto da cidade de São Paulo em 2001.



Fonte:

PMSP, 2001. Elaboração: Saito (2018, p. 53).

Figura 7 – Ortofoto com destaque para o Jardim Piratininga, município de São Paulo – 2021.



Fonte: Google Earth, 21 out. 2021. Elaboração própria (2021).

O Jd. Piratininga possui pequena infraestrutura urbana. Já no Jd. São Francisco, de ocupação mais antiga, existe uma UBS, uma creche, uma praça e uma escola. Os serviços públicos de maior porte encontram-se todos do outro lado do trilho do trem. As principais ruas do bairro são a R. Adelina Linhares, que corta o bairro ao meio, e a R. Olga Artacho (ver Figura 5), paralela ao trilho do trem. O número de pessoas nessas vias é muito intenso a qualquer hora do dia, existem vários comércios, uma feira livre regular que ocorre aos sábados e algumas biqueiras onde são comercializadas drogas 24 horas por dia. As transações de drogas são realizadas explicitamente nas ruas. Normalmente, os operadores desse comércio são jovens homens negros, como em qualquer biqueira da cidade. Essas duas ruas foram urbanizadas no final dos anos 1980 e no decorrer dos anos 1990. São praticamente as únicas ruas do bairro com calçamento. As moradias do Jd. Piratininga estavam em processo de regularização quando realizei o trabalho de campo. A situação fundiária dos imóveis é heterogênea, praticamente a totalidade deles não é regular.

A presença de migrantes transnacionais impactou e transformou a própria espacialidade do bairro. Além da abertura de igrejas evangélicas neopentecostais⁷² com cultos em outras línguas, como crioulo haitiano ou francês, aos sábados, na feira livre, ocorre a comercialização de produtos típicos destinados ao consumo dos migrantes transnacionais. Além disso, existem estabelecimentos de migrantes que realizam múltiplas atividades, como é possível observar na Figura 10. Para além de cortar cabelos ou comercializar produtos cosméticos em um salão familiar aberto 13 horas por dia (detalhes no letreiro – Figura 10), o estabelecimento opera como correspondente bancário, realizando transações transnacionais de dinheiro para quaisquer lugares do globo. Oferece ainda o serviço de recarga em celulares, que também permitem essas múltiplas presenças no globo. De um assentamento precário na periferia de São Paulo é possível enviar recursos em qualquer dia da semana, de domingo a domingo, das oito da manhã às nove horas da noite, para parentes em Porto Príncipe, Luanda, Uíge, Kinshasa e tantos outros lugares que nossos interlocutores disseram manter contato e presença diariamente. A imagem em questão não está presente na tese a título de ilustração, mas visa evidenciar como uma singela ou aparentemente ingênua iniciativa articula escalas múltiplas de poder, referindo-se a circuitos financeirizados de transferência de rendas, bem como a transformação e produção de novos sentidos à cidade.

⁷² A questão das igrejas evangélicas salta bastante à vista. Tanto no centro, nos arredores do Glicério, como no Pira ou em outros espaços periféricos onde estivemos, existe uma forte sociabilidade dos migrantes transnacionais que transcorre nessas igrejas. Çaglar e Glick Schiller (2018), em suas pesquisas com migrantes em diferentes municípios na Europa e nos Estados Unidos, destacam como migrantes neopentecostais com sua teologia, práticas e identidades constituem uma forma de cidadania social que desafia as noções estabelecidas de direitos e pertencimento a territórios, complexificando as noções clássicas de cidadania Estado-centradas (Çaglar; Glick Schiller, 2018, p. 147-176). Este tema enseja uma pesquisa em si, as sociabilidades religiosas, em especial a neopentecostal, é de grande relevância para o fazer-cidade desses migrantes, articulando uma variedade grande de escalas de poder.

Figura 8 – Rua Filadélfia no Jd. Piratininga.



Fonte: Autor (2019).

Figura 9 – Viela no Jd. Piratininga.



Fonte: Saito (2018).

Figura 10 – Cabeleireiro de migrantes haitianos na Rua Olga Artacho, esquina com rua Filadélfia.



Fonte: Autor (2019).

Feita essa breve caracterização do Pira e de algumas de suas alterações recentes por conta da presença dos migrantes transnacionais, passaremos nas próximas páginas a percorrer algumas das trajetórias de interlocutores moradores do bairro. Apresentaremos quatro trajetórias distintas, em torno das quais diversas questões e problemáticas específicas estão relacionadas. Iniciaremos com a trajetória de Seu Jeremias, que foi o nosso embaixador no bairro. Ele nos conduziu pelos diferentes espaços e apresentou-nos aos demais interlocutores da pesquisa.

Seu Jeremias é a clássica figura da liderança de bairro periférico de São Paulo. Articulou e segue articulando politicamente os moradores para conseguir melhorias para o território. É um ativista do movimento de moradia e teve trajetória clássica de imigração do sertão da Bahia para a capital, onde trabalhou como metalúrgico e depois no setor de serviços. Seguir sua trajetória auxilia-nos na compreensão das transformações recentes por meio das quais a própria cidade contemporânea foi produzida. Com seu Jeremias, aprendemos como uma clássica questão da sociologia urbana, isto é, as lutas políticas na cidade territorializadas em movimentos de bairro, passa a incorporar o tema das migrações. Seu Jeremias congrega em seu repertório ético-político a questão das mobilidades transnacionais; não à toa, o encontrei na Marcha do Imigrante que ocorreu na avenida Paulista no final de 2018.

Apresentaremos ainda a trajetória de Caetano, um migrante pernambucano que veio para São Paulo para fazer a vida. Abordaremos algumas mudanças na trajetória de Caetano em relação a sua inserção econômica, que acompanha o próprio desenvolvimento da cidade e o processo de desindustrialização e de reestruturação produtiva, para entendermos como ele se transforma em um operador imobiliário do bairro. A presença de migrantes transnacionais na espacialidade torna possível um novo modelo de negócio de moradia, que é territorializado em seu galpão. Consolidam-se no Pira novos espaços urbanos, uma nova forma de produzir moradia a partir das presenças de migrantes no bairro. Ao mesmo tempo, importa reter o modo solidário que o empreendedor urbano desenvolve seu negócio.

Ao trabalhar com as duas trajetórias de migrantes nordestinos, podemos colocar em perspectiva outras mobilidades, nesse caso, as transnacionais, de nossos interlocutores de pesquisa. Interessa justamente compreender como a cidade de São Paulo se constitui por meio dos múltiplos atores que aqui chegaram a partir dos anos 1970. Analisaremos como essa região periférica da cidade, que apresenta dinâmicas altamente relacionadas ao centro, foi se (re)configurando com essas presenças. Importante reter as temporalidades distintas, bem como as múltiplas formas de inserção em circuitos também variados nos quais essas pessoas se engajam. A cidade se revela na descrição e na própria história vivida por cada um desses interlocutores. Essa é a aposta epistêmico-metodológica à qual nos alinhamos.

Em seguida, traremos ainda as trajetórias de outros dois interlocutores. A de Olavo⁷³, que locava uma *kitnet* no terceiro andar da casa da cunhada de seu Jeremias, permite caracterizar o que é diáspora. Com Olavo, recolocamos em debate uma questão que Dana Diminescu (2005)

⁷³ Nome fictício.

tratou há quase 20 anos, quando discutia as novas formas de subjetivação relacionadas à mobilidade e aos dispositivos das tecnologias de informação e comunicação. Seguramente, essa é uma questão estruturante do modo como se organizam as múltiplas presenças e relações com a espacialidade de migrantes pelo globo. O uso das redes sociais é fundamental para articular presenças múltiplas em diferentes partes do mundo, todas simultâneas, o que impacta significativamente o modo de estar em São Paulo.

Olavo fez algumas considerações sobre o tipo de relação estabelecida no momento de interação comigo, enquanto pesquisador, que também vale a pena refletir com mais rigor. Ele comparou os meus questionamentos aos processos a que fora submetido pelos oficiais de elegibilidade do *status* de refugiado. Ou seja, Olavo traçou um paralelo entre o depoimento dado com o objetivo de obter um documento e as perguntas do pesquisador. Essa questão foi muito bem trabalhada por Angela Facundo (2017), ao tratar da legitimação das narrativas merecedoras da proteção internacional *refúgio*. A autora revela os procedimentos pelos quais algumas narrativas de dor e sofrimento são consideradas legítimas portadoras da proteção internacional. Nesse sentido, destaca-se a noção de *mgunda*. A expressão em lingala (língua falada na República Democrática do Congo) assume vários sentidos, conforme nos explicaram os interlocutores de pesquisa: o termo refere-se à ideia de refúgio propriamente dito, mas também pode ser compreendido como a narrativa que é preciso desenvolver para contar suas vidas aos oficiais de elegibilidade que definem o refúgio. Ou seja, trata-se de um termo específico para definir o modo pelo qual se deve descrever uma trajetória de vida que caiba no enquadramento de proteção do direito internacional.

Após apresentar Olavo, abordaremos a trajetória de Geraldo. O angolano fez questão que o identificássemos no texto usando seu nome real. Diferentemente de Olavo, que traz um relato de fugas e perseguições, Geraldo é um migrante que buscava basicamente oportunidades econômicas. A descrição de sua inserção no Pira evidencia como ele foi capaz de articular múltiplas redes relacionais que transformaram seu estabelecimento indesejado na cidade em um caso de sucesso e reconhecimento. Geraldo não pretendia morar em São Paulo, segundo relata, foram situações fortuitas que o fizeram ficar no país.

3.1. SEU JEREMIAS, O EMBAIXADOR

Ao longo de 2018, passamos a frequentar o bairro em busca de interlocutores variados. Seu Jeremias foi nosso embaixador, quem abriu as portas para que acessássemos o território.

Ele⁷⁴ nasceu em 1952, na cidade da Barra, às margens do Rio São Francisco, no oeste baiano. Cresceu na roça, ajudava a mãe e o pai com a criação de cabritos e galinhas, pescava, plantava mandioca, batata doce, auxiliava a família na agricultura de subsistência, além de ajudar a comercializar no centro de Barra o beiju que sua mãe fazia quando havia excedente. Jeremias teve 13 irmãos, sendo que três faleceram ainda na infância. Com exceção de um irmão que permaneceu no campo, todos os demais migraram para a Região Metropolitana de São Paulo. Alguns moram no Jd. Piratininga mesmo, outros no Cambuci e Cangaíba, além de outro que mora no Jd. Marilena, em Guarulhos.

Em 1977, aos 24 anos, seu Jeremias chegou em São Paulo em busca de tratamento oftalmológico. Nessa época, morou junto de seus irmãos em Cangaíba. Logo que chegou, conseguiu emprego em uma metalúrgica na R. Padre Adelino, no Belém, também na Zona Leste da cidade. Seu Jeremias deixou a esposa com uma criança de colo na Bahia, mas depois de um tempo trabalhando na metalúrgica, conseguiu alugar uma casa para o restante da família, que também veio para São Paulo. Após alguns anos, em meados dos 1980, o casal se separa e ele muda de residência. Depois de quase dez anos como metalúrgico (do final dos anos 1970 a meados da década de 1980), troca de emprego e começa a trabalhar como vigilante terceirizado e auxiliar de almoxarifado no icônico prédio do Banespa, no centro da cidade. Seu Jeremias passa mais doze anos nesse serviço, até que o Governo de Mário Covas solicita uma intervenção do Banco Central, que reestrutura o quadro de funcionários e prestadores de serviços do banco, e seu Jeremias é demitido em 1994. Nesse momento, com o dinheiro da rescisão, ele compra um terreno no Jd. Piratininga, os materiais de construção e levanta sua casa com as próprias mãos.

Seu Jeremias acompanhou a história de urbanização do bairro. Ainda que só tenha se mudado para lá em 1994, viveu desde o final dos anos 1970 na região. O interlocutor nos contou que o terreno onde atualmente está o Jd. Piratininga era basicamente usado para pastagem de animais e plantação de hortaliças. No final dos anos 1980 e começo dos 1990, uma figura importante da região, o Toninho, iniciou o aterramento das partes alagáveis. Apesar de ter entrado com um processo de usucapião que não foi sentenciado, Toninho foi importante no loteamento do bairro. Ele solicitava contribuição dos novos moradores para o aterramento, mas alertava a todos que não estava vendendo aqueles terrenos, pois não eram de sua propriedade. Assim, a ocupação do Jd. Piratininga começa a se consolidar ao longo dos anos 1990. Quando

⁷⁴ A entrevista em que seu Jeremias conta a história do bairro foi feita com a Profa. Vera Telles e o pesquisador Pedro Charbel. A conversa ocorreu na residência de sua cunhada, onde mora atualmente com a segunda esposa.

Jeremias instalou-se em sua nova casa, no dia 12 de maio de 1995, não havia fornecimento de água, luz ou esgoto. Todos os dias, pela manhã, formava-se uma longa fila numa fonte clandestina de água (um gato ligado à rede da Sabesp), onde as pessoas enchiam suas latas e garrações.

Segundo seu Jeremias, antes de sua mudança para o bairro já existiam articulações entre os moradores para reivindicar melhorias para o território. Havia uma associação de bairro criada com apoio do mandato de dois parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT): Zico Prado e Devanir Ribeiro. No final dos anos 1990, esses mandatos abriram as portas para a associação de moradores e auxiliaram no diálogo da comunidade com a Eletropaulo e a Sabesp em busca de água e luz, as duas principais reivindicações iniciais da população local. Nesse momento, seu Jeremias ainda não tinha despontado como liderança local. Em 1999, a liderança antiga do bairro muda para Itaquera e seu Jeremias assume seu posto. Ele conta um pouco de como foi a luta no bairro:

Água tinha em algumas ruas. Em outras não tinha, era clandestino ainda. Nós medimos quantos postes tinham em cada rua, fizemos um documento para a Ilume, para iluminar a rua. Fizemos um documento pegando o nome do proprietário de cada casa, o RG, número da casa para fazer uma lista para trazer água. Para instalar cavalete de água. Depois, em 2002, 2003, nós medimos cada rua que estava aqui para ver quantos metros dava para reivindicar o asfalto para a rua. Para facilitar, porque chegava lá e ninguém queria nos atender, diziam que era uma invasão, e não ocupação, que não tem documento. Chegamos para ver uns vereadores e eles conseguiram trazer umas emendas parlamentares. Diziam que a área não era oficializada. Mas com a emenda do vereador a gente conseguia pavimentar algumas ruas. Aí era de responsabilidade do parlamentar que estava fazendo a emenda, porque pela prefeitura não podia fazer asfalto, porque o terreno não tinha regularização. Podia a qualquer momento o proprietário entrar com aquelas coisas, podia ser desocupado ainda. Então a gente se virou assim, com comissão na prefeitura. Teve umas vezes que fizemos uma comissão menor, de 20 pessoas, 15 pessoas, e a gente não era atendido. Aí nossa associação se organizou e fez reunião em todas as ruas, encheu dois ônibus e fomos à prefeitura. Aí os caras se cagaram, nós falamos: “É agora!”. Atenderam a gente no salão grande, gravou vídeo. Depois que fizemos essa pressão toda, aí fomos atendidos. A questão da água também, fomos atendidos assim que levamos uma lista, abaixo-assinado com tudo organizado. Aí fomos atendidos.⁷⁵

Após conquistarem água e luz, a principal pauta de reivindicação dos moradores do Pira passou a ser o asfaltamento das ruas. A urbanização foi paulatinamente ocorrendo. Seu Jeremias estima que no começo dos anos 2000 a população do bairro não passava de 3 mil pessoas, atualmente supera os 16 mil. Ele diz que não para de chegar gente, todo dia aparece algum familiar ou amigo de alguém já instalado. Em muitos casos, as pessoas vêm de bairros da região,

⁷⁵ Entrevista concedida por S. Jeremias ao autor em ago. 2018.

outras migram do Nordeste do país. E há também as presenças mais recentes que estão paulatinamente mudando a cara do lugar, os migrantes transnacionais. No entanto, segundo Jeremias, não existe mais terreno disponível para construir novas moradias, e a solução dos proprietários é verticalizar os imóveis existentes. Assim, aumenta-se o número de andares nos imóveis, multiplicando-se o número de moradias possíveis no mesmo espaço urbano. De modo geral, quando se caminha pelas ruas do Pira, nota-se que a maior parte das casas – não são propriamente prédios, ainda que tenham andares com diferentes unidades habitacionais – possuem três ou até quatro níveis e várias famílias compartilhando o mesmo imóvel. Conforme seu Jeremias relata, “isso aqui é um amontoado de gente. São casas com vários sobrados. É difícil ter uma casa só”⁷⁶. Essa estratégia de construção permite aos proprietários alugar alguns cômodos de seu imóvel e conseguir uma renda extra. São sempre contratos informais, firmados de boca. Portanto, esse tipo de regulação da locação pode atrair um público que não conseguiria prover fiador, seguro fiança ou comprovação de renda. Segundo o interlocutor, isso tornaria o bairro interessante justamente para os migrantes transnacionais, que têm dificuldades para mobilizar esse repertório burocrático típico dos contratos de locação. Portanto, não se trata apenas do valor da locação, mas, sobretudo, do modo de regulação do vínculo entre locador e locatário. Para o interlocutor, esse é um dos principais fatores que contribuíram para que número elevado de migrantes transnacionais se estabelecessem no Jd. Piratininga.

Seu Jeremias contou que antes de chegarem os angolanos, haitianos e congolezes (migrantes transnacionais negros), existia um número significativo de bolivianos, que em sua maioria trabalhavam com costura. Eles montavam as oficinas de costura em suas próprias casas e arregimentavam parentes para trabalhar e morar no mesmo imóvel. No entanto, ele percebeu que, nos últimos anos, muitos desses bolivianos acabaram retornando para suas terras, pois as oportunidades e as encomendas de costura não estavam sendo suficientes. Seu Jeremias diz ter notado a presença de migrantes transnacionais negros a partir de 2014 ou 2015. De modo geral, essas pessoas não têm muito interesse em participar ativamente da associação de bairro, com exceção de um angolano, o Geraldo. No decorrer dos últimos anos, seu Jeremias aumentou a interlocução com migrantes transnacionais. Por ser conhecido no bairro, ele foi mobilizado certa vez pela diretora da Escola Municipal Edgard Cavalheiro, localizada em Cangaíba. A diretora buscava formas de auxiliar um grupo de refugiados da República Democrática do

⁷⁶ Entrevista concedida por S. Jeremias ao autor em ago. 2018.

Congo que estavam em condições precárias, sem moradia. Seu Jeremias conseguiu arrumar um cômodo na casa de sua cunhada para que eles pudessem morar.

A partir da trajetória de seu Jeremias, militante do movimento de moradia, liderança do Jd. Piratininga, cabo eleitoral de candidaturas petistas, reconhecido na comunidade, passamos agora a tratar das trajetórias de algumas das pessoas que seu Jeremias nos apresentou no bairro, seu Caetano, Geraldo e Olavo.

3.2. SEU CAETANO, UM EMPREENDEDOR IMOBILIÁRIO

Na rua Olga Artacho, assim que se atravessa o túnel em frente à rua Adelina Linhares, ao seguir pela esquerda, após passar algumas lojas de coleta de materiais reciclados, outras de vendas de roupas usadas e uma ou outra loja que vende açaí e sorvetes, além de um ponto de comercialização de capas de celulares e outros eletrônicos importados da China, todos pequenos comércios de bairro, chega-se diante de um residencial com 48 unidades habitacionais. A maior parte segue o padrão quarto, sala/cozinha e banheiro. A história desse condomínio é relevante para pensarmos os encontros, cruzamentos e relações variadas entre *migrantes internos*, vindos do Nordeste para fazer a vida em São Paulo, com alguns fluxos contemporâneos de migrantes transnacionais de angolanos, haitianos e congoleses, todos eles com chegada no país após a eleição de Lula.

A história do imóvel remonta ao final dos anos 1990, período em que o bairro estava sendo progressivamente adensado. Seu Caetano⁷⁷, o atual proprietário – ou, melhor dizendo, o atual posseiro do imóvel – fez um rolo no ano 2000. Trocou três máquinas pesadas de gráfica (de fabricar livros, cartilhas e revistas) pelo imóvel no Jd. Piratininga. Segundo relata, as máquinas valeriam na época 170 mil reais. No entanto, a matrícula do imóvel nunca foi passada para o seu nome, o antigo proprietário sofreu diversos processos e a situação do imóvel estava em litígio desde então, estando inclusive penhorado. Quando seu Caetano fez o rolo, o imóvel era apenas um grande galpão.

Entre 2000 e 2004, Caetano seguiu no ramo gráfico e operava no espaço uma etapa da fabricação de livros e cartilhas, em que finalizava os produtos com *hot melt*⁷⁸. Ele explicou que o processo produtivo de fabricação de livros e cartilhas sofreu algumas transformações ao longo

⁷⁷ Nome fictício.

⁷⁸ *Hot melt* é a cola quente usada nas lombadas de livros, cartilhas e outros materiais com várias páginas, caso não se deseje o uso de grampos. Quando há vários cadernos envolvidos, além da cola quente, pode ser usada também a costura para a melhor fixação das partes.

dos anos 1990 e 2000. Essas mudanças ocorreram pelo avanço das novas tecnologias de informação e comunicação, outras por conta do que ficou conhecido como reestruturação produtiva. Foi nesse momento que ele resolveu trocar algumas das máquinas pesadas da antiga gráfica que possuía pelo terreno e dedicar-se apenas à etapa de finalização de cartilhas.

A reestruturação produtiva no setor significou que a produção deixou de ser realizada integralmente numa mesma unidade produtiva. Diminuiu-se a escala e diversificaram-se as unidades de produção responsáveis por cada etapa: uma escreve, outra revisa, outra fecha o projeto a ser impresso. Feito isso, outra imprime, outra corta, outra cola os papéis e finaliza a cartilha ou livro⁷⁹. Não que toda essa diversificação de etapas seja necessária, mas passou a ser frequente a terceirização dos variados fragmentos do processo produtivo. Seu Caetano possuía anteriormente uma pequena gráfica em outro bairro da região, onde realizava as demais etapas da produção. No entanto, na virada do século, passou a dedicar-se apenas à finalização das cartilhas. Por alguns anos o negócio foi promissor. Seu Caetano finalizava basicamente cartilhas escolares que eram encaminhadas a uma subcontratada que, por sua vez, fora subcontratada de outra empresa que havia fechado contrato diretamente com a prefeitura de Fortaleza, Ceará. Entretanto, certa vez, ele não recebeu o pagamento pelo trabalho e não havia contrato de prestação de serviço, eram contratos precários que não protegiam a ponta responsável pela produção. Seu Caetano conta:

Eu não imprimia. Vinha impresso de uma editora que fazia a impressão rotativa. Eles traziam só os cadernos para mim. Eu fazia a parte final. (...) Daí eles ficaram me devendo e quando eu fui em cima, no governo [Fortaleza], eles estavam me devendo mais de 100 mil. Quando cheguei eles falaram que, nessa terceirização, mais de 10 pessoas tinham [sido contratadas] para fazer aqueles livros e eu era a etapa final, então mais ou menos umas cinco pessoas receberam; depois dessas cinco, ninguém recebeu mais nada. (...) [Porque eles] contratavam uma empresa para fazer, mas a empresa começava a passar para terceiros. Terceiros, quartos, quintos, sextos. Enfim, eu sei que eu era o décimo. No final, quando eu entreguei, mandei uma carreta para lá e cobreí meu pagamento. Eles falaram “já está vindo”. Daí tudo bem. Eu esperei, esperei. (...) Até o ano seguinte eu falei “agora eu vou lá”. Quando cheguei lá [em Fortaleza], os caras falaram “mas a gente já pagou”. Como já pagou? Para mim não

⁷⁹ Não fizemos uma análise mais aprofundada sobre o setor. Pelo que explica o interlocutor, existe muito paralelo com o que ocorreu na indústria de confecções ao longo dos anos 1980 e 1990 em São Paulo, como pudemos analisar em pesquisa anterior (Côrtes, 2013; Côrtes; Freire da Silva, 2014b). A diminuição da escala e a diversificação das etapas produtivas em diferentes unidades, cada qual responsável por uma fase, trouxe um ganho de gestão do negócio, mais afeito ao novo modo de estruturação da concorrência. A produção deve responder rapidamente às demandas do mercado, não se deve ter grande engessamento pela manutenção de quadro extensivo e fixo de funcionários e de grande estrutura produtiva, portanto, pulverizam-se as etapas e externalizam-se os riscos ligados à atividade (Pochmann, 2004). De todo modo, a parte mais lucrativa da cadeia manteve-se concentrada em grandes empresas, que são as responsáveis pela comercialização do produto finalizado, enquanto a produção passa a ocorrer de modo subcontratado, pulverizado em pequenas unidades responsáveis cada uma por pequenas etapas da fabricação.

chegou! Então vamos ver quem deixou de pagar quem. Aí, já era... E não dava para entrar na justiça. A justiça, para mim, não funciona. Muito mais o diálogo do que a justiça. Sou dessa maneira. (...) Então, depois de 2004... Aí eu comecei a fazer as casinhas. Pensei “o que eu vou fazer com isso aqui?”. Tentei vender. Veio alguém querendo alugar. Tudo bem, “eu alugo, você paga o imposto, água e luz, que está tudo em dia”. Pagou nada! Depois de três meses, quando volto para arrumar aqui, o que estava acontecendo? Ele falou “não tenho condições de pagar”. Aí fechei tudo, fiquei uma semana pensando. Aí concluí “vou pensar no meu futuro e ao mesmo tempo vou poder ajudar alguém”. Aí comecei a fazer isso aqui. Mais ou menos em 2006 começou a chegar gente.⁸⁰

Após ter prestado o serviço e ter ficado sem os proventos relativos, seu Caetano – que havia migrado nos anos 1970 do interior de Pernambuco, da cidade de Limoeiro, a 80 km de Recife, para São Paulo, quando enfim teve a oportunidade de se formar em curso técnico de mecânica gráfica – resolve mudar de ramo. Ele percebeu que o trabalho em sua área de formação deixara de valer a pena. No final dos anos 2000, sua gráfica já não era sustentável; entre 2000 e 2004, passou a se dedicar apenas a uma parte da produção, que ainda assim o deixou em situação precária, sem receber os valores previamente combinados. Portanto, com um imóvel de mais de 700 metros quadrados no Jd. Piratininga, resolve construir moradias para locação.

Inicialmente, seu Caetano constrói 18 unidades habitacionais no térreo de seu imóvel, cada uma com seis por oito metros, todas com características semelhantes: quarto, sala, cozinha e banheiro. Em 2006, ele aluga essas moradias a brasileiros, mas passa a ter uma série de problemas recorrentes com seus inquilinos. Toda ordem de distúrbios ocorria dentro de seu condomínio, desde furtos, brigas, consumo exagerado de álcool, envolvimento com drogas e prostituição. Esses problemas atraíram a presença da polícia. Estava difícil manter o negócio daquela maneira e atrair a polícia para lá não era bom sinal. Na frente do residencial de seu Caetano, há uma biqueira onde ocorre venda de drogas 24 horas por dia. A regra de ouro para não interromper os negócios é justamente deixar a polícia o mais longe possível do território. Seu Caetano ressalva, com bastante veemência, que, a despeito da existência da biqueira, o bairro é extremamente seguro. Inclusive muito mais seguro que o Bairro do Limão, onde ele mora com sua família. Ele frisa ainda que qualquer pessoa e em qualquer horário, após ter cruzado o túnel que separa o bairro da Av. Dr. Assis Ribeiro, sente-se tão seguro como se estivesse dentro de sua própria casa. Essa segurança está relacionada à pacificação realizada pelo PCC em diferentes periferias urbanas do Estado de São Paulo (Biondi, 2014; Feltran,

⁸⁰ Entrevista concedida por S. Caetano ao autor em 19 set. 2018.

2018). A sensação de segurança e tranquilidade no bairro era compartilhada pela maioria de meus interlocutores, estar no Pira era estar em casa.

Em um encontro fortuito, em que a memória vacila, seu Caetano diz ter conhecido um haitiano no começo dos anos de 2010, no bairro do Cambuci. Segundo relata, esse haitiano estava em uma situação de penúria, morando em um buraco extremamente úmido, gastando por volta de 700 reais de aluguel. Caetano então convida esse haitiano para morar em seu condomínio. É importante destacar que isso acontece em 2010, ano em que ocorreu o terremoto no Haiti, responsável pela vinda de um número grande de pessoas para o Brasil, a maior parte passando pela República Dominicana ou Panamá, em seguida pelo Equador e Peru, até chegar à fronteira amazônica brasileira, às cidades de Assis Brasil e Brasileia. Após se alojarem em igrejas e quadras, depois de uma série de ações emergenciais de acolhida e de terem passado dias em ruas e praças dessas cidades, muitos foram enviados a São Paulo de ônibus, onde foram acomodados no bairro do Glicério, na casa de acolhida da Missão Paz. Alguns anos depois, em 2014, a Prefeitura Municipal, em parceria com a organização religiosa, inaugura um alojamento emergencial na mesma região para recebimento desses migrantes (PMSP, 2014). Como vimos anteriormente, o Cambuci é um bairro contíguo ao Glicério e, sem sombra de dúvidas, a presença da Missão Paz e do alojamento provisório nessa localidade foi essencial para que essas pessoas se inserissem nessa região da cidade.

Após o recebimento do haitiano, seu Caetano avaliou que a acolhida de migrantes era menos trabalhosa do que a de brasileiros. Outros foram chegando, um foi avisando o outro: “Cada um foi trazendo outros. Meu nome começou a andar até no Haiti: ‘vai lá pra casa do seu Caetano’. Fiquei aqui com 176 pessoas.”⁸¹. Além dos haitianos, ele também recebeu angolanos e congoleses, mas disse não saber diferenciar muito bem o congolês do haitiano, afinal ambos falam francês. Os brasileiros saíram progressivamente do condomínio, restando apenas uma família. Em 2010, com a chegada crescente de migrantes transnacionais, seu Caetano resolveu efetivamente fazer da locação daquelas moradias o seu ganha-pão. Até o momento em que alugava majoritariamente para brasileiros, aquela não era sua principal fonte de renda. A partir de 2010, ele reforma e expande o imóvel. Contratando a própria mão de obra de migrantes

⁸¹ Entrevista concedida por S. Caetano ao autor em 19 set. 2018.

haitianos, já que um número elevado deles tem cursos e qualificações na construção civil⁸², seu Caetano construiu 48 unidades habitacionais (ver Figura 11).

Figura 11 – Condomínio de seu Caetano, foto tirada a partir da laje com vista para átrio interno, 2018.



Fonte:

Autor (2018).

Desde 2010, seu Caetano passou a frequentar diariamente o condomínio que construíra. Ele chega às 8h da manhã e sai às 18h. Durante esse tempo, resolve toda sorte de problemas e manutenções, além de olhar as crianças. Segundo conta, muitos pais saem para trabalhar e deixam as crianças em casa. O valor do aluguel tem preço estipulado igualmente a todos os locatários. No entanto, como a situação de cada família é uma, ele diz ajustar conforme as possibilidades individuais e também é bastante tolerante com os atrasos e as dívidas:

O Aluguel custa 500 reais mais ou menos. Tem pessoas que pagam 350, 300. Na verdade, são poucas as que pagam 500. Tenho mais ou menos por mês, dois ou três que me pagam 500, mas o resto paga menos. Tem gente que não pode pagar esse mês.

⁸² Em pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP, 2014, p. 10) com os abrigados haitianos no equipamento emergencial, verificou-se que 31,7% dos respondentes à pesquisa (351 de uma amostra de 1.105) tinham como experiência profissional o ramo da construção civil.

Tudo bem, mês que vem a gente resolve. Mês que vem só paga o atual, o mês anterior já não paga. Não tem como acumular. Porque eu vejo que se a pessoa não tem, vai trabalhar; mas as pessoas trabalham para pagar a janta. Se trabalha para comer, não consegue me pagar. Não tem como. Já chegou gente aqui que ficou dizendo que foi expulso de onde vivia anteriormente. Eu sempre tenho uma chave para quando chega alguém que não tem para onde ir. Sempre tem uma chave na minha mão. Uma reserva. Se não tem o aluguel inteiro, me dá menos. Me dá 200, 300. Não tem problema. Gente de rua. Chegou uma senhora de Angola com duas crianças na rodoviária, não tinham para onde ir. Através de uma amiga ela chegou aqui. Só tinha roupa. Hoje ela tem um ano aqui, comprou um fogão. As pessoas não têm condições iguais. Se todo mundo tivesse condições, tenho certeza que me pagariam os 500. Eu vejo assim. Tem gente que chega aqui que eu percebo que não tem como. Às vezes não tem nada em casa, passa o dia na igreja esperando cair do céu. Até encontrei uma menina com o filho, acho que ela pensou que eu ia expulsá-la, porque está há 11 meses sem pagar...

Mas o senhor não expulsa? O senhor aceita?

Como é que eu vou mandar uma mãe embora com o filho pequeno? Eu não vou dormir. Ontem mesmo, tinha uma mulher lavando roupa e o menininho do lado dela com fome. O que eu vou fazer? Peguei um pacote de bolacha e dei para ela. Assim eu alimento meu ego, a cada dia que passa, me sinto bem.⁸³

Segundo relata, sua renda varia mensalmente. Seu Caetano abre o caderno no qual anota os valores pagos por cada um de seus inquilinos, identificados pelo nome e o número da casa. No caderno, vê-se que a maior parte dos moradores realmente havia pagado por volta de 300 reais no mês de novembro de 2018. Ele afirma que em um bom mês chega a recolher até 15 mil reais, mas em geral o montante não passa de 10 mil. No entanto, seu Caetano diz ter muitas despesas. Apenas de IPTU ele paga mensalmente 816 reais, além de ter quitado a dívida do proprietário anterior. A conta de luz também é bastante elevada. Aliás, o tema da luz foi a única questão que os inquilinos me relataram ser um problema. Segundo os moradores, não existe banho quente, pois seu Caetano quer economizar com energia elétrica. Ele confirmou a informação. Disse que teve que cortar os chuveiros porque a tarifa no final do mês passava de dois mil reais. Dessa forma, nos dias frios, os inquilinos que queiram tomar banho quente precisam esquentar água no fogão.

Todos os migrantes que moram no residencial de seu Caetano são negros, ainda que de países diversos, como Angola, RDC e Haiti. Os únicos brancos que circulam frequentemente pelo imóvel são a família de brasileiros e o proprietário, que relata ser neto de holandeses que colonizaram Pernambuco. A questão racial, conforme conta seu Caetano, é um aspecto que gerou conflitos no início do empreendimento. Assim que o condomínio começou a ser habitado predominantemente por migrantes negros, os brasileiros passaram a discriminar a vizinhança. Seu Caetano teve que intervir nesse processo, solicitando que alguns brasileiros deixassem o

⁸³ Entrevista concedida por S. Caetano ao autor em 19 set. 2018.

condomínio. A única família brasileira que ficou teve que “entrar na linha, porque eles ficavam com isso de racismo”⁸⁴.

Seu Caetano tem uma boa relação com os seus inquilinos. Mais do que tolerar os atrasos e negociar os pagamentos caso a caso, reajustando valores conforme as possibilidades individuais, ele diz ajudar também no cuidado com as crianças. A maior parte dos moradores trabalha o dia todo: ou fazem bicos, ou trabalham com comércio no Brás e outros lugares, ou são registrados em vagas diversas nos mais diferentes lugares da cidade. Há auxiliares de enfermagem, azulejistas, pedreiros, eletricitas, cuidadores e empregados domésticos, funcionários de empresas terceirizadas que prestam serviço de podas e manutenção para a Prefeitura de São Paulo, entre outros trabalhos variados. É uma prática comum, conforme ressalta seu Caetano, que quando um trabalhador consegue um emprego estável, ele indique outros conhecidos para desempenhar funções semelhantes no mesmo local. O perfil etário é diversificado. Há uma senhora angolana com mais de 70 anos, famílias cujos adultos têm mais de 30 anos, com filhos, e poucos com idade inferior a 30 anos.

Seu Caetano relata ainda a existência de um arranjo familiar bastante peculiar entre os moradores do condomínio. Ele narra o caso de uma família haitiana que migrou para o Brasil no auge da crise pós terremoto. A família era composta pela esposa, seu pai, o marido e os quatro filhos que moravam todos no residencial. Depois de passar um tempo em São Paulo, diante das dificuldades laborais e baixas remunerações, o marido decidiu tentar cruzar a fronteira dos EUA para obter um trabalho que permitisse melhorar as condições coletivas dos parentes. Dessa forma, em 2015 ou 2016, ele não se recordava exatamente, o marido parte rumo aos EUA. Felizmente conseguiu completar a travessia, pois há também vários relatos de outras pessoas que saíram do condomínio de seu Caetano tentando chegar nos EUA, mas acabaram retidos na fronteira, sendo que alguns foram deportados e chegaram a retornar para o condomínio. Esse pai de família, no entanto, encontrou sua rede de conhecidos nos EUA e teve sucesso em uma inserção laboral que rendia boas remunerações, melhores do que as oportunidades que apareciam em São Paulo. Seu Caetano conta que o homem frequentemente envia dinheiro e que, em geral, o aluguel da casa é pago acumulado a cada seis meses, sendo que essa família é uma das poucas que consegue arcar com os 500 reais por mês. Ele conseguiu se regularizar nos EUA, o que lhe permite viajar para visitar o restante dos parentes uma vez

⁸⁴ Entrevista concedida por S. Caetano ao autor em 19 set. 2018.

por ano. Como tem o *Green Card*, não tem problemas para entrar ou sair do país, mas não consegue levar o restante da família e tampouco topa arriscar uma travessia de forma irregular.

Por fim, Seu Caetano relata que a iniciativa de transformar seu galpão em condomínio foi bastante feliz. Ele contou ainda que comprou recentemente um terreno em sua cidade natal, em Pernambuco. Percebeu que um número expressivo de migrantes transnacionais passou a chegar também em Recife e mesmo no interior de Pernambuco. A maior parte deles são senegaleses que fazem comércio ambulante nas ruas. Seu Caetano dizia que gostaria de replicar a mesma ideia, sucesso no Pira, em Limoeiro, sua cidade natal. Seus parentes que continuam morando no Nordeste seriam os responsáveis por levar o negócio adiante.

3.3. OLAVO, UM MIGRANTE CONECTADO

Olavo⁸⁵ nasceu em 1990 em Kinshasa, a capital da República Democrática do Congo (RDC). É formado em Gestão de Informática pela Universidade de Kinshasa, instituição pública e uma das mais importantes do país. É militante de um partido de oposição a Joseph Kabila, a UDPS (União pela Democracia e o Progresso Social). Kabila foi um ditador que se manteve no poder até o início de 2019, quando houve eleições e o candidato de oposição, da UDPS, sagrou-se vitorioso⁸⁶. Olavo foi criado pela mãe, pois os pais se separaram quando era pequeno. O pai é médico, casado com outra mulher, e a mãe é comerciante de eletrônicos na capital congoleza. Diariamente, Olavo conversa com os pais por meio das redes sociais, sobretudo Facebook e Whatsapp. Ele decidiu sair da RDC por conta de sua militância política. Passou a se sentir ameaçado, teve companheiros que foram perseguidos e desapareceram. Junto ao cenário de perseguição política, a situação financeira de sua mãe estava cada vez mais fragilizada, enquanto o pai médico não apresentava dificuldades financeiras, segundo relatou.

Em 2015, Olavo passou a procurar um destino para tentar a sorte. A viagem para os países europeus (sobretudo França, Bélgica e Alemanha), EUA e mesmo Canadá (destino muito pautado pelos interlocutores da pesquisa) tornou-se muito difícil, quase impossível de ser realizada, a não ser que ele se aventurasse pelos descaminhos das travessias que contornam os

⁸⁵ Nome fictício.

⁸⁶ A situação política na RDC segue bastante incerta. De modo geral, os congolezes com os quais conversei em São Paulo estavam muito preocupados e conectados com a história e os rumos do país. O fato de Félix Tshisekedi, candidato da oposição, ter vencido as eleições que ocorreram no final de 2018 não significou pacificação política. Se a vida na capital não é de cotidiano de violências, isso não significa que jovens não possam ser escalados para cerrar fileiras do exército no interior do país.

controles migratórios. Os vistos para esses destinos são emitidos em Kinshasa apenas para quem tem muitos recursos, e essa não era a situação de Olavo. Ele dizia que não se arriscaria a tentar cruzar algum oceano em barco ou deserto a pé para chegar ao destino almejado. O risco não valeria a pena. Ele verifica então as possibilidades de destinos para os quais fosse possível sair de seu país com um visto e não ter problemas na fronteira. Os países inicialmente cogitados foram Brasil, Colômbia ou Cuba. Escolheu o Brasil por um acaso, foi a opção mais fácil em Kinshasa. Mas por que vir para São Paulo se o Brasil é tão grande? Olavo contou que durante o voo de Kinshasa para a capital paulista, na escala em Marrocos, conheceu um congolês que tinha uma filha que morava em São Paulo. A conversa foi se desenrolando na longa conexão, e esse congolês compartilhou o WhatsApp da filha. Ainda no Marrocos, eles se comunicaram e ela se dispôs a ir buscá-lo no aeroporto de Guarulhos. A passagem inicial de Olavo era para o Rio de Janeiro, mas diante desse contato precário estabelecido em trânsito, assim que chegou ao Rio, comprou uma passagem para São Paulo. A filha desse senhor, Raquel, estava em São Paulo e o recebeu assim que chegou ao aeroporto. Não tive a oportunidade de conhecê-la, uma vez que ela já tinha partido de São Paulo para os Estados Unidos quando encontrei Olavo. Foram muitos os relatos de conexões importantes no destino da vida de nossos interlocutores, envolvendo situações casuísticas, encontros ou redes extremamente frágeis que se formavam na diáspora, no deslocamento. São afetos que emergem na vulnerabilidade e que, de algum modo, passam a ter importância fundamental na trajetória desses sujeitos.

Ao longo da realização desta pesquisa, diversas vezes escutamos histórias de pessoas que deixaram São Paulo rumo aos países do Norte. Essas pessoas tomaram a decisão de partir uma vez mais devido à persistente situação precária, ao desemprego duradouro, às oportunidades de trabalho abaixo de suas expectativas e capacidades, à impossibilidade de validação de um diploma, à precariedade das moradias e à truculência da polícia, que confisca suas mercadorias quando tentam se virar comercializando produtos na região central de São Paulo. Isso sem falar em trajetórias como a de Falilatou, que abriu esta tese, em que o encontro com o Estado encarcerador e punitivista, pouco afeito à investigação séria e qualificada, acaba por interromper trajetórias de vidas que buscavam interstícios para a sobrevivência.

Para as longas travessias, as redes sociais e o celular tornaram-se artefatos centrais. O WhatsApp, o Facebook e o Instagram são cruciais na circulação de informações entre os grupos de migrantes. Ao mesmo tempo em que chegam os relatos de pessoas que lograram realizar a empreitada de cruzar a fronteira e conseguir se estabelecer no destino – os melhores depoimentos de migrantes que se instalaram recentemente em países do Norte eram de pessoas

que estariam no Canadá –, circulam também as imagens de corpos sem vida daqueles que ficaram no meio do caminho. Um caso específico chocou bastante os interlocutores congolese que moram na Zona Leste de São Paulo⁸⁷. Recebi de diversos interlocutores os vídeos dos congolese que haviam partido de Artur Alvim e tiveram a travessia interrompida no mar caribenho, entre Colômbia e Panamá, quando o barco em que estavam naufragou, matando quase todas as pessoas a bordo. Segundo contaram, eram mais de 30 pessoas que, diante da situação de penúria em São Paulo, apostaram na viagem para chegar ao Canadá. Saíram de São Paulo rumo ao extremo norte das Américas, em uma longa jornada que poderia durar mais de dois meses, combinando diversos meios de transporte até chegar à fronteira dos EUA, sempre contornando os postos de fiscalização migratória. Não à toa, essa tragédia ocorreu quando tentavam burlar o posto fronteiriço panamenho, tentando entrar no país pelo mar. A fronteira dos EUA e do Canadá, nesse caso, espalhou-se pelo continente latino-americano. Foi no período de realização do campo que se começou a ouvir falar das caravanas formadas nos países da América Central para que as pessoas juntas pudessem se apoiar mutuamente e aumentar as chances de sobrevivência e realização do sonho de mudar de vida e de país. Ao mesmo tempo, as notícias⁸⁸ sobre a construção de muros e boias com arames em meio a rios (entre toda sorte de outros meios físicos para impedir os atravessamentos) passaram a ser cada vez mais frequentes, o que tornou as travessias mais caras e mais arriscadas, embora sempre penetráveis.

Os relatos, as fotos e os vídeos que circulam em tempo real pelas redes sociais, e que são acessados pelos celulares dos migrantes, são fundamentais para a constituição desses sujeitos em mobilidade. O celular é um artefato que opera como um suporte fronteiriço. Ele desloca as fronteiras espaciais. As imagens dos corpos encontrados no mar caribenho, assim como os relatos daqueles que conseguiram chegar ao destino almejado, constituem as subjetividades e os projetos desses interlocutores em São Paulo. Os anseios ou bloqueios de meu interlocutor são fortemente marcados pela experiência das informações recebidas em seu celular. A possibilidade de contornar as fronteiras do Norte ou a opção por ficar em São Paulo é fundamentalmente constituída a partir das imagens recebidas.

Dana Diminescu (2005), em seu manifesto epistemológico pela ideia de *migrante conectado*, publicado há quase duas décadas, quando o uso das redes sociais pelos celulares ainda não era difundido, pautava a importância de se pensar o impacto dos artefatos

⁸⁷ Para mais informações, ver a reportagem de Mantovani (2019).

⁸⁸ Ver a reportagem do jornal O Globo (Boias..., 2023) e da BBC News Brasil (Quanto..., 2021).

tecnológicos nas presenças das pessoas em mobilidade. A autora argumentava que se tornava cada vez mais raro ver a migração transnacional como um movimento entre duas comunidades distintas, pertencentes a dois lugares remotos e marcados por relações sociais de independência de um em relação ao outro. Ao contrário, era cada vez mais frequente que os migrantes conseguissem manter a distância e ativassem cotidianamente relações que se assemelham às relações de proximidade. A conexão virtual, que no momento em que Diminescu escrevia era basicamente a chamada telefônica ou o e-mail, permitia presenças simultâneas, o que implodia em certa medida a ideia clássica de *dupla ausência* de Abdelmalek Sayad (1999). Trata-se muito mais de múltiplas presenças. Não são apenas presenças nos locais de origem e destino, mas sim pelo globo inteiro, inclusive por todos os pontos das possíveis travessias.

Retornando a história de Olavo, em outubro de 2016, ele chegou a São Paulo após passar pelo Marrocos e Rio de Janeiro. Com a ajuda de Raquel, a congoleza filha do senhor que ele conheceu por acaso em Marrocos, ele foi à Polícia Federal solicitar refúgio no país após três dias em São Paulo. Raquel também o levou para tirar o CPF no Shopping Light, emitir o cartão do SUS em uma AMA e, em seguida, a Carteira de Trabalho no Poupatempo da Sé. Em pouquíssimo tempo, ele já portava um conjunto denso de documentos brasileiros. Olavo diz que a documentação aqui no Brasil nunca foi um problema: “Em um dia só eu consegui fazer tudo, peguei protocolo [de solicitação de refúgio, que tem validade de um ano], CPF, Cartão do SUS, Carteira de Trabalho, tudo.”⁸⁹.

Raquel acolheu em sua casa, no Pira, o refugiado que acabara de conhecer e que havia chegado há pouco em São Paulo. No entanto, ela já enfrentava dificuldades para pagar o aluguel atrasado. Olavo então auxiliou com dinheiro em alguns atrasos pendentes, embora também estivesse em situação precária e sem emprego fixo. Após alguns meses, o proprietário deu um ultimato, exigindo o pagamento das dívidas de aluguel e que eles buscassem um novo lugar para morar. O acordo de locação, estabelecido apenas verbalmente, sem nenhum tipo de formalização jurídica da relação de inquilinato, seria rompido devido aos atrasos. Diante do iminente despejo, Olavo mobilizou diversas pessoas. A diretora da Escola Edgard Cavalheiros, onde ele estudava português, conhecia lideranças do movimento de bairro do Jd. Piratininga e entrou em contato com seu Jeremias, que os encaminhou para a moradia de um conhecido que estava alugando um quarto. Posteriormente, quando Raquel decidiu partir para os EUA, seu

⁸⁹ Entrevista concedida por Olavo ao autor em 25 maio 2018.

Jeremias locou a *kitnet* do terceiro andar da casa de sua cunhada para Olavo, que passou a viver sozinho.

Em seus primeiros meses no Brasil, Olavo circulou pelas principais instituições que lidam com a questão do refúgio e prestam atendimento a migrantes transnacionais. Na Cáritas, ele passou pelo atendimento destinado aos candidatos a refúgio e fez uma entrevista contando brevemente sua trajetória. Aliás, importante destacar que quando perguntado sobre como era a entrevista, Olavo comparou algumas das perguntas que eu fazia às questões feitas pelo advogado da Cáritas ou ainda ao que pretende responder ao oficial de elegibilidade do Conare, quando for devidamente chamado. Como dito anteriormente, Facundo (2017) problematiza essa questão metodológica, em que os pesquisadores se colocam em posição de indagar as histórias e relatos dos candidatos ao refúgio. Muitos desses sujeitos temem entrar em contradição, evidenciar defasagens em seus relatos, deixar brechas nessas narrativas. Facundo destaca como a legislação internacional de refúgio, assim como o respectivo operador estatal que recolhe os relatos, enquadra e classifica as histórias e trajetórias de vida. Julga-se qual sofrimento será digno e legítimo de ser enquadrado no estatuto jurídico de refúgio. No caso da penúria causada pelas condições econômicas, o estatuto do refúgio não prevê proteção transnacional. É necessário construir uma narrativa de resposta na interação com o oficial de elegibilidade, que reforce e confirme os termos esperados. Ressalva-se aqui a problemática posição de inquisidor do pesquisador, que deve ser contornada – claramente, nesta situação, falhei na empreitada. Trata-se de uma dificuldade persistente que é conseguir criar um vínculo que esteja além das desconfianças. Isso só é possível de ser feito quando a relação extrapola a interação situada naquele tempo e espaço e quando se percebe o empenho, as trocas, as alianças possíveis para além de uma relação interessada. De todo modo, a experiência vivida sempre é ficcionada em alguma medida quando transformada em narrativa oral. A questão aqui é justamente entender os limites e alcances do discurso sobre a experiência de vida.

Olavo entrou com processo de refúgio na Polícia Federal em 2016, logo após ter chegado ao Brasil. Diversas vezes ele foi até a sede do Conare, no bairro do Cambuci, para verificar o andamento de seu processo. Entretanto, enquanto mantivemos contato, ele não havia sido chamado para contar sua história ao oficial de elegibilidade que definiria o rumo de sua situação legal no país. Nesse meio tempo, ele seguia renovando anualmente o seu protocolo de solicitação de refúgio. Segundo afirmava, apesar de ser provisório, era um documento que permitia a ele estar e viver no Brasil sem maiores empecilhos, pois teria Carteira de Trabalho,

CPF e Cartão do SUS. No entanto, o documento não autoriza a saída do solicitante, por exemplo, rumo ao seu país de origem.

Em relação a empregos, Olavo disse não ter conseguido nada que realmente lhe conviesse. Assim que chegou, conseguiu um trabalho no Jabaquara, Zona Sul da cidade, distante do Pira, onde trabalhava ajudando a organizar o salão em um *buffet*, dispondo mesas e cadeiras para eventos variados. Esse trabalho era pago por diária e foi obtido por meio de contatos de brasileiros que ele conheceu na escola. Após esses bicos, Olavo disse ter trabalhado em um restaurante congolês, localizado na Av. Alfonso Bovero, de um conhecido membro e ativista da comunidade congoleza em São Paulo, que conseguiu desenvolver uma trajetória de sucesso. Trata-se de Pitchou Luambo, advogado, que participou do filme *Era o hotel Cambridge*, de Eliane Caffé, e é proprietário do restaurante de comida vegana Congolinária. Pitchou é bastante conhecido entre os congolezes em São Paulo, pois foi um participante ativo do GRIST (Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem Teto), organizado em torno do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) no marco das filmagens de *Era o hotel Cambridge*. No entanto, foi dispensado depois de alguns meses, quando o restaurante fechou (tempo depois voltou a abrir).

O primeiro registro em sua Carteira de Trabalho ocorreu quando Olavo trabalhou, por cinco meses, em uma loja no Brás como ajudante geral. No momento da conversa, ele estava desempregado, mas disse não procurar a Missão Paz para buscar trabalho porque lá basicamente eram ofertadas vagas para trabalhar de caseiro, cuidando de cachorros e outros animais, no interior do Estado, isolado da vida da cidade. Circulava em suas redes de informação que a entidade católica oferecia empregos que não eram do seu interesse. Olavo não pensava em partir para outra cidade ou destino, gostava de morar em São Paulo e aqui pretendia retomar os estudos. Em nosso trabalho voluntário na Missão Paz, verificamos que as redes de Olavo estavam realmente muito bem informadas, pois de fato havia predominância de oferta de vagas para funcionários domésticos em casas ou sítios fora da capital.

3.4. GERALDO, O TRADUTOR DO PIRA

Geraldo nasceu na Região Metropolitana de Luanda, capital da Angola, em 1992. Foi criado pela família ampliada, em alguns momentos morou com pai e mãe, em outros com os avós. Ao longo de toda a infância e adolescência, dedicou-se exclusivamente aos estudos e formou-se no Ensino Médio. Ele é o terceiro filho de sete. Na infância, morou na capital e em

Uíge, no interior do país. Com 16 anos, foi para Lisboa, onde vivia um tio. Pretendia seguir estudando e praticando futebol, queria encontrar um time em que pudesse desenvolver-se no esporte. Geraldo sempre se destacou no campo, para além dos seus dois metros de altura – cravados, como ele diz – que o favorecem nos desportos, ele sempre teve muita habilidade com a bola, tanto no campo de futebol como nas quadras de basquete. No entanto, as oportunidades que almejava em Portugal não se concretizaram. Os times de base e os olheiros não o receberam como ele sonhava. Assim, dois meses após colocar os pés em Lisboa, retornou à Luanda. Preparou-se para cursar o ensino superior e iniciou, com bolsa parcial, o curso de Economia em uma faculdade privada no país. Ao mesmo tempo, seguiu investindo em sua carreira esportiva, mas as portas insistiam em não abrir. Nesse momento, morava com a avó materna, pois o pai viajava muito e a mãe tinha mudado para Lubango, no interior, com os filhos mais novos.

O pai trabalhava como caminhoneiro, comprando mandioca no interior de Angola, na região de Uíge, e transportando para a capital. Na capital, ele comprava cimento e levava para o interior, no sentido contrário. Vivia nessa vai e vem do interior para a capital. Além disso, trabalhava como *corretor*. Ele explica que em Angola a palavra tem outro sentido, diferente daqui. Não é que o pai intermediava vendas de imóveis; ele trabalhava com frete, mudanças, transporte de cargas em geral. Já a mãe era comerciante. Vendia toda sorte de produtos, mas comercializava sobretudo roupas. Inclusive, Geraldo relatou conhecer muitas mulheres que costumam vir ao Brasil para comprar mercadorias para revender em Angola, como havaianas, cortinas e um produto especial e muito valorizado em seu país, o cabelo da mulher brasileira. Em nosso trabalho de campo, descobrimos o Hotel Vitória, na rua Cavalheiro, no Brás. Este hotel recebe basicamente comerciantes angolanas que vêm a São Paulo para comprar mercadorias para serem revendidas em Angola. Há todo um circuito econômico e urbano em torno dessas transações comerciais transnacionais (Barreau-Tran, 2016).

Entre 2008, quando retornou de Lisboa, até 2014, Geraldo ficou em Luanda. Trabalhava fazendo os bicos que encontrava, dava aulas particulares de matemática e se dedicava basicamente aos esportes. Todo o dinheiro que arrecadava era guardado para ser revertido nos estudos. Desde 2010, a economia angolana retraiu significativamente. O preço do barril do petróleo, *commodity* precificada no mercado global e que representa a maior parte da receita doméstica do país, desvalorizou enormemente⁹⁰, assim como o kwanza frente ao dólar. A crise econômica no país teve forte impacto na vida de Geraldo e de sua família. Em 2012, sua mãe

⁹⁰ Na Venezuela, a desvalorização do petróleo em 2014 também foi essencial para os desdobramentos do êxodo em massa dessa população pelo continente latino-americano.

estava grávida da sua sétima irmã, e as condições econômicas só pioravam. Então a família se reuniu e discutiu conjuntamente os rumos e as oportunidades que buscariam. Eles tinham a possibilidade de ir para Portugal, onde alguns parentes próximos estavam instalados, mas os relatos que chegavam não eram promissores. O próprio Geraldo havia passado por Lisboa, mas não permaneceu na cidade. Em um momento coletivo familiar, o pai toma a decisão:

Meu pai acho que tinha uma visão. Isso se chama estudo de campo. Meu pai preferiu ir a um lugar onde não tivessem muitos africanos ainda. Ele pensou na longa distância e falou: “no Brasil, acho que não tem muitos africanos indo migrar, então vocês aproveitam”. Ele que tomou o princípio de uma decisão e minha mãe veio. Quando minha mãe e meus irmãos vieram não havia muitos africanos vindo. Aí minha mãe e meus irmãos vieram, se estabeleceram aqui, nasceu minha irmã aqui.⁹¹

Em 2012, a mãe de Geraldo, ainda grávida, e outros quatro irmãos chegam em São Paulo. Não tinham nenhuma referência na cidade e acabaram sendo direcionados para a Casa do Migrante, ligada à Missão Paz. Geraldo, sua irmã mais velha (que era casada) e seu pai permaneceram em Angola. O pai seguia trabalhando como *corretor* e mandava as sobras dos recursos que angariava para auxiliar na instalação da família no Brasil, além de ajudar no financiamento da faculdade de Geraldo em Luanda. Após alguns meses na casa de acolhida, a família consegue encontrar uma residência no Jd. Piratininga. Geraldo não sabe ao certo explicar como a mãe e os irmãos foram parar no bairro. Ele relata que a mãe teve notícia de que o preço era acessível, não havia burocracias para a locação e era relativamente próximo ao Brás, onde os membros da família estavam trabalhando no comércio ambulante. Assim, mudaram da casa de acolhida diretamente para o Pira.

Em 2015, enquanto Geraldo estava na faculdade, as condições econômicas do país se degradaram progressivamente e a renda do pai passou a ser insuficiente para todos. Geraldo é então intimado pelo pai a se juntar à mãe no Brasil. Aos 22 anos de idade, ele responde ao pai que não queria, de jeito algum, ir para São Paulo. Para ele, a opção de migração seria para os Estados Unidos, onde poderia tentar jogar basquete ou futebol. Do contrário, preferia permanecer em Luanda e terminar a faculdade de Economia. No entanto, as condições objetivas para que ele ficasse deixaram de existir, e uma crise familiar se instalou. Nesse momento, um tio de Geraldo que morava em Lisboa lhe enviou uma passagem aérea para que ele fosse visitá-

⁹¹ Entrevista concedida por Geraldo ao autor em 25 fev. 2019.

lo. Em setembro de 2015, Geraldo vai uma vez mais para Portugal, para uma temporada curta, mas muito significativa nos rumos de sua vida⁹².

Fui lá e ele me falou: “A vida não é do jeito que você pensa, a vida se procura em todo lugar, não é só nos Estados Unidos. Sua vida pode estar no Brasil, em todo lugar.”. Eu falei “tá bom”, finalmente aceitei. Fiquei um mês em Portugal depois voltei.⁹³

Assim que retornou à Luanda, outro tio lhe chamou e disse que pagaria uma passagem para que ele viesse visitar a mãe em São Paulo. Geraldo obviamente aceitou, pensou se tratar apenas de uma visita e que depois retornaria aos estudos em Luanda – estava ainda no segundo ano da faculdade. Ele chega em São Paulo em outubro de 2015, e diz que acabou se confundindo com a data de retorno e perdendo o voo de volta. Nesse momento, estava sem os recursos para nova passagem. Ao mesmo tempo, havia pressão familiar para que ficasse no país. Geraldo começou a ficar depressivo, não buscava trabalho nem estudo, fechou-se em casa, eventualmente caminhava a esmo pelo bairro.

Geraldo ficou introspectivo, interagiu apenas com outros migrantes, não tinha interesse em circular, conhecer, dialogar com brasileiros. Conforme relata, as pessoas olhavam para ele sempre com ar de desconfiança. Os brasileiros sempre o chamavam de negão, ou de preto, e isso o incomodava. Com o passar do tempo, ele disse que entendeu que essa era a forma pela qual os brasileiros se dirigem aos negros. Esse tipo de vocativo poderia ser racista, segundo conta, como poderia não ser. O contexto de sua utilização e a situação da interação deveriam ser levados em consideração para a compreensão dos sentidos implícitos do termo. De todo modo, o que mais o incomodava era a persistente desconfiança em relação a ele:

Eu não gostava de conversar, trocar ideia. Quando eu cheguei ao Brasil eu queria ficar no meu canto sozinho. Não quis conhecer ninguém. Aí meu pai falou “filho, você está no Brasil, você tem que conversar com os brasileiros. Porque são os brasileiros que vão te ensinar, mostrar as coisas, te acompanhar, porque ele é o nato do país”. Aí, assim eu fui saindo. Eu tinha medo de chegar. Qual o princípio da conversa? Eu tinha dificuldade de pegar uma ideia, perguntar alguma coisa. Você chama a pessoa e às vezes não quer te responder, às vezes está apressado, caminhando. As pessoas ficam com medo, pensam que você é ladrão.⁹⁴

⁹² A despeito de vários outros relatos colhidos em campo, para Geraldo, a questão do visto de turista para entrar em Portugal, sendo angolano, tendo parentes no país, definitivamente não era um problema. Atravessar os controles fronteiriços europeus nunca foi um empecilho.

⁹³ Entrevista concedida por Geraldo ao autor em 25 fev. 2019.

⁹⁴ Entrevista concedida por Geraldo ao autor em 25 fev. 2019.

Passado um tempo dessa fase depressiva após a perda do voo de retorno à Luanda, começou a frequentar o campo de futebol localizado atrás da UBS do Jd. São Francisco, próximo ao Pira, onde morava com sua mãe e irmãos. Ia apenas assistir aos jogos, ver o movimento, até que um dia foi convidado para entrar em campo. Geraldo teve um desempenho muito bom no futebol de várzea. Assim, por meio de um contato no Corinthians, ele foi convidado a treinar no clube do Parque São Jorge. No entanto, o treino era diário e as receitas eram muito escassas. Geraldo recebia apenas quando jogava uma ou outra partida, muitas vezes convidado por times variados da terceira divisão. Ele já estava novamente entristecido por ver que a carreira de esportista não seria como almejava. Concomitante aos treinos no Corinthians, Geraldo buscava na Missão Paz alguma oportunidade de emprego, mas a maior parte das ofertas de trabalho era fora de São Paulo e não lhe interessava, tampouco encontrava emprego em outros lugares.

Num sábado de manhã, em maio de 2016, Geraldo jogava futebol no campo atrás da UBS do Jd. São Francisco quando a gerente do posto de saúde interrompeu a partida para solicitar sua ajuda. A esposa de um conhecido que jogava futebol com ele e trabalhava no posto o indicou para uma atividade. Naquela manhã, a UBS realizava um dia de convívio na comunidade. Isto é, uma atividade para estreitar os laços entre os moradores e o atendimento primário de saúde. Diante da grande presença de haitianos e congolezes que não falavam português, a gerência do posto buscou Geraldo para ser intérprete. Ele conta que o técnico (ou *mister*, como falam em Angola) autorizou e incentivou que ele saísse no meio da partida para auxiliar na mediação e tradução. Assim, ele saiu correndo, trocou de roupa e foi ao trabalho na UBS. Além do português, Geraldo fala lingala, kicongo, francês e inglês – mais recentemente, no Brasil mesmo, em contato com os haitianos, aprendeu a falar um pouco de crioulo haitiano. Esse dia foi fundamental em sua trajetória e mudou os desdobramentos de sua vida em São Paulo. Após encerrada a ação na UBS, Geraldo retornou ao campo para assistir o final dos jogos.

Na segunda-feira seguinte a esse episódio, Geraldo foi chamado para retornar à UBS. A gerente perguntou se ele teria interesse em trabalhar naquela unidade, auxiliando na tradução e no atendimento aos pacientes. De pronto, aceitou. Foi então encaminhado para a central da Organização Social (OS) Seconci-SP, responsável pela gestão da UBS do Jd. São Francisco. Com a carta da gestora em punho, na central da OS na Vila Matilde, ele passou por prova e entrevista, foi aprovado e, em dez dias, começou a trabalhar na UBS de referência do seu bairro.

Concomitante ao trabalho, já com uma nova disposição em relação à sua trajetória de vida, Geraldo inicia o curso de Gestão de Recursos Humanos na Faculdade Sumaré, localizada no Tatuapé. Em 2016, durante uma atividade organizada pelo Consulado de Angola em que ele havia sido convidado para palestrar, descobriu que o Centro Universitário Carlos Drummond de Andrade (UniDrummond) estava oferecendo bolsas de estudo para os melhores alunos. Bastava ser bem aprovado em uma prova específica. Geraldo ficou em terceiro lugar, conseguiu bolsa de 100%, largou o curso anterior e se matriculou em Técnico de Gestão Financeira – um curso de quatro semestres, na Penha.

Geraldo cumpria uma jornada de 40 horas semanais na UBS, fazendo atividades diversas, mas sobretudo auxiliando na comunicação entre médicos, enfermeiros e pacientes. O angolano tornou-se um tradutor, um comunicador que facilitava o diálogo e a interlocução entre os usuários estrangeiros da UBS e os demais profissionais. Ocupar essa posição fez dele uma pessoa de referência no bairro. Todos conheciam o migrante que traduzia e ajudava no posto. Em pouco tempo, Geraldo foi se tornando reconhecido. Não à toa, foi eleito em dezembro de 2017 como representante dos imigrantes no Conselho Participativo Municipal. Ele conta que não tinha interesse em se candidatar, eram as pessoas do bairro que o pressionavam.

Geraldo relata que sempre é acionado quando surgem problemas no bairro em que os migrantes estão envolvidos. Por exemplo, houve um caso em que um casal brigava recorrentemente, e a polícia era chamada para fazer a mediação do conflito, trazendo viaturas ao bairro do Pira. Nessa situação, ele contou que o dono de um ponto de venda de drogas (que ele não sabia dizer se era do PCC ou não) convidou-o para ter um papo reto com esses migrantes: ou eles paravam as brigas que atraíam a polícia nas proximidades da biqueira, ou então eles deveriam se mudar para outro bairro. Ele passou a ser reconhecido por todos como um articulador local, uma liderança e um mediador de conflitos nas mais distintas escalas de problemas do bairro. Ao mesmo tempo em que era remunerado como mediador na política pública de saúde, seu desempenho local também o consagrava como mediador de conflitos no próprio cotidiano da comunidade, evitando muitas vezes o acionamento das instâncias estatais para a resolução dos embates.

A existência de uma figura como ele no atendimento primário à saúde tornou a política pública de saúde do bairro um exemplo a ser seguido. Ao fazer esse relato, Geraldo, com muito orgulho, interrompeu a conversa para mostrar uma foto sua palestrando. Na plateia, estavam o então prefeito da cidade, Fernando Haddad, o vice, Gabriel Chalita, e o Secretário de Saúde, Alexandre Padilha. Ele conta que havia sido convidado para falar sobre o desenvolvimento da

saúde da população africana em São Paulo. Geraldo era ele próprio um operador de escalas, como apresentamos no primeiro capítulo desta tese. Ele transita por diferentes campos sociais, articulando e resolvendo conflitos, construindo alianças e produzindo formas e sentidos para que migrantes construam no Jd. Piratininga um mundo possível de ser vivido na diáspora. Ao mesmo tempo, ele articula em níveis políticos mais elevados as boas práticas e o modo de fazer política local.

No final de 2018, Geraldo se formou no curso técnico de Gestão Financeira. Com o diploma em mãos, ele barganhou uma nova vaga junto à OS que o empregava, para que fosse finalmente alocado em sua área de atuação. Geraldo logrou uma vaga de emprego no Hospital Geral de Guarulhos e agora passaria a trabalhar em sua área de formação, gerindo compras e vendas, operando com os holerites dos demais funcionários, entre outras coisas. Deixou de trabalhar no bairro contíguo ao que morava, mas melhorou sua posição na carreira. Geraldo estava empolgado, feliz com as perspectivas de futuro no Brasil. Não pensava em regressar para Angola sem antes fazer um doutorado na área da gestão da saúde, era o que planejava.

Foi durante as aulas que Geraldo conheceu sua namorada, uma brasileira branca, segundo fez questão de frisar. Seu pai veio de Angola para sua festa de formatura. A família toda se reuniu no país, o pai decidiu vir de vez para São Paulo. Pouco tempo depois de chegar ao Brasil, por meio da mediação da Missão Paz, o pai conseguiu uma vaga de emprego como jardineiro. A mãe de Geraldo, desde que chegou na cidade em meados de 2012, trabalhava como comerciante pelas ruas do Brás. Compra roupas em atacado na Feira da Madrugada do Brás e revende pelas ruas e calçadas do mesmo bairro ao longo do dia. Realiza o mesmo trabalho de Falilatou e de tantos outros interlocutores da pesquisa.

Geraldo conta que o cotidiano no Jd. Piratininga é muito bom. Diz não conseguir imaginar a vida em São Paulo em outro bairro. Sua namorada, que morava na Penha, acabou se mudando para o Pira. Eles não moram juntos, mas vivem próximos um do outro. O angolano provou à namorada que o bairro é muito tranquilo, que existe muita segurança, não há roubo nem outro tipo de violência. A sensação de viver no Pira seria totalmente diferente da vida que se tem na Penha. Geraldo enfatizou inúmeras vezes que o bairro é extremamente calmo, apesar da convivência constante com o mercado de drogas, com transações feitas à luz do dia nas ruas. A população do Pira lhe acolheu de forma muito intensa. Seu Jeremias, a quem conheceu em uma reunião da UBS, colocou-o em contato com reconhecidos políticos do PT, entre eles o próprio ex-prefeito, que abriu muitas portas para que ele palestrassem em diversas atividades na cidade. Geraldo é um ator constante na produção de uma espacialidade onde alianças e

convergências entre migrantes transnacionais, migrantes brasileiros e/ou filhos de nordestinos se encontram e produzem formas de viver na precariedade.

Além de suas atividades de trabalho e estudo, ele passou a realizar ações voltadas à educação da população migrante e também brasileira no Pira. Ao lado do campo de futebol da UBS do Jd. São Francisco, na sede de uma ONG local, a Associação Panoá, que desenvolve uma série de ações com a população do bairro, Geraldo oferece aulas gratuitas preparatórias para o vestibular. Ele disse ter mais de 50 alunos por final de semana em aulas de matemática, física e química, ou seja, as disciplinas que ele domina com mais profundidade.

Em relação à documentação, Geraldo contou que solicitou refúgio e que não teve dificuldade para acessar os demais documentos brasileiros. Com o protocolo de solicitante de refúgio, ou então com o seu passaporte angolano, ele conseguia fazer tudo o que desejava no país. Relatou também que havia passado pela Cáritas e que sua entrevista com oficial de elegibilidade para verificar se ele seria ou não um candidato ao refúgio aconteceu. Entretanto, Geraldo teve seu pedido negado pelo Conare, sendo que a entrevista com o oficial de elegibilidade só ocorreu depois de três anos que ele havia iniciado o processo. O órgão não identificou em sua trajetória perseguição ou mesmo ameaça generalizada aos direitos humanos. Geraldo era apenas mais um *migrante econômico*.

Para não ficar em situação irregular no país, procurou a Defensoria Pública a fim de entrar com recurso para que seu caso seja reavaliado. Enquanto o caso é analisado no demorado e longo processo do Conare, Geraldo segue com acesso aos documentos brasileiros, com validade de um ano. Além de contatar a defensoria pública por meio do Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI), ele também buscou tirar dúvidas com um advogado particular. O advogado recomendou que ele se casasse com uma brasileira, assim facilitaria o trâmite da sua documentação, ou então que tivesse um filho no país – algo que sua mãe fez, pois chegou grávida de Angola e conseguiu se regularizar por meio do estatuto da reunião familiar. Em tom irônico, ele respondeu que não se casaria ou teria um filho por conveniência. Por ora, a situação como solicitante de refúgio, ainda que na etapa de recurso, não impactava sua vida. No entanto, ele dizia conhecer um número extenso de pessoas que tinham se casado simplesmente para regularizar a situação migratória no país. A questão documental não parecia ser um problema que tirava o sono de Geraldo, mesmo que seu caso fosse uma situação precária-permanente.

Além disso, outro elemento destacado por Geraldo em sua vida na cidade é a importância da Igreja Universal Reino de Deus. Toda sua família frequentava a igreja em

Angola. A prática religiosa sempre foi muito importante para ele e para os parentes. Geraldo não bebe álcool nem frequenta pancadões ou funk no bairro. Segundo diz, é um rapaz que se dedica aos estudos, ao trabalho, a ajudar aqueles que precisam e à igreja e à fé no Senhor.

O relato de Geraldo é bastante potente para pensarmos como a cidade, o bairro, a experiência e os modos de produção da vida urbana se fazem cotidianamente na interação entre diversos atores, em encontros muitas vezes fortuitos que escapam a projetos e estruturas pensadas para a *integração do migrante na sociedade nacional*. Não foi por meio das instituições de atendimento ao migrante nem das políticas públicas de intermediação de mão-de-obra que Geraldo se inseriu no mercado de trabalho. Foi por intermédio de contatos realizados no futebol de várzea que a oportunidade de trabalhar na UBS do bairro apareceu. Isso não significa que as casas de acolhida e as demais instituições que operam com a questão migratória em São Paulo não sejam importantes, longe disso. No entanto, revela-se aqui as pulsações de uma história desenrolada na periferia da cidade, em que a noção de “força do vínculo fraco” (Granovetter, 1973), da sociologia econômica, tem importância na consolidação das redes espaciais de produção da cidade. Destaca-se em primeiro plano o trânsito de Geraldo por múltiplas redes de sociabilidade. O futebol de várzea foi um caminho inicial de inserção em redes socioespaciais. Posteriormente, na UBS, ele passou a estabelecer vínculos com toda a comunidade do bairro, operando também em escalas múltiplas, sendo chamado pelo prefeito da cidade para palestrar sobre a situação da saúde da população africana em São Paulo. Foi em razão de seu trabalho como tradutor em uma UBS que Geraldo pôde conhecer lideranças históricas dos movimentos de moradia e também do Partido dos Trabalhadores, constituindo redes que cruzam as fronteiras de uma abordagem étnica-nacional sobre sua inserção na cidade. Por outro lado, os grupos e as redes constituídas pela população em diáspora no Brasil são fundamentais para compreender sua trajetória, pois localizam-se justamente nas dobras e traduções entre escalas variadas que constituem a cidade contemporânea.

Capítulo 4 – Tramas políticas em perspectiva: uma cartografia das lutas e alianças de migrantes transnacionais⁹⁵

Cena 1 – Brás, centro de São Paulo. Madrugada de 22 de maio de 2012.

Em uma suposta discussão de bar, homens brasileiros gritam e xingam alguns estudantes angolanos negros que confraternizavam no centro da cidade, no Brás. Após uma série de gritos xenófobos e racistas, o grupo de brasileiros se retira do ambiente e volta quinze minutos depois. Com armas em punho, disparam contra os angolanos. Quatro pessoas são baleadas, um dos tiros acerta a cabeça de Zulmira Cardoso, que cai morta no local. Zulmira, ou Zuzi como era chamada por familiares e amigos, cursava mestrado em Engenharia na Uninove e planejava retornar para Luanda, capital da Angola, assim que encerrasse o curso. O caso comove a sociedade angolana, jornais de Luanda e de São Paulo cobrem a tragédia. Organizações brasileiras se articulam com representantes da sociedade angolana na cidade, audiências públicas são realizadas nas câmaras legislativas de São Paulo. O caso do assassinato de Zulmira marca profundamente os africanos residentes em São Paulo. Inicia-se a campanha *Zulmira somos nós!*⁹⁶.

Cena 2 – São Paulo, entre 2013 e 2023.

Nascida no começo dos anos 1990 em Durban, na província de KwaZulu-Natal, costa leste da África do Sul, Nduduzo tem sua ancestralidade conectada ao povo Zulu. Proveniente de família com recursos suficientes para investir em sua formação educacional, Nduduzo fez graduação em Administração de Recursos Humanos, na mesma cidade. Em uma época conturbada de sua vida, inicia trabalho de aeromoça. Em uma viagem para São Paulo que deveria ter durado apenas uma semana, acaba sendo detida, acusada de tráfico internacional de

⁹⁵ Este capítulo é fruto de uma série de debates e interlocuções com parceiras de pesquisa e de ativismo. O cerne do argumento exposto foi produzido em coletivo. As virtudes e méritos da análise, partilho com Ana Lúcia Aguar, Karina Quintanilha e Vera da Silva Telles, a quem agradeço a parceria. Os problemas e possíveis lacunas da argumentação são de minha inteira responsabilidade. Destaco que uma prévia do argumento central do capítulo foi publicado no *Le Monde Diplomatique*, após o assassinato de Moïse Kabagambe (Aguar, *et. al.*, 2022). A proposta é fruto da minha inserção no grupo de pesquisa Cidade e Trabalho, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, coordenado pela Professora Vera da Silva Telles, assim como no grupo de ativismo Fronteiras Cruzadas – Fontié Ki Kwaze.

⁹⁶ Ver cobertura de um telejornal angolano, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n9VcEREeOfk>. Acesso em 9 set. 2023. Ver Nota de apelo do Instituto do Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil (IDDAB), disponível em: Acesso em 9 set. 2023. Ver matéria sobre audiência pública na Câmara do Município sobre o tema, disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/audiencia-publica-debate-morte-de-estudante-angolana/>. Acesso em 9 set. 2023. <https://oetrageiro.org/2012/05/29/estudante-angolana-assassinada-em-sp/>. Acesso em 9 set. 2023. Ver matéria sobre audiência pública na Câmara do Município de São Paulo, disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/audiencia-publica-debate-morte-de-estudante-angolana/>. Acesso em 9 set. 2023.

drogas, e é encarcerada. Entre 2013 e 2017, cumpre toda a pena que lhe foi atribuída: três anos e seis meses em regime fechado. Na prisão, participa de uma atividade de extensão universitária coordenada pela profa. Carmina Juarez, da Universidade de São Paulo. A experiência do cárcere muda radicalmente sua forma de ver a vida, sua leitura de mundo e seus planos futuros. O projeto *Voz Própria* desperta em Nduduzo uma característica que ela não explorava anteriormente, o que faz florescer sua potencialidade artística. Nesse momento, ela descobre-se cantora e multiartista. Diferentemente da maior parte dos encarcerados não-brasileiros, uma vez quite com a justiça brasileira, Nduduzo decide morar em São Paulo, onde havia criado raízes a partir da experiência carcerária. Nduduzo passa a desenvolver diversas atividades artísticas, performances, canto, teatro e dança. Participa da montagem da peça *Inútil Canto e Inútil Pranto pelos Anjos Caídos*, do dramaturgo Plínio Marcos, pela Escola de Artes Dramáticas da USP. Junta-se ao elenco do Teatro Oficina, do consagrado e recém-falecido José Celso Martinez Correa. Enquanto sua vida fora do cárcere se produzia em intensa articulação com movimentos artísticos e culturais na cidade, ela enfrenta de cabeça erguida uma série de iniciativas para expulsá-la do país, movidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. A construção de fortes vínculos na capital paulista fez surgir uma intensa campanha para que Nduduzo ficasse em solo brasileiro. A campanha #NduduzoTemVoz, lançada dia 8 de março de 2018, dá ressonância à sua luta e segue engajada até o presente momento, contra sua expulsão e pela documentação que permita Nduduzo morar no país.

Cena 3 – Bairro Cidade AE Carvalho, zona Leste de São Paulo, pacato domingo do começo da pandemia de Covid-19. Maio de 2020.

Ainda que em plena pandemia de Covid-19, alguma efervescência tomava as ruas do bairro Cidade AE Carvalho, na zona Leste de São Paulo. O frentista João Manuel acabara de encontrar um conhecido, também angolano, que lhe pediu cinquenta reais emprestado para comprar fraldas para a filha. Enquanto João Manuel buscava o dinheiro para o amigo, um brasileiro passa a insultar e xingar os africanos. O brasileiro grita palavras racistas e xenófobas contra os migrantes. Sem que nenhum dos dois pudessem esperar, o brasileiro saca uma faca e parte para cima de ambos. Enquanto o amigo consegue se esquivar da lâmina, ferindo-se levemente, João Manuel é perfurado três vezes e cai morto no meio da rua. O conflito, segundo todos os relatos prestados à polícia e à imprensa, iniciou-se a partir de motivo fútil, em que o brasileiro desacorçoado com a própria vida, acusava os africanos de saírem de seus países de origem para roubar empregos em São Paulo e receber o auxílio-emergencial, programa de

transferência de renda ofertado no contexto da pandemia. O assassinato de João Manuel mobilizou a comunidade angolana e migrante em São Paulo e a campanha #VidasImigrantesNegrasImportam ganha as redes para dar ressonância a mais um caso de violência. Constitui-se uma rede de ativistas que visa arrecadar recursos para a família. Um advogado trabalhista é mobilizado para garantir os direitos ao frentista assassinado, com objetivo de remeter à Angola, onde viviam a esposa e o filho.

Cena 4 – Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. Janeiro de 2022.

Em um quiosque na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, câmeras de segurança flagram três homens, portando um taco de baseball, espancaram até a morte o jovem congolês Moïse Kabagambe, refugiado de guerra da República Democrática do Congo. No chão, já imobilizado a partir de técnicas de artes marciais, pauladas, socos e pontapés atingem as costas, o tórax e a cabeça do jovem trabalhador. A surra não para. Em seguida, remetendo às histórias mais tenebrosas do passado escravagista brasileiro, o jovem é amarrado com cordas em um dos pilares do quiosque. Não se tratava do pelourinho de séculos atrás, mas do martírio do corpo negro e africano na cidade maravilhosa, após reivindicar o pagamento de suas diárias de trabalho. Sem vida, o corpo fica jogado na rua, amarrado ao poste. Enquanto isso, as atividades do quiosque na beira da praia seguem normalmente. Familiares afirmam que Moïse se dirigiu ao quiosque para cobrar duas diárias de trabalho não pagas, que somavam R\$ 200. Quatro dias após a tragédia, depois de pressão realizada pela família e pela comunidade congoleza no Rio, as imagens registradas pelas câmeras de segurança circulam na imprensa. As cenas são fortes, uma selvageria. As imagens viralizam pela internet e pautam a grande imprensa. Conseqüentemente, revolta, indignação e protestos começam a surgir. O caso toma grande envergadura: violência, racismo e discriminação contra migrantes tornam-se o eixo das articulações que dão ressonância ao caso. Poucos dias depois, movimentos de negritudes e de migrantes realizam reuniões de articulação por todo o país. Na semana seguinte, ainda na pandemia, uma das maiores manifestações de rua no período pandêmico toma a Avenida Paulista em São Paulo, o ato por #JustiçaPorMoïse torna-se evento histórico da mobilização de migrantes no país.

As quatro cenas narradas anteriormente, somadas à cena inicial sobre Falilatou, apresentam histórias múltiplas. Umás mais e outras menos infames, para retomar o termo usado

por Foucault (2003). O assassinato brutal de Moïse é a história que mais ganhou fama e envergadura, pautou debates e articulações de norte a sul. Não à toa, em janeiro de 2023, ao completar um ano do assassinato do congolês, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, na terceira gestão de Lula, lançou o Observatório Moïse Kabagambe – Observatório da Violência contra Refugiados (MJSP, 2023). A construção deste Observatório é produto de uma série de articulações e tramas relacionais que ganharam corpo nos últimos tempos. As cenas mobilizadas servem como guia para rastrear as pautas e os modos de engajamento que produziram alianças em torno da temática migratória. Em conjunto, as cinco historietas retratam situações enfrentadas por migrantes no país, algumas apresentam desfechos terrivelmente trágicos e outras seguem com o futuro em aberto e em disputa. Uma linha marcante atravessa cada uma delas, situadas em tempos e espaços variados: trata-se da construção de uma rede de organização da indignação e a articulação de grupos de ativismos que formam enleios de mobilização e alianças em meio a toda sorte de aridez das violências vividas, sejam elas perpetradas pelo Estado ou situadas no cotidiano dessas pessoas. O próprio Observatório Moïse deve ser lido como um dos produtos desse processo, que surge a partir de um adensamento dos vínculos entre diferentes grupos de ativismos. São essas as tramas que se pretende rastrear neste capítulo.

O caso de Moïse talvez tenha sido o mais paradigmático por ter ocorrido em bairro da elite carioca, ter sido gravado e divulgado. A violência sofrida emulava as piores recordações do martírio do corpo negro escravizado. A forma como tudo transcorreu em aparente normalidade, a banalização do corpo negro morto jogado em meio ao serviço de atendimento do quiosque, entre um trago de cerveja e outro de cigarro. Tudo parecia transcorrer dentro da rotina esperada, a não ser pelo fato de haver um corpo sem vida amarrado a um poste. A insensibilidade e a invisibilidade da cena chocaram de modo profundo parcelas da população de norte a sul do país. A exibição sensacionalista do vídeo na televisão e nas redes sociais digitais fortaleceram a compreensão coletiva de que aquela cena superava em muito o limite do tolerável. O racismo xenófobo tornava-se explícito demais, exacerbadamente literal e visceral, havia cruzado o Rubicão, deixou de transcorrer supostamente como de costume no país, de modo implícito e velado. O martírio do corpo negro foi filmado e apresentado a todo o país. Familiares e amigos denunciavam a omissão das autoridades tanto no atendimento ao refugiado, como na investigação. Polícia Militar, Guarda Civil Metropolitana e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) eram acusados de terem negligenciado o atendimento e a

investigação após o acontecido. A violência sofrida por Moïse era reiterada pelo modo como operadores estatais atuavam na ocasião.

O caso ganha ressonância na imprensa e na pauta política do país quatro dias após o assassinato, depois da mobilização dos familiares. Depoimentos dramáticos dos parentes e amigos se conjugavam às imagens tenebrosas das inúmeras pancadas no corpo do jovem. Uma vez que o tema vira pauta pública, os movimentos negros e de migrantes mobilizam-se em diferentes cidades do Brasil e em capitais do mundo (Paris, Londres, Nova Iorque, Berlim, Luanda, entre outras), no começo da flexibilização das restrições impostas pelo período de isolamento social da pandemia de Covid-19. De forma inédita, a construção da manifestação articula de modo profundo os movimentos migrantes com outros movimentos sociais brasileiros, em especial o movimento negro. Com uma capilaridade profunda, graças às alianças tecidas, ocorrem manifestações públicas em todo país, seguramente, a maior jornada nacional de manifestações desde o início da pandemia. Acontecem atos nos dias 4, 5 e 6 de fevereiro de 2022, a menos de dez dias após o assassinato do jovem, em cidades como Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS), Salvador (BA), São José do Rio Preto (SP), Carapicuíba (SP), São José dos Campos (SP), Santos (SP), Belo Horizonte (MG), Divinópolis (MG), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Natal (RN), Redenção (CE), Recife (PE), Curitiba (PR), Palmas (TO), Goiânia (GO), Macapá (AP), entre muitas outras cidades⁹⁷.

Em São Paulo, migrantes de diferentes cantos da cidade ocuparam a Avenida Paulista. Associações de bairro e de diferentes comunidades de migrantes se aliaram a sindicatos de trabalhadores e outros movimentos sociais para viabilizar a caravana de ônibus que transportaram os manifestantes. Destaca-se, inclusive, que um ônibus saiu do Jd. Piratininga repleto de migrantes e outros ativistas. Seu Jeremias, liderança que teve a trajetória abordada no capítulo anterior, estava na avenida manifestando-se junto aos demais participantes. As faixas e palavras de ordem eram por *Justiça por Moïse*, gritava-se que *Vidas Imigrantes Negras Importam*, cartazes contra o genocídio da população negra eram vistos ao lado de demandas pelo direito ao voto (apenas brasileiros e naturalizados tem direito ao voto no Brasil), pela validação de diplomas de migrantes (esta é pauta cara dos movimentos de migrantes, que enfrentam caminhos muito difíceis para validarem os diplomas no país), por políticas afirmativas e garantia de direitos previstos na Lei de Migração e no Estatuto dos Refugiados, entre tantas outras pautas. Ao longo da realização da pesquisa, participei de todas as Marchas

⁹⁷ Ver: Atos Justiça por Moïse..., 2023.

do Imigrante, evento anual organizado por entidades de representação de migrantes. Tais atos agregavam em geral um número menor de participantes quando comparado ao ato após o assassinato de Moïse, além disso, costumavam mobilizar apenas grupos de migrantes organizados em associações e entidades. A manifestação do dia 5 de fevereiro de 2022 estava repleta de migrantes que se puseram a marchar pela primeira vez em São Paulo, tamanha a indignação. Encontrei uma série de interlocutores de pesquisa que, em geral, não se encontravam mobilizados ou articulados em movimentos.

A significativa capilaridade identificada nos atos não foi construída unicamente naqueles dez dias que decorreram entre o assassinato do congolês e o dia da manifestação. O ponto a destacar é que, como se viu nas diferentes histórias que foram apresentadas, seja na mobilização em torno do caso de Falilatou, ou nos relatos sobre o assassinato de Zulmira, e nas campanhas em torno de João Manuel e Nduduzo, todas as situações desdobram-se em articulações e alianças que definitivamente não se limitam aos grupos identitários ou comunidades de migrantes implicadas. Uma construção prévia vinha dando corpo a esse tipo de engajamento que se faz com a presença corpórea na rua. Toda uma política de alianças se fez presente em ato.

Para compreender o que se observou nas cenas descritas e nas convergências narradas em torno dos processos de fazer-cidade abordados nos capítulos anteriores, mobiliza-se as ideias propostas por Butler (2018, p. 15) em *Corpos em alianças e a política das ruas*. Para a autora, agir em aliança e concordância pode ser uma forma corporificada de colocar em questão as noções reinantes da produção da política. Ela destaca a característica marcante da compreensão dos corpos que ocupam as ruas e espaços públicos em contestação, isto porque são esses mesmos corpos que partem de uma condição precária que os estimula a produzir alianças. São esses corpos variados, diferentes, múltiplos, que exigem emprego, moradia, assistência médica ou que reivindicam a pauta que for, em uma condição de precariedade que se torna acelerada e cada vez mais partilhada. Butler diz constatar o óbvio, em um momento em que o óbvio parece estar desaparecendo. Isto é, compreender como a precariedade partilhada engaja de maneira importante as ações corpóreas que se assemelham às assembleias públicas. Deve-se lembrar que ela estava analisando especificamente as manifestações *Occupy* que tomaram espaços variados no mundo, de Wall Street em Nova Iorque, passando pela Praça Tahrir, no Cairo, à Praça Puerta del Sol, em Madri. Os motivos que levaram a essas ocupações são múltiplos, cada um situado em tempo e espaço específico, mas de modo geral trata-se de oposição a governos despóticos, a regimes securitários, ao nacionalismo, ao militarismo, à

injustiça econômica, à desigualdade de direitos de cidadania, à condição de apátrida, aos danos ecológicos, à intensificação da desigualdade econômica e à aceleração da condição precária (Butler, 2018, p. 16).

É a condição precária, tal como formulada por Butler, que serve como guia para entender o conjunto de alianças. A precariedade refere-se à condição de vulnerabilidade e instabilidade que todas as pessoas podem vir a enfrentar em algum momento de suas vidas. Ela argumenta que a precariedade é uma parte fundamental da experiência humana e que todos estão sujeitos a condições precárias, como doença, desemprego, perda de entes queridos e assim por diante. Todos estão expostos ao que pode acontecer, todo corpo é ontologicamente vulnerável, não podendo controlar todas as condições que constituem a vida. Por mais invariável que essa verdade geral seja, ela é vivida diferencialmente: desempregados e trabalhadores, por exemplo, estão muito mais vulneráveis a serviços sociais ineficientes e a acidentes de trabalho do que outras pessoas. A noção de precariedade ajuda a perspectivar a própria noção de identidade fixa ou estável, uma vez que as identidades são variáveis e móveis, construídas socialmente e mutáveis ao longo do tempo. A precariedade diz respeito ao fato de as identidades serem construídas sempre em relação com outro, trata-se de condição ontológica de produção da vida, em que se pressupõe sempre uma rede de cuidados e afetos, uma vez que não existe corpo autossuficiente. A precarização emerge exatamente quando essa rede se desfaz e revela aquilo que Achille Mbembe denomina de *populações descartáveis* (Mbembe, 2018), que se referem a grupos de pessoas tratadas como dispensáveis ou excedentes pela ordem política e econômica dominante. São pessoas cujas vidas são consideradas de pouco valor ou cujas mortes não são significativas o suficiente para desencadear uma resposta política ou moral significativa. Essas populações podem ser marginalizadas com base em critérios como raça, etnia, classe social, gênero e nacionalidade. E, claro, não se pode deixar de reter que esses critérios mudam conforme o tempo e espaço específicos. A precariedade emerge da destruição sistemática das condições infraestruturais de vida por políticas múltiplas. Butler destaca que todos somos dependentes de relações sociais e de uma infraestrutura permanente para manter uma vida vivível, de forma que não é possível se livrar dessa dependência (Butler, 2018, p. 27).

Adiante, Butler denuncia como muitas vezes ONGs e associações cristãs atuam no sentido de amenizar os impactos da violência cometida por essas diretrizes de destruição, sendo que em tantas outras vezes essas entidades acabam por legitimar ou, pior, inserir a lógica do mercado nesses espaços de terra arrasada. De modo algum a autora é contra a amenização do sofrimento, mas ela mostra que quando as tarefas dessas entidades assumem o lugar da oposição

mais profunda – a referência aqui é o caso da ocupação da Palestina por Israel, quando se deixa de pautar o fim da própria ocupação – pode-se correr o risco de transformar tais práticas em instrumentos meramente funcionais (Butler, 2018, p. 19). Essa ideia pode ser potente para pensarmos o modo como as entidades religiosas em São Paulo podem vir a atuar frente às questões migratórias. A lógica da implementação de projetos – com seus roteiros de público-alvo, meta, produtos e toda uma linguagem que advém das práticas de mercado –, com a respectiva atuação voltada sobretudo para cuidar e acolher os mais brutalizados nesse processo, pode esvaziar em alguma medida o sentido desafiador e potente de um trabalho voltado para a superação dos problemas que estão nas raízes do fenômeno em questão. Nesse sentido, pode haver uma profissionalização e tecnicização da ajuda humanitária, que serve sobretudo para tornar a situação mais amena e, em alguma medida, minimamente tolerável socialmente. Essa situação de precariedade denunciada e desenhada por Butler é produto típico da ordem neoliberal, destaca a autora.

A precarização denunciada por Butler refere-se a uma situação biopolítica. A precarização é induzida e reproduzida por instituições governamentais e econômicas, e esse processo conduz as populações, com o passar do tempo, à insegurança e à desesperança – são os trabalhos temporários, serviços sociais destruídos, desgaste geral dos vestígios do que um dia pôde ser lido na chave de direitos sociais, privilegiando modalidades empreendedoras apoiadas por forte viés de responsabilidade individual e pela obrigação de maximizar o valor de mercado. Para Butler:

(...) esse importante processo de precarização tem que ser suplementado por um entendimento de precariedade, efetuando uma mudança (...): a precariedade implica um aumento da sensação de ser dispensável ou de ser descartado que não é distribuída por igual na sociedade. Quanto mais alguém está de acordo com a exigência da responsabilidade” de se tornar autossuficiente, mais socialmente isolado se torna e mais precário se sente; e quanto mais estruturas sociais de apoio deixam de existir por razões “econômicas”, mais isolado esse indivíduo se percebe em sua sensação e ansiedade acentuada e “fracasso moral”. O processo envolve uma escalada de ansiedade em relação ao próprio futuro e em relação àqueles que podem depender de outra pessoa; impõe à pessoa que sofre dessa ansiedade um enquadramento de responsabilidade individual, e redefine a responsabilidade como a exigência de se tornar um empreendedor de si mesmo em condições que tornam uma vocação dúbia impossível. (Butler, 2018, p. 21)

A teoria da assembleia proposta por Butler neste texto visa justamente se opor à sensação cada vez mais individualizada de ansiedade e fracasso, frisando a condição socialmente partilhada e injusta dos processos sociais. Assim, a assembleia, ou as manifestações e ocupação das ruas, esses acontecimentos apoteóticos, desempenham papel provisório e plural

de coexistência, em que corpos múltiplos tomam as ruas numa partilha da condição de precariedade. A autora sugere que essas assembleias podem ser entendidas como versões nascentes e provisórias da própria soberania popular.

Os corpos reunidos na Avenida Paulista, com faixas que diziam *Vidas imigrantes negras importam*, reformulavam a palavra de ordem que moveu os Estados Unidos após o assassinato de George Floyd por um policial. A gramática dos protestos e das resistências circulam pelo globo. Trata-se de afirmar justamente que esses corpos não são descartáveis. Se a precariedade é condição ontológica da vida humana, sugere Butler, não é possível faltar moradia sem que exista uma falha, um fracasso social no sentido de organizar a acessibilidade à moradia a toda e qualquer pessoa. Ninguém sofre com o desemprego sem que exista um sistema ou uma economia política que fracassa em salvaguardá-lo dessa possibilidade. A formulação da autora visa destruir uma forma de pensamento embasada na responsabilidade individualizadora e enlouquecedora. Sua perspectiva coloca-se a favor de uma ética de solidariedade que afirma, de partida, a dependência mútua, a dependência de infraestruturas e redes sociais viáveis, abrindo caminho para a construção de condições de possibilidade de vida coletiva e institucional que aborde uma condição precária induzida (Butler, 2018, p. 28).

As formulações de Butler ajudam a entender como foi possível a existência de tantos atos simultâneos no país e no mundo. No cerne desse campo de possibilidades repousam as experiências partilhadas do viver em diáspora e das dificuldades e percalços da precária inserção dos migrantes transnacionais nas cidades brasileiras. De norte a sul, na vida de inúmeros migrantes, sobretudo os negros africanos ou caribenhos (haitianos em primeiro lugar), as histórias e situações de violência e crueldade são cotidianas. A dificuldade para encontrar moradia e trabalho minimamente dignos, ou seja, a condição precária nessa jornada, é partilhada por aqueles que vivem no Rio de Janeiro, São Paulo ou Manaus. Assim como as inseguranças engendradas pelas dificuldades de documentação e garantias de permanência no país, as ameaças de deportação e expulsão são características vividas e partilhadas de modo estrutural por todos os cantos do país. Não se pode deixar de mencionar os racismos e xenofobias que recaem sobre os corpos não brancos, em especial os negros e indígenas. É o compartilhamento do mesmo tipo de precarização que vem constituindo em todos os cantos uma rede política de indignação e de organização dos sentidos de pertencimento.

A máxima de que onde o poder incide, formas de contorná-lo e de resistir insurgem, é bastante verdadeira no caso das lutas migrantes. A cena do assassinato de Zulmira Cardoso, em 2012, foi marcante à época, ainda que não tenha tido tanta repercussão como o caso de Moise.

O professor Bas'Illele Malomalo, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), em artigo publicado em 2016, debate as mobilizações de migrantes africanos em São Paulo a partir do assassinato de Zulmira, por meio de pesquisa documental realizada entre 2012 e 2015. Ele relata como, após se inteirar do assassinato, fez um chamamento público enquanto diretor do Instituto do Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil (IDDAB), em um manifesto denominado *Morte da estudante angolana interpela a comunidade africana para a ação*. No manifesto de 2012, Malomalo denuncia:

Acabamos de receber a notícia triste de que uma discussão de bar entre estudantes africanos angolanos com alguns clientes brasileiros acabou em morte de uma universitária angolana e ferimento dos outros em São Paulo. (...) A transferência do racismo contra os negros-brasileiros para os corpos dos negros-africanos é uma das explicações dessa violência que tendem quase ao genocídio dos africanos no país: o fato de ser negro se torna o motivo de eliminação dos portadores da negritude. Se não é a polícia que comete essas ações bárbaras, são os cidadãos brasileiros comuns que o fazem. Pois, na sua mente acreditam que o corpo negro não vale nada e o corpo negro-africano pior ainda. Essa prática racista e desumana para ser compreendida deve-se acionar a arqueologia da escravidão racial das plantações e o racismo do século XIX que deixaram suas marcas nas estruturas sociais e burocráticas dos séculos XX e XXI no Brasil. Essas práticas andam contra os direitos humanos e da Constituição Brasileira. (Malomalo, 2012)

É a partir deste bárbaro assassinato que se inicia a primeira campanha que conseguimos rastrear cuja pauta são as violências cometidas contra migrantes negros no Brasil. A mobilização *Zulmira somos nós!* foi lançada dias depois, no dia da África no Brasil, 25 de maio. A campanha contou com engajamento do CDHIC, do mandato do vereador Carlos Nader (PT), da UNEafro, da Educafro, da Associação União de Estudantes Angolanos, da Missão Paz, da Casa do Imigrante, do Conselho da Comunidade Peruana, da Associação Presença da América Latina e da Rede Espaço Sem Fronteiras. A mobilização provocou a realização de audiências em diversas instâncias do Governo Federal, como SEPPIR e CNIg. Ocorreram atos públicos cobrando a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e audiência pública na Câmara dos Vereadores de São Paulo. Em 2012, como informa o detido trabalho de Malomalo, o movimento negro inicia uma aproximação com a temática. Destaca-se também que, ao longo desse período, a consolidação da Coalizão Negra por Direitos, uma extensa rede que conjuga mais de 250 entidades e associações do movimento negro no país, de perfis variados, com atuações em escalas diversas, amplificou o poder de mobilização dos múltiplos movimentos sociais de negritude. A Coalizão Negra foi um importante sujeito na organização de atos públicos de protesto contra políticas punitivistas, de morte e destruição do governo Bolsonaro.

Como evidencia cada uma das cenas descritas na abertura deste capítulo, a presença de migrantes no Brasil está longe de conformar enclaves étnicos. O mosaico como metáfora para compreendermos a constituição da cidade, composto por vários fragmentos encerrados em si, foi substituído pela ideia do caleidoscópio, em que múltiplas conexões e rearranjos configuram-se e reconfiguram-se a cada momento. Os migrantes fazem parte da vida urbana de São Paulo. Estão presentes nos vários circuitos de mercados informais. A história de Falilatou evidencia exatamente as jornadas intensas e precárias da trabalhadora ambulante, comprando de madrugada e revendendo de dia, fugindo do *rapa* e de outras violências diversas. Nduduzo coloca em cena as dinâmicas de encarceramento em massa, numa guerra contra o comércio de drogas fadada ao fracasso. Em ambas as narrativas, o Estado surge como o principal perpetrador de violências. Tais histórias apresentam ressonância com tantas e tantas outras dos despossuídos urbanos que habitam as cidades, sejam eles brasileiros ou não. É a lógica predatória dos mercados o que produz as condições de precarização a que se referia Butler, como evidenciamos páginas atrás.

Evidenciou-se nos capítulos anteriores como a vida urbana em São Paulo foi alterada pela presença migrante de várias nacionalidades no comércio, nos serviços e nos circuitos culturais. Isso implicou uma nova cartografia política que se constitui ao longo dos anos. Mostrou-se como foi relevante a multiplicação de associações e coletivos migrantes, grupos e redes de apoio em torno de igrejas localizadas em bairros periféricos e a inserção dessa população no sistema de saúde. Desde a virada dos anos 2010, o número de coletivos articulados na cidade ampliou-se exponencialmente, seria impossível rastrear toda a multiplicidade deles. Alguns, com articulação mais ampla junto à imprensa, apresentam alcance e reverberação pública relevante, como as associações fundadas e constituídas por migrantes, como é o caso da União Social dos Imigrantes Haitianos (USIH), da Associação de Mulheres Imigrantes Luz y Vida (AMILV), da Associação dos Congolezes pelo Brasil, da Associação da Comunidade da Guiné Bissau e da Comunidade Senegalesa. Isso sem falar de organizações institucionalizadas, como é o caso da Pacto pelo Direito de Migrar – África do Coração (PDMIG), que tratamos anteriormente, e da ONG Identidade Humana, que são financiadas pela Acnur e outras fontes para atuar junto aos migrantes, além de entidades filantrópicas mais antigas (Missão Paz, Cáritas, CAMI, CDHIC), que há muitos anos operam como ponto de apoio e referência sobretudo para os recém-chegados.

Em alguma medida, ao iniciar a escrita da pesquisa, propúnhamos rastrear e inventariar a multiplicidade de atores políticos envolvidos nas malhas associativas e coletivas que

produzem sentido de pertencimento e de ação junto e pelos migrantes em São Paulo. Ao longo do trabalho de campo, a empreitada foi perdendo fôlego por se verificar a impossibilidade de inventariar um número de iniciativas que cresce exponencialmente. E, ainda, é importante ressaltar outras tramas que operam o sentido de coletividade e que não se apresentam como iniciativa política, como o caso das inúmeras igrejas cristãs neopentecostais frequentadas por migrantes. De todo modo, o que vale reter para o argumento do capítulo é que a constituição dessa trama associativa, heterogênea e diferenciada responde a uma série de pautas específicas, frequentemente localizadas e situadas. No entanto, destaca-se a constituição de uma rede comunicativa por onde fluem as informações, em especial, nas redes sociais operadas nos telefones celulares, onde a circulação ganha velocidade. Os eventos críticos de violência e discriminação, assim como vídeos de migrantes morrendo em travessias super arriscadas para os países do Norte, circulam com rapidez. Nessa multiplicidade de acontecimentos, alguns eventos específicos ganham ressonância e passam a convergir com múltiplas institucionalidades e atores políticos que atuam em torno do campo migratório e além.

Em certa medida, essa capilaridade das experiências migrantes se constela no Fórum Internacional Fontié Ki Kwaze (Fronteiras Cruzadas, em crioulo haitiano). O Fórum é uma iniciativa de pesquisadores da USP e da Unicamp, que passou a articular uma rede de pesquisadores e grupos de pesquisa, associações, ONGs, advogados e defensores de direitos humanos, coletivos negros e movimentos sociais. Passo a fazer parte desta rede no primeiro ano do doutorado, em 2017, quando entro em contato com atividades realizadas na Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP). Coordenado pela ativista e pesquisadora Karina Quintanilha, junto a outros ativistas migrantes ou não, o Fronteiras Cruzadas implodia os muros das universidades por meio de formas inovadoras de produção de conhecimento, ao incorporar práticas, conhecimentos e saberes dos coletivos migrantes. Já na primeira atividade que acompanhei, muito me impactou a presença massiva de migrantes, seus coletivos e associações. Passei a fazer parte do coletivo desde então, me engajando nas ações realizadas posteriormente. Daniel Perseguiu era o responsável por levar o Fórum ao universo das artes, inserindo o coletivo em performances artísticas e de audiovisual. A iniciativa impressionava por mobilizar associações múltiplas de migrantes, articulação com diferentes escalas de governo, uma rede impressionante de interlocução com operadores do Estado, sobretudo Defensoria Pública e Ministério da Justiça, além da atuação junto a representantes da política institucional, como deputados e vereadores. O Fórum revelou-se um verdadeiro operador de escalas, para retomar o conceito lançado no primeiro capítulo desta tese (Çaglar; Schiller, 2018).

A força e alcance das mobilizações em torno do assassinato de Moïse ancoram-se em formas de articulação e construção de alianças engendradas por redes como o Fórum Fontié Ki Kwaze. Ivana Lay, mãe de Moïse, em entrevista para o jornal O Globo, afirmou “Eu fugi do Congo para que eles não nos matassem. No entanto, eles mataram o meu filho aqui como matam em meu país. Mataram o meu filho a socos, pontapés. Mataram ele como um bicho”. A sua declaração pode ser tomada como fórmula sintética, uma pauta política que se explicita nesse ato de brutalidade. A afirmação da mãe do jovem produz equivalências entre a guerra vivida na República Democrática do Congo, assentada na sanha do mercado global pelos minerais do país, que vem dizimando parte da população, com a espécie de guerra social, própria da cena brasileira e que opera por agressivas práticas de racialização. Nesse jogo, o outro é colocado para fora dos limiares da humanidade – *mataram ele como bicho*. Como foi destacado no artigo coassinado por mim (Aguiar, *et al.*, 2022), nesse ato e nessa fala, os pontos se articulam: entram em ressonância a violência que se abate sobre corpos negros, migrantes e não migrantes.

Deve-se destacar como a faixa em riste no ato contra o assassinato de Moïse, *Vidas Imigrantes Negras Importam*, mais do que uma mera palavra de ordem, ecoa o lema de uma outra rede que passou a se organizar alguns anos antes, a partir do assassinato de João Manuel, o angolano frentista de 47 anos. O angolano vivia em um bairro de Itaquera, zona Leste paulistana, conhecido pela grande presença de africanos e outros migrantes. As denúncias de racismo e xenofobia passaram a ser frequentes na região, informa a liderança Hortense Mbuyi, advogada congoleza, ex-presidente da Conselho Municipal dos Imigrantes de São Paulo e também ativista do coletivo Fronteiras Cruzadas – Fontié Ki Kwaze. O racismo e a xenofobia, argumenta Hortense, vão além das micro-histórias que nunca chegam ao noticiário, e que compõem o cotidiano da experiência desses migrantes no uso dos serviços públicos, nos ambientes de trabalho, nas ruas, nos transportes públicos.

Hortense foi figura central na articulação e na campanha para alguma reparação em torno do assassinato de João Manuel. À época, ela morava no mesmo bairro do angolano e, por conta de sua intensa atuação, acabou saindo da região por temer a própria vida, do marido e dos filhos. De imediato, após o assassinato de João Manuel, foi lançada uma campanha de denúncia, de valorização da cultura negra e africana e apoio à família da vítima – principalmente em busca dos seus direitos trabalhistas e previdenciários, pois foram encontradas evidências de que o posto de gasolina havia retido a carteira de trabalho do migrante. Deve-se lembrar que o assassinato de João Manuel ocorreu na época em que a indignação pela execução de George Floyd nos Estados Unidos pautava o movimento negro global. Demarcando a sintonia com os

amplios protestos dos movimentos negros norte-americanos e também em outros países, a rede de solidariedade em formação ganhou o lema *Vidas Imigrantes Negras Importam*, em referência ao movimento *Black Lives Matter*. Um posicionamento claro e militante de articulação de pautas de movimentos negros e de migrantes.

Foi também o mesmo coletivo, o Fórum Fontié Ki Kwaze, que no início de 2021, ao saber da história de Falilatou, uma vez mais acionou e intensificou sua atuação em rede. Falilatou, migrante togolesa cuja história abre esta tese, tinha pouco domínio do português falado e nenhum de qualquer idioma escrito. Trabalhadora do comércio ambulante no Brás, Falilatou é uma *comerciante do corre*, sem regularização, sempre de olho nas dinâmicas de repressão e de fiscalização, que se acentuaram consideravelmente desde a Operação Delegada, quando a Prefeitura institucionaliza um tipo de bico para os policiais militares atuarem no controle de regiões de intenso comércio ambulante (Freire da Silva, 2014). Falilatou compra as mercadorias no atacado na Feira da Madrugada para revender durante o dia nas ruas do Brás, em geral no varejo. Sua jornada de trabalho extrapola facilmente quinze horas diárias. Como detalhado anteriormente, ela teve sua *kitnet* invadida e revirada pela Polícia Civil. Sem entender o que acontecia, mobilizou um amigo-parente, a quem ela chama de irmão; foi à delegacia verificar porque a buscavam, quando foi retida e encarcerada, pois seu nome constava como titular de conta bancária que teria movimentado volumes milionários de dinheiro. No âmbito da Operação Anteros, mega investigação da Polícia Civil contra uma suposta quadrilha transnacional que aplica *estelionato emocional*, o caso da Falilatou figurou entre os duzentos mandados de prisão emitidos simultaneamente em várias cidades do país. Assim como aconteceu com Falilatou, muitos outros migrantes foram vítimas de um sistema persecutório que não analisa os casos que processa. O processo criminal de Falilatou correu em Martinópolis, no interior paulista, onde não existe Defensoria Pública.

Os policiais e juízes do caso pouco se importaram em considerar as contra evidências de toda a história. O mandado de prisão foi emitido em conjunto, sem individualizar cada uma das acusações. Falilatou foi classificada como correntista, estelionatária, que auxiliava no processo de lavagem de dinheiro. A refugiada relatou nunca ter tido conhecimento sobre a história, abriu apenas uma conta no Brasil, jamais três como era acusada. Mas, a investigação não foi atrás de imagens de câmeras de segurança ou perícia técnica para analisar que a assinatura da abertura das contas não era a da togolesa. Apenas a pobreza e precariedade das condições de vida e de trabalho de Falilatou eram suficientes para que o sistema de justiça a considerasse culpada. De todo modo, as características de penúria e de vida extremamente

precária serviriam de contraprova de que a refugiada não era receptadora de todo o volume de dinheiro que lhe acusavam.

Por algum acaso da história, a prisão de Falilatou veio a público, quando a refugiada estava há mais de quatro meses encarcerada. Em um período relativamente rápido, a mobilização das redes de apoio ganhou grandes proporções: além dos advogados que se encarregaram da defesa jurídica, grupos de ativistas de direitos humanos, coletivos migrantes, coletivos negros, representantes de associações de trabalhadores ambulantes, assim como coletivos anticarcerários prontamente construíram aliança para garantir liberdade para Falilatou. Isto é, um campo de coletivos, associações e defensores de direitos humanos, junto a representantes do Estado e a da política partidária institucional, convergiram em torno de uma ação específica: a liberdade da togolesa e a visibilização das injustiças, o racismo e a xenofobia contra migrantes e refugiados. Em um curto espaço de tempo constitui-se um campo de articulação de pautas diversas, defendidas por seus respectivos movimentos e coletivos, cujos repertórios circulam e entram em ressonância uns com os outros. Em seu entrecruzamento, as linhas de força que atravessam os espaços de vida e trabalho de populações precarizadas, sujeitas à violência policial e à lógica punitivista que rege os dispositivos de *gestão da ordem*, tudo isso crivado por agressivas práticas de racialização e criminalização (Aguiar, *et al.*, 2022).

Ressalta-se a relevância da mobilização de determinados mandatos ativistas, como o da bancada da então deputada estadual Érica Malunginho (PSOL) e do então vereador Eduardo Suplicy (PT). Além de acionar recursos políticos e jurídicos próprios do legislativo para a campanha, foi realizada uma audiência pública⁹⁸ sob a presidência do vereador Eduardo Suplicy (PT), conferindo ainda mais força à pressão para que os juízes encarregados acolhessem o pleito pela liberdade da togolesa e se dispusessem a acelerar a superação dos supostos entraves técnico-jurídicos para essa decisão. Vale ressaltar a influência do vereador, que chegou a redigir uma carta ao juiz de Martinópolis e ainda falou ao telefone com o magistrado, que prontamente resolveu dar maior atenção ao caso, permitindo que Falilatou respondesse em liberdade.

Pouco tempo depois de lançada a campanha, a togolesa foi solta para responder ao processo em liberdade. A rede que se mobilizara seguiu articulada angariando recursos para que ela conseguisse trazer seu filho do Togo. O adolescente morava com parentes e ela o sustentava à distância. Meses depois, ela conseguiu viabilizar a vinda do jovem para São Paulo. O menino foi matriculado em colégio brasileiro e em pouco tempo já dominava bem o

⁹⁸ Fiz uma fala nesta audiência pública, representando o grupo Cidade e Trabalho, coordenado pela professora Vera Telles. A audiência ocorreu no dia 31 de maio de 2021. Ver: Do Vale, 2023.

português. Em agosto de 2023, após mudança do magistrado responsável pelo processo de Falilatou, saiu a sentença-condenatória em primeira instância. Em um processo repetindo uma série de vícios da prisão preventiva, sem investigação ou oitiva dos envolvidos, Falilatou foi condenada a 11 anos de prisão, enquanto aguarda os recursos, ela responde ao processo em liberdade. Assim que saiu a sentença, a rede que a acompanhava foi uma vez mais ativada, desta vez a reunião ocorreu na Assembleia Legislativa de São Paulo, com apoio dos mandatos do deputado estadual Eduardo Suplicy (PT) e da bancada feminista (PSOL). Falilatou relatou não estar conseguindo acessar o benefício do Bolsa Família. Desde maio de 2023, ao entrar no aplicativo da Caixa Econômica Federal (CEF) para sacar o valor a que tem direito, consta a informação de que o saque já foi realizado. Os advogados que a acompanham foram até o banco tentar mudar as senhas do aplicativo, mas por meandros pouco claros, não conseguiram uma resposta junto à entidade financeira e não foi possível solucionar a situação. Enquanto redijo estas linhas, estratégias para reverter a condenação de Falilatou vêm sendo desenvolvidas por essa rede de coletivos, assim como uma medida junto à CEF e ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Esse relato foi encaminhado ao Observatório Moïse, que visa acompanhar as violações cometidas contra os direitos de migrantes e refugiados.

Nduduzo Siba, sul-africana, multiartista bastante conhecida nos circuitos culturais da vida paulistana, enfrenta há anos ordem de expulsão que se reitera a todo momento. Quintanilha esmiuçou a campanha #NduduzoTemVoz em sua dissertação de mestrado (2019). Ocorreram uma série de embates jurídicos sem fim para tentar contornar a ordem de expulsão emitida pelo Ministério da Justiça, ainda na gestão do governo Bolsonaro. Conforme apresentamos em artigo anterior (Aguiar *et al.*, 2022), a decisão mobilizava a categoria *pessoa perigosa* e afrontava uma brecha da nova Lei de Migração (artigos 54 e 55 da Lei nº 13.445/2017), que prevê a expulsão do país, salvo no caso de comprovação de efetiva integração no país (trabalho, moradia, família, redes de sociabilidade). É nas ambivalências nada ingênuas da interpretação da lei que essa ordem se apoia. Nduduzo, como ela sempre se apresenta, é uma *sobrevivente do cárcere*. Durante três anos e seis meses, ela compartilhou no presídio feminino o destino de muitas outras migrantes, negras e africanas em sua maioria, presas ao entrar no país acusadas de tráfico de drogas. Acusação e tipificação desmedidas, como bem sabemos, no caso desses migrantes, homens e mulheres, que tentam um lance de sorte para suas vidas precárias, esperanças de algum ganho ao transportar pequenas quantidades de droga em seus corpos e/ou bagagens. Como apresentado na cena de abertura do capítulo, ela foi presa e condenada, cumpriu a pena

até obter o direito ao indulto – o perdão do restante da pena. Por uma sorte do acaso, durante os anos de prisão, Nduduzo soube se conectar às redes de apoio, em especial o projeto Voz Própria, do Coral da USP, e o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC).

Assim que voltou à liberdade, Nduduzo estava decidida a reconstruir sua vida em São Paulo, onde, a despeito de todo o sofrimento que viveu no cárcere, lançou raízes e construiu redes sólidas de engajamento político. Desejava permanecer no país e fazer sua voz ecoar para outras mulheres que seguiam capturadas pelo sistema de justiça brasileiro, não almejava retornar à África do Sul, a não ser para visitar os familiares e amigos. Tornou-se conhecida nos circuitos culturais da cidade, onde descobriu a arte como ofício, fonte dos rendimentos com os quais garante sua sobrevivência. Em situação extremamente precária no país, Nduduzo não tem documentos e acesso a direitos básicos que tornem sua estadia no país mais digna.

A campanha pela permanência de Nduduzo, iniciada após sua saída do cárcere em 2018, no dia 8 de março de 2018, mobilizou uma miríade de coletivos negros, coletivos migrantes, coletivos pelo desencarceramento, redes de artistas, parlamentares e bancadas ativistas, advogados e defensores públicos, também pesquisadores e seus centros pesquisa. Mais uma vez, a rede Fronteiras Cruzadas – Fontié Ki Kwaze foi espaço importante para dar envergadura à campanha. Advogados e defensores públicos se empenharam nos embates judiciais e conseguiram a suspensão da ordem de expulsão por meio de inédita sentença favorável. Em segunda instância, por decisão da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, a ordem de expulsão foi reafirmada. Enquanto essas linhas estão sendo escritas, a expulsão pode acontecer a qualquer momento. Nduduzo segue na luta para seu direito à regularização migratória e permanência no Brasil. Redes de apoio e advogados persistem na campanha #NduduzoTemVoz e #NduduzoFica.

Na carta em que Nduduzo escreveu, com apoio deste pesquisador, ela explicava que queria ficar porque ficar:

trata-se de uma luta contra o encarceramento em massa, em especial contra as condições degradantes que são impingidas às mulheres migrantes encarceradas, sobretudo às negras. (...) Este decreto de expulsão está me matando. Eu que quero renascer novamente. Eu quero viver aqui. Eu sei que tem quem queira me ouvir cantar. Tem quem queira me ver dançar. Tem quem queira me ver atuar nos palcos. Então eu quero viver. Quero ficar aqui. (Siba, 2021)⁹⁹

O pequeno compilado de algumas histórias de vida, trajetórias desventuradas, algumas vidas mais ou menos infames, apresentam as linhas de força que atravessam e configuram uma

⁹⁹ O Anexo I traz a carta de Nduduzo na íntegra.

experiência partilhada: o trabalho precário, a violência, o punitivismo e as políticas de encarceramento, tudo isso regido por práticas agressivas de racialização e que se desdobram no racismo xenofóbico contra corpos negros não brasileiros. Em torno de cada uma dessas vidas, desenham-se diagramas multiformes e diferenciados de questões que evidenciam as formas pelas quais essas linhas de força entrelaçam-se nas tramas sociais e produzem o cotidiano dessas vidas precárias, para retomar o termo de Butler (2018). No entanto, tentamos salientar que, para cada ato de barbaridade ou tentativa de extermínio da possibilidade de vida, emerge um campo político de articulação e resistência, de luta e mobilização, que ajuda a bem situar o que está em jogo nas diferentes cenas. As alianças mais ou menos provisórias consolidam-se e tratam de defender a condição de possibilidade de novas formas de vida.

Todas essas cenas de mobilização dão ressonância à força política dos *corpos em aliança*. Como já foi dito (Aguiar *et al.*, 2022), violência estatal e precariedade das vidas e formas de vida são dois eixos de uma experiência partilhada e que pode se desdobrar em esferas de articulação – nos termos de Butler, em *corpos em aliança*. Retomando o que foi dito anteriormente, a precariedade é politicamente induzida por dispositivos de despossessão que tendem a desfazer as redes de relações e de proteção das quais dependem as possibilidades de vida. Mas, para Butler, o que se vê é a colocação da vida possível de ser vivida no primeiro plano da política quando nas dimensões performáticas de suas formas públicas de aparecimento e protesto.

Neste capítulo, destacamos o campo de conflito e gravitação política em torno de eventos críticos de violência. O que se pretende reafirmar é que as alianças constroem um modo de perspectivar as questões postas no cenário atual – a guerra social em curso. No centro dessa guerra, repousa a defesa da vida como campo de batalha, como campo de conflito. Trata-se, ao mesmo tempo, de campo de experimentações políticas que se fazem ver nas micropráticas de resistência e formas de articulação que dão densidade e ressonância às cenas de conflito, como aconteceu nos atos de protesto contra a morte de Moïse Kabagambe. Ao lado das dimensões performáticas das cenas abertas de protesto, tais práticas ancoram-se em tramas associativas que, sob formas variadas, fazem, refazem e reinventam redes de sociabilidade, de proteção, de cuidados e de afetos, dinâmicas atingidas pela operação de destruição em curso, na simbiose entre a lógica policial e um neoliberalismo extremado, o reino dos *indivíduos livres*. É exatamente nesses planos miúdos e no cotidiano da vida social que a defesa da vida e das possibilidades da vida estão em questão (Aguiar, *et al.*, 2022).

Conclusão

A gente vive repetido, o repetido, e, escorregável, num mim minuto, já está empurrado noutra galho. Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, para de lá de tantos assombros... Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala. Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia. Guimarães Rosa (1994, p. 85)

Concluir uma tese é tarefa árdua. Não pelo conteúdo em si que consta em algumas páginas à guisa de conclusão, mas pelo processo de pesquisa, envolvimento, tempo dispendido, relação que se estabelece com o campo e com o “objeto” de pesquisa, conflitos inerentes ao se posicionar na pesquisa e ser afetado pelo tema. Isso sem contar as questões materiais e situacionais que de uma forma ou de outra atravessam o sujeito cognoscente em seu processo de formulação e de reflexão prático-teórica. Há quem reivindique a ideia de *parir* o texto para se remeter ao momento em que o ciclo se encerra e que as palavras se fixam para sempre sobre a folha em branco. O parto em geral é doloroso e difícil, ao final costuma-se lançar ao mundo algo com vida e sentidos próprios, alheio àquele que por tanto tempo o engendrou. Se tudo isso faz algum sentido, o que se espera de uma conclusão de tese é que mais que fechar um ciclo, ela possibilite a abertura de novas questões.

De partida, pode-se dizer que o texto proposto não teve a audácia de construir grandes sínteses ou colocar a palavra final sobre algum debate. O modo pelo qual perspectivamos as questões analisadas tem como marca distintiva a *descrição* como orientação teórico-metodológico. Como diz Riobaldo, personagem de *Grande sertão: veredas* mobilizado na epígrafe desta seção, “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”. São as travessias que buscamos reconstituir nas histórias dos nossos interlocutores. Não à toa a cena que abre a tese trata da togolesa Falilatou, que segue lutando para provar ser vítima em um processo completamente descabido movido pela polícia. Ao trazer a cena, descrever sua luta, puxar diversos fios que compõem o enleio do que significa ser migrante em São Paulo, tentou-se desenhar um enquadramento para se ler o presente, em específico o modo pelo qual a mobilidade transnacional de pessoas expulsas de suas localidades produz conflitos, alianças e possibilidades de engendrar vida em outra espacialidade, em nosso caso, São Paulo.

Para efetivar a aposta teórico-metodológica de narrar e descrever o que se observava em campo, a construção de um plano de referência torna-se obrigatória. Trata-se propriamente de

evidenciar por quais lentes buscou-se olhar para a questão proposta, o que foi feito ao longo do primeiro capítulo da tese. Não se atreveu fazer uma exegese ou revisão aprofundada de toda a literatura nacional e global sobre o tema das migrações transnacionais, remontando seu histórico até chegar ao momento atual, assim como não se pretendeu analisar todo o debate sobre os processos de construção das cidades e o urbanismo contemporâneo. Longe dessa audácia, mobilizamos determinados autores e alguns instrumentais teóricos específicos para auxiliar-nos a fincar os pés em um posto de observação e narrar a produção da cidade de São Paulo, suas mudanças, conflitos e sociabilidades do presente, a partir da lente das migrações transnacionais.

No primeiro capítulo, como dito anteriormente, buscou-se apresentar os parâmetros de onde partia a nossa observação. Isto é, traçar algumas considerações iniciais sobre o percurso da questão de pesquisa. O trabalho apresentado neste texto é bastante distante daquele que se pretendia realizar quando da submissão do projeto de doutorado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia. À época, pretendíamos tematizar o que era denominado de *espaço conector*, uma área no aeroporto internacional de Guarulhos que não era compreendida como território sob jurisdição nacional, mas território internacional. Um ponto de passagem, de controle e de expulsão de não-admitidos. O projeto colocava no centro da análise as políticas de *controle* sobre migrantes. No entanto, em pouco tempo, viu-se que esse tipo de dispositivo de controle, ainda que apresente questões relevantes para reflexão, não funciona como um mecanismo marcante da gestão e do controle de migrantes no país. Uma vez no espaço, as pessoas poderiam simplesmente solicitar refúgio, o que tornaria o atravessamento da fronteira nacional algo sem tantos constrangimentos. O controle, na realidade, funcionava a partir de mecanismos mais sofisticados que uma simples sala de espera no aeroporto internacional. No cerne da experiência das denominadas migrações sul-sul, a questão que se torna mais pungente a analisar é própria produção de lugar e os sentidos que lhes são atribuídos. Os controles da fronteira remonta muito mais aos expedientes realizados nos países do Norte global, sobretudo Europa ocidental e EUA, o que impõe uma nova geopolítica global das mobilidades que se espacializa de formas diferentes e com conjunto de problemas específicos a cada situação.

Ao abandonar a ênfase nos *controles fronteiriços*, colocava-se em primeiro plano o que de fato parecia ser o mais impactante no modo de estabelecimento em São Paulo, isto é, a forma como os migrantes propriamente *acessam a cidade*. Hortense MBuyi, que foi presidenta do Conselho Municipal de Imigrantes, ressalta em todas suas oportunidades de intervenção pública que: “O Brasil recebe, mas não acolhe” (Recepção..., 2023). Com a fala, ela denuncia que o

acesso ao país não é propriamente um grande entrave (com as necessárias ressalvas, como pudemos ver no caso de Nduduzo), mas não existem políticas efetivas de acolhida e inserção do trabalhador migrante. Isso não significa, no entanto, que esta pesquisa tenha buscado tematizar as políticas públicas de acolhida. A pista que buscamos reconstruir ao longo da tese é como se produz cidade, como se produz espaço e como uma série de sociabilidades constroem condições de possibilidades para a vida ser vivida em São Paulo (*emplacement*). Se, de longe, não são as políticas estatais que oferecem essa gama de instrumentos para produção de vida, são propriamente outras sociabilidades e alianças os caminhos encontrados pelos migrantes. Esse movimento ocorre, por exemplo, quando mobilizam entidades, como a Missão Paz, e quando buscam moradia em bairros periféricos como o Jd. Piratininga e em ocupações de moradia na região central. Essas foram as senhas de acesso que nos pusemos a reconstruir ao longo da tese, para ao final jogar luz especificamente às lutas e conflitos migrantes, retomando alguns casos paradigmáticos: de Zulmira a Moïse, passando por Nduduzo, Falilatou e João Manuel.

Foi, então, nesse sentido, que foram mobilizadas as noções de *fazer-cidade* e o binômio *emplacement/displacement*. Fazer cidade aqui significa exatamente meios de construir relações que tornam a vida plausível de ser vivida, uma série de ancoramentos que permitem analisar a questão urbana, e perseguir as mudanças, seja na própria infraestrutura urbana, seja nos campos de sociabilidade situados nos mais distintos espaços de São Paulo. Os conceitos foram trabalhados em profundidade no capítulo inicial, para que, em seguida, pudéssemos estabelecer algumas marcações sobre os procedimentos teórico-metodológicos.

Posteriormente, o segundo e o terceiro capítulo colocam em cena as tramas relacionais e os papéis desempenhados em duas espacialidades distintas, seguindo os caminhos trilhados a partir da entrada no campo pela Missão Paz. A Missão Paz apresentou-se a nós como um operador de escala e um potente conector urbano. Buscou-se exatamente questionar o modo como a entidade desempenha um papel central na reconstituição da região do Glicério, sendo atuante na construção dos caminhos de vida para os migrantes que rumam à cidade no âmbito dos processos de *displacement*. É da própria entidade religiosa que conseguimos puxar o fio que nos conecta ao bairro periférico do Jd. Piratininga. No Pira, a atenção voltou-se às trajetórias de uma série de personagens urbanos que testemunham o processo de ocupação daquela espacialidade. Em cada trajetória, apresentam-se os elementos que permitem construir uma compreensão da cidade contemporânea. Ainda na órbita da Missão Paz, chegamos a uma ocupação de moradia que não apresenta histórico de mobilização e ativismo junto aos clássicos

movimentos sociais de moradia em São Paulo. Conseguimos apreender histórias de pessoas que recorreram ao local para conseguir as mínimas condições para sobreviver. Alianças situadas, migrantes e brasileiros conviviam nessa territorialidade sob uma gestão coletiva. Ainda, no momento em que fazíamos campo, a chegada massiva de pessoas que fugiam da Síria, a maior parte migrantes de pele mais clara, muitos deles com alto nível de escolarização, evidenciou como a Missão Paz deixou de ser ponto de referência para esse fluxo migratório, ancorado em outras instituições em São Paulo, como a Sociedade Beneficente Muçulmana. Ficou evidente como a instituição católica, na verdade, atua como o ponto de apoio para aqueles em situação mais fragilizada, que passam por processos mais intensos de racialização. Uma vez que os grupos de migrantes variados conseguem lançar espaços próprios de sociabilidade em São Paulo, menos a Missão Paz é mobilizada por esses coletivos.

Por fim, no último capítulo, buscou-se evidenciar as tramas políticas que se constroem a partir de alguns casos paradigmáticos. A ênfase apresentada é na possibilidade de construção de alianças na precariedade, para recorrer à formulação de Judith Butler (2018). O assassinato brutal de Moïse Kabagambe, no Rio de Janeiro, e a respectiva ebulição de protestos pelo país, sem contar as mobilizações no exterior, colocou em pauta um processo que vinha ganhando corpo há alguns anos. Nesse caso, abordamos a potencialidade da construção de frentes de luta e mobilização, da possibilidade de articulação de campanhas e formas de resistir aos processos brutais vividos na sociedade de mercado da atualidade. As violências estatais foram analisadas em paralelo com a brutalidade cotidiana das ruas contra as populações migrantes, em especial a negra e africana. O racismo e a xenofobia em São Paulo seguramente não ocorrem do mesmo modo que nos países do Norte, mas isso não significa que não é vivido no dia a dia por migrantes em cidades do Sul global, como São Paulo. A ênfase aqui buscou evidenciar a potencialidade das lutas e resistências, a construção de frentes de mobilização e a catalização da indignação, tudo isso junto é o que produz alguma condição de vida que vale a pena ser vivida. Se a tese não visa construir uma leitura hermética e final sobre algum tema, a pista que se abre a partir desses anos de pesquisa e articulação junto a migrantes em São Paulo é que essas pessoas conseguem embaralhar uma série de axiomas e pressupostos para se repensar os temas clássicos das Ciências Sociais. Mais do que isso, a disposição em enfrentar as maiores adversidades, distanciando-se dos parâmetros tradicionais de suas redes de sociabilidade (língua, amigos, familiares) para buscar dar sentido a uma nova vida em outro local, onde se vive na carne uma série de violências e brutalidades, aponta que somente há uma forma de construir vida onde quer que se esteja: pelas associações e alianças com outros, pela resistência e luta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michael. Refugiados diante da nova ordem mundial. In: **Tempo social**, Revista de Sociologia da USP, v.18, n. 2, p. 197-215, 2006.

_____. **Gerer les indésirables: des camps des réfugiés au gouvernement humanitaire**. Paris: Flammarion, 2008.

_____. Quel temps aujourd'hui en ces lieux incertains? In: **L'Homme**, 2008, n. 185-186, p. 105-120. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-l-homme-2008-1-page-105.htm>. Acesso em 16 ago 2015.

_____. Le son de la guerre: expériences africaines de l'errance, des frontières e des camps. In: **Politix**, 2005/1, n. 69, p. 83-99. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-politix-2005-1-page-83.htm>. Acesso em: 16 ago 2018.

AGUIAR, Ana Lídia *et al.* As tramas políticas nas cenas de protesto. **Le monde diplomatique – Brasil**. 25 maio 2022. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/as-tramas-politicas-nas-cenas-de-protesto-resposta-ao-brutal-assassinato-do-congoles-moise-kabagambe/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ALBA, Richard; NEE, Victor. **Remaking the American Mainstream. Assimilation and Contemporary Immigration**. Cambridge: Harvard University Press, 2023.

ALBERT, Bruce. Situação Etnográfica e Movimentos Étnicos. Notas Sobre o Trabalho de Campo Pós-Malinowskiano. In: **Campos – Revista de Antropologia Social**, 15(1), p. 129-44, 2014.

APPADURAI, Arjun. Soberania sem território: notas para uma geografia pós-nacional. São Paulo: In: **Novos Estudos Cebrap**, n. 49, p. 33-46, 1997.

ARANHA, Ana; ONÇA, Luciano. Alguns brasileiros tratam os haitianos como escravos. **Repórter Brasil**, 31 jan. 2016. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2016/01/alguns-brasileiros-tratam-os-haitianos-como-escravos-diz-lider-de-associacao-de-imigrantes/>. Acesso em: 17 mar. 2019.

ARAÚJO, Adriano Alves de Aquino. **Reve de Brezil: A inserção de um grupo de imigrantes haitianos em São André, São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais). Universidade Federal do ABC, 2015.

ATOS Justiça por Moïse ocorrerão de forma simultânea, neste sábado, 05, por todo o País. **Esquerda Online**. 02 fev. 2022. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2022/02/02/atos-justica-por-moise-ocorrerao-de-forma-simultanea-neste-sabado-05-por-todo-o-pais/>. Acesso em: 09 set. 2023.

AUDEBERT, Cedric; ROBIN Nelly. L'externalisation des frontières des “Nordsanbsp” dans les eaux des “Suds”. In: **Cultures & Conflits**, 73, 2009. Disponível em: <http://conflits.revues.org/17512>. Acesso em: 16 ago 2015.

BAENINGER, R. *et al.* (orgs.) **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BAENINGER, Rosana; FERNANDES, Duval (orgs.). **Atlas temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações internacionais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó", Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

_____. **Atlas temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migração refugiada**. Campinas: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó", Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de Crise: a migração haitiana para o Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p. 119-143, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0017>. Acesso em: 12 ago. 2017.

BAPTISTE, Chaneline Jean. **Transição para a vida adulta e migração internacional: o caso dos jovens haitianos na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

BARREAU-TRAN, Lea. **Les mules de la mode: mobilités de commerçantes angolaises entre le Brésil et la Chine**. Tese (Doutorado em Ciência Política). École Doctorale Sociétés, Politique, Santé Publique, Bordeaux, 2016.

BARRUCHO, Luís Guilherme; COSTA, Camilla. Brasil acolhe mais sírios que países na rota europeia de refugiados. **BBC News Brasil**, 04 set. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150904_brasil_refugiados_sirios_comparacao_internacional_lgb. Acesso em: 06 fev. 2019.

BASSO, Gustavo. Refugiados afegãos acampam no aeroporto de Guarulhos. **DW Brasil**, 23 dez. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/refugiados-afeg%C3%A3os-acampam-no-aeroporto-de-guarulhos/a-64197437>; <https://midianinja.org/news/como-o-aeroporto-de-guarulhos-se-transformou-em-abrigo-de-afegaos-refugiados/>. Acesso em: 04 jun. 2023.

BECK, Ulrich. **Qu'est-ce que le cosmopolitisme?**. Paris: Alto/Aubier, 2006.

BENNETT, Colin; REGAN, Priscilla. Editorial: Surveillance and Mobilities. In: **Surveillance & Society** 1(4), 449-455, 2004.

BICUDO, Marcus Vinicius Guedes Cruz de Campos. **Mobilização do "trabalho imigrante" em São Paulo: estudo sobre intermediação e usos do trabalho**. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

BIGO, Didier. Frontières, territoire, sécurité, souveraineté. In: **Ceriscope Frontières**, Sciences Po – CERI, p.1-13, 2011.

BIONDI, Karina. **Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

BOIAS na fronteira do Texas com o México: Criança de Honduras é uma das duas pessoas mortas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 ago. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/08/03/boias-na-fronteira-do-texas-com-o->

[mexico-crianca-de-honduras-e-uma-das-duas-pessoas-mortas.ghtml](#). Acesso em: 05 ago. 2023.

BORDALO, Ricardo. Coltão, o veneno “smart” do Congo-Democrático. **Novo Jornal**, Luanda, 26 set. 2016. Disponível em: <http://www.novojornal.co.ao/reportagem/interior/coltao-o-veneno-smart-do-congo-democratico-34496.html>. Acesso em: 08 fev. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, p.183-191, 2006.

BRITO, Juliana Machado. **Copa pra quem? Estado de exceção e resistências em torno da copa do mundo Fifa 2014**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BUMACHAR, Bruna. **Nem dentro, nem fora: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a Vida é Passível de Luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

ÇAGLAR, Ayşe; GLICK SCHILLER, Nina. **Migrants and City-Making. Dispossession, Displacement, and Urban Regeneration**. Durham and London: Duke University Press, 2018.

CALDEIRA, Teresa. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. In: **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo: n. 47, p. 156-177, mar. 1997.

CARVALHO, Ada Rízia. **Depois que a Lili canta: tramas de sobrevivência no e através do cárcere**. Relatório de qualificação de doutoramento (texto não publicado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. A criminalização do tráfico de mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero? In: **Cadernos Pagu** (31), julho-dezembro de 2008, p.101-123.

CERIANI, Pablo. A linguagem como instrumento de política migratória. In: **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v.13, n.23, p. 97-112, 2016. Disponível em: <http://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2016/09/8-sur-23-portugues-pablo-cerianicernadas.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2017.

CHARBEL, Pedro Ferraracio. **Mobilidades transnacionais e dinâmicas urbanas – alianças na precariedade**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CHOI, Keum Joa. **Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

CLARO, Mauro. *et al.* Plano de Bairro no Jardim Piratininga (Penha, São Paulo): desenho urbano e participatividade à luz do Plano Diretor Estratégico. **IV Conferência de Planejamento Regional e Urbano**, Universidade de Aveiro (Portugal), 23-24, fev. 2017.

CÔRTEZ, Tiago Rangel. **Os migrantes da costura em São Paulo: retalhos de trabalho, cidade e Estado**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CÔRTEZ, Tiago Rangel; FREIRE DA SILVA, Carlos. Introdução. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 74 jan./jun., 7-12, 2014a.

CÔRTEZ, Tiago Rangel; FREIRE DA SILVA, Carlos. Migrantes na costura em São Paulo: paraguaios, bolivianos e brasileiros na indústria de confecções. **Travessia: Revista do Migrante**, n. 74 jan./jun., 37-58, 2014b.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil – a relação entre trabalho e processos migratórios**. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

CUTTITA, Paolo. Le monde frontière: le contrôle de l’immigration dans l’espace globalisé. In : **Cultures & Conflits**, 68, p. 61-84, 2007. Disponível em: <https://conflits.revues.org/5593#quotation>. Acesso: em 16 ago. 2015.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). **Anthropology in the margins of the State**. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.

DE GENOVA, Nicholas. **Working the Boundaries: Race, Space, and “Illegality” in Mexican Chicago**. Durham, NC: Duke University Press, 2005.

_____. Border struggles in the migrant metropolis. In: **Nordic journal of migration research**. v. 5, n. 1, p. 3-10, mar. 2015.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix Guattari. **Mil platôs – vol. 1**. São Paulo: Editora 34, 2011.

DIMINESCU, D. Le migrant connecté. Pour un manifeste épistémologique. In: **Migrations/Société**, vol.17, n°102, 2005, pp. 275-292.

DO VALE, 2023. Caso Falilatou é tema de reunião da Comissão de Direitos Humanos. **Câmara Municipal de São Paulo**, 31 maio 2021. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/caso-falilatou-e-tema-de-reuniao-da-comissao-de-direitos-humanos/>. Acesso em 10 ago. 2023.

FACUNDO, Ángela. **Êxodos, refúgios e exílios: colombianos no Sul e Sudeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2017.

FANTÁSTICO. Fiação exposta, esgoto a céu aberto e perigo iminente: Fantástico mostra realidade de dez mil pessoas que vivem em ocupação em São Paulo. **Portal G1**, 06 dez. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/12/06/fiacao-exposta-esgoto-a-ceu-aberto-e-perigo-iminente-fantastico-mostra-realidade-de-dez-mil-pessoas-que-vivem-em-ocupacao-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 24 jul. 2023.

FASSIN, Didier. **Governing Precariousness**. In: FASSIN, Didier (Ed.). *At the Heart of the State: The Moral World of Institutions*. New York: Zone Books, p. 1-17, 2015.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. In: **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [S. l.], v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 6 maio 2022.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Reinventando a localidade: globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 19-50, jan./jun. 2009.

FELDMAN-BIANCO, Bela; SANJURJO, Liliana; SILVA, Douglas Mansur. Migrações e deslocamentos: balanço bibliográfico da produção antropológica brasileira entre 1940 e 2018. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, (93), 1-58, 2020. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/516>. Acesso em: 25 out. 2022.

FELLET, João. Africanos temem perda de espaço no novo governo brasileiro. **BBC News Brasil**, 05 jun. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36404339>. Acesso em: 11 mar. 2019.

_____. Em comunicado a diplomatas, governo Bolsonaro confirma saída de pacto de migração da ONU. **BBC News Brasil**, 08 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46802258>. Acesso em: 23 jul. 2023.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Irmãos: uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERNANDES, D.; FARIA, A. V. de. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.145-161, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/1055>. Acesso em: 25 fev. 2023.

FOUCAULT, M. **A vida dos homens infames**. In: _____. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 203-222, 2003.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

FRANCESCONI, Mario. **History of the scalabrinian congregation**. New York: Scalabrinian Development Office, Center for Migration Studies, 1983.

FREIRE DA SILVA, Carlos. **Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. **Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FREITAS, Patrícia T. **Imigração e Experiência Social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

_____. **Projeto Costura: percursos sociais de trabalhadores imigrantes, entre a Bolívia e a indústria de confecção das cidade de destino**. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

GALLO, Fernanda. **Refugiados Congolese em São Paulo: Sentidos e Significados na Igreja Boa Nova Mensagem**. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

GLICK SCHILLER, Nina. **Diasporic cosmopolitanism : migrants, sociabilities and city making**. In: SCHILLER, N. G.; IRVING, A. (org.) *Whose cosmopolitanism? Critical perspectives, relationalities and discontents*. Nova Iorque: Berghahn Books, 2015.

GLICK SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; BLANC, Cristina Szanton. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. In: **Anthropological Quarterly**, Vol. 68, n. 1, jan. 1995, pp. 48-63.

GLICK SCHILLER, Nina; ÇAGLAR, Ayse. **Locating migration: rescaling cities and migrants**. Ithaca: Cornell University Press, 2011.

GLICK SCHILLER, Nina; ÇAGLAR, Ayşe; GULDBRANDSEN, Thaddeus C. Beyond the ethnic lens: Locality, globality, and born-again incorporation. In: **American ethnologist**, Washington, vol. 33, n. 4, p. 612-633, 2006. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1525/ae.2006.33.4.612>. Acesso em: 23 set 2019.

GRANCONATO, Elaine. Imóvel de antiga fábrica e balada na Mooca vira invasão sem-teto. **Folha de São Paulo**, 13 set. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/imovel-de-antiga-fabrica-e-balada-na-mooca-vira-invasao-sem-teto.shtml>. Acesso em: 06 fev. 2019.

GRANOVETTER. M. **The Strength of Weak Ties**. *American Journal of Sociology*, v. 78, Issue 6, p. 1360-80, May 1973

GRUPO CIDADE E TRABALHO. (Micro)políticas da vida em tempos de urgência. In: **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, 2020, pp. 1-13. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-59>. Acesso em: 08 out. 2021.

HANDERSON, Joseph. **Diáspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HARAWAY, Donna. **Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene.** Duke University Press, 2016.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida.** Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

INGOLD, T. That's enough about ethnography! In: **Journal of ethnographic Theory**, v. 4, n.1, p. 383-395, 2014.

KOWARICK, Lucio. **Espoliação urbana.** São Paulo, Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio; BRANT, Vinicius Caldeira (orgs.). **São Paulo 1975: crescimento e pobreza.** São Paulo, Loyola, 1976.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** São Paulo: Ed. 34, 1994.

_____. **Reagregando o Social.** Salvador-Bauru: Edusc-Edufba, 2012.

LEÃO, R. Z. R. **A temática do Refúgio no Brasil após a Criação do CONARE.** In: MILESI, Rosita (org.). **Refugiados: Realidade e Perspectivas.** São Paulo: Loyola/IMDG/CSEM, p. 173-96, 2003.

LISTA de aeroportos mais movimentados da América Latina. **Wikipédia, a enciclopédia livre.** Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista_de_aeroportos_mais_movimentados_da_Am%C3%A9rica_Latina&oldid=65071305. Acesso em: 16 out. 2020.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACIEL, Camila. Mesquita em São Paulo ajuda 1,8 mil refugiados sírios da guerra civil. **EBC**, 11 set. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/ofM1eM>. Acesso em: 15 set. 2019.

MALOMALO, Bas'ilele. A morte da estudante angolana interpela a comunidade africana para uma ação. **Instituto do Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil – IDDAB**, 23 maio 2012. Disponível em: <https://iddab.wordpress.com/2012/05/23/a-morte-da-estudante-angolana-interpela-a-comunidade-africana-para-uma-acao/>. Acesso em: 09 set. 2023.

_____. Mobilização política dos imigrantes africanos no Atlântico Sul pela conquista de direitos em São Paulo: o caso da morte da Zulmira em 2012. **Revista Crítica Histórica**. Ano VII, nº 13 jun. 2016.

MANTOVANI, Flávia. Congolese deixam Brasil fugindo da crise e morrem no mar na Colômbia. **Folha de São Paulo**, 3 fev. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/congolese-deixam-brasil-fugindo-da-crise-e-morrem-no-mar-na-colombia.shtml>. Acesso em: 25 fev. 2019.

MARCUS, George. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-sited Ethnography. In: **Annual Review of Anthropology**, 24, pp. 95-117, 1995.

MARQUES, Adalton Jose. **Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018,

MENEZES, Thais S. **Direitos humanos e refúgio: a violação de direitos antes e após a determinação do status de refugiado**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MEZZADRA, S. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. In: **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 11-30, jan./jun. 2015.

MINVIELLE, Regis. **Parcours africains en Amérique Latine ou comment s'ébauche un dispositif migratoire transatlantique sud-sud**. Tese (Doutorado em Sociologia). Ecole Doctorale, Aix-Marseille, 2013.

_____. Les Africanos de República: la naissance d'une centralité africaine au cœur de São Paulo. In: **Afrique Contemporaine**, 3-4 (Nº 267-268), p. 137-155, 2018. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-afrique-contemporaine1-2018-3-page-137.htm>. Acesso em: 25 jan. 2019.

MISSÃO PAZ. **Advocacy**. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.missaospaz.org/conteudo/presenca/advocacy>. Acesso em 09 mar 2019.

MJSP. **Refúgio em números**. CONARE, 2019. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

_____. **Notas Metodológicas**. Observatório das Migrações Internacionais (ObsMigra). Brasília, DF, s/d. Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/notas>. Acesso em: 03 jun. 2023.

_____. **MJSP lança Observatório Moïse Kabagambe**. 23 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjsp-lanca-observatorio-moise-kabagambe>. Acesso em: 03 jun. 2023.

MORAES, Ana Luisa Zago de. **Crimigração: a relação entre política migratória e política criminal no Brasil**. São Paulo: Ibccrim, 2016.

MORCELLI, Danilo da Costa, **Paisagens paulistanas, memória e patrimônio às margens do rio Tietê**. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política). Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NAIL, Thomas. **The Figure of the Migrant**. Stanford: Stanford University Press, 2015.

NOIRIEL, Gérard. **État, nation et immigration**. Paris: Editions Belin, 2001.

OIM (International Organization for Migration). **World migration report. Migrants and cities: new partnerships to manage mobility**. IOM: Genebra (Suíça), 2015. Disponível em: http://publications.iom.int/system/files/wmr2015_en.pdf. Acesso em: 16 ago. 2015.

OLIVAR, Jose Miguel Nieto. Exploring traffic and exploitation on the Brazilian international border in the Amazon. In: **Social and Economic Studies**, v. 65, p. 57, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Estudos Cebrap, 1972.

_____. **O Estado e o urbano no Brasil. Espaço e Debates**, São Paulo: NERU/Cortez, n. 6, 1982.

PACAEMBU recebe a Final Nacional da Copa dos Refugiados. **Gazeta Esportiva**, 15 nov. 2018. Disponível em: <https://www.gazetaesportiva.com/mais-esportes/pacaembu-recebe-final-nacional-da-copa-dos-refugiados/>. Acesso em: 06 fev. 2019.

PADOVANI, Natália Corazza. **Sobre casos e casamentos: Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona**. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

PARISE, Paolo. **A Missão Paz e a acolhida de imigrantes haitianos e haitianas em São Paulo**. In: BAENINGER, R. Et. Al. (orgs.) **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

PERALVA, Angelina; TELLES, Vera. **Trajetórias, circuitos e redes na mundialização**. Projeto Capes-Cofecub n. 575-07, Fase II, 2008.

PEREIRA, José Carlos; CARVALHO, Letícia; PARISE, Paolo. **Venezuelanos acolhidos na Missão Paz: do lugar para descanso à incidência de política e inserção social**. In: BAENINGER, R.; JAROSCHINSKI SILVA, J. C. (Orgs.) **Migrações venezuelanas**. Campinas: Unicamp, 2018. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf Acesso em: 04 jun. 2023.

PERIN, Vanessa. **Um Campo de Refugiados sem Cercas: etnografia de um aparato de governo de populações refugiadas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

PIKETTY, Thomas. **Capital in the Twenty-First Century**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2014.

PISCITELLI, Adriana; LOWENKRON, Laura. Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. In: **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 35-39, jun. 2015. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2023.

PIZA, Douglas de Toledo. **Um pouco da mundialização contada a partir da região da rua 25 de março: migrantes chineses e comércio "informal"**. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PMSP. **Ortofoto da Cidade de São Paulo**. São Paulo, 28 dez. 2001. Disponível em: <https://metadados.geosampa.prefeitura.sp.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadatas/7e0b7982-100b-4e32-9f0b-2d7c41f62816>. Acesso em: 24 ago. 2023.

_____. **Relatório Final: Abrigo Emergencial PMSP**. Coordenação de Políticas para Migrantes, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). São Paulo, dez. 2014. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Relatorio%20Final%20Abrigo%20Emergencial.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

POCHMANN, Márcio (Org.). **Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PORTES, Alejandro. **Globalization from Below: The Rise of Transnational Communities**. WPTC-98-01. Princeton University, 1997.

QUANTO se construiu de “muro de Trump” com México que Biden mandou parar no 1º dia de mandato. **BBC News Brasil**, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55775226>. Acesso em: 05 ago. 2023.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: CLACSO. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em 19 fev. 2019.

QUINTANILHA, Karina. **Migração forçada no capitalismo contemporâneo: trabalho, direitos e resistências no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

RAMÍREZ, Porfirio Leonor. Caacupé trajetórias de organizações de paraguaios em São Paulo. **Travessia – Revista Do Migrante**, (74), p. 93-108, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.48213/travessia.i74.122>. Acesso em: 24 ago. 2018.

RAMOS *et al.* Regulamento da nova Lei de Migração é contra *legem* e *praeter legem*. **Consultor Jurídico**, 23 nov. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-nov-23/opiniao-regulamento-lei-migracao-praetem-legem>. Acesso em: 12 mar. 2019.

RAMOS, Érika P. **Refugiados ambientais: em busca de reconhecimento pelo direito internacional**. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RECEPÇÃO de migrantes no Brasil depende da raça e da cor, aponta Datafolha. **Conectas Direitos Humanos**, 07 jun. 2023. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/recepcao-de-migrantes-no-brasil-depende-da-raca-e-da-cor-aponta-datafolha/>. Acesso em 15 set. 2023.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Economic globalization from below. In: **Etnográfica**. X, n. 2, pp. 233-249, 2006.

_____. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.25, n. 74, out. 2010.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 1994.

RUI, Taniele; MALLART, Fábio. A Cracolândia, um potente conector urbano. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 01 out. 2015. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-cracolandia-um-potente-conector-urbano/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAITO, 2018. **Estratégias e políticas na nova periferia: o plano de bairro do Jardim Piratininga**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

SALAZAR, Noel B.; GLICK SCHILLER, Nina. **Regimes of Mobility: Imaginaries and Relationalities of Power**. Londres: Routledge, 2014.

SANTOS, Renato Abramowicz. **Cartografias políticas de uma ocupação – cotidiano, território e conflito**. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SÃO PAULO (ESTADO). Resolução de Tombamento nº 101. Diário Oficial, São Paulo, p. 31-32, 27 out. 2014.

SÃO PAULO (MUNICÍPIO). Prefeitura do Município de São Paulo. Resolução de Tombamento nº 22/17. Diário Oficial, São Paulo, p. 147, 04 ago. 2017.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. **Territorio, autoridad y derechos. De los ensamblajes medievales a los ensamblajes globales**. Madrid: Katz Editores, 2013.

_____. **Expulsões: Brutalidade e Complexidade na Economia Global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SASSEN, Saskia; ROEKEL-HUGHES, Ada Van. Deciphering the Global: Its Spaces, Scales and Subjects. In: **Social Thought & Research**, vol. 29, 2008, pp. 3-18. Disponível em: www.jstor.org/stable/23250060. Acesso em: 24 out. 2020.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração: ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. **La double absence. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré**. Paris: Le Seuil, 1999.

SCHENDEL, Willem van; ITTY, Abraham. **Illicit Flows and Criminal Things: States, Borders, and the Other Side of Globalization**. Bloomington: Indiana University Press, 2005. Disponível em: www.muse.jhu.edu/book/9074. Acesso em: 20 abr. 2018.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO. Pacaembu recebe Final Nacional da Copa dos Refugiados. **Prefeitura Municipal de São Paulo**, 15 nov. 2018. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/pacaembu-recebe-final-nacional-da-copa-dos-refugiados>. Acesso em: 06 fev. 2019.

SENNET, Richard. **Le travail sans qualités. Les conséquences humaines de la flexibilité**. Paris: Albin Michel, 2000.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. In: **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 95-131, abr. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 mar. 2019.

SHELLER, Mimi. From spatial turn to mobilities turn. In: **Current Sociology**, 65 (4): 623-639, 2017.

SHELLER, Mimi; URRY, John. The New Mobilities Paradigm. In: **Environment and Planning**, fev. 2006, vol. 38, n. 2, pp. 207-226, 2006.

_____. Mobilizing the new mobilities paradigm. In: **Applied Mobilities**, 1 (1): 10-25, 2016.

SIBA, Nduduzo. **Carta Aberta ao Judiciário: contra expulsão de Nduduzo Siba do Brasil, pela defesa dos direitos garantidos pela Lei de Migração**. São Paulo: Formulário de divulgação do Google. 2021. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSftoUriibsdPCcTZ7ceF9qPdIBF7Uar0nK9LYj-np7RVmtvQw/viewform>. Acesso em: 10 set. 2023.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. Imigrantes africanos solicitantes de refúgio na indústria avícola halal brasileira. **Travessia – Revista do Migrante**, (73), 21-30, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.48213/travessia.i73.128>. Acesso em: 10 set 2023.

SILVA, Gustavo Pereira da; COSTA, Armando João Dalla. A Fábrica Votorantim e o setor têxtil paulista (1918-1939): os caminhos que levaram o grupo da falência à liderança

industrial. In: **Nova Econ.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 579-607, ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512018000200579&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 fev. 2019.

SILVA, Sidney Antonio. **Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo**. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.99-117, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20947/S0102-3098a0009>. Acesso em: 12 ago. 2017.

TARRIUS, Alain. **Les nouveaux cosmopolitismes. Mobilités, identités, territoires**. La Tour d'Aigues, Ed. de l'Aube, 2000.

_____. **La mondialisation par le bas**. Paris, Balland, 2002.

_____. **La remontée des Suds: afghans et marocains en Europe Méridionale**. Paris: L'Aube, 2007.

TEDLOCK, B. From Participant Observation to the Observation of Participation: The Emergence of Narrative Ethnography. In: **Journal of Anthropological Research**, Vol. 47, n. 1, pp. 69-94, 1991.

TEGRA INCORPORADORA. **New Way**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.tegraincorporadora.com.br/sp/sao-paulo/apartamento-residencial-centro-new-way/>. Acesso em: 07 mar. 2019.

TEIXEIRA, Lucas Borges. O Brasil tem pouco imigrante. **UOL**, 18 ago. 2019. Disponível em: <https://www.uol/noticias/especiais/imigrantes-brasil-venezuelanos-refugiados-media-mundial.htm#tematico-1>. Acesso em: 08 fev. 2019.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. In: **Novos estudos Cebrap**, São Paulo, n. 84, 2009.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. **Nas tramas da cidade. Trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006.

TRUZZI, Oswaldo. **De Mascates a Doutores: Sírios e Libaneses em São Paulo**. São Paulo: Sumaré, 1992.

_____. **Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. O lugar certo na época certa: sírios e libaneses no Brasil e nos EUA – um enfoque comparativo. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, n. 27, p. 110-140, 2001.

_____. Sociabilidades e valores: um olhar sobre a família árabe muçulmana em São Paulo". **Dados**, 51, p.37-74, 2008.

_____. Assimilação Re-Significada: Novas Interpretações de um Velho Conceito. In: **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 55, p.517-553, 2012.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Friction: An Ethnography of Global Connection**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.

_____. **O cogumelo no fim do mundo**. São Paulo: N-1, 2022.

UNITED NATIONS. **Habitat III issue papers. Migration and refugees in urban áreas**. UN Task Team New York, 26-29, mai 2015. Disponível em: https://habitat3.org/wp-content/uploads/Habitat-III-Issue-Paper-2_2_Migration-and-Refugees-in-Urban-Areas-2.0.pdf. Acesso em: 10 set 2023.

URRY, John. **Sociology beyond societies: mobilities for the twenty-first century**. New York: Routledge, 2000.

UTIDA, Mauro. Como o aeroporto de Guarulhos se transformou em abrigo de afegãos refugiados. **Mídia Ninja**, 16 set. 2022. Disponível em: <https://midianinja.org/news/como-o-aeroporto-de-guarulhos-se-transformou-em-abrigo-de-afegaos-refugiados/>. Acesso em: 04 jun. 2023.

VILELA, Elaine Meire. Sírios e libaneses: redes sociais, coesão e posição de status. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 157-176, jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 mar. 2019.

WALDMAN, Tatiana. **Nem clandestinos, nem ilegais: Construindo contornos para uma definição da condição migratória não documentada no Brasil**. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

WEIZMAN, Eyal. **Forensic Architecture: Violence at the Threshold of Detectability**. Nova York: Zone Books, 2017.

_____. **Forensic Architecture: Hacia una estética investigativa**. Cidade do México: RM, 2018.

WIMMER, Andreas; SCHILLER, Nina Glick. Methodological Nationalism and Beyond. Nation-State Building, Migration and the Social Sciences. In: **Global Networks**, 2-4, pp. 301-334, 2003.

WROBLESKI, Stefano. Imigrantes haitianos são escravizados no Brasil. **Repórter Brasil**, 23 jan. 2014. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2014/01/imigrantes-haitianos-sao-escravizados-no-brasil/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

XAVIER, Iara Rolnik. **Projeto migratório e espaço: os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ZAGO, Ana Luisa. **Crimigração: a relação entre política migratória e política criminal no Brasil**. São Paulo: Ibccrim, 2016.

ZLOTNIK, Hania. International Migration Trends since 1980. In: **International Migration and the Millennium Development Goals**, 2006.

ANEXO I

Carta Aberta ao Judiciário: contra expulsão de Nduduzo Siba do Brasil, pela defesa dos direitos garantidos pela Lei de Migração.

São Paulo, 13 de setembro de 2021.

Meu nome é Nduduzo Siba, sou da África do Sul da região de KwaZulu-Natal, terra do povo Zulu. Tenho 33 anos e moro em São Paulo há oito. Sou multiartista (cantora, professora de dança e atriz), sou também ativista pelos direitos humanos, principalmente nas lutas em torno dos direitos de migrantes e pelo desencarceramento. Essas são apenas algumas das minhas características que conformam minha história. O que me move a escrever esta carta pública é a luta que venho travando nos últimos anos, uma luta muito invisibilizada! Trata-se da luta contra o encarceramento em massa, em especial contra as condições degradantes que são impingidas às mulheres migrantes encarceradas, sobretudo às negras. Há anos eu vivo esta história.

Em 2013 eu fui presa, já não faz mais sentido eu explicar o que foi que aconteceu e que me levou ao cárcere. Eu fui presa e cumpri a pena. Agora, estou na luta, não estou presa e condenada eternamente. Atualmente, o que me faz viver é a luta. Estar aqui no Brasil foi algo que não somente mudou minha vida, mas mudou a maneira como eu passei a perceber as possibilidades e as maneiras diferentes de viver. Estar no Brasil fez com que eu abrisse os olhos e visse o mundo em sua multiplicidade, parei de viver somente para mim. A vida é muito mais do que eu: a cada momento, encontro outras pessoas que ensinam que vale à pena viver e conhecer, que vale à pena acompanhar e seguir na luta. Sem esses encontros o mundo não gira. A vida só existe porque há tantos encontros em luta!

Enquanto eu estava na África do Sul, eu nunca pensei que passaria a viver aqui no Brasil ou em São Paulo, nunca propriamente planejei isto para a minha vida. Muitas vezes achamos que temos todo o controle da nossa vida, a gente acha que organiza os sentidos do futuro, que planejamos nossos dias. Mas, na verdade, eu descobri que nem sempre a vida assim, às vezes a gente acorda e sequer consegue sair da cama. As pessoas podem te dar um abraço, seus amigos e familiares podem te tratar com naturalidade, achando que seria somente mais um dia. A gente entra na rotina e acha que vai ter família, filhos, uma vida normal, que tudo ficaria bem, que as coisas simplesmente aconteceriam como vinham acontecendo. Mas aprendi na marra que a vida

surpreende! Aprendi que enquanto a minha vida acontece, muitas outras também acontecem ao mesmo tempo. Aprendi com o tempo que o que eu quero para a minha vida não é a mesma coisa que meus pais, irmãos e amigos podem querer para mim. Quando volto para o ano de 2013, eu pensava que tudo estaria ótimo, eu achava que seria uma pessoa chique por estar viajando a outro continente. Eu não sabia que uma grande mudança iria ocorrer, eu não sabia que um outro mundo iria existir para mim. Eu descobri que o mundo iria acabar e começar de novo para mim. A verdade é que o destino de cada um nos ensina que nem sempre conseguiremos voltar para aquele lugar que a gente chamava de casa. Hoje, dia 13 de setembro de 2021, se bem me lembro, neste dia há oito anos atrás eu estava planejando minha viagem para o Brasil. Estava feliz e ansiosa para conhecer outro canto do mundo. Não sabia que na verdade essa viagem me mudaria para todo o sempre.

Cheguei ao Brasil no dia 17 de setembro e fui presa uma semana depois. Este dia para mim eu lembrarei para sempre como se fosse um aniversário, junto ao meu aniversário de nascimento, este é o dia em que renasci. Aprendi que para renascer, você tem que morrer. Ninguém sabe e ninguém quer morrer, ninguém planeja quando morrer, ninguém sabe como vai ser essa morte. Mas sim, para renascer você precisa morrer. É uma grande mudança, uma grande revolução. Acredito que os meus ancestrais, ou aquilo que chamo de Deus, eles sabiam que meu caminho seria esse. Quando entrei na cadeia, eu pensei que iria morrer. Eu tive ataque cardíaco e ninguém cuidou de mim, achavam que era frescura, diziam que eu melhoraria logo. Naquele momento, o que eu queria realmente era morrer. Eu tinha medo do poderia ser a vida pós-prisão. E eu de fato morri. E eu renasci. Eu ouvia vozes de mulheres batendo na parede, gritando, elas diziam “Calma, calma, amanhã vai ser maior, amanhã a gente vai sair. Calma, amanhã a gente vai viver. Calma, você não está sozinha.”. Eu ouvia vozes de mulheres que não falavam português, nem inglês e nenhuma das línguas que eu conhecia. Naquele noite eu morri. A Nduduzo que existiu de 1988 a 2013 morreu naquela noite. E era muito difícil morrer num lugar sem pai, sem irmão, sem mãe, sem tia ou avó, morrer em um lugar sem um pingão de esperança.

Eu estava ali, naquele momento, sozinha. Estava desprovida de todos meus afetos. Ali é onde eu tive que aprender tudo, tive que aprender como se olha para baixo, como se olha para frente. O meu povo é muito orgulhoso, sempre fui muito orgulhosa. Mas eu tive que aprender a baixar a cabeça, mesmo sabendo que nada era justo. Não era justo comer comida podre. Não era justo ficar uma semana sem água limpa. Não era justo ser tratada pior do que bicho. E ao mesmo tempo em que tudo isso ocorria, eu não entendia que estava nascendo ali uma outra Nduduzo.

Eu não sabia que minhas lágrimas me davam força. Minhas lágrimas clareavam meus olhos para eu ouvir e ver um mundo melhor. Eu aprendi a escutar quais eram os problemas e entender porque a gente estava aqui. Ninguém merece estar naquele buraco se não tem alguma chance de mudança, de reforma. Ninguém nunca é tão podre para merecer aquilo. Sempre existe uma coisa dentro da gente que faz a gente respirar. Essa coisa que faz a gente respirar, essa coisa que está dentro da gente merece uma chance. Para mim, foi através da música que eu encontrei um caminho para sair da prisão, um horizonte.

Um dia, a diretora da prisão me chamou. Ela chamou a estrangeira que era a cantora e me ofereceu trabalhar na cozinha. Eu cozinhava para mais de 1.500 presas. Eu lembro que no primeiro dia que fui, todos dentro da cadeia, as outras companheiras da prisão, todas diziam que eu não conseguiria ficar na cozinha nem um dia. Diziam que seria muito duro. Diziam que se eu ficasse uma semana lá sem sair, eu poderia ter acesso a pacote de cigarro, mas que seria muito trabalho. Mas eu queria estar na cozinha para não mais comer comida podre. Eu fui para a cozinha, no primeiro dia, eu vi uma montanha de panelas. Me colocaram montanhas e montanhas de panelas, mais de 100 panelas para eu lavar. Eu lavei o dia inteiro. O chefe da cozinha me chamou, disse que como eu não reclamei, como muitas pessoas que passaram lá antes não conseguiam ficar, eu poderia estar ali se quisesse. Eu lavava e não reclamava porque eu queria ficar ali. Então, o chefe me colocou na padaria, onde eu teria que acordar às 4h da manhã. Eu e uma moça boliviana, a gente chegou na cozinha, quando abrimos a porta vimos muitos e muitos ratos imensos. Eu gritava para as guardas. Eu dizia que aquela cozinha estava infestada de ratos para as guardas, elas respondiam que era assim mesmo, que eu tinha que acender a luz e torcer para que os ratos fossem embora. Eu queria ficar na cozinha e eu fiquei na cozinha até meu último dia na Penitenciária Feminina da Capital (PFC). A comida na PFC ficou melhor. Eu comecei a lutar por outras comidas para as demais presas, não poderia ser apenas banana ou maçã de fruta todos os dias. Por que não poderia mexerica ou outras frutas? Diziam que outras frutas poderiam ser guardadas e serem usadas como insumo para destilar bebida alcoólica, então eu tirava as cascas da mexerica para que não fosse feita cachaça, porque elas teriam que ser comidas no mesmo dia, não poderiam guardar para outra data. Naqueles dias, eu descobri que pequenos gestões poderiam mudar o dia dessas mulheres. Aquelas mulheres todas não conheciam um dia de alegria, não conheciam um dia de afeto e não sabia que podiam ser amadas. Eu passei a entender que éramos todos seres humanos. A maioria das mulheres nem sabia escrever o nome. Por que uma pessoa que nem sabe escrever o nome está

presa? Elas precisam estudar, precisam ter oportunidades. Enfim, a sociedade não quer ouvir essas histórias. O que fica aqui fora é apenas que você foi presa. Eu não me resumo a uma egressa do sistema. Aquelas pessoas também são muito mais do que a experiência do cárcere. A arte foi o que descobri na prisão. Dentro da prisão, minha voz acalmava as pessoas. Quando os bebês choravam, eu acalentava e acalmava as crianças, isso me acalmava, acalmava as mães e as outras pessoas. Eu passei a entender que amanhã seria maior, que amanhã seria melhor.

Em meados de 2015, a diretora da prisão me chamou para mudar meu dia de folga, para que eu pudesse fazer aulas de canto com a professora da USP Carmina Juarez, em um projeto que ela iria desenvolver na PFC. Eu não recebia visita mesmo. Ninguém visita as mulheres, sobretudo as de outros países. A Carmina passou a ir todas as sextas-feiras, ela nos dava duas horas de liberdade. Depois de um tempo, quando eu ganhei minha liberdade, eu não sabia para onde ir. Eu fui para as ruas em 2017, e então procurei a professora Carmina. Eu disse a ela que não sabia para onde ir e que a vida aqui seria muito difícil. Como as pessoas que eu conhecia, aquelas que saíram da prisão já tinham voltado para seus países ou para a África do Sul, ela me falou de outros grupos de mulheres egressas. Carmina me ajudou, a gente começou a trabalhar, cantar nas ruas e praças, até que a gente conseguiu cantar dentro da USP. Foi lá que minha vida se reorganizou.

Não acho que caiba para esta carta pública enfatizar as dificuldades da minha vida, o que se deve reter é que esses percalços hoje constroem a minha memória e o que eu sou hoje e o que eu quero para além. Eu quero viver o meu futuro. Se eu passei por tudo isso, se eu sofri, eu renasci e é aqui que quero estar e lutar. Eu me apresentei na USP, eu participei de uma peça de teatro. Eu descobri que essa pessoa que nasceu no Brasil, em São Paulo, precisa estar aqui. Eu preciso poder estar aqui se assim eu quiser, pois eu tenho muito a contribuir. Eu não vejo ninguém que tenha passado pelo sistema penitenciário e que consiga resgatar sua vida sem dificuldades. Eu estou aqui e quero viver a vida como uma cidadã nessa sociedade. Eu quero ficar aqui e viver aqui. Eu quero lutar para que mulheres tenham outras possibilidades, não posso simplesmente obedecer uma ordem de expulsão, agora o que me move é a luta. O Brasil é o terceiro país em números de encarceramento em massa. Eu me pergunto, onde estão essas pessoas? Nós que saímos do cárcere não podemos ficar calados. Hoje o sentido da minha vida é a luta contra o encarceramento em massa. Temos que ver quem são e onde estão essas pessoas. O que eu passei dentro e fora da prisão, querendo voltar para a África do Sul, mas proibida porque estava em condicional, eu não desejo isso a nenhuma dessas outras pessoas.

Frequentemente me perguntam, por que você não quer voltar? Não é que eu não queira voltar, mas voltar em quais condições? Expulsa? Não, eu tenho direito de estar aqui e construir o que eu quero aqui! Minha pergunta é: se eu chegar na África do Sul agora, depois de anos aqui, eu vou ter que enfrentar lá o julgamento de ter passado pelo sistema prisional. Eu acho que eu mereço viver, eu mereço ter a escolha de estar aqui ou de voltar se eu quiser. Eu nunca fui sentenciada a morte. Agora, eu quero ficar aqui e construir minha vida aqui. Então, agora, eu canto, eu danço, eu atuo no cinema e no teatro. Eu quero viver essa vida. Eu não sonhava com isso, mas eu me encontrei com isso aqui. Hoje isso é a minha vida! Muitas vezes me indago “quantas são as pessoas que morrem sem realizar seus sonhos?”. Hoje eu quero realizar meus sonhos. Quero poder sonhar. Não posso aceitar que as grades enterrem a riqueza e o brilho das pessoas. É preciso dar a chance para as pessoas melhorarem e viverem seus sonhos. Então, que tipo de seres humanos queremos ser se não acreditarmos na possibilidade da renovação do ser humano? O que eu vejo no meu processo é que o sistema não vê o poder de ser propriamente humano, ninguém acredita que é possível a evolução e a mudança de uma pessoa.

Agora, mais uma vez, este decreto de expulsão está novamente me matando. Eu quero renascer novamente. Eu quero viver aqui. Eu sei que tem quem queira me ouvir cantar. Tem quem queira me ver dançar. Tem quem queira me ver atuar nos palcos. Então eu quero viver aqui. Quero ficar! De novo, eles estão dizendo que eu devo ser expulsa. Mas por que vocês não me levam em consideração? Eu tenho uma história aqui! Vejam tudo que eu estou fazendo. Eu tenho o que contribuir! Não me tratem como se depois de jogar na cadeia, já era, já foi, acabou, morreu! Eu estou lutando para conseguir viver e vou seguir lutando! É muito difícil tentar viver e ter em todos os momentos uma arma apontada para minha cabeça, uma ameaça constante de expulsão. Tudo o que eu quero agora é construir uma outra história aqui no Brasil, e essa história já vem sendo construída! Eu preciso ter o direito e a chance de mudar e de aqui seguir!

Aí você, leitor desta carta, se pergunta, se o mundo está tão ruim, mas então por que você quer continuar morando aqui no Brasil? Eu quero continuar aqui porque eu fui presa. Porque na prisão eu conheci mulheres que merecem chance de viver. Quero continuar aqui porque quando saí, conheci pessoas que se mobilizaram e vivem da luta. Se há um lado ruim, descobri também o lado bom das pessoas e a esperança! O que importa é em que lado da história se está. Em 2018, eu enfrentei um decreto de expulsão, eu já tinha um RNE temporário, estava construindo minha vida no Brasil, eu me envolvia com as práticas culturais. Eu encontrei pessoas maravilhosas que lutam contra as injustiças que negros e imigrantes enfrentam neste país,

conheci redes que lutam contra o encarceramento em massa. Essas pessoas se juntaram e lançaram a campanha #NduduzoTemVoz. Essas pessoas acreditam num mundo melhor, numa batalha não apenas para si, mas para o outro. Se as pessoas dizem que a gente tem escolha, a questão é que nem todos conseguem ver quais são as possibilidades e as opções, o mundo é injusto e a gente fica cego diante de tanta injustiça. Mas, essas pessoas que atravessaram minha vida e que hoje me junto a elas fazem com que eu tenha energia de viver para construir uma outra história para mim e outras mulheres negras e imigrantes. Plínio Marcos falou há 50 anos sobre isso, a gente não tem que repetir essa história. As coisas precisam mudar. As pessoas na minha campanha se mobilizaram, passaram noites e dias em claro na luta. Estudaram leis e decretos, se engajaram em todas as lutas no mundo inteiro para incidir e mudar, não queremos apenas reclamar. Então, eu digo que não há espaço para resignação. Eu não estava sozinha nessa luta. Não estou. E não deixarei outras mulheres sozinhas! Quando a gente se une e se organiza a gente conquista sim! Meu pai sempre falava que duas cabeças pensam melhor que uma. Aprendi que três, quatro, cinco, ou um milhão fazem toda a diferença. Isso me dá força para viver e para querer estar no Brasil. Quero fazer a diferença. Em 2018 eu gravei um vídeo falando sobre minha história, lançando a campanha #NduduzoTemVoz, agora eu queria dizer que eu estou aqui de novo!

Nduduzo Siba